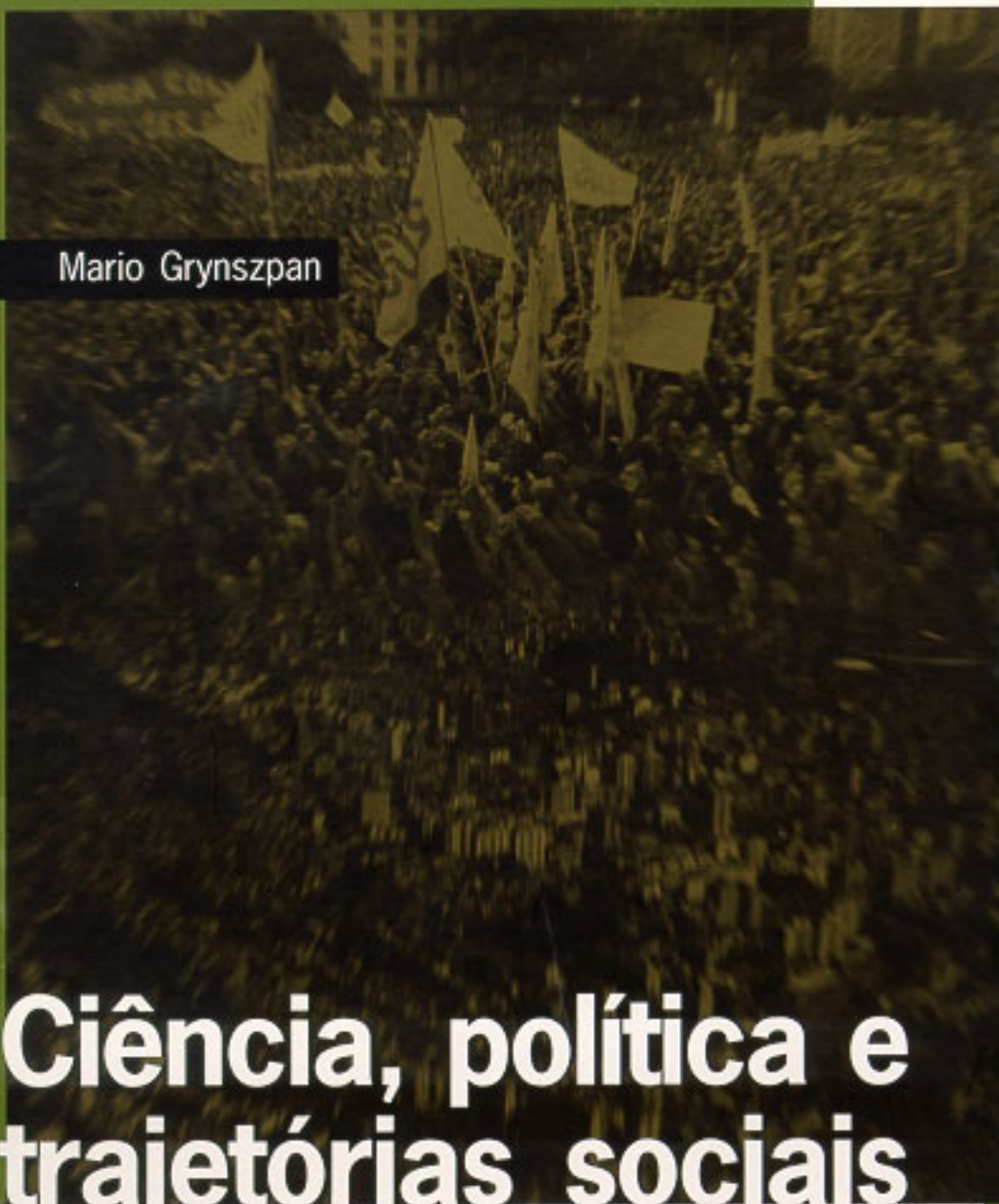
Mario Grynszpan



# Ciência, política e trajetórias sociais

## Uma sociologia histórica da teoria das elites



EDITORA FGV

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GRYNSZPAN, Mário. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 255p.

Download gratuito disponível em www.fgv.br/editora

FGV EDITORA

*À memória de meu pai, Chil,*
*a meu filho, Ilan, a minha esposa,*
*Danielle, e a minha mãe, Augusta.*

# Sumário


Esclarecimentos iniciais e agradecimentos 9

Introdução 11

Capítulo 1 — Concorrência e reconhecimento 37

*Concorrência e trabalho de reconhecimento* 42

*O teórico da classe dirigente* 49

*Comentadores, editores e percepções impostas* 54

**Parte I. Gaetano Mosca: a inovação conservadora** 67

Capítulo 2 — Origens e opções de carreira 69

Capítulo 3 — Inovação e fracasso universitário 79

Capítulo 4 — Capital social e carreira universitária 99

Capítulo 5 — Prestígio intelectual e capital político 113

Capítulo 6 — Duplo referencial e fracasso duplo 121

**Parte II. Vilfredo Pareto: a saída aristocrática** 139

Capítulo 7 — De diletante a especialista 141

Capítulo 8 — Economista e sociólogo 157

Capítulo 9 — Ciência e profecia 187

Conclusão 201

Notas 211

Bibliografia 245

# Esclarecimentos iniciais e agradecimentos

Este livro é uma versão modificada de minha tese de doutorado, defendida junto ao programa de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um olhar sobre uma das teorias constituidoras da ciência política e da sociologia — a das elites —, a partir, porém, da antropologia, uma disciplina que não foi por ela informada de modo significativo.

No centro da análise estão as trajetórias e os textos produzidos por dois autores italianos da virada do século XIX para o XX, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Estudá-los a partir do Rio de Janeiro, sem me deslocar para a Itália, impôs alguns limites ao trabalho no que tange às fontes de pesquisa. Ele foi desenvolvido, em grande parte, com base em fontes secundárias. Não tive acesso, por exemplo, a dados estatísticos diretos ou a informações em quantidade sobre as trajetórias de outros pensadores, que permitiriam caracterizar, de maneira mais detalhada, o espaço social de posições italiano no período tratado. De todo modo, o material utilizado foi bastante extenso e massivo, conferindo um bom grau de consistência às formulações e hipóteses apresentadas.

Sempre que for referido, ao longo do trabalho, o título de algum livro ou artigo, ele o será na forma das edições efetivamente consultadas. As suas citações, no entanto, quando em língua estrangeira, foram traduzidas por mim — no caso daquelas em inglês, francês e espanhol —, e por Sérgio Lamarão — para as italianas. Sérgio também me ajudou com sugestões para a melhoria de algumas passagens do texto.

De fato, são tantas as pessoas e instituições que tornam um trabalho como este viável que, se além de enumerá-las, me dispuser a especificar suas contribuições, precisarei de um outro volume, pelo menos do mesmo tamanho deste. Como isso não é possível, e como também não posso deixar de expressar minha gratidão a elas, procurarei ser breve e objetivo, desculpando-me antecipadamente por eventuais esquecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu reconhecimento para com a banca que examinou minha tese, formada pelos professores Mariza Peirano, Lygia Sigaud, José Murilo de Carvalho e Moacir Palmeira. Suas observações foram sem dúvida fundamentais para a reelaboração que resultou neste livro.

Destaco ainda o papel central desempenhado pelo meu orientador, professor Afrânio Raul Garcia Jr., que, apesar da amizade demonstrada em todos estes anos que nos conhecemos, foi também um crítico impiedoso. Se este livro tem pontos positivos, eles com certeza devem-se em boa parte aos comentários precisos e pertinentes do professor Afrânio.

Além destes, expresso também a minha gratidão para com Federico Neiburg e José Sérgio Leite Lopes, que se prontificaram a ler e comigo discutir a primeira versão de algumas das partes deste livro.

Com relação às instituições, agradeço inicialmente ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, onde sou pesquisador, sem cujo apoio este trabalho teria sido impossível. O meu obrigado, ainda, ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, que me liberou das atividades docentes durante o ano de 1993 a fim de que pudesse finalizar a investigação.

Os recursos financeiros para a realização desta pesquisa vieram da Finep, através de seus convênios com o CPDOC, e do CNPq e da Capes, que me concederam bolsas de doutorado. Ao CNPq agradeço ainda por dois bolsistas de iniciação científica, concedidos através da Fundação Getulio Vargas, Gustavo Carvalho de Lemos e Jonas Wagman, que puderam me auxiliar em parte do levantamento bibliográfico.

Fazer um livro como este, no Rio de Janeiro, só foi possível graças à ajuda dos amigos, parentes, ou simplesmente conhecidos, que se encontravam fora, permitindo-me ter acesso a fontes que de outro modo não teria. Assim, lembro: de São Paulo, Lúcia Rotemberg; dos Estados Unidos, Lúcia Lippi, Gustavo Lipsztein, Maria Celina D'Araujo e Marina e Federico Neiburg; da Inglaterra, Letícia Pinheiro; da Itália, Donatella Berlendis, Donatella Saviola, professor Ettore Albertoni e Guilherme de Andrade; e da França, Sérgio Lifschitz. Não há como não me referir ainda aos que, no próprio Rio de Janeiro, me possibilitaram o acesso a trabalhos importantes, como Marcos Chor e os professores Luiz Felipe B. Neves e José Murilo de Carvalho.

Cabe destacar que, para além da ajuda dos amigos e conhecidos, este livro também só se tornou possível graças, em grande parte, ao suporte de biblioteca que pude ter no CPDOC e na Fundação Getulio Vargas.

# Introdução*

Foi a partir do século XIX que as ciências sociais se constituíram em disciplinas autônomas e se institucionalizaram por meio de cadeiras universitárias. Isso se deu, em boa medida, como resultado do trabalho de afirmação de alguns indivíduos, que se impuseram como fundadores de disciplinas e autores de teorias que passaram a orientar reflexões, a determinar temas legítimos de pesquisa e a tornar-se objeto de discussão e disputa.

Uma dessas teorias foi a que ficou conhecida como elitismo, que se afirmou como uma crítica às idéias democráticas e socialistas que se difundiam naquele mesmo momento. Em que pese às especificidades dos autores reconhecidos como seus principais formuladores — os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto —, seu argumento central, apresentado como descoberta científica, era o de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria. Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava — os da igualdade entre os homens e da soberania popular — produziam era a legiti-

---

* Uma primeira versão deste capítulo introdutório, modificada e com um escopo bastante distinto, foi publicada em *Boletim Informativo Bibliográfico* (*BIB*), sob o título "A teoria das elites e sua genealogia consagrada" (Grynszpan, 1996).

mação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas maiorias.

Do século XIX aos dias de hoje, a teoria das elites experimentou diversas mudanças, foi alvo de sucessivas reinterpretações, foi apropriada de maneiras distintas. De um conjunto de teses antiigualitárias e antidemocráticas, passou a ser tomada como uma análise realista do sistema democrático. Na formulação de seus autores e comentadores mais recentes, o que o elitismo visa a demonstrar é que, com efeito, qualquer sistema político, mesmo o democrático, é dirigido por minorias. A democracia, contudo, se distingue por ter no poder não uma elite fechada, cristalizada em um só grupo que se reproduz internamente, e sim aberta, renovada por meio de um processo de livre concorrência pelos votos do eleitorado.

Liberdade e concorrência são assim condições *sine qua non* para a democracia, mais importantes mesmo, da perspectiva de alguns autores, do que o próprio grau de participação política.[1] São elas que impedem que um único grupo possa se impor de forma definitiva e exercer um controle total sobre as vidas dos indivíduos. É a concorrência, igualmente, que torna as elites responsáveis em relação às maiorias, comprometendo-as com anseios destas sob pena de perderem sua posição para grupos rivais. Contudo, deve-se destacar que esse comprometimento não pode ir ao ponto de tornar a elite refém das massas, pondo em xeque o sistema político. Do mesmo modo, é preciso evitar que as massas sejam direta e facilmente mobilizáveis pela elite, pois, quando isso ocorreu, como no nazismo, no fascismo e no comunismo, o que se assistiu foi a negação da própria democracia. Para que ambos os riscos sejam eliminados é fundamental a existência de uma forte estrutura intermediária de organizações concorrentes, como partidos, sindicatos e associações diversas, fazendo a mediação entre elite e massa.[2]

O debate sobre a teoria das elites persistiu até a década de 80, quando sua intensidade começou a diminuir. Até ali, no entanto, foi gerada uma enorme quantidade de textos, envolvendo um sem-número de autores de origens e filiações variadas, configurando uma das áreas mais consagradas das ciências sociais.[3]

Um dos efeitos da constituição de um domínio do conhecimento altamente investido e que incide com maior força sobre os neófitos é a exigência de uma demonstração de familiaridade, de um controle de toda a linhagem de seus constituidores, como condição de aceitação e reconhecimento.[4] Mas quanto maior a extensão da linhagem, maior será também o risco de exclusão de algum autor, de algum trabalho considerado fundamental por um ou outro

especialista ou autoridade. No caso da teoria das elites, esse risco é relativamente reduzido pelo consenso que se estabeleceu em torno de quais são os seus autores e textos-chave, mesmo sendo eles bastante numerosos.

Mais do que isso, se a teoria das elites tem uma linhagem indisputada, uma genealogia de autores consagrada, é interessante perceber que as referências legitimadoras a ela partem, invariavelmente, de uma evocação quase que ritual às origens, àqueles que são reconhecidos como seus clássicos, seus pais fundadores — Mosca e Pareto —, ainda que nem sempre se trate de louvá-los, e sim de esconjurá-los.[5] Essa referência obrigatória, é importante destacar, pode se dar mesmo quando o trabalho se inscreve em um campo disciplinar como o da antropologia, em cujo panteão, tradicionalmente, nenhum daqueles dois autores é perfilado.

Assim, Edmund Leach e S. N. Mukherjee (1970:ix), em sua introdução a *Elites in South Asia*, remetem-se a Mosca e a Pareto como aqueles a cujas formulações "o conceito de 'elites' esteve intimamente associado" na história do pensamento sociológico. Do mesmo modo, a coletânea *Elites: ethnographic issues* é aberta por um capítulo em que seu organizador, George E. Marcus, discute a teoria e o conceito de elite.[6] Sua referência inicial, de forma semelhante à de Leach e Mukherjee, é a reflexão de Pareto e de Mosca:

> Embora diversos relatos históricos e textos filosóficos tivessem, de modo implícito, reconhecido o papel social determinante das elites, o corpo de teoria mais diretamente vinculado ao conceito de elite foi aquele elaborado de maneira independente pelos pensadores italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, em fins do século XIX e início do XX (Marcus, 1983:13).

Além de tema autorizado, portanto, a teoria das elites dispõe de uma longa genealogia consagrada que tem em Mosca e Pareto seu ponto de partida necessário. Contudo, ao mesmo tempo em que se afirma como referência obrigatória e se torna indisputada, essa sucessão de autores deixa de ser percebida como construção, o que a isenta de uma reflexão sobre os seus princípios e as operações por meio das quais é instituída.

Se é, ao menos em parte, pelo investimento dos autores que a genealogia é construída e imposta, ela o é igualmente pelo trabalho de inúmeros comentadores ou leitores privilegiados. Constituindo-se em área prestigiada das ciências sociais, a teoria das elites pas-

sou também a conferir prestígio e reconhecimento aos que a ela se dedicavam, justificando e atraindo o interesse de um número crescente de comentadores.[7] Por isso mesmo, ela se afirmou como um tema bastante mediatizado, o que levou a que se dispensasse por vezes o recurso aos textos dos próprios autores. Passou-se dessa forma a conhecer os escritos de um pensador, a ter acesso às suas idéias, em alguns casos de modo exclusivamente indireto, por via de seus comentadores. E indo além, os comentários passaram a confluir para a produção de um efeito de classificação, de seleção dos trabalhos indicados como relevantes, alçando-os à condição de clássicos e, em contrapartida, relegando os demais ao esquecimento.

Mais do que uma genealogia consagrada de pensadores, mais do que uma seqüência autorizada de obras clássicas, o que se impõe, em grande parte através dos comentadores, é uma determinada leitura dos autores e de seus textos.[8] Isso se observa em uma escala tanto maior quanto mais mediatizado for o contato com o autor, quanto menor for seu controle sobre a imagem que dele se cristaliza e sobre a apropriação de suas idéias. Mas mesmo quando se tem acesso aos seus próprios trabalhos, isso não significa que a percepção que deles se tem, que os elementos que deles se relevam, não sejam de modo amplo determinados *a priori*, ainda que o leitor não se dê conta disso necessariamente.[9]

Na verdade, o que está em jogo, para além da cristalização de uma leitura, é uma naturalização de hipóteses, é uma imposição de um objeto pré-construído. Desse modo, definir um trabalho como um estudo de elites, em qualquer disciplina das ciências sociais, mais do que obrigar-se à invocação de uma genealogia consagrada de autores e comentadores, com a inevitável referência aos seus pais fundadores, significa também incorporar um conjunto de noções e de questões prévias. Uma vez, porém, que essas operam como instrumentos de percepção e de construção da realidade social, a sua incorporação não-controlada termina por se constituir em um obstáculo ao conhecimento.

O que se pretende com este livro é, produzindo uma sociologia histórica da teoria das elites, contribuir para uma ruptura com a sua incorporação não-controlada. Procurar-se-á ver como, historicamente, as elites se constituíram em objeto de reflexão sociológica, construindo-se em torno delas uma teoria que se impôs como instrumento privilegiado de análise social. Isso será feito, basicamente, a partir de uma análise das trajetórias de Mosca e de Pareto, tentando-se demonstrar como, com a construção e a afirmação da teo-

ria, jogou-se, a um só tempo, a imposição tanto intelectual quanto política de seus dois formuladores.

Dando-se conta das condições em que determinadas formulações foram produzidas, remetendo-as aos seus contextos e aos seus sistemas de relações específicos, o que se busca é produzir uma desnaturalização de noções cristalizadas, evidenciando, em um só processo, a necessidade de submeter também comentadores e comentários a um mesmo tipo de análise, inscrevendo-os em seus espaços de posições específicos, remetendo-os aos seus conjuntos particulares de constrangimentos, restituindo as condições de possibilidade de suas próprias leituras. Dessa maneira, poder-se-á perceber a descontinuidade naquilo que é apresentado como contínuo, localizar o que é visto como universal e introduzir a concorrência no que é apropriado segundo uma lógica de influência e de colaboração.

A ênfase nas trajetórias sociais confere uma das marcas distintivas deste trabalho. Em vez de, como é feito normalmente, limitar o estudo a uma exegese e um comentário de textos consagrados, inserindo-os em uma determinada cadeia de pensamento, vinculando-os àqueles que seriam seus predecessores e sucessores, ou detectando seus opositores intelectuais, identificando seus pontos de divergência em relação a estes, enquadrando-os em alguma categoria ampla e fixa de estilo, buscar-se-ão os fundamentos das formulações de Mosca e de Pareto, remetendo-as às distintas posições sociais por eles ocupadas no espaço italiano de fins do século XIX e início do século XX.

Trata-se, com essa abordagem, de lidar com as idéias dos autores de modo objetivado, inscrevendo-as, assim como as opções, carreiras e estratégias de cada um deles, em um conjunto de possíveis. Tal conjunto, por sua vez, será visto como instituído pela interseção de um espaço social de posições estruturadas, no qual os indivíduos, dotados de composições de capitais e de recursos diversos, localizam-se e são localizados de forma diferencial, vale dizer relacional, com um *habitus*, isto é, com esquemas incorporados de visão, de percepção, de classificação do mundo, geradores de práticas sociais que são, por seu turno, igualmente estruturadoras do espaço estruturado, reproduzindo-o ou transformando-o.[10]

É importante ressaltar que, da perspectiva que aqui se adota, os indivíduos não podem ser tomados como pontos fixos no espaço. Pelo contrário, tanto as alterações que se dão em suas composições específicas de capitais, quanto as modificações que se operam ao longo do tempo na estrutura do espaço no qual se inscrevem, levam-nos a deslocamentos relativos de posição, o que resulta em mudan-

ças em suas próprias idéias, visões, percepções. É isso que se procurará evidenciar a partir de Mosca e de Pareto. Portanto, em vez de tomar por base apenas um texto consagrado de cada autor — ou *The ruling class* (Mosca, s.d.) e o *Traité de sociologie générale* (Pareto, 1933), que são comumente mais citados —, trabalhar-se-á com alguns de seus escritos mais significativos, produzidos em momentos distintos, relacionando-os com suas trajetórias e com suas diferentes posições sociais.

Nada mais distante da linha que conduz este livro, por conseguinte, do que a leitura das formulações daqueles autores como manifestações de um caráter individual imutável. Nada mais estranho do que a tentativa de encontrar aquilo que seria a essência do seu pensamento, uma essência que se manifestaria em todos os seus escritos e que, por isso mesmo, poderia ser conhecida a partir de apenas um deles. Nada mais discrepante, por outro lado, do que tomar a afirmação, a aceitação de suas idéias, como um processo natural, fruto de alguma espécie de movimento próprio, de força magnética, de potência luminosa, de sua superioridade, de seu poder, de seu alcance.[11]

Se a teoria das elites, na forma que lhes deram Mosca e Pareto, pôde se impor, isso resultou, em grande parte, de um trabalho de afirmação dos autores, como efeito de seu esforço de reconhecimento. E quando se fala em trabalho de afirmação, em esforço de reconhecimento, isso é feito em um duplo sentido, isto é, no de imposição e aceitação tanto das idéias quanto dos próprios autores.

A imposição e o reconhecimento de uma idéia, portanto, serão vistos aqui como inseparáveis da imposição e do reconhecimento de um autor, atribuindo-lhe, somando-lhe prestígio, notoriedade, posição social, além de outros ganhos, inclusive financeiros, tanto dentro quanto fora de seu campo privilegiado de inserção. Por isso, os debates intelectuais, mesmo os aparentemente mais desinteressados, não serão tratados como meros embates de idéias, em que cada contendor se vê movido tão-somente pela busca da verdade e do conhecimento, tentando afirmar sua tese e infirmar a do outro apenas em prol do avanço da ciência.

Isso não significa, é claro, que se vá considerar que os agentes sejam sempre explicitamente, ou mesmo conscientemente, movidos pela busca de prestígio e notoriedade. Trata-se, na verdade, de uma regra incorporada do jogo intelectual, do jogo científico, que se mostra como tão mais legítimo quanto mais aparentemente desinteressado, desprendido for.[12]

O que decorre da forma como é construído o objeto deste livro é que seu eixo estruturador será eminentemente relacional. Tomar os autores como agentes em um espaço de posições implica, de modo necessário, percebê-los como agentes em relação. Da mesma forma portanto que não se pode tratá-los como pontos fixos, imutáveis, não é possível isolá-los em suas posições. É por relação aos demais agentes, por suas disputas, concorrências e alianças, que suas ações, estratégias, investimentos, tomadas de posição, assim como suas idéias, podem ganhar maior inteligibilidade.

É exatamente sobre esse argumento que se apóia uma das hipóteses centrais do presente trabalho, qual seja, a de que foi na concorrência entre Mosca e Pareto que, em larga medida, a teoria das elites foi formulada e imposta enquanto tal. Mais do que isso, buscar-se-á mostrar que a pugna de Mosca com Pareto também pesou, e de forma decisiva, para a afirmação das próprias ciências sociais.

Há que se ressaltar, todavia, que o fato de se enfatizar um feixe de disputa não significa que vão ser desconsiderados outros igualmente importantes. Pelo contrário, o que se procurará é justamente levar na devida conta o conjunto de relações significativas nas quais os autores se inscreviam, avaliando seus efeitos não apenas sobre a formulação, a reformulação e a imposição da teoria das elites, mas sobre a afirmação mesma das ciências sociais.[13]

Este último ponto é básico e nos remete ao contexto geral em que viveram Mosca e Pareto, e à maneira pela qual a teoria das elites, em suas formulações originais, é comumente avaliada. Ainda que possam se distanciar em aspectos fundamentais de suas análises, há questões e problemáticas centrais e interligadas, comuns aos dois autores e bastante características do quadro político, social e intelectual da virada do século XIX. Questões como a da igualdade, da democracia, da soberania popular, da representação política, do sufrágio universal e do socialismo foram impostas à agenda política em um mundo em intensa transformação e movimento, um mundo em que se desagregava uma antiga ordem, em que se rompiam laços tradicionais de dominação, em que se conformavam novos atores e que antigos eram deslocados, um mundo, enfim, marcado por enfrentamentos abertos, diretos, por revoluções e por guerras.[14] A própria imposição daquelas questões se deu, de fato, como parte mesmo dos enfrentamentos. Elas se afirmaram como palavras de ordem dos que combatiam o Antigo Regime — procurando deslegitimá-lo, desnaturalizá-lo, caracterizando como arbitrária e injusta a ordem tradicional calcada na desigualdade entre os homens —, entre eles aqueles que buscavam impor-se politica-

mente através da introdução de um novo ator, as massas, das quais se diziam autênticos representantes e intérpretes.

Tratava-se de um momento de afirmação da democracia, de extensão da participação e da cidadania política, de alargamento tendencial dos limites da *polis* no sentido do *demos*, de maneira global. A discussão sobre a adoção do sufrágio universal se impunha como central e vários países passavam a promover uma ampliação substancial das franquias políticas.[15]

Tudo isso, é claro, levava políticos e partidos a aderirem às novas regras do jogo, lançando-se em uma luta concorrencial pelo voto. Esse processo, por sua vez, correspondia à imposição de uma nova legitimidade política, calcada no voto, que, em contrapartida, obrigava boa parte dos mais reticentes a declarar publicamente sua fidelidade à democracia, contribuindo para a sua consolidação.[16]

Como lembra porém o historiador Arno Mayer, é preciso reconhecer que todas essas eram mudanças em operação, e que seu ritmo não foi tão acelerado quanto até aqui se julgou, com base nos discursos de seus defensores, tomados que foram como expressões dos processos reais. Mayer procura demonstrar, em seu livro *A força da tradição*, que a antiga ordem era dotada de um enorme fôlego, persistindo, *grosso modo*, até a I Guerra Mundial (Mayer, 1987:14-5).

Na verdade, observa o autor, as idéias e os valores tradicionais eram bastante fortes na maior parte da Europa, inclusive entre a própria burguesia em ascensão, que adotava práticas e posturas da aristocracia.[17] Mais do que isso, havia mesmo vínculos evidentes entre setores da burguesia e da aristocracia do Antigo Regime, a quem os primeiros recorriam não apenas para questões de tarifas, contratos e cargos públicos, mas igualmente para proteção externa contra potências rivais e interna contra grupos nacionais subordinados e também contra agitações de trabalhadores (Mayer, 1987:270).

A presença dos trabalhadores era na verdade um elemento fundamental, exercendo um peso decisivo nos cálculos dos setores dominantes e determinando a resistência, ao menos de parte deles, em relação à democracia e aos seus possíveis efeitos. A afirmação do movimento operário e a expressão que o socialismo vinha alcançando em alguns países eram vividas como decorrências da democracia, atribuindo-se a ela, não em si, mas pelo que poderia propiciar, um forte caráter de ameaça.

O resultado disso foi um certo reforço da antiga ordem, associado à adoção de um liberalismo excludente, repressão aos movimentos de massa e isolamento dos setores mais radicais — jacobinos e socialistas. Procurava-se salvaguardar a ordem, como aponta

Hobsbawm, aliando a repressão e o endurecimento à promoção de algumas reformas, à implementação de políticas burguesas e à adoção de instituições liberais, aceitando a ampliação da participação, mas dentro de determinados limites, restringindo-a, por exemplo, através de critérios sexuais ou da exigência de qualificações educacionais ou de propriedade.[18]

Em termos intelectuais afirmava-se — ao invés de um quadro de otimismo impulsionado pelo progresso, de crença na razão, característicos do Iluminismo — um clima de ceticismo, um sentimento de decadência e de incerteza. Para a *intelligentsia* européia, em larga medida, segundo Mayer, a mobilização e o apelo democrático, nos níveis em que vinham se dando, entrariam fatalmente em choque com a cultura humanística prevalecente, o que resultaria em um período de trevas (Mayer, 1987:271).[19] Darwin e Nietzsche, ainda de acordo com o autor, constituíram-se naquele momento em fonte intelectual para a "mal-intencionada e belicosa" investida ideológica contra o "progresso, o liberalismo e a democracia" (Mayer, 1987:285).[20]

Dessa mesma raiz, na análise de Mayer, é que havia brotado o elitismo. Juntamente com o darwinismo social, ele havia desafiado e criticado

> o Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo "elite", carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural (Mayer, 1987:276).

Os autores elitistas portanto, segundo a avaliação do historiador, estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à idéia de igualdade. Para eles, a democracia, tal como proposta — e por extensão o próprio socialismo, que levava ao paroxismo a idéia de igualdade —, não apenas era uma metafísica, uma abstração sem base real, mas também operava como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria. Apresentavam-se eles, por conseguinte, como pensadores realistas, demolidores de mitos.[21]

Assim, Mosca e Pareto teriam contribuído, através de suas investigações, para a manutenção do que Mayer chama de elites pré-industriais. Eles o fizeram, "desdenhosos e temerosos da participação e do controle populares", limitando sua atenção ao recrutamento e à renovação das classes governantes (Mayer, 1987:286).

Próxima a esta é a análise do cientista social Albert O. Hirschman, em seu *A retórica da intransigência*.[22] Ele abre seu argumento apropriando-se da tese do sociólogo Thomas H. Marshall (1967), segundo a qual a cidadania no Ocidente se afirmou a partir de três dimensões, distintas e consecutivas: a civil, no século XVIII, expressa pela igualdade perante a lei e pelos direitos do homem; a política, no século XIX, caracterizada pela ampliação do direito de voto no sentido do sufrágio universal; e, finalmente, a social e econômica, já no século XX, associada ao *Welfare State*.

Para Hirschman, cada uma dessas dimensões desencadeou formas de resistência específicas, ou ondas reacionárias, apoiadas em três teses básicas. A primeira foi a da perversidade, que sustentava que qualquer ação adotada no sentido da melhoria de aspectos econômicos, sociais ou políticos terminaria de algum modo produzindo o efeito inverso, piorando aquilo que se desejava remediar. A segunda, a da futilidade, partia da idéia de que as ações propostas fatalmente resultariam infrutíferas. Quanto à terceira, sua avaliação era a de que as ações, ainda que pudessem ter alguma eficácia, teriam um custo muito elevado, pondo em sério risco valiosas realizações anteriores. Não é fortuito, portanto, o fato de ser ela denominada tese da ameaça (Hirschman, 1992:11-6).

No caso da extensão do voto na Europa do século XIX, a oposição foi particularmente forte. Tratava-se afinal, segundo Hirschman, de uma sociedade — como Hobsbawm e Mayer também apontaram — fortemente hierarquizada, na qual os grupos inferiores eram vistos com profundo desprezo, tanto pelas camadas altas quanto pelas médias. A proposta de incorporação das massas à política, por conseguinte, soava como altamente perigosa e mesmo aberrante (Hirschman, 1992:25-6).

Todo esse ceticismo e hostilidade em relação ao avanço da democracia, prossegue o autor, encontraram respaldo, já no final do século, nas teorias científicas, médicas e psicológicas, que atribuíam às forças irracionais um grande peso no comportamento humano. Munidas desse poderoso argumento, tais teorias ameaçavam jogar por terra a cidadela liberal iluminista, expondo a fragilidade de um dos seus principais pilares — a crença na racionalidade —, bem como de toda uma cadeia de idéias a ela associadas, entre as

quais a do sufrágio universal. Demonstrada, afinal, a carência de fundamento científico de tais idéias, a sua própria defesa perdia sentido (Hirschman, 1992:27).

Um dos autores de época que, na opinião de Hirschman, melhor expressaram essa reação negativa aos avanços do direito de voto e da democracia, enquadrando-se na tese da perversidade, foi o psicólogo francês Gustave Le Bon (Hirschman, 1992:27-9).[23] A exemplo de outros pensadores, ele foi

> atraído irresistivelmente para a ridicularização dos que pretendem mudar o mundo para melhor. E não basta mostrar que esses ingênuos *Weltverbesserer* se dão mal: é preciso provar que na verdade eles são, se me for permitido cunhar o termo alemão correspondente, *Weltverschlechterer* (pioradores do mundo), que deixam o mundo em pior forma do que a que predominava antes de qualquer "reforma" ser instituída. Além disso, deve-se mostrar que a "piora" ocorre exatamente na mesma dimensão em que se supõe que haja melhora (Hirschman, 1992:29-30).

O livro *Psychologia das multidões*, de Le Bon, foi publicado pela primeira vez em 1895 e tinha um caráter claramente normativo. Vale a pena seguir seu argumento com algum detalhe, mesmo que isso represente um momentâneo deslocamento, até porque ele se disseminou de forma evidente, sendo apropriado por um grande número de pensadores, e conhecido tanto por Mosca quanto por Pareto. Além disso, esse procedimento permitirá trazer elementos para relativizar o enquadramento que a ele dá Hirschman, como um expoente da tese da perversidade.

Era de dúvida e apreensão, segundo Le Bon, o estado em que se encontrava o mundo, imerso em uma fase de transformação e anarquia. Na base disso estava o nascimento das multidões como nova potência, como a "última soberana da idade moderna" (Le Bon, 1922:vi-vii). Alçadas à vida política, as classes populares se transformaram em classes dirigentes, insufladas pela propagação de determinadas idéias, como as socialistas, e pelo processo de organização. Unificando e precisando seus interesses e reivindicações, elas vinham se impondo com força à sociedade, ameaçando conduzi-la no rumo não do seu futuro, mas do seu passado, da barbárie, de um comunismo primitivo que caracterizou a aurora da civilização (Le Bon, 1922:vii-ix).

Se essa era uma possibilidade bastante real, era também um sintoma universal, o que significava dizer que simples lamúrias não evitariam o desfecho desastroso. Era preciso portanto entender a situação para lidar melhor com ela (Le Bon, 1922:ix-x). Tal a razão de ser da psicologia das multidões, conhecimento indispensável para os estadistas que quisessem, se não governar as turbas, uma vez que isso era extremamente difícil, ao menos não serem governados por elas (Le Bon, 1922:xiii).

As multidões, segundo Le Bon, se caracterizavam por uma unidade mental, ainda que provisória. Nelas desaparecia a personalidade consciente, individual, que dava lugar a uma alma coletiva, a sentimentos e idéias comuns, a caracteres novos, distintos dos que isoladamente se expressavam (Le Bon, 1922:2-6).

A vida consciente era na verdade bastante diminuta quando comparada com a inconsciente. Fruto da educação, era ela, principalmente, a responsável pela diferença entre os homens. Por sob os atos conscientes, entretanto, havia uma base inconsciente formada de influências hereditárias, de resíduos ancestrais, que constituíam a alma da raça e que, em larga medida, escapavam à percepção dos homens, tornando-os ao mesmo tempo semelhantes (Le Bon, 1922:6-7).

Essas características gerais componentes da raça emergiam nas multidões, conformando o solo comum que as unia. Regidos pelo inconsciente, os homens, nas multidões, viam dissiparem-se as suas aptidões intelectuais e a sua individualidade, o que resultava em uma fusão de qualidades humanas medíocres, em uma incapacidade para a realização de atos que exigiam o uso da inteligência (Le Bon, 1922:7-8).

Além da combinação de qualidades ordinárias, as multidões geravam caracteres novos nos homens, e isso, de acordo com Le Bon, por três razões. A primeira era a força quase invencível com a qual, em uma multidão, o indivíduo se sentia dotado e que o levava a ceder a instintos que de outro modo não cederia, a dar vazão a todos os seus desejos, certo de seu anonimato, de que não seria pessoalmente responsabilizado. A segunda e a terceira razões, respectivamente o contágio e a sugestibilidade, associadas, tornavam por sua vez irresistíveis as pressões sobre o indivíduo, levando-o a sacrificar seus interesses pessoais em favor dos coletivos, agindo como um autômato destituído de vontade (Le Bon, 1922:8-11).

Com esse perfil, as turbas eram autoritárias e intolerantes, apegando-se mais aos tiranos que as dominavam do que aos governantes bondosos. Respeitavam a força ao mesmo tempo em que tomavam a bondade como sinal de fraqueza (Le Bon, 1922:35).

As decisões da maioria, aferidas através de votações, não eram portanto necessariamente as melhores ou mais acertadas. Pelo contrário, era preciso ver que, ainda que de forma restrita ao momento da eleição, os eleitores também constituíam multidões. Dessa maneira, neles podiam igualmente ser observadas manifestações como a da baixa aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, o simplismo e a credulidade, o que, justamente, tornava suas decisões sujeitas a influências de agitadores (Le Bon, 1922:164-5).

O corolário disso parece ser claro. Se a equalização entre os homens, gerada pela multidão, era sinônimo de irracionalidade e barbárie, qualquer decisão que a tomasse por base devia obrigatoriamente ser posta em questão. E uma vez que nas eleições os homens formavam multidões, o sufrágio universal padecia de sérios males. Entregar a ele o destino de uma civilização, diz Le Bon, seria torná-la refém do imprevisto, de instintos e desejos primitivos, de elementos inferiores, caracterizados por seu baixo valor mental. Nessa perspectiva, a soberania popular era um capricho altamente nocivo, que já havia acarretado pesados prejuízos e que poderia, como um de seus grandes perigos, ensejar a vitória do socialismo.

Inversamente, havia em Le Bon uma outra equação, de resultado positivo, que associava de forma direta individualização, diferença, racionalidade e civilização. As civilizações se originaram e evoluíram a partir de pequenas minorias de espíritos superiores, que eram também a sua garantia de continuidade. Tal cadeia, portanto, não devia em hipótese alguma ser rompida (Le Bon, 1922:171-2).

Mas não se tire daí nenhuma conclusão apressada de que, no lugar do sufrágio universal, Le Bon defendesse algum sistema de voto restrito à minoria de espíritos superiores. Fiel à sua premissa de que uma multidão era sempre inferior, qualquer que fosse a sua composição ou tamanho, afirmava ele que em geral "o sufrágio de 40 acadêmicos não é superior ao de 40 carregadores de água" (Le Bon, 1922:173-4).

Não obstante o acerto e a pertinência de suas objeções, Le Bon considerava que o sufrágio universal e a soberania das multidões haviam se tornado dogmas inatacáveis, assim como as idéias religiosas na Idade Média. Não era portanto possível bloqueá-los, cabendo ao tempo a tarefa de operar seu desgaste (Le Bon, 1922:172-3).

E, para concluir, observava que algumas das características expostas eram válidas também para as assembléias parlamentares, que igualmente eram multidões. Daí ser falsa uma das idéias básicas do regime parlamentar, qual seja, a de que muitos homens reu-

nidos eram capazes de decisões mais sensatas e independentes (Le Bon, 1922:176-7).

Entretanto, cabia reconhecer que as assembléias parlamentares conformavam multidões apenas em alguns momentos. Além disso, normalmente as leis votadas eram fruto de uma reflexão individual, especializada, elaborada no silêncio de um gabinete. Por isso mesmo, apesar de todas as dificuldades, os parlamentos eram, na conclusão de Le Bon, "o melhor método que os povos ainda acharam para governar-se e, sobretudo, subtrair-se o mais possível ao jugo das tiranias pessoais" (Le Bon, 1922:190).

Retomando o argumento de Hirschman, além de Le Bon, Mosca e Pareto haviam se perfilado na crítica à democracia e ao sufrágio universal, ainda que partindo de uma tese distinta. Construindo um discurso que se apresentava como científico — observa o autor —, eles procuraram combater aqueles princípios demonstrando a sua futilidade, afirmando que qualquer sociedade, fosse qual fosse a sua organização política, estaria sempre dividida entre governantes e governados, ou entre elites e não-elites (Hirschman, 1992:49).

Na verdade, o que Hirschman procura indicar é a existência de um forte e generalizado clima intelectual antidemocrático, englobando não apenas os setores conservadores, mas igualmente os ditos progressistas. Não havia pois uma grande distância entre as formulações de um pensador como Pareto e as de Lenin, seu contemporâneo. De fato, para Hirschman, em livros como *El Estado y la revolución*, Lenin, mais do que Marx, havia sido influenciado por idéias como as do próprio Pareto e de "inúmeros outros detratores da democracia e praticantes do argumento da futilidade".[24] Indo mais além, o autor sugere que o comunismo e o fascismo tinham uma matriz comum, visto ter este último bebido naquelas mesmas fontes (Hirschman, 1992:123-4).[25]

Vê-se que o painel pintado por Hirschman para a origem da teoria das elites coincide com o de Mayer e, em traços gerais, com o da grande maioria dos demais comentadores. Existe portanto um relativo consenso entre eles, no que toca às questões-chave e aos móveis originais de Mosca e de Pareto, ainda que nem todos tenham a mesma avaliação de que, mais do que críticos, aqueles autores tenham sido inimigos da democracia, do liberalismo, do sistema representativo.

Dois aspectos que informam a leitura dos comentadores citados cabem ser destacados. O primeiro é uma clara tendência a homogeneizar os autores e suas idéias, a partir de elementos aparentemente comuns a todos eles. Dessa forma, torna-se perfeitamente

lícito colocar lado a lado pensadores como Mosca, Pareto, Le Bon e mesmo Lenin, deixando-se de atentar para as suas diferenças.

É preciso ver contudo que, embora haja elementos recorrentes em suas formulações, disso não decorre que os autores atribuam a eles os mesmos sentidos, ou que sejam idênticos os pesos e os lugares na argumentação conferidos a cada um deles. Além disso, mesmo que seja possível falar de uma matriz comum a todos aqueles pensadores, há que se perceber a forma diferencial com que ela é apropriada, acionada, e os usos distintos que dela são feitos por cada um deles.

A análise que será aqui desenvolvida visa justamente a dar conta dessas diferenças, sem descurar das semelhanças, relacionando-as com as trajetórias diversas, com as posições sociais distintas, e mesmo com as práticas e estratégias variadas dos autores — Mosca e Pareto de modo mais específico. Procedendo desse modo, será possível, igualmente, trazer elementos para uma relativização do sentido universal de processos como o da afirmação da democracia e da expansão da cidadania política através da adoção do sufrágio universal.

Muito embora se observasse uma generalização de tais processos na Europa no período em questão, eles não apenas não assumiram as mesmas configurações e os mesmos significados em todos os lugares, como também não foram vividos de maneira idêntica por todos os grupos sociais. Assim, a mera qualificação de um discurso como uma reação ao avanço da democracia, à afirmação política das massas e ao perigo socialista pouco nos diz sobre a especificidade desse discurso; ao contrário, ela em muito dificulta a percepção das diferenças entre esta e outras possíveis reações, e torna brutais os obstáculos à compreensão dos mecanismos e das formas reais do que seria ou não o avanço da democracia, a afirmação política das massas e o fortalecimento do socialismo.

Articulado a isso, deve ser igualmente levado em conta o segundo aspecto informador da leitura dos comentadores, ao qual já se fez referência. É certo que livros como os de Mayer e de Hirschman são referências fundamentais, contribuindo para relativizar a visão que se tinha do século XIX e do início do século XX como um período caracterizado pelo avanço inexorável da modernidade, do capitalismo, da indústria, do liberalismo, da democracia e das classes subalternas. Todavia, ao enfatizarem os aspectos de conservação e de reação, de restauração, que marcaram aqueles anos, esses autores deixaram de dar a devida importância ao que havia de novo naquelas mesmas reações.

Como contraponto, pode-se citar *Viena fin-de-siècle*, de Carl Schorske, que se debruça sobre o mesmo período e sobre questões de certo modo próximas. Analisando as relações entre cultura e política em Viena, na virada do século XIX para o XX, o historiador tenta caracterizar as inovações realizadas pela *intelligentsia* local — em campos como os da música, da filosofia, da economia, da arquitetura e da psicanálise — em um quadro de decadência e fragmentação. Atacando uma tradição cultural liberal na qual haviam sido gestados, os intelectuais vienenses puderam afirmar suas produções como críticas, inovadoras, transformadoras, formando a partir daí novas escolas (Schorske, 1988, passim).

Outra reflexão interessante é a de Karl Mannheim sobre o pensamento conservador alemão do século XIX. Qualificando-o como moderno, Mannheim o distingue do tradicionalismo enquanto resistência pura e simples a mudanças, empenho emocional em deter — ou mesmo em fazer retroceder — o curso da história. Longe disso, aquele conservadorismo, na avaliação do autor, havia se constituído como um esforço consciente de construção de uma filosofia política, de um sistema estruturado de reflexão, assim como o era, então, o racionalismo iluminista, mas em oposição a este.

Tendo portanto o racionalismo iluminista como referência obrigatória, o conservadorismo alemão se afirmou como um contra-sistema, como uma tentativa de, mais do que pensar algo diferente, pensar, isso sim, diferentemente. E indo mesmo além, tratou ele não apenas de afirmar-se como um pensar diferente, mas, de igual modo, como o pensar autêntico, verdadeiro e superior ao Iluminismo (Mannheim, 1981, passim).

O que é importante ressaltar é que se está diante de um esforço de compreensão de um mundo visto como em transformação, de uma tentativa de dar conta, a partir de determinados esquemas de percepção incorporados, de elementos que agora se afiguravam como questões. Desnaturalizando-se, rompendo-se gradativamente a legitimidade da ordem tradicional e das formas de dominação vigentes, elas passavam a ser encaradas como problemas, questões a serem resolvidas, objeto de intensas disputas entre portadores de soluções e projetos distintos.[26] Na verdade, é particularmente em momentos como esse que determinadas manifestações terminam se impondo e sendo reconhecidas como inovadoras.

Mas é preciso atentar para o fato de que, mesmo para os que naquele momento se identificavam e eram identificados com uma postura conservadora, não se tratava meramente, como bem observou Mannheim, de deter a roda da história. Eles também reconhe-

ciam tratar-se de um contexto distinto, com novas forças em cena, e que não podiam ser ignoradas, como fica claro em Le Bon.

Mannheim reforça essa hipótese ao observar que os conservadores alemães do século XIX de certa forma percebiam não ser sensato rejeitar terminantemente algumas idéias básicas do liberalismo, como a da própria liberdade, em uma indicação do grau de reconhecimento que haviam alcançado.[27] Eles as incorporavam, mas esvaziando seu conteúdo geral, universalizante, procurando qualificá-las, remetendo-as a realidades específicas (Mannheim, 1981:115-6). O que estava em jogo, portanto, era não um simples retorno a um *statu quo ante*, mas a imposição de uma nova legitimidade social.

É interessante perceber que, na disputa pela imposição de uma nova legitimidade social, terminou também impondo-se uma nova legitimidade para a própria disputa. Le Bon o indica, ao afirmar que não cabiam mais apenas lamúrias diante da presença inexorável das multidões. Era preciso ir além, explicando, entendendo o seu funcionamento, o que se faria, por exemplo, através de uma disciplina específica como a psicologia.

Os trabalhos de Mannheim e do próprio Hirschman também reforçam a idéia da conformação de uma nova legitimidade para a disputa. O primeiro, ao concluir que o conservadorismo, em sua oposição ao liberalismo, teve que se constituir — assim como este — em uma filosofia política, em um sistema estruturado de reflexão. Mais ainda, em seu empenho de relativização das categorias básicas do pensamento liberal, procurando qualificá-las, concretizá-las, individualizá-las segundo nações, o conservadorismo, como mostra Mannheim, apontava para a necessidade de se conhecer objetivamente as origens e o desenvolvimento específicos de cada idéia, de cada instituição, e assim por diante, o que se faria através da história que, então, se constituía enquanto disciplina autônoma, enquanto ciência (Mannheim, 1981:120-7). Hirschman, por seu turno, deu indicações dos novos termos da disputa ao observar que, a partir do século XIX, a reação à democracia e à instituição do sufrágio universal havia se dado, em larga medida, sob a forma de uma argumentação científica que buscava demonstrar, de forma cabal e objetiva, a sua inviabilidade, evidenciando assim a fraqueza, a insuficiência e o desconhecimento daqueles que as defendiam.

As ciências, portanto, se constituíram em arena privilegiada das disputas pela imposição de uma nova legitimidade social. E quando se fala em ciências a referência, basicamente, são as ciências sociais — a sociologia e a ciência política em particular —, bem

como a história, que nesse mesmo processo se instituíram enquanto tais, enquanto disciplinas, áreas específicas de reflexão, com objetos, métodos e, acima de tudo, com especialistas próprios.[28]

É por esse prisma que, guardadas as devidas diferenças, devem ser vistos os trabalhos de Mosca e de Pareto. Eles falam da incapacidade das massas e da desigualdade entre os homens, questionando, em conseqüência, a democracia e o sufrágio universal, além do socialismo, em um momento em que as massas afirmavam sua presença na cena política, que a igualdade e a democracia se generalizavam como valores legítimos e que o sufrágio universal começava a se disseminar. Sua linguagem, porém, não era simplesmente a do político militante, mas a do cientista social. Do mesmo modo, seus objetivos eram apresentados como científicos.

Há que se ter bem claro, ao tomar as teses de Mosca e de Pareto, que, embora elas possam conter um caráter normativo e expressar de fato um imbricamento entre ciência e política, não se está tão-somente diante de uma forma travestida de debate político. Se o que está em jogo ali é o próprio futuro da ordem política, social e econômica, a eficiência de cada jogador, suas habilidades e trunfos serão avaliados, em larga medida, em termos científicos. Ou seja, o efeito político poderá ser tanto maior quanto mais reconhecidamente científicos, imparciais, forem os argumentos.

Por conseguinte, trata-se também de uma disputa política, mas que, sob pena de se ilegitimar, deve se mostrar, principalmente, como um debate científico, objetivo, inclusive para os próprios jogadores. E na medida em que isso ocorre, mais do que a verdade política, que é igualmente uma verdade científica — e por isso mesmo —, o que se busca a um só tempo é prestígio, distinção e notoriedade em um campo científico em formação, ou prestígio, distinção e notoriedade através da formação de um campo científico.

A disputa científica que se deu entre Mosca e Pareto pela definição das elites pode assim, de modo concomitante, ser lida como uma disputa pela definição de quem seriam as elites científicas, pela imposição de um paradigma legítimo de avaliação e reconhecimento dos especialistas em ciências sociais. Além disso, a concorrência pela afirmação como elite científica, nesse caso, significava, ao mesmo tempo, constituir as próprias ciências sociais, impondo-lhes um objeto privilegiado, uma teoria a ele relacionada e uma forma legítima de trabalhá-lo, assim como criando-lhes posições institucionais específicas, como cadeiras universitárias. Portanto, na luta pela afirmação e pelo reconhecimento enquanto cientistas sociais, Mosca e Pareto terminaram por trabalhar para a afirmação

e o reconhecimento das próprias ciências sociais. E ao fazê-lo, mais do que competirem por posições já existentes, puderam, eles mesmos, criar para si tais posições.

É interessante observar que, quando se olha para fora da Itália, por exemplo para a França, verifica-se ser esse também o momento em que a sociologia se afirma e se institucionaliza como disciplina científica. No caso francês, a criação, a afirmação da sociologia universitária foi fruto, principalmente, do trabalho de Durkheim e dos chamados durkeimianos.[29]

A percepção dessa recorrência, contudo, não nos deve levar a supor a existência de uma uniformidade nos diversos processos locais de constituição das ciências sociais, ou mesmo no próprio sentido atribuído ao termo. Pelo contrário, o que uma análise comparativa mais fina pode indicar é justamente o que há de cultural nas visões científicas sobre o social, revelando a polissemia dos termos ciências sociais, sociologia e ciência política e evidenciando seus diferentes usos e apropriações.[30]

Não se objetiva aqui proceder a um estudo de escopo mais amplo, comparando realidades tão distintas como as da Itália e da França na virada do século XIX. Mas centrando a análise na realidade italiana e, dentro dela, privilegiando as formulações de Mosca e de Pareto, poder-se-á trazer alguns subsídios importantes. O que se verá primeiro é que as ciências sociais, no caso italiano, não chegaram a conformar no período tratado um domínio próprio, um campo autônomo, nem em relação ao direito — no interior do qual surgiram e de modo geral se mantiveram —, nem em relação à política, à qual permaneceram estreitamente vinculadas. Poder-se-á perceber também, a partir de Mosca e de Pareto, como se constituíram e concorreram duas posturas distintas em relação à ciência. O que se observará é que enquanto o primeiro adotava uma perspectiva mais abertamente engajada, uma visão normativa, o segundo encarecia a necessidade de um distanciamento, pautando-se por um ascetismo científico.[31]

Contudo, é principalmente pela trajetória diferencial, pelas posições sociais diversas ocupadas por esses dois autores, que suas posturas distintas em relação à ciência podem ser mais bem compreendidas. Tanto é assim que, uma vez rompidas, sobretudo com o advento do fascismo, as condições que impuseram a Pareto um afastamento da política, sua conduta desengajada passou a experimentar uma reversão. Por outro lado, o mesmo contexto fascista, impondo a Mosca um isolamento político, levou-o a assumir uma perspectiva mais distanciada.

Mais do que posturas distintas em relação à ciência e aos vínculos entre esta, a política e a sociedade, o que estava efetivamente em jogo aqui, de maneira mais ampla, eram formas diversas de construção de um objeto, vale dizer sistemas de hipóteses, explicações e demonstrações diferentes. Em que pese a essas distinções, Mosca e Pareto têm sido apropriados de forma homogênea, apenas apontando-se suas convergências e divergências, seus pontos fortes e suas inconsistências, sua atualidade ou seu anacronismo. O que isso acarreta de fato é a incorporação, de modo naturalizado, de suas noções, seus problemas, suas questões, que são tomados como dados.

A abordagem proposta neste livro conduz justamente a uma reflexão sobre a relação do cientista social com o seu objeto. Colocar em prática essa reflexão significa buscar romper com o dado, com as noções impostas, com o pré-construído e com a sensação de evidência e obviedade produzida. Um dos efeitos de uma tal operação reflexiva, portanto, pode ser de uma desreificação, com um efeito tanto maior quanto mais autorizado for o objeto tratado.[32]

O fato de este livro centrar-se em Mosca e Pareto torna necessários uma referência e um esclarecimento a respeito da exclusão de um terceiro pensador, também localizado por alguns nas origens da genealogia da teoria das elites. Trata-se do alemão Robert Michels que, em seu livro *Sociologia dos partidos políticos*, deu a seguinte formulação àquela que ficou conhecida como a lei de ferro da oligarquia:

> a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização diz oligarquia (Michels, 1982:238).

Michels chegou a essa constatação a partir do estudo de algumas das grandes agremiações de esquerda européias, principalmente a social-democracia alemã no início do século XX. Sua questão inicial era a de como a democracia podia ser exercida no interior dos partidos políticos, visto que neles se operava inevitavelmente uma concentração de poderes, uma cristalização de líderes, uma oligarquização. Para respondê-lo, ele investigou justamente os partidos que se apresentavam como os grandes guardiães, como as expressões mais acabadas da democracia (Michels, 1982:3-5).

O autor segue em seu livro um esquema lógico-evolutivo, partindo da necessidade de organizações. Não se concebia democracia, diz ele, sem organização. Ela era fundamental para qualquer classe que buscava alcançar suas metas e afirmar-se socialmente. E isso se mostrava tão mais verdadeiro quanto mais fraca e dominada fosse a classe, como era exemplo o operariado (Michels, 1982:15-6).

A seu ver, com o crescimento e a complexificação das sociedades, o ideal participativo da democracia e a idéia de governo direto das massas, que decidiam livremente em assembléias, tinham então se tornado técnica e mecanicamente impossíveis. Michels começa a justificá-lo a partir do que chama de patologia das massas. Anulando as individualidades, as responsabilidades e o poder de raciocínio, as multidões eram facilmente influenciáveis por oradores competentes e as assembléias, por isso mesmo, eram pouco propícias a discussões sérias e decisões refletidas (Michels, 1982:17-8).

Sendo incompetentes para por si mesmas tomarem decisões importantes, as massas necessitavam de chefes, de líderes a quem delegar tais funções, o que se refletia na sua apatia, no seu desinteresse pelas questões políticas. Além disso, tendiam a adorar celebridades que se apresentavam, que diziam falar em seu nome (Michels, 1982:33-9).

Ao lado dessa incompetência, era preciso perceber que o volume e a dispersão das massas, dada a própria expansão demográfica, tornavam a sua reunião em assembléias tecnicamente inviável. Diante disso, Michels concluiu que a representação de interesses por meio de organizações e delegados era uma tendência inexorável. Prevaleceria aqui no entanto, em um contexto democrático, o princípio da igualdade genérica entre chefes e massa (Michels, 1982:18).

Esse princípio contudo, se válido na origem, iria sendo aos poucos minado pela própria divisão do trabalho político. A crescente complexificação das tarefas dos delegados e a necessidade de decisões pontuais e urgentes — sem possibilidade portanto de consulta às bases — passavam a exigir deles habilidades e competências específicas, que eram conformadas em escolas especiais. Desse modo, introduzia-se aqui um elemento de diferenciação entre delegados e massa, tornando-os, em certa medida, autônomos, independentes do controle desta (Michels, 1982:19-20).

Tal situação só tendia a se aprofundar com o crescimento da organização e, conseqüentemente, do peso das atribuições dos delegados. Isso não apenas exigia que se ampliasse o quadro de funcionários da organização, mas igualmente que a sua dedicação pas-

sasse a ser integral. Delegados e funcionários tornavam-se assim profissionais da organização, passando a depender dela para a sua sobrevivência. Mais do que isso, a própria sobrevivência da organização passava a depender deles (Michels, 1982:22-3).

Com isso, observa Michels,

> o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. Os partidários devem renunciar a dirigir ou mesmo a supervisionar todos os assuntos administrativos. Vêem-se obrigados a confiar essa tarefa a certas pessoas, especialmente nomeadas para tal fim, a funcionários pagos pela organização. A massa é reduzida a contentar-se com prestações de contas sumaríssimas ou a recorrer a comissões de controle (Michels, 1982:22).

Apartados de suas atividades originais, os delegados passavam assim a ver como indispensáveis seus ganhos na organização.[33] A continuidade desta, por seu turno, passava também a ficar diretamente vinculada à presença daqueles que de fato conheciam seus meandros, controlavam seu funcionamento. Uma vez eleitos, por conseguinte, os delegados passavam a permanecer em seus cargos por longuíssimos períodos, o que vivenciavam como um verdadeiro direito moral conquistado (Michels, 1982:27).

Percebendo suas posições como um direito, os chefes tendiam, por extensão, a interceder em sua sucessão, reservando-as a seus herdeiros. Nesse sentido, o que se notava era a prevalência de práticas como a do nepotismo, do favorecimento e da cooptação, e não do mérito, da concorrência, da eleição (Michels, 1982:66-7).

O resultado dessa simbiose entre delegados e organização era uma inversão no próprio sentido desta. Fugindo ao controle da massa, a organização era direcionada não para os seus interesses, mas sim para os dos chefes, ou melhor, para os interesses que eles sustentavam ser da massa. Desse modo, os delegados, os representantes, deixavam de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão do sociólogo alemão, seus patrões (Michels, 1982:93).[34]

É certo, contudo, que as posições de chefia não deixavam de ser disputadas. Havia sempre novos indivíduos almejando-as, o que significava a ocorrência de lutas pela chefia. Isso forçava de algum modo os antigos chefes a se mostrarem sintonizados com os sentimentos da massa, declarando serem seu instrumento, submetendo-se aparentemente às suas vontades. Os novos aspirantes, entretanto, buscavam derrubá-los denunciando sua tirania, defendendo os

direitos violados da massa anônima, direitos que sem dúvida também violariam uma vez alcançado o poder. Os "revolucionários de hoje", conclui Michels com ceticismo, "são os reacionários de amanhã" (Michels, 1982:93-103).

Tais afirmações, esclarecia o autor, não tinham o sentido de julgamento ou de aprovação, mas tão-somente de demonstrar que a democracia, tal como propalada, era impraticável. Suas formulações eram fruto da constatação de um processo natural necessário, decorrente da própria democracia, e que não se limitava apenas ao âmbito dos partidos, podendo ser percebido na sociedade como um todo. Buscava ele

> demonstrar com evidência que a sociedade não pode subsistir sem uma classe "dominante", que esta é a condição necessária para aquela e que a classe dirigente, embora sujeita na sua composição a uma freqüente renovação partidária, não deixa de constituir o único fator em que a ação se manifesta suficientemente durável na história do desenvolvimento humano.
>
> De acordo com essa concepção o governo ou, se preferimos, o Estado não saberia ser outra coisa a não ser a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a "ordem jurídica", a qual aparece como uma justificação, uma legalização da exploração à qual ela submete a massa dos hilotas, em vez de ser a emancipação da representação da maioria (Michels, 1982:234).

O Estado socialista não fugia a essa regra, ainda que se quisesse a forma mais perfeita de igualitarismo. Ele era um Estado dos socialistas, e não das grandes massas, do proletariado. "A vitória do socialismo", vaticinava Michels, "não será a do socialismo, que perecerá no mesmo momento em que triunfarem seus partidários" (Michels, 1982:235).

Michels, é importante destacar, era cerca de 20 anos mais novo do que Mosca e 30 mais novo do que Pareto. Ele havia sido discípulo de Mosca em Turim, em 1907, vindo daí algumas das hipóteses norteadoras de *Sociologia dos partidos políticos*. Mosca portanto era visto por Michels como um mestre, da mesma forma que Pareto teve sua ascendência reconhecida por ele a partir de meados da década de 10.[35] Ainda que a primeira edição de seu livro tenha sido publicada em 1911 em alemão — antes portanto do *Traité de sociologie générale*, que data de 1916 —, as idéias fundamentais

de Pareto já tinham sido formuladas em trabalhos anteriores, da mesma forma que as de Mosca, cujo livro básico e mais conhecido, *Elementi di scienza politica*, havia surgido em 1896.

Mais do que a simples precedência cronológica, contudo, há um claro reconhecimento de que Mosca e Pareto foram os principais pólos iniciais do debate sobre as elites, estando mais ainda referidos um ao outro. Tanto é assim que dificilmente se encontra algum autor que, voltando-se para as idéias de um daqueles pensadores, não se reporte de modo obrigatório às do outro. Isso pode ser visto, aliás, pelo próprio Michels, que, embora relativize a originalidade das percepções de Mosca e de Pareto, atribui a eles a constituição das elites enquanto objeto de reflexão sociológica, aludindo ainda à concorrência entre os dois em torno da questão:

> A necessidade de um grupo social dominante é reconhecida, sem dúvida, há muito mais tempo que imaginamos.
>
> Gaetano Mosca, que é atualmente, junto com Vilfredo Pareto, o intérprete mais eminente e ao mesmo tempo o mais hábil e mais autorizado nessa concepção, Mosca, dizíamos nós, embora disputando com V. Pareto a prioridade científica dessa teoria, não deixa de reconhecer em Hippolyte Taine e em Ludwig Gumplowicz seus precursores.
>
> Mas, fato menos conhecido, embora não menos interessante, a teoria de Mosca e de Pareto tem seus primeiros e mais consideráveis antepassados intelectuais na mesma escola contra a qual ela dirige de preferência suas flechas, ou seja, entre os pensadores socialistas e particularmente nas antigas teorias socialistas francesas: são nessas teorias, na verdade, que podem ser descobertas as sementes da doutrina que Mosca e Pareto iriam elevar mais tarde à dignidade de um sistema sociológico (Michels, 1982:226).[36]

É preciso ver, além de tudo, que apesar do empenho de um comentador como Ettore Albertoni (1990:17) em incluí-lo no que chama de escola italiana das elites, Michels estava bastante referido ao quadro alemão do início do século XX, como bem observa Arthur Mitzman (1987). Ele havia nascido em Colônia, em uma tradicional família patrícia de comerciantes de lã, católica e influenciada pela cultura francesa, cuja língua Michels aprendeu ainda em criança.

Sua formação foi bastante cosmopolita, tendo estudado, além da Alemanha, na Inglaterra e na França.

Michels filiou-se à social-democracia, tendo participado ativamente do movimento sindical, não apenas alemão, mas também francês e italiano, nunca chegando porém a alcançar posição hegemônica. Ainda assim, essa militância lhe valeu o bloqueio das universidades alemãs, vedadas ao ingresso de professores socialistas ou judeus. Mesmo contando com a simpatia e o apoio de Max Weber, de cuja revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* foi assíduo colaborador, Michels teve a sua carreira na Alemanha cortada, o que em parte explica a sua ida para a Itália em 1907, período em que também se afastou do socialismo.

Não há assim como desvincular *Sociologia dos partidos políticos* da trajetória prévia de Michels. Não há igualmente como descolar o livro das intensas discussões que eram então travadas no interior do socialismo, envolvendo, entre outros, Rosa Luxemburg, Lenin e Kautsky, sobre a democracia direta e o caráter dos partidos operários. Por isso mesmo é que ele foi alvo de comentários críticos de intelectuais militantes de esquerda como Nicolai Bujarin, Antonio Gramsci e Georg Lukács.[37]

Alguns críticos chegaram mesmo a não desvincular o livro de passagens posteriores da vida de Michels, como se pudessem ser estas corroboradoras do que julgavam ser a essência do seu pensamento, emprestando sentido a todos os seus atos anteriores. A principal dessas passagens era justamente a adesão do sociólogo ao fascismo, em meados dos anos 20, quando foi convidado por Mussolini para integrar os quadros da Universidade de Perugia. Para Lukács, por exemplo, isso revelava que *Sociologia dos partidos políticos*, de 1911, já era norteado por princípios ou propósitos fascistas, assumidos apenas tempos depois (Lukács, 1958:29-30).

Se for somado ao que até aqui foi visto o fato de que, muito embora tenha seu nome predominantemente associado a apenas um texto, Michels tenha publicado cerca de 700 artigos e 30 livros, a maioria dos quais em alemão, ficam patentes as dimensões dos obstáculos existentes para a sua inclusão neste livro.[38] Não somente o acesso às suas publicações seria extremamente difícil, como obrigaria a uma ampliação do leque de questões, tendo que acrescentar, além da própria Itália, uma análise, entre outros pontos, dos campos político e intelectual alemães. Por tudo isso, este livro se restringirá a Mosca e Pareto.[39]

*CAPÍTULO 1*

# Concorrência e reconhecimento

Mosca e Pareto são, por via de regra, tratados de maneira conjunta pelos trabalhos referidos à teoria das elites. Os dois podem simplesmente ser colocados lado a lado, procedendo-se a um arrolamento de suas idéias, ou, de modo mais complexo, comparados e avaliados de forma sistemática, apontando-se semelhanças e diferenças entre suas teses básicas, indicando-se o alcance de cada uma.

Isso pode ser percebido até mesmo nos trabalhos centrados sobre apenas um dos dois autores. Assim, por exemplo, tanto James Meisel quanto Ettore Albertoni, dois dos mais assíduos e reconhecidos comentadores de Mosca, dedicam páginas a Pareto em seus textos.[40] O mesmo ocorre com Arthur Livingston, editor americano de Mosca e também de Pareto, em sua introdução ao próprio *The ruling class* (Livingston, s.d.:xxxvi-xxxix).

Pelo lado dos comentadores de Pareto também é evidente o tratamento conjunto. Uma boa amostra é a introdução de S. E. Finer a *Vilfredo Pareto. Sociological writings* e o longo capítulo de Raymond Aron dedicado ao autor italiano em *As etapas do pensamento sociológico*.[41]

Há portanto um forte entrelaçamento entre os dois pensadores, obrigando a que não se possa falar de um sem que ao menos se faça referência ao outro. Uma das razões para tanto, a mais óbvia, é a de que ambos estão localizados nas origens da teoria das elites. Se isso é óbvio, contudo, o é como efeito de imposição, resultado da disputa que Mosca e Pareto travaram em torno da primazia na elaboração da tese elitista. Foi essa disputa que, em grande parte, forçou o encadeamento entre os dois e, mais ainda, contribuiu para a sua consolidação como fundadores da referida teoria.

A notoriedade de Pareto precedeu o seu *Traité de sociologie générale*, publicado em 1916, cerca de sete anos antes de sua morte. Foi a partir da economia política, campo no qual se inscrevia a maior parte de seus trabalhos, que ele se impôs, se projetou, inclusive internacionalmente, como um dos expoentes do marginalismo, ao lado de nomes como os de William Stanley Jevons, Karl Menger e Léon Marie Esprit Walras. Mas suas teses sociológicas básicas, relativas às elites e à sua circulação, vinham sendo formuladas mesmo em seus textos de cunho econômico, o que lhes emprestava maior capacidade de reverberação e difusão.

Se Pareto era um autor bastante lido e conhecido, o mesmo não se pode dizer em relação a Mosca. Embora se tivesse iniciado na atividade acadêmica mais jovem, bem antes de Pareto, tanto no magistério quanto na publicação de textos, como autor Mosca era pouco difundido. Foi como político, principalmente, que ele se afirmou, sendo suas posições conhecidas por suas intervenções na Câmara dos Deputados e depois no Senado, como também por seus artigos de jornal.

Esse fato foi notado por alguns de seus contemporâneos, como o escritor Giuseppe Prezzolini, que, em suas memórias, faz referência à pouca fama alcançada por Mosca na Itália (Prezzolini, 1983:258). Igualmente Mario Delle Piane, autor de uma bibliografia comentada do pensador, datada de meados dos anos 40, e do verbete a ele dedicado na *International Encyclopedia of the Social Sciences*, observa que as teses de Mosca sobre a classe dirigente haviam obtido, no momento em que foram formuladas, pouco sucesso e escassa difusão (Delle Piane, 1968:505). Arthur Livingston, mencionando esses mesmos aspectos, os atribui às características mentais de Mosca, moldadas pelo ambiente siciliano em que havia crescido, que determinavam um estilo de comportamento mais plácido, mais comedido, mais introvertido, evitando a pirotecnia, a exposição excessiva, a fama pública (Livingston, s.d.:xiv).

Contudo, é interessante observar, não era exatamente esse o estilo que Mosca adotava quando se tratava de demarcar sua anterioridade, de reivindicar sua originalidade na formulação da tese elitista diante de Pareto. Este, a despeito de ter publicado posteriormente, alcançava maior repercussão e notoriedade, associando seu nome àquela que se buscava afirmar como uma novidade sociológica e, além disso, não atribuindo crédito a Mosca. Em uma aula magna proferida na Universidade de Turim em 1902, imediatamente após a publicação de *Les systèmes socialistes*, de Pareto, Mosca lançou sua primeira investida aberta contra este, destacan-

do que, embora ainda em grande parte aceita na ciência política, a classificação tradicional das formas de governo como monarquia, aristocracia e democracia, originada em Aristóteles, vinha sendo posta em xeque, particularmente na Itália. Em uma alusão a seu livro *Teorica dei governi e governo parlamentare* — publicado em 1884, mas concluído um ano antes —, Mosca referiu-se a uma nova doutrina que vinha sendo desenvolvida desde 1883 (Mosca, 1949a:10).

Essa teoria era conhecida há algum tempo, informando inclusive formulações mais recentes de outros autores, mesmo de fora da Itália:

> No ano passado, um outro escritor italiano, o Rensi, em um trabalho no qual propugnava a democracia direta e combatia o princípio da representação política, baseava explicitamente sua tese na concepção científica já exposta na Itália.[42] Essa concepção foi também adotada por Pareto na sua recentíssima obra sobre os sistemas socialistas, embora, ao contrário de Rensi, e com estranho esquecimento, o nosso caríssimo professor da Universidade de Lausanne não tenha mencionado o escritor italiano que foi o primeiro a ter condições de formular a doutrina ora ardorosamente defendida por Pareto (Mosca, 1949a:11).[43]

Pareto respondeu à invectiva de Mosca em 1907, na primeira edição italiana do seu *Manuel d'économie politique*. Ali, em uma nota, ele afirmou:

> O prof. Mosca se queixa e fica muito aborrecido se não é citado quando se relembra o fato de que na sociedade é sempre um pequeno número que governa, e parece acreditar que foi ele quem descobriu isso. Para contentá-lo, transcrevo aqui os títulos das suas obras, das quais conheço apenas a última: *Teorica dei governi e governo parlamentare*, 1884; *Le costituzioni moderne*, 1887; e *Elementi di scienza politica*, 1896.
>
> Na realidade, porém, o princípio que afirma que é a minoria que governa é conhecido há muito tempo. Trata-se de lugar-comum presente não apenas em obras científicas, mas até mesmo em produções exclusivamente literárias (apud Mosca, 1949b:116).

Pareto, como se vê, procura desqualificar o pleito de Mosca, negando, mais do que seu caráter de novidade, de originalidade, também o de cientificidade, remetendo-o a uma espécie de senso

comum, de intuição generalizada. E foi justamente por esse ponto que Mosca iniciou sua tréplica, no artigo "Piccola polemica", publicado também em 1907, diferenciando pensamento científico de intuição popular e argumentando que o fato de o primeiro trabalhar com elementos da segunda não era suficiente para invalidá-lo (Mosca, 1949b:116-7).

Mosca também procurou desvincular Pareto da ciência, referindo-se a ele repetidas vezes por seu título nobiliárquico de marquês, e não pelo acadêmico de professor, e deslegitimá-lo acusando-o de plágio:

> É certo que o plágio nas ciências sociais não é tão fácil de constatar como nos trabalhos literários, uma vez que nas ciências supramencionadas é o conceito, e não a forma, que tem a máxima importância, e um conceito pode sempre se repetir e reproduzir-se com palavras e frases diversas. No processo pelo qual ele se desenvolve e se coloca em evidência, um homem culto e de engenho pode sempre introduzir modificações e colocar alguma coisa de seu. Mas quem está habituado aos estudos de crítica científica sabe perfeitamente o quanto é fácil, no fundo, discernir se um sistema de idéias surgiu espontaneamente em um escritor, como produto natural de uma elaboração totalmente original, ou seja, de uma mentalidade que se forjou por si só e pouco a pouco se foi formando, ou se aquele sistema conserva os traços de uma elaboração precedente, de uma outra mente através da qual ele, ou um sistema muito similar, passou anteriormente (Mosca, 1949b:118-9).

Ainda que não possa ser ignorada, uma vez que assumiu uma dimensão pública, a concorrência entre os dois autores foi minimizada por alguns comentadores, sendo circunscrita, aliás, aos limites impostos pelo próprio Pareto. Arthur Livingston, na introdução a *The ruling class*, depois de comentar a disputa, afirmou que de uma perspectiva científica ela era irrelevante, visto não haver, em sua opinião, qualquer conexão histórica ou dialética entre as teorias da elite, de Pareto, e da classe dirigente, de Mosca (Livingston, s.d.:xxxvi). Também para o sociólogo Carlo Mongardini, a discussão, nos termos em que era colocada, muito pouco tinha de científica, contribuindo não para aclarar a questão básica em jogo, mas sim para torná-la ainda mais confusa. Segundo ele, o que uma análise mais objetiva e documentada permitia concluir era que, se semelhanças havia entre as formulações de Mosca e de Pareto, elas

deviam-se ao fato de que ambos partiam de uma raiz comum: as análises de Taine sobre a sociedade francesa.[44]

Mais recentemente, Ettore Albertoni, caminhando em uma linha próxima a esta, defendeu a idéia de que, em vez de se centrar na competição pela prioridade, deveriam ser enfatizados os afastamentos e proximidades das idéias, as influências mútuas de Mosca e de Pareto (Albertoni, 1990:147-51). E da mesma forma James Meisel, depois de acentuar que Mosca e Pareto haviam a contragosto se tornado parceiros, procura dissociá-los pela via da análise, da comparação entre suas teorias, buscando principalmente suas diferenças. Meisel o justifica com o argumento de que era preciso ir além dos juízos em jogo na concorrência entre os dois autores, que eram prejudiciais para ambos:

> Assim a associação intelectual fere ambos os autores: Mosca perdeu o direito autoral à sua idéia, enquanto Pareto teve a sua reputação moral danificada e ele mesmo reduzido a um teórico da elite. Por uma ironia da história intelectual, os dois inimigos terminaram tornando-se, para sempre, gêmeos inseparáveis da escola lançada por Gaetano Mosca quando publicou seu primeiro grande trabalho, em 1884 (Meisel, 1965b:15-6).

Se apenas o fato de que, apesar de ignorarem formalmente a concorrência, os comentadores a incorporam, obrigando-se a comparar e a tratar Mosca e Pareto por um lado de modo conjunto, e, por outro, a partir das percepções e das categorias impostas em larga medida pela própria disputa, já não fosse suficiente para ressaltar a sua relevância, bastaria atentar para os termos em que os dois autores a colocavam, para a sua insistência, para perceber que ela é altamente significativa, tendo por isso mesmo que ser levada na devida conta. Há que se destacar que, mais do que a primazia na formulação de uma tese, o que estava em jogo era a prioridade na descoberta de uma lei científica. Assim, pouco importava que outros, mesmo literatos, em vários períodos já tivessem observado que era sempre uma minoria que governava, referindo-se a um fato tido como perfeitamente natural e evidente. O que se tratava efetivamente era de saber quem teria em primeiro lugar, nessa recorrência, demonstrado a existência de uma norma, de uma regra universal, atribuindo-lhe o *status* de questão, e, ainda além, em um contexto em que começava a prevalecer não o princípio do governo de uma minoria, e sim da maioria.

## Concorrência e trabalho de reconhecimento

Os investimentos de Mosca e Pareto tanto no seu reconhecimento enquanto elite científica quanto na própria afirmação das ciências sociais, suas estratégias individuais, estão relacionados às diferentes posições sociais por eles ocupadas e aos recursos que controlavam, o que transparece em suas táticas concorrenciais. Nesse sentido, é significativo como, a partir da primeira edição do *Manuel d'économie politique*, Pareto passa a agir de modo claramente distinto do de Mosca. Enquanto este aposta em uma investida pública visando a afirmar sua novidade e sua ascendência, Pareto o ignora publicamente, evitando fazer qualquer referência a ele em seus textos, retirando-o mesmo das novas edições de seus trabalhos anteriores, como o próprio *Manuel*.

Apenas em sua correspondência privada é que Pareto continua a tratar do assunto. E é em uma carta a seu amigo Carlo Placci, ainda de 1904, que podem ser buscados elementos para compreender tanto seu silêncio público, quanto o clamor de Mosca.[45] Pareto dizia que Mosca, ao invés de atacá-lo, deveria agradecer-lhe pois "só depois que publiquei os *Systèmes socialistes* é que vi citadas as obras que antes eram clandestinas".[46]

O que se percebe é que, ao tornar pública sua disputa, era também a si mesmo, a seus trabalhos, que Mosca procurava divulgar, saindo da clandestinidade, da obscuridade, forçando o seu reconhecimento científico através do prestígio intelectual de Pareto. Para este, por seu turno, o silêncio, ao mesmo tempo em que demarcava a sua superioridade, era uma forma de exorcizar Mosca, negando-lhe importância, luz, espaço, relegando-o ao esquecimento.

À diferença de Pareto, que parecia se impor naturalmente, sem esforço maior, Mosca era obrigado a um exercício constante, a um trabalho incessante de reafirmação para que fosse reconhecido como novidade científica. É por isso, em grande parte, que ele procurou manter acesa a disputa, mesmo após a morte de Pareto.

A recepção e o reconhecimento diferencial dos dois autores ficam patentes nas avaliações que em geral deles são feitas. A comparação sistemática entre Mosca e Pareto, até como forma de dar conta do sucesso relativamente maior deste, foi na verdade um dos efeitos de sua concorrência que, assim, pode ser tomada também como um trabalho efetivo de imposição.

Reconhece-se, em geral, a anterioridade cronológica de Mosca. É a Pareto, contudo, que se atribui a generalização, a difusão da teoria e do próprio termo elite, e, mais do que isso, a sua afirmação

científica. Podemos percebê-lo em Finer, Albertoni, Bobbio, Bottomore, Sereno e Sartori,[47] apenas para citar alguns autores.

A essa avaliação, de forma mesmo a justificá-la, acrescenta-se uma outra, segundo a qual Pareto tinha uma perspectiva muito mais ampla do que a de Mosca. Enquanto este havia se limitado basicamente ao campo político, com seus agentes e instituições, o outro buscara erigir um grande sistema sociológico, ao qual se subordinava a sua teoria das elites.[48] Pareto é visto como um pensador mais rigoroso, sistemático, profundo, inovador e mesmo mais brilhante do que Mosca que, segundo Stuart Hughes (1965a:141), figurava para alguns como uma espécie de Pareto de segunda classe.[49]

O próprio Livingston, comentando as aproximações e os distanciamentos entre os trabalhos de Mosca e de Pareto, fez a seguinte observação na introdução a *The ruling class*:

> Ainda que semelhantes em método e espírito, as duas pesquisas são vastamente diferentes em abrangência e magnitude. A pesquisa de Pareto, baseada em uma análise do equilíbrio social, leva a uma visão abrangente de toda a sociedade e resulta em um monumento de proporções arquitetônicas gigantescas — o *Trattato*,[50] que é, mais do que um livro, uma cultura e uma maneira de viver. Em uma pesquisa como esta, os problemas da organização política, que Mosca propõe-se a resolver, são meros detalhes, mesmo que, para resolvê-los, Mosca tenha que levar em consideração muitos dos fatos que são básicos na estrutura mais ampla de Pareto; e ele os leva efetivamente em consideração, na forma de observações, comentários, intuições, anotações que deliciam e surpreendem por sua agudeza e profundidade (Livingston, s.d.:xxxvii-xxxviii).

Na comparação com Mosca, Pareto se impõe, portanto, como um pensador mais brilhante, mais profundo, sistemático, amplo e inovador. Além disso, e ao mesmo tempo reforçando tudo isso, ele consegue erguer um certo véu de mistério em torno de seu nome, passando a viver em isolamento na localidade suíça de Céligny onde, rodeado de gatos da raça angorá, dedica-se integralmente aos seus trabalhos.[51] Assim, enquanto Mosca se apresentava, ou buscava se apresentar, como uma figura pública envolvida com a política italiana, Pareto se isolava, afirmando-se como um recluso, como o solitário de Céligny, na expressão de Schumpeter (1949:150).[52]

Esse isolamento teria sido fundamental, de acordo com alguns comentadores, para a configuração de suas idéias, de seus

trabalhos, o *Traité de sociologie générale* em particular. Segundo Hughes, afastado das pressões e das paixões imediatas, Pareto foi capaz de tratar seus temas com um distanciamento olímpico, abordando-os de modo frio, objetivo (Hughes, 1958:260).[53] Sem compromissos, ele se afigurava como um crítico mordaz, suas formulações tinham um estilo acrimonioso, não poupando nada ou ninguém, como uma metralhadora giratória, condizente com seu perfil reconhecidamente cético.

Por tudo isso, Pareto terminou se afirmando como um pensador livre, independente, sem peias, que se impôs por seu próprio valor, por seus méritos superiores, sua cultura, sua erudição, nada devendo a ninguém. Esta, na verdade, passou a ser reconhecida como uma de suas características mais marcantes e individualizadoras. Nas palavras de um de seus primeiros biógrafos, Georges-Henry Bousquet, "a independência sempre foi o traço dominante em Pareto" (Bousquet, 1928:193).

A generalização dessa imagem pode ser percebida em uma carta do escritor Giuseppe Prezzolini, contemporâneo de Mosca e Pareto, a Ettore Albertoni, já em 1977, comparando os dois pensadores. Dizia Prezzolini:

> Pareto era um espírito mais vasto, mais caloroso, mais aberto, um escritor mais político e mais brilhante do que Mosca: escreveu em francês, e em seguida foi traduzido para o inglês (...); era um escritor brilhante, cultivado: não conhecia apenas o latim como Mosca, mas estava penetrado pela cultura grega; havia viajado e vivido longamente em um meio internacional, ou seja, em Genebra; era independente, enquanto Mosca, para fazer carreira, fizera-se nomear para o Parlamento (apud Albertoni, 1990:151).[54]

É interessante notar que, enquanto Pareto é reconhecido por suas qualidades mais propriamente intelectuais, por sua profundidade, por seu brilhantismo, por sua erudição, enquadrando-se em um modelo, que se tornou predominante, de uma ciência desengajada, livre, crítica, objetiva, Mosca, em que pese aos seus esforços de afirmação, ficou associado a elementos extracientíficos, percebido como um pensador politicamente engajado, identificado por suas posturas éticas e morais. Assim, as avaliações da produção intelectual deste vêm em geral acompanhadas de referências à sua atuação política exemplar, digna, à sua dedicação no serviço ao país.

Cientificamente, portanto, Pareto é visto como um pensador superior, independente, desengajado, amplo, ao passo que Mosca figura como um autor que não conseguiu se desvincular das ideologias e das lutas políticas de sua época, cujas formulações, por essa mesma razão, são localizadas e datadas. Isso pode ser percebido, por exemplo, em Norberto Bobbio,[55] que vê Pareto como um crítico das ideologias, marca de sua excepcionalidade e inovação, enquanto Mosca é apresentado como um conservador antiigualitarista. Uma avaliação próxima a esta é que leva Carlo Mongardini (1965:179-80) a afirmar por seu turno que, enquanto as idéias de Mosca estão ancoradas no século XIX, as de Pareto abrem o século XX.

Se de uma perspectiva científica Pareto é classificado em uma posição superior à de Mosca, a avaliação se inverte quando se trata de tomá-los por um prisma político. O cético Pareto, em seu afã de analisar criticamente, de desvelar a democracia, teria levado sua independência ao paroxismo, fornecendo munição para as hostes fascistas. Mosca, por seu lado, ainda que um conservador, seria um pensador liberal que se teria oposto ao fascismo, colocando a moral acima da ciência, moderando suas críticas ao sistema parlamentar de modo a não contribuir para o avanço do totalitarismo.[56]

Bottomore, no livro *As elites e a sociedade*, afirma que a diferença fundamental entre Pareto e Mosca era a de que, enquanto aquele era profundamente crítico em relação à democracia, ao humanitarismo e ao progresso, este reconhecia a importância, e até aprovava, os princípios gerais da democracia moderna (Bottomore, 1965:11). Já para Bidiss — que em seu *The age of the masses* procura retraçar a história do pensamento europeu a partir de 1870 —, os *Elementi di scienza politica* eram "o trabalho de um moderado político, que advogava um equilíbrio pluralista de forças sociais dentro de um sistema de governo representativo parlamentar" (Biddiss, 1977:133).

Também para Hughes, o que diferenciava Mosca de Pareto era o fato de nunca ter aquele abandonado o caminho da respeitabilidade, do decoro, assumindo uma postura de oposição ao fascismo. Enquanto ele havia chegado a uma atitude relativamente favorável em relação à democracia representativa, o outro evoluíra firmemente para uma postura crítica, quase fascista (Hughes, 1958:252-3).

Até mesmo Gramsci, referindo-se a Mosca em *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, já em plena maré montante do fascismo, afirma que seu interesse,

> na verdade, varia entre uma posição "objetiva" e desinteressada de cientista e uma posição apaixonada de homem de partido, imediatista, que vê se desenrolarem acontecimentos que o angustiam e contra os quais deseja reagir (Gramsci, 1968:158-9).

De modo equivalente ao da independência em Pareto, o liberalismo, associado às qualidades morais, é visto como um traço essencial do caráter de Mosca, de sua personalidade. Este elemento se incorporou de tal modo à percepção que se impôs do autor, que refletir sobre suas idéias passou a significar, ao mesmo tempo, buscar nelas os sinais de adesão ao liberalismo e ao pluralismo político.[57]

Tanto no caso de Mosca quanto no de Pareto, o que se observa é uma naturalização de suas representações, das maneiras como são percebidos, de forma que suas posturas, em vez de explicadas, passam a figurar como dados a serem reconstituídos. Elas aparecem não como estratégias, opções, tomadas de posição, mas sim como decorrências lógicas, expressões de tendências inerentes aos autores, cabendo descrevê-las e acrescentando, no máximo, quando muito, aqueles que seriam considerados seus estopins, seus elementos detonadores, desencadeadores.

Assim, Manon Michels Einaudi — no artigo "Pareto as I knew him", publicado nos Estados Unidos em 1935, mesmo ano do lançamento de *The mind and society* (Pareto, 1963), edição americana do *Traité de sociologie générale* —, procurando compreender o amor do autor pelos gatos, traça linhas de identidade entre ele e esses animais, enfatizando o orgulho e, acima de tudo, a independência:

> É difícil expressar a extensão do amor de Pareto por seus gatos: eles eram mesmo sagrados para ele, especialmente os angorá, que caracterizava como uma raça independente e orgulhosa. E independente e orgulhoso era o próprio Pareto, amante da etiqueta mas capaz, por vezes, de mostrar os dentes por insatisfação para, de repente, no momento seguinte, revelar-se dócil novamente. Independente, ele era um amigo de todos os independentes e rebeldes em conflito com seus governos, quer fossem italianos socialistas exilados ou clericais franceses, acolhendo-os em sua casa com extrema generosidade. Orgulhoso, ele era cônscio de seu próprio valor e de sua originalidade, das origens antigas de sua família, tão nobre e venerável quanto a de Sabóia (Einaudi, 1935:338).

O próprio economista Joseph Schumpeter, em um texto de 1949, escrito por ocasião do centenário de Pareto, afirmou:

> Pareto não pode ser rigidamente enquadrado. Ele não cortejava nenhum "ismo". Nenhum credo ou partido pode reivindicá-lo, embora muitos credos e partidos tenham se apropriado de fragmentos do vasto domínio por ele controlado (Schumpeter, 1949:148).

Dirigindo o foco agora para Mosca, temos, em um extremo, Mario Delle Piane, para quem, de uma atitude inicial de certa forma benevolente em relação ao fascismo, o pensador havia passado a uma oposição aberta. Quanto a isso, porém, Delle Piane observa:

> Deve ser lembrado, contudo, que embora os eventos de seu tempo tenham tido alguma influência na formulação de Mosca de uma posição liberal, ele a alcançou basicamente por meio de uma reflexão teórica (Delle Piane, 1968:506).

Para Delle Piane, portanto, o contexto em que Mosca viveu pouco pesou para a formulação de suas posições. De um modo ou de outro, logicamente, naturalmente, ele chegaria a uma conclusão liberal.

Também Meisel procura mostrar como Mosca, a princípio um dos expoentes italianos da crítica à democracia, julgando-a uma via desimpedida para o socialismo, terminaria por condenar as conseqüências de suas próprias idéias quando Mussolini, justamente um ex-marxista, resolveu incorporá-las (Meisel, 1962:xiii). Em *The myth of the ruling class*, Meisel faz uma cuidadosa retomada dos trabalhos de Mosca, com especial atenção para os menos conhecidos fora da Itália, o que o torna um dos poucos e fundamentais meios de acesso mais amplos à produção do pensador. Seu livro, porém, preocupa-se mais com a lógica interna e com a sucessão dos escritos de Mosca, tentando perceber seus elementos constituidores, os valores e as motivações íntimas que através deles se expressam, os conflitos entre tendências distintas que neles estariam presentes, como pluralismo e monismo, moralismo e pragmatismo, e relativismo e

absolutismo, tratando de dar conta de suas permanências, prevalências e modificações ao longo do tempo.

Na verdade, seguindo essa linha, Meisel acaba por tomar Mosca pelos seus textos e, dessa maneira, não consegue dar conta de suas opções, tomadas de posição, conflitos e alianças. Mais do que isso — ou mesmo por isso —, ainda que procure exercer uma firme crítica em relação ao pensador, revelando suas inconsistências e incongruências, ele incorpora e reforça as percepções que daquele se impõem.

Tomando assim as representações dos autores como dadas, não as percebendo como impostas, fruto em parte de um trabalho dos próprios autores, os comentadores, de maneira geral, tornam-se herdeiros delas, contribuindo para a sua reprodução. Procedendo dessa forma, ignoram elementos que constituem recursos fundamentais para o reconhecimento mesmo dos autores, apresentando-os meramente como virtudes associadas — como a cultura, a erudição e mesmo a nobreza de Pareto —, ou como vícios — como os vínculos políticos que abriram a Mosca a carreira universitária, acentuados por Prezzolini.

Não se incorpora assim, de modo efetivo, o fato de que foi o próprio Pareto, a partir de um dado momento, que buscou afirmar-se como independente. Essa estratégia estava associada, por um lado, a uma tentativa frustrada de ingresso na política e, por outro, às suas origens nobres, aos laços familiares que garantiram as condições financeiras necessárias à manutenção de sua independência. Barrado em seus objetivos políticos, portanto, Pareto acabou trilhando uma carreira universitária, marcada pelo distanciamento e pelo progressivo isolamento. Sua trajetória científica e sua sociologia foram partes desse movimento.

Não se leva na devida conta o fato de que Mosca, de modo inverso, tentou de início ter acesso à carreira universitária. No entanto, sem alcançar uma posição estável e não contando com suficiente suporte financeiro familiar, terminou por ter essa via bloqueada, aproximando-se então da política, em um percurso que terminaria por criar condições para que efetivamente se estabelecesse em termos acadêmicos. Na verdade, enquanto Pareto caminhava de modo claro no sentido do isolamento, Mosca procurava, de forma progressiva, ampliar e diversificar seus vínculos estratégicos, suas alianças, firmando-se publicamente.

Se Pareto e Mosca puderam produzir visões aparentemente próximas acerca da política e da sociedade de maneira geral, fizeram-no a partir de trajetórias distintas, o que acarretou, ao mesmo

tempo, posturas e tomadas de posição diversas. Partindo de uma perspectiva liberal inicial, Pareto evoluiu no sentido de um crescente ceticismo e de um antidemocratismo. Já Mosca, a princípio um crítico contumaz do liberalismo e do governo parlamentar, terminou empenhado na sua defesa, na defesa da democracia.

Cabe destacar que, ao se incorporar, naturalizar as percepções impostas dos autores, mais do que simplesmente reproduzi-las, é a própria leitura de suas idéias que se passa a informar, a determinar, enquadrando-a em um roteiro pré-construído, definindo *a priori* o que deverá ser encontrado. Isso fica especialmente claro no caso de Mosca, como se verá em seguida.

## O teórico da classe dirigente

O nome de Gaetano Mosca tem sido associado às origens da teoria das elites através, principalmente, de seu livro *The ruling class* (Mosca, s.d.). Nele estaria consubstanciada, como indica o título, aquela que se impôs como a maior contribuição do pensador italiano para a ciência política: sua teoria da classe dirigente.[58]

O livro data de 1939 e é a tradução americana dos *Elementi di scienza politica*, reconhecido como um dos principais trabalhos de Mosca. Na verdade, *The ruling class* corresponde já à segunda edição dos *Elementi*, publicada em 1923, revista e ampliada por um Mosca maduro, com uma longa trajetória de vida, e que trazia, segundo alguns de seus comentadores, como Ettore Albertoni (1990:130-1), sua doutrina plenamente codificada. Também Norberto Bobbio (1992:8), organizador, em 1966, de uma nova edição italiana do livro, dizia que os *Elementi* de 1923 constituíam o texto final da obra, trazendo a doutrina de Mosca com uma formulação mais precisa e definitiva.[59]

De acordo com James Meisel, que em *The myth of the ruling class* procura acompanhar a evolução do pensamento de Mosca, a segunda edição dos *Elementi di scienza politica* não era um mero suplemento ou uma tentativa de atualizar a primeira, mas um reinício da reflexão do autor, agora em um plano mais elevado (Meisel, 1962:190-1). Semelhante a estas é a avaliação de Arthur Livingston. Diz ele, na introdução a *The ruling class* que, em sua versão de 1923, a teoria da classe dirigente alcançava um novo patamar, livre de alguns dos preconceitos que haviam marcado suas formulações iniciais (Livingston, s.d.:xxxii-xxxiii).[60]

Se tomarmos a edição de 1923 dos *Elementi*, veremos que Mosca, em linhas gerais, acrescentou uma segunda parte à versão

inicial de 1896, mantida sem modificações como uma primeira parte, apenas acrescida de novas notas, diferenciadas das originais (Mosca, 1923:vii). A primeira versão do livro comportava, além da conclusão — que trazia uma extensa discussão sobre o problema religioso, o parlamentarismo e o socialismo —, nove capítulos. Desses, apenas dois traziam no título o termo classe política — efetivamente empregado por Mosca em vez de classe dirigente, utilizado pelos editores americanos —,[61] não tendo nenhum deles sido identificado como uma teoria. Os demais capítulos versavam sobre o método na ciência política, sobre noções como fórmula política, tipo social e defesa jurídica, sobre a teoria democrática, igrejas, partidos, seitas, revoluções passadas e presentes e, ainda, sobre exércitos permanentes, entre outros assuntos (Mosca, 1923:509-12).

Já na segunda edição, ou na parte efetivamente nova dos *Elementi* de 1923, de seus cinco capítulos, fora a conclusão, três centravam-se em problemas diversos relativos à classe política, sendo um deles voltado especificamente para as origens e os obstáculos à difusão do que Mosca chamava propriamente de doutrina da classe política. Os dois capítulos restantes tinham por objeto a constituição e a classificação dos diversos tipos de organização política (Mosca, 1923:512-4).

Uma comparação, ainda que superficial, entre as duas partes dos *Elementi* indica, portanto, que houve, entre a primeira e a segunda edições, uma mudança quanto à centralidade e à dimensão do lugar da classe política na reflexão de Mosca. Enquanto na primeira edição ela figurava como um dos elementos da ciência política, na segunda se constituía, explicitamente, no próprio eixo articulador, no princípio explicativo fundamental dessa ciência.

Essa ênfase tornou-se ainda mais evidente na edição americana, a começar pelo título, que distava bastante de uma simples tradução do italiano. A própria distribuição dos capítulos, distinta da original, contribuiu para acentuar essa percepção. Capítulos foram seccionados, fundidos ou renomeados, passando alguns deles a receber novos títulos nos quais constava o termo classe dirigente.

Procedeu-se assim, na versão em inglês, a uma nova organização do livro, conferindo-lhe uma feição diferente, resultado mesmo da exclusão de alguns trechos, da incorporação ao texto de determinadas notas e da eliminação de outras. Tudo isso teve em vista, nas palavras de Livingston, dar uma apresentação orgânica e legível do pensamento de Mosca, escapando de uma simples reprodução mecânica e literal (Livingston, s.d.:xxxix-xli).[62]

Na prática, entretanto, o empenho do editor americano acabou tendo efeitos que extrapolaram a mera clarificação do texto, a tentativa de dotá-lo de uma estrutura mais orgânica, de torná-lo mais atraente, saboroso. Ele contribuiu de fato para a imposição, entre outras coisas, de uma determinada leitura, de uma percepção de Mosca como tendo sido, basicamente, o formulador de uma teoria da classe dirigente.[63]

Isso fica claro, por exemplo, em um comentário de Meisel a respeito da escolha do título da edição americana. Ele acentua que *The ruling class* era bem melhor do que outros títulos que, embora pudessem estar mais próximos do sentido literal do italiano, pouco se aproximavam dele em termos conotativos. Se era melhor, contudo, aquele título também acabava gerando alguns equívocos:

> Ele levou muitos leitores, este entre eles, a examinar o livro à luz da teoria específica sugerida pelo título em inglês, e não procurar nada mais. Quando descobrimos que o trabalho é muitas outras coisas além disso, que a análise da elite, longe de ser tratada de forma sistemática, é embutida em um tratado sobre a política em geral (no sentido aristotélico), o efeito é de irritação e perplexidade (Meisel, 1962:124).

Na verdade, poder-se-ia ir ainda mais longe do que Meisel, afirmando que a percepção que se impôs de Mosca terminou por determinar não apenas a leitura de *The ruling class*, mas uma releitura de todos os seus trabalhos, que assim passaram a ser vistos como um conjunto ordenado, desde o início, por um fio que conduzia a um sentido específico. Em outros termos, os escritos finais de Mosca passaram a conferir um determinado sentido a todos os demais, mesmo aos iniciais, articulando-os uns aos outros como um conjunto, como uma verdadeira obra, construída de forma progressiva, teleológica, como a realização gradual, inexorável, de um projeto dado, contido já nas origens.[64]

A imposição dessa percepção de Mosca guarda, portanto, uma evidente relação com sua edição americana, veículo, em parte, de sua ampla difusão.[65] Isso, é claro, só vem ressaltar a importância de se levar em conta as estratégias dos editores quando se trata de refletir sobre o reconhecimento de um autor e de suas idéias. Entretanto, o que cabe enfatizar por ora é que a percepção que se impôs de Mosca foi resultado, igualmente, de um trabalho do próprio pensador. Afinal, quando *The ruling class* foi publicado,

Mosca ainda era vivo e a prova do livro, como observa Livingston, lhe havia sido submetida (Livingston, s.d.:xli). É aliás o empenho do pensador que explica, em grande parte, o fato de que a mesma percepção esteja presente em autores que tomaram contato com seus trabalhos a partir, basicamente, das edições italianas.

Como foi destacado, Mosca, na edição italiana dos *Elementi*, de 1923, já procurava fazer da classe política o centro de sua reflexão. Mais do que isso, em diversos trechos do livro — que mais tarde qualificaria como seu "trabalho maior", seu "testamento científico" (apud Bobbio, 1992:7) —, ele introduziu o termo classe dirigente, usado de forma intercambiável com classe política, ainda que continuasse a privilegiar este. Seu objetivo com isso era conferir a suas formulações um escopo mais amplo, geral, evitando o seu enclausuramento na esfera estritamente política. E foi com base nessa tentativa de ampliação que Livingston buscou justificar a adoção, na edição americana, do termo classe dirigente, contribuindo para a consolidação do seu uso.[66]

Mais do que produto apenas de uma evolução intelectual, como é em geral apresentada, a tentativa de Mosca de ampliar a abrangência de seus conceitos, bem como de definir claramente suas formulações como compondo uma doutrina, uma teoria da classe dirigente, se deu, em larga medida, como efeito de sua concorrência com Pareto. A opção pelo termo classe dirigente visava assim a fazer frente ao sucesso e à difusão do conceito de elite, mais geral, utilizado por este autor.

Se o esforço, se o trabalho de apresentação de Mosca, em sua competição com Pareto, desemboca na afirmação de uma percepção de seus textos como constituindo uma obra articulada no sentido da elaboração de uma teoria da classe dirigente, importa também acentuar que um de seus efeitos foi, ao mesmo tempo, a imposição de determinados objetos quando se trata de estudar aqueles mesmos textos. Assim, se a visão que se tem é a da realização gradual e progressiva de um projeto, o que parece ser importante é a busca de suas origens, demonstrando estar presente em todos ou quase todos os trabalhos desde o início, mesmo que em germe, e além disso reconstituir os seus diferentes estágios de realização. Obviamente isso termina, por sua vez, por reforçar a percepção inicial comprovando-a, objetivando-a, conformando desse modo um círculo vicioso.

Isso fica bastante evidente no livro *Doutrina da classe política e teoria das elites*, de Ettore Albertoni (1990). É sobre o processo gradual de codificação da doutrina de Mosca que incide o interes-

se maior do autor. O que se tenta mostrar é que Mosca foi um pensador profundamente envolvido com a realidade política italiana e que a codificação de sua doutrina foi fruto de um processo de amadurecimento e de reflexão sobre aquela mesma realidade, que presenciou e viveu.

O esquema que Albertoni segue, entretanto, tem um caráter evolutivo, importando perceber como, ao longo de sua trajetória de vida, Mosca foi se descolando do localismo de suas origens sicilianas para assumir uma perspectiva mais geral, mais cosmopolita.[67] Dessa forma, o comentador percebe três períodos evolutivos no pensamento de Mosca. O inicial, de 1879 a 1895, marcado pelos primeiros livros — *Teorica dei governi e governo parlamentare*, de 1884, e *Le costituzioni moderne*, de 1887 —, pode ser caracterizado como um período de sistema aberto, ou seja, de esboço de sua elaboração teórica. No segundo, de 1896 a 1922, já se percebe, com a publicação da primeira edição dos *Elementi*, um sistema científico elaborado. E finalmente o terceiro, que se estende de 1923 a 1941, inaugurado com a segunda edição dos *Elementi* e encerrado com a *História das doutrinas políticas*, corresponderia à doutrina plenamente codificada.

Cabe acentuar que, na medida em que se consolida essa percepção do autor, opera-se uma espécie de naturalização, que faz com que ela não figure como produzida, dispensando por conseguinte a necessidade de uma reflexão sobre as operações das quais resultou, sobre as condições sociais de sua produção. Resulta daí uma "elusão" dessas condições, determinando que o importante para a compreensão do autor seja, de fato, o acompanhamento de seus textos, tratando-os de forma homogênea, complementar, como se tivessem todos o mesmo sentido, buscando neles as peças que se articulam na montagem da doutrina da classe dirigente. É o que faz Bobbio, por exemplo, em um artigo de 1962 em que procura apresentar a doutrina de Mosca que, para ele, deve ser apreendida a partir de seus vários trabalhos. Portanto, segundo Bobbio, qualquer tentativa de expor a teoria de Mosca da classe dirigente deve partir de uma organização adequada do material disperso pelos textos do autor.[68]

No limite, teríamos uma situação em que, incorporada e difundida aquela percepção de uma forma tal, o trabalho com os próprios textos de Mosca seria dispensável, bastando recorrer a comentadores. Convém destacar, no entanto, que os comentadores não são meros herdeiros passivos das percepções impostas dos autores, contribuindo simplesmente para a sua consolidação e repro-

dução, de forma inalterada. Longe disso, eles são atualizadores e construtores dessas percepções, fazendo-o a partir de seus próprios contextos, de suas próprias posições sociais, de seus próprios campos de relações e de concorrência.[69]

## Comentadores, editores e percepções impostas

No caso específico de Mosca, a importância dos comentadores tem sido ampliada pelo fato de que se trata de um autor pouco traduzido, cujos trabalhos, mesmo em italiano, são de difícil acesso. James Meisel já o havia observado, ressaltando que um dos objetivos básicos de seu *The myth of the ruling class* era justamente oferecer uma visão mais ampla da produção do autor (Meisel, 1962:xiii-xiv).

Em um artigo sobre a penetração de Mosca nas universidades americanas, Joseph La Palombara acentua ter sido o autor conhecido principalmente de forma indireta, através dos trabalhos de outras pessoas. Entre essas La Palombara cita Harold Lasswell, para os anos 30, e o próprio Meisel, a partir da década de 50 (La Palombara, 1989:29).

Os trabalhos de comentadores, diante disso, constituem um dos instrumentos fundamentais de acesso às formulações de Mosca. Ao mesmo tempo, por controlarem esse acesso, afirmando-se como os únicos conhecedores dos textos do autor em sua totalidade, os comentadores investem-se de maior autoridade, legitimidade, reconhecimento e prestígio. Meisel, por exemplo, tornou-se referência necessária e mesmo suficiente, quando o assunto é Gaetano Mosca. No comentário de Renzo Sereno, "o trabalho definitivo sobre Mosca é *The myth of the ruling class*, de James H. Meisel" (Sereno, 1962:30, nota 1). No mesmo sentido, Bobbio (1972:11) avalia o livro de Meisel como a pesquisa mais completa sobre o pensamento de Mosca.

Também no caso de Albertoni é possível observar um trabalho de reconhecimento através da afirmação de Mosca. É difícil deixar de perceber em seu livro um *bias* apologético, que faz com que as referências à biografia do pensador tragam um tom de exaltação às suas virtudes, aos seus méritos, aos seus dons. Mais ainda, Albertoni preocupa-se bastante em relacionar as idéias de Mosca ao contexto italiano, buscando dessa forma qualificar seu país como o principal *locus* gerador de uma teoria das elites, o que justificaria o emprego do termo — presente em diversas passagens do livro — escola italiana das elites, englobando o conjunto das formulações

não apenas daquele pensador, mas também de Pareto e de Michels, ainda que este fosse alemão (Albertoni, 1990, passim).[70]

Além de compreender o pensamento de Mosca e as origens da teoria das elites, o que estaria em jogo para Albertoni seria reivindicar para si, até por sua origem, o papel de autoridade em ambas as questões. Isso pode ser percebido por suas atividades como professor de história das doutrinas políticas na Universidade de Milão e ainda, no início dos anos 80, como criador e principal incentivador do Comitê Internacional Gaetano Mosca para o Estudo da Classe Política (*Comitato Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica*), cujo objetivo era promover pesquisas e seminários relativos ao pensador, sua vida, seus trabalhos e à teoria das elites. Albertoni tomou parte bastante ativa nessas atividades, algumas das quais marcadas por um caráter de homenagem ao pensador italiano.

Os seminários realizados pelo comitê receberam a denominação de Seminário Internacional Gaetano Mosca (*Seminario Internazionale Gaetano Mosca*). Os dois primeiros — de acordo com o livro de Albertoni, cuja primeira edição é de 1985 — foram realizados na Itália, em Palermo, cidade onde Mosca nasceu, e Milão, onde ele, como Albertoni, ensinou e produziu artigos jornalísticos.[71]

Outros dois seminários ocorreram no México, com a colaboração da Universidade Nacional Autônoma daquele país e do Centre de Recherche sur les Élites, dirigido por Mattei Dogan. Deve ser mencionada, ainda, a realização de dois colóquios — um na Sorbonne, em 1984, organizado por Michel Maffesoli, e um na Universidade Laval de Quebec, tendo à frente Jacques Zylberberg e Maffesoli — e de um seminário sobre elites, que teve lugar no XIII Congresso da International Political Science Association, em Paris, em 1985.

Os resultados dos eventos, discussões e pesquisas promovidos pelo comitê foram publicados em uma série intitulada Archivio Internazionale Gaetano Mosca (Arquivo Internacional Gaetano Mosca), criada e dirigida também por Albertoni. A própria apresentação da série traz a marca de homenagem, de apologia, o que não significa necessariamente que todos os trabalhos nela contidos tenham os mesmos intentos:

> O *Archivio internazionale Gaetano Mosca per lo studio della classe politica* recolheu estudos, pesquisas e documentação sobre a vida e o pensamento de Gaetano Mosca (1858-1941),

> um dos maiores escritores políticos e uma das maiores expressões da cultura européia amadurecida na passagem do Oitocentos para o Novecentos (Albertoni, 1989a).

A atividade de Albertoni à frente do comitê foi importante para a formação de redes de discussão, colaboração e apoio internacionais, que sem dúvida aprofundaram as questões propostas, além de colocarem outras novas. Essas redes, por outro lado, também foram fundamentais para garantir a publicação e a difusão, fora da Itália, de trabalhos de Albertoni, como *Doutrina da classe política e teoria das elites*, entre outros.

É o próprio Albertoni que acentua a importância de sua ligação com Maffesoli para a publicação do livro na França. Igualmente, foi Maffesoli quem intermediou a edição do trabalho no Brasil. Por outro lado, parece ter sido o intercâmbio com José Luis Orozco — professor da Universidade Nacional Autônoma do México e responsável ali pelo comitê — e com Rafael Pérez Miranda, entre outros, que tornou possível a edição mexicana.[72]

Dessa forma, Albertoni se afirmou, segundo Jacques Zylberberg, prefaciador da edição francesa de *Doutrina da classe política e teoria das elites*, como um especialista em história das idéias políticas e em teoria das elites, além de um difusor das idéias de Mosca. De acordo com ele, o público francófono pôde, através do livro, ter um melhor acesso à obra de Mosca e do próprio Albertoni (Zylberberg, 1990:15).[73]

A partir de Albertoni e de Meisel percebe-se, portanto, que os comentadores, ao falarem de Mosca, falam igualmente de si mesmos. Ao imporem Mosca à discussão, eles, ao mesmo tempo, impõem seus próprios nomes e seus trabalhos como especialistas e legítimos intérpretes e difusores da obra do pensador.

Na verdade, essas observações podem ser estendidas também aos comentadores de Pareto. O que ocorre é que na busca da afirmação como especialistas, autoridades, legítimos intérpretes, os comentadores entram em concorrência uns com os outros, em um processo em que a própria percepção que se tem dos autores termina por ser modificada, refeita, impondo-se assim novos critérios de pertinência para as questões que lhes devem ser apresentadas. Desse modo, mais do que reprodutores, os comentadores são igualmente produtores das percepções dos autores. São, também eles, partes fundamentais de seu trabalho de representação e reconhecimento. Portanto, falar das visões que se impõem de um autor

significa perceber que elas não são dadas de uma vez para sempre; antes, são reconstruídas a cada momento, e que para compreendê-las é preciso levar em conta, entre outros fatores, não apenas o empenho e as estratégias do próprio autor, mas também os de seus comentadores, com seus objetivos, suas referências, seu contexto e suas próprias disputas.

É interessante, dessa perspectiva, retomar o debate sobre as personalidades independente, de Pareto, e liberal, de Mosca. Quando Schumpeter ressalta, em 1949, a independência e a autonomia de Pareto, o que busca é em larga medida legitimar o autor, naquele momento de imediato pós-guerra. Já se viu como Pareto foi identificado como um dos precursores e ideólogos do fascismo, chamado mesmo de Karl Marx do fascismo e da burguesia. Se isso, por um lado, serviu para alimentar durante um período a curiosidade por seus trabalhos, por outro, terminou por gerar uma considerável resistência em relação a eles em alguns campos, em especial a partir dos anos próximos ao início da II Guerra Mundial. Isso obrigou seus comentadores a se empenhar em destacar o caráter estritamente científico, não-ideológico de sua obra, seu caráter absolutamente independente. Bousquet, assim como Schumpeter em 1949, já o fizera em 1928 (p. 193-4). Andrew Bongiorno, um dos tradutores do *Trattato* de Pareto para o inglês, afirmava, em 1930, que a única relação que havia entre o autor e o fascismo era que a ascensão deste podia ser vista como evidência de algumas das leis científicas descritas por aquele. Propondo-se a fazer ciência pura, observava Bongiorno (1930:350-1), Pareto não esperava que suas teses pudessem ter qualquer influência prática. E ainda em 1966, em seu prefácio à quarta edição francesa do *Manuel d'économie politique*, Roger Dehem acentuava: "A personalidade absolutamente independente e imparcialmente crítica de Pareto não se casa com o título de 'Karl Marx da burguesia', que lhe outorgaram os socialistas italianos" (Dehem, 1966:3).[74]

Há dois aspectos importantes na citação de Dehem que devem ser destacados. O primeiro é o de que ela está referida a um debate passado, tendo sido a alcunha de Marx da burguesia forjada pelo jornal socialista italiano *Avanti!* em 1923, quando da morte de Pareto (Bousquet, 1928:23). Tratava-se então de explicar o fenômeno fascista que, para alguns marxistas italianos, como Arturo Labriola, era um regime gestado pela sociedade capitalista, uma ditadura da burguesia, cujo fim último era combater e reprimir a revolução operária em marcha (apud De Felice, 1978:56). Tratava-se, em suma, de identificar Pareto como ideólogo do fascismo.

Se, porém, esse debate nos remete aos anos 20, é preciso ver, igualmente, que ele se impôs de tal modo que ainda hoje parece ter vigência. É isso que explica a intervenção de Dehem e de tantos outros comentadores. Discutir Pareto, portanto, significa, quase que obrigatoriamente, fazer referência a seus possíveis vínculos com o fascismo.

A persistência dessa questão, para além da existência de nexos ou simpatias reais de Pareto em relação ao fascismo, para além da necessidade de se legitimar a leitura do autor após a derrota e a conseqüente execração do fascismo na II Guerra Mundial, explica-se, em grande parte, como efeito da apropriação da concorrência, mais uma vez, entre o pensador e Mosca, já nos anos 30, particularmente nos Estados Unidos. Alguns autores, em larga medida italianos ou ítalo-americanos, empenharam-se em manter acesa a disputa, muito embora Pareto não estivesse mais vivo, valorizando e difundindo Mosca como um liberal, opositor de Mussolini, de quem Pareto era apresentado como um dos sustentáculos intelectuais. Portanto, à disputa entre Mosca e Pareto foi atribuído, nesse contexto, um sentido principalmente político, de uma luta entre a democracia e o fascismo.

Gaudens Megaro, formado em direito pela Universidade de Yale, publicou em 1938 uma biografia crítica de Mussolini — *Mussolini in the making* — em que procurava analisar os vínculos entre as formulações de Pareto e as idéias de Mussolini, que se apropriou da teoria das elites como meio de demonstrar cientificamente a inexorabilidade do fascismo. Com isso, observou Megaro, projetou-se o nome de Pareto ao mesmo tempo em que se relegou à sombra o de Mosca (Megaro, 1967:112-7).[75]

O livro de Megaro foi saudado em uma resenha de Gaetano Salvemini, exilado italiano nos Estados Unidos, como um modelo de exatidão e de senso crítico (apud Albertoni, 1989a:xxii). E no mesmo ano em que foi lançado, Renzo Sereno, da Universidade de Chicago, publicou um artigo — "The anti-Aristotelianism of Gaetano Mosca and its fate" — em que retomava as idéias de Mosca desde seus primeiros escritos, observando ter sido este autor que, definitivamente, primeiro formulou uma teoria da classe política. Apesar disso, Pareto é que se tornou mais conhecido, através de sua teoria das elites, que nada mais seria do que uma adaptação das teses de Mosca. E Sereno ia ainda mais longe, afirmando que o interesse maior por Pareto devia-se aos seus vínculos com a ideologia fascista, às suas relações pessoais com Mussolini (Sereno, 1938, passim).

É importante acentuar que alguns desses comentadores tinham canais de comunicação direta com Mosca, que opinava sobre suas manifestações. Sereno, por exemplo, correspondia-se com o pensador italiano, que fez comentários sobre o seu artigo e precisou algumas informações sobre a disputa com Pareto (Sereno, 1952). Já Megaro assumiu, a partir de 1927, a intermediação entre Mosca e Livingston visando à edição de *The ruling class*. Em uma de suas cartas a Mosca em 1935, após o lançamento de *The mind and society* e bem antes portanto da publicação de *Mussolini in the making*, Megaro disse que vinha fazendo todo o possível para difundir a obra do pensador nos Estados Unidos, bem como demarcar sua antecedência em relação a Pareto na formulação da tese elitista. Nesse sentido, pretendia publicar um artigo em que compararia as concepções de classe política e de elite, e ressaltaria a primazia de Mosca. Para tanto, contudo, pedia a este que lhe escrevesse uma carta detalhando o assunto, a fim de que pudesse incorporar seu relato ao artigo, mantendo-se fiel aos seus pontos de vista.[76]

Convém destacar que até meados dos anos 30 não se observava ainda, nos Estados Unidos, um quadro de repúdio generalizado, de deslegitimação do fascismo. Havia, então, órgãos encarregados de fazer a propaganda italiana na América e, na Universidade de Columbia — a mesma em que ensinava Livingston —, chegou a ser criada uma Casa da Itália em parte com recursos de simpatizantes e do próprio governo de Mussolini.[77]

Mais do que isso, o fascismo era objeto de curiosidade e de intensas discussões entre os intelectuais americanos. Isto deveu-se, em parte, ao fato de que as respostas à crise de 1929, consubstanciadas no *New Deal*, geraram um processo de reorganização e de fortalecimento do Poder Executivo, o que se impôs aos cientistas sociais como questão fundamental de debate e reflexão. Por essa via, os dois grandes modelos de Estados fortes existentes, o comunista e o fascista, passaram a ser tema privilegiado de estudos e análises (Karl, 1979:1-36). A associação de Pareto com o fascismo foi, portanto, um dos fatores que estimularam a curiosidade por seus trabalhos nos Estados Unidos, naquele momento. Já no caso de Mosca, ainda que não fosse ele mesmo identificado com o regime de Mussolini, *The ruling class* foi visto em parte como uma análise, ou uma crítica deste. Para além da tentativa de conhecer o fascismo, no entanto, o que se jogava com a apropriação dos dois autores, o último em particular, era a necessidade de fundar teoricamente uma visão de democracia que não apenas fosse mais condizente, mas que legitimasse o novo quadro de centralização política.[78]

Todo esse processo relacionava-se igualmente à abertura de novos espaços de intervenção, de possibilidades extra-acadêmicas de afirmação para os cientistas sociais americanos, que se impuseram como técnicos, especialistas, consultores, planejadores. Colocando suas competências específicas a serviço da formulação e da análise de políticas públicas, eles puderam se projetar como provedores de orientações políticas e, desse modo, tornar-se figuras públicas, acumulando prestígio e notoriedade, o que, em contrapartida, fortalecia também suas posições acadêmicas e garantia o acesso a financiamentos para pesquisas. Um dos nomes mais identificados com essa visão aplicada das ciências sociais foi o de Charles Merriam, figura de proa da ciência política na Universidade de Chicago e do Social Science Research Council. Envolvido com a política local de Chicago, Merriam chegou a candidatar-se a um cargo eletivo mas não foi bem-sucedido. Seus vínculos políticos, contudo, garantiram-lhe a presença em conselhos e comissões, tanto municipais quanto federais.

Merriam foi um dos leitores privilegiados dos elitistas nos Estados Unidos. Foi ele quem, em 1927, convidou Robert Michels para que proferisse algumas palestras sobre o fascismo, na Universidade de Chicago. Além disso, ele formou uma série de cientistas políticos que ocuparam posições dominantes no campo acadêmico americano, como Harold Lasswell que, como já se viu, tornou-se reconhecido como um dos principais difusores das teses de Mosca na década de 30.[79]

Mas à medida que o fascismo foi se ilegitimando politicamente, sendo percebido de forma negativa, a concorrência entre Mosca e Pareto foi sendo apropriada como uma luta entre democracia e tirania, entre liberdade e opressão, servindo de divisor de águas entre opositores e simpatizantes do fascismo nos Estados Unidos. Atualizada portanto em um contexto distinto do original, ela passou a assumir um sentido diverso, que não apenas a impôs como objeto de referência mas também consolidou a imagem de Mosca como um pensador liberal, obrigando ainda os comentadores de Pareto a persistirem em um exercício de relativização dos vínculos do autor com o fascismo.[80]

É interessante observar que Livingston, que não fazia nenhuma referência a Mosca em seus textos de apresentação de *The mind and society* em 1935, terminou, em 1939, por incluir em sua extensa introdução a *The ruling class* um item específico sobre a disputa daquele autor com Pareto. E o fez, como já foi visto, com o objetivo de reduzir sua importância científica, colocando-se em oposição justa-

mente aos textos de Megaro, de Salvemini e de Sereno (Livingston, s.d.:xxxvi-xxxix). Entretanto, mais do que determinar a persistência do debate, impondo-lhe ao mesmo tempo novos termos, o efeito que a ação de alguns italianos e ítalo-americanos produziu, juntamente com a cristalização de uma imagem de Mosca e de Pareto, foi a determinação de uma leitura de seus textos. E se poderia ir ainda mais longe afirmando que, ao menos no caso de Mosca, foi esse mesmo processo que presidiu e garantiu nos Estados Unidos a própria materialização, a objetivação dos textos a serem lidos.

À diferença de Pareto, que era um autor relativamente difundido antes da publicação de *The mind and society*, sendo lido mesmo em francês, Mosca, até a década de 30, era quase desconhecido nos Estados Unidos. Contudo, a edição americana dos *Elementi di scienza politica*, assim como do próprio *Traité de sociologie générale*, já vinha sendo negociada e trabalhada desde o início dos anos 20, quando Livingston encontrava-se à frente do Foreign Press Service, agência que havia criado em 1918, juntamente com dois sócios, Ernest Poole e Paul Kennaday.

O objetivo inicial do Foreign Press Service, aproveitando a investida do então presidente Thomas Woodrow Wilson — com quem Livingston tinha ligações pessoais —, no sentido de intensificar a presença de seu país na Europa, era fazer propaganda americana na Itália, contando para tanto com o apoio financeiro de um grupo de empresários. Com o passar do tempo, entretanto, a agência começou a investir também na tradução de textos italianos para serem publicados nos Estados Unidos. Tal foi o caso dos trabalhos de Mosca e de Pareto.

O fim do período Wilson acarretou, igualmente, o encerramento das atividades do Foreign Press Service, que ocorreu em meados dos anos 20, em função da interrupção do fluxo financeiro que até então convergia para ele. Livingston, porém, que era professor associado da Universidade de Colúmbia, especializado em literatura italiana,[81] deu prosseguimento às traduções de Mosca e de Pareto, o que se estendeu pelo restante da década de 20 e o início da de 30.[82]

A demora na publicação de *The ruling class*, que se deu apenas em 1939, era explicada por Livingston, em sua introdução ao livro, como decorrente da crise de 1929:

> Esta edição traduzida dos *Elementos* de Mosca estava planejada, em 1923, como parte de um empreendimento visando a tornar os monumentos do pensamento italiano maquiaveliano disponíveis aos estudiosos de língua inglesa. Ela normalmente deve-

> ria ter sido publicada e, se não fossem as dificuldades associadas à crise de 29, efetivamente o seria antes da minha edição americana do *Trattato* de Pareto. Essa ordem de publicação teria preservado a seqüência cronológica dos dois trabalhos em sua língua nativa e dado um ponto de partida mais satisfatório aos problemas de relação que evidentemente emergem entre eles (Livingston, s.d.:xxxvi).

Caberia perguntar por que a mesma crise não impediu que a referida ordem de publicação fosse invertida, e que *The mind and society* fosse lançado quatro anos antes de *The ruling class*, mesmo sendo bem mais volumoso do que este. A associação que se fazia entre Pareto e o fascismo, bem como a existência de recursos para a divulgação e a propaganda do regime italiano nos Estados Unidos, podem nos fornecer uma parte da resposta. Outra parte, porém, deve ser buscada no próprio empenho superior de Livingston na edição de Pareto, conforme esclarecia Gaudens Megaro a Mosca, em 1935.[83]

De fato, a edição de *The mind and society* foi precedida por aquilo a que alguns comentadores se referem como uma verdadeira onda Pareto, marcada pela publicação de numerosos trabalhos sobre o autor e sua sociologia (ver, por exemplo, Busino, 1966:52-6). Desde o início da década de 20, o *Traité de sociologie générale* vinha sendo citado como um trabalho inovador pelo peso que conferia aos sentimentos, às crenças, aos elementos não-lógicos, nas ações sociais. Assim, James Harvey Robinson, um dos criadores da New School for Social Research, em Nova York, e tido como um dos pais da chamada nova história americana (Moura, 1990:7), dizia em *The mind in the making*, livro de 1921, que uma das fortes suspeitas que então emergiam era de que tudo que havia sido formulado nas ciências sociais até ali nada mais era do que a incorporação acrítica, sob uma aparência de racionalidade, de crenças e costumes. John Dewey o teria observado na filosofia, Thorstein Veblen na economia política e, agora, surgia

> um sociólogo italiano, Vilfredo Pareto, que em seu alentado tratado de sociologia geral dedica centenas de páginas à demonstração de uma tese similar, que afeta todas as ciências sociais. Essa conclusão pode ser classificada pelos estudiosos dos próximos 100 anos como uma das muitas grandes descobertas de nossa época (Robinson, 1921:47).

Semelhante a esta era a avaliação de Bongiorno, em uma resenha do *Trattato* publicada em 1930. O livro de Pareto, a seu ver, era uma das obras seminais do século. Ele representava, para as ciências sociais, o mesmo que os *Principia* de Newton para a física: uma revolução nos métodos científicos (Bongiorno, 1930:350-1).

Foi na Universidade de Harvard, no entanto, que a apropriação de Pareto de forma valorizada parece ter sido levada mais adiante, naquele primeiro momento. Suas noções de equilíbrio e de dependência mútua, e sua ênfase nas ações não-lógicas, foram tomadas como base de investigações na área de sociologia industrial. Um exemplo foi a pesquisa promovida pela Western Electric Company em sua usina de Hawthorne, em Chicago, com o objetivo de analisar as relações entre produtividade e condições de trabalho, sob a orientação do Departamento de Pesquisa Industrial de Harvard, tendo à frente o psiquiatra Elton Mayo.[84]

Daquela mesma universidade, é preciso destacar a atuação de um outro médico, o bioquímico Lawrence J. Henderson, que também participou da pesquisa de Hawthorne e que, em fins da década de 20, começou a investir nas áreas de filosofia, da ciência e de sociologia. Henderson, no início dos anos 30, passou a organizar seminários periódicos sobre a sociologia de Pareto, tendo deles participado, entre outros, Elton Mayo, Joseph Schumpeter, Talcott Parsons, Robert K. Merton, Crane Brinton, Bernard De Voto, Charles P. Curtis e George C. Homans.[85] Na verdade, mais do que a discussão das idéias de Pareto, a passagem pelos seminários, e mesmo a publicação de textos sobre o autor, sem mencionar os vínculos pessoais com Henderson, passaram a representar para os mais novos uma credencial para o ingresso em Harvard, como foi o caso de George Homans.[86]

Em um tal quadro em que a referência a Pareto havia se constituído em marca de reconhecimento, não se restringindo a Harvard — ainda que não tenha assumido a mesma configuração em toda parte —, Livingston procurava se afirmar como um introdutor do sociólogo, como o primeiro a chamar a atenção para a sua importância e a traduzi-lo, divulgá-lo, nos Estados Unidos. É isso que deixa claro seu amigo, Giuseppe Prezzolini, lembrando que o editor, além de esforço pessoal, investiu seus próprios recursos financeiros na produção de *The mind and society* (Prezzolini, 1983:257-8).[87]

Deve-se observar, nesse sentido, que a nota introdutória de Livingston ao livro era iniciada justamente procurando demarcar sua precedência sobre os demais. O editor lembrava que seus esforços para a tradução de Pareto remontavam a 1920, e que havia

sido ele o primeiro americano a publicar uma nota sobre o autor, ainda em 1915, isto é, bem antes de James Harvey Robinson. Também teria sido ele, no ano de 1922, o primeiro a dedicar um curso ao sociólogo no Will Durant's Labor College, de Nova York. Mais ainda, afirmava Livingston, um artigo seu de 1926, publicado no periódico *Nation*, é que teria, pela repercussão que alcançou, dado início à onda Pareto nos Estados Unidos. E concluía:

> Para resumir, e salvo algum equívoco, o empreendimento que chega à sua conclusão com estes três volumes tinha pelo menos cinco anos quando o professor Henderson iniciou seu seminário que marcou época em Harvard; tinha oito anos quando o senhor Aldous Huxley primeiro chamou a atenção para Pareto na Inglaterra; tinha 13 anos quando a voga Pareto se ergueu com força total como resultado das notas do senhor Canby na *Saturday Review of Literature*, e da campanha brilhante, viva e efetiva do senhor De Voto, naquela mesma revista e na *Harper's*, em 1933 (Livingston, 1963:v-vi).

Havia, portanto, um forte investimento pessoal de Livingston para que Pareto fosse traduzido e efetivamente editado, o que era estimulado por sua concorrência com outros divulgadores do autor.[88] Quanto ao livro de Mosca, que encontrava grandes dificuldades, a pressão de italianos e ítalo-americanos foi fundamental para que pudesse ser publicado. Destaque-se aqui a intervenção de Mario Einaudi — filho de Luigi Einaudi, amigo de Mosca e, também, um dos intelectuais que se opuseram ao fascismo —,[89] que se encontrava nos Estados Unidos desde 1933, como professor em Harvard. Foi Einaudi quem convenceu a editora McGraw-Hill a publicar *The ruling class* (Albertoni, 1989b:xxvi; Livingston, s.d.:xli).

Trazendo a marca da concorrência de Livingston com Henderson, De Voto e outros, a tradução de Pareto recebeu um título — *The mind and society* — que expressava a forma como o autor vinha sendo lido de modo predominante nos Estados Unidos. O livro de Mosca, por seu turno, marcado pela apropriação de sua concorrência com Pareto, teve um título — *The ruling class* — que o associava àquela que era uma de suas principais reivindicações frente a este, e que sinalizava a forma como deveria ser lido: uma teoria da classe dirigente. Mais do que isso, tomado como emblema da oposição ao fascismo — e em parte, por isso também tendo a sua publicação assegurada —, impôs-se dele essa mesma percep-

ção, atribuiu-se-lhe um claro caráter político, uma feição eminentemente liberal.

É interessante, assim, que a edição de lançamento de *The ruling class* estampava em sua capa a seguinte recomendação de Charles Beard, um dos principais nomes das ciências sociais nos Estados Unidos: "Um livro indispensável para todos os americanos que querem entender as forças que orientam as tendências modernas no sentido do fascismo, do comunismo e de outros tipos de 'governos fortes'".[90]

Ignorava-se, portanto, o fato de que *Elementi di scienza politica*, do qual *The ruling class* era a tradução, havia sido construído como uma análise não especificamente do fascismo, do comunismo, ou dos governos fortes, mas, ao contrário — como será visto adiante —, dos governos ditos democráticos, e como uma crítica mesmo a estes. Se o comunismo era contemplado — e aliás bastante contemplado — em sua análise, o era como uma proposta que tomava por base, e levava ao limite, a noção de igualdade, básica no ideário democrático. Quanto ao fascismo, embora presente, não se afigurava ainda como uma questão absolutamente central para Mosca.

PARTE I

# Gaetano Mosca: a inovação conservadora

*CAPÍTULO 2*

# Origens e opções de carreira

São poucas as informações disponíveis sobre as origens sociais e familiares de Mosca, bem como sobre sua juventude. Ele nasceu em Palermo, na Sicília, a 1º de abril de 1858, antes portanto da unificação italiana.[91] De sua fratria, sabe-se que era composta por mais três homens e três mulheres.

De modo condizente com a percepção que se impôs de Mosca como um político digno e abnegado, seus comentadores e biógrafos têm-se limitado a caracterizar sua família como "modesta mas honrada", como "uma família culta na qual estudar e servir ao país eram tidos em alta estima", extraindo daí, como conseqüência lógica, seus movimentos e tomadas de posição ao longo da vida.[92] O próprio Mosca, entretanto, nos dá melhores elementos para caracterizar suas origens e sua trajetória, em um de seus primeiros escritos, *Teorica dei governi e governo parlamentare*, publicado em 1884 e reeditado em 1925.[93]

No proêmio ao livro, o autor relata que, quando menino, passava em casa a maior parte do tempo em que não estava na escola. Suas horas livres eram empregadas na leitura de livros que encontrava na pequena biblioteca de seu pai — em seus termos. Gostava dos romances mas era para os livros de história, pelos quais diz sempre ter tido uma especial atração, que se voltava com maior interesse (Mosca, 1925:5).

Mosca tinha o hábito de aprender de cor os fatos históricos para depois recitá-los para seus professores e para os amigos do pai, que estimulavam sua aptidão. Não se tratava ainda, dizia ele, de uma tentativa de reflexão sobre aqueles fatos, mas simplesmente de uma memorização. De todo modo, esse exercício lhe permitiria, em suas palavras, acumular um capital de conhecimento histórico que lhe seria bastante útil em seus estudos futuros (Mosca, 1925:5).

Na verdade, a ênfase de Mosca em seu gosto precoce pela história não era gratuita. Tinha como objetivo primordial evidenciar aquele que era um de seus recursos básicos, que lhe permitiu sustentar-se como professor secundário durante algum tempo depois de formado e que, além disso, conferiu uma das marcas mais características de sua reflexão, que buscava na história as evidências de leis sociais.[94] Mais do que isso, porém, ao referir-se ao seu gosto pela leitura, à sua vocação histórica, o autor fornece de forma indireta algumas indicações que permitem localizá-lo socialmente de modo mais preciso.

O número de iletrados na Itália à época em que Mosca nasceu correspondia a 75% da população, abrangendo praticamente todo o campesinato e a maior parte dos artesãos e trabalhadores urbanos. Apenas em algumas cidades do Norte é que os trabalhadores começavam a mandar seus filhos para a escola. No Sul, eminentemente rural, a concentração de analfabetos era maior, chegando a 87% na região de origem do autor.[95] Segundo este, as defasagens regionais faziam-se sentir na própria qualidade do ensino, não se alterando de forma significativa nos anos que se seguiram à unificação:

> Mas as diferenças entre uma e outra região eram extremamente sensíveis, tanto que, não obstante muito ter sido feito nos últimos 23 anos no sentido de aplainá-las, elas ainda não desapareceram completamente. A região mais culta e civil era o Lombardo-Vêneto, que goza de uma organização de estudos similar à dos alemães. Em seguida vinha a Toscana, depois o Piemonte e os Ducados, depois o Estado Pontifício, e por último o reino das duas Sicílias. Neste país, praticamente segregado do movimento material e intelectual do restante da Europa, completamente desprovido de uma organização regular de estudos (é de chorar quando se pensa no que eram as universidades e os estudos secundários da Sicília, antes de 1860), a ignorância era quase geral, e apenas poucas mentes eleitas, em virtude de iniciativa individual e de sacrifícios, podiam ter pretensões a uma cultura superior (Mosca, 1925:153, nota 1).

Na verdade, os governos posteriores à unificação concederam uma relativa importância à educação elementar, tornada obrigatória em 1877, para crianças entre seis e nove anos de idade, por um período mínimo de dois anos.[96] Ela era percebida como um mecanismo básico de construção da nação. Nos dizeres de Massimo

d'Azeglio, um dos líderes do *Risorgimento*, a Itália já havia sido feita, mas faltava ainda fazer os italianos.[97] Isso significava, em grande parte, romper com o localismo em uma perspectiva ampla que ia desde a imposição de uma língua única sobre os diversos dialetos regionais,[98] até a afirmação de uma lealdade e de uma adesão à figura central do rei que tornassem possível, por exemplo, o engajamento da população masculina em um exército nacional. Tal função caberia, em boa medida, à educação primária.

De fato, o número de escolas primárias do país dobrou nos primeiros 20 anos da unificação. Em termos regionais, no entanto, os desníveis persistiram. Das 33.556 escolas públicas existentes em 1871/72, 13 mil estavam no Piemonte e na Lombardia, no Norte, ao passo que apenas 2.228 eram divididas pela Apulia, Basilicata e Calábria, no Sul.[99] Acrescente-se a isso o fato de que, embora fosse obrigatória a educação elementar, a precariedade da fiscalização contribuía para que a freqüência escolar fosse bastante baixa, em particular no Sul, onde era inferior a 20%.[100]

Desse modo, a hierarquia regional da alfabetização na Itália não se alterou significativamente entre a unificação e a década de 1880, quando foi publicada a *Teorica*. Enquanto o Piemonte e a Lombardia reuniam taxas de 32,3 e de 37% de analfabetismo, respectivamente, a Toscana, na região central, se apresentava com 61,9%. Já na Sicília, a proporção de analfabetos chegava a 81,2% da população.[101]

O acesso à educação secundária era também bastante restrito. Eram três os tipos de escolas secundárias: os liceus, os institutos técnicos e as escolas normais. Os liceus detinham maior prestígio social e seu ensino era centrado nas humanidades, enfatizando o estudo dos clássicos, da filosofia, da lingüística, da história e da literatura. Na medida em que não conformavam uma competência profissional específica e que eram pagos, os liceus eram freqüentados basicamente por alunos que almejavam alcançar a universidade, oriundos de famílias com meios para sustentá-los durante um longo período. Os institutos técnicos e as escolas normais, por seu turno, mesmo possibilitando o ingresso na universidade, particularmente nos cursos de ciências físicas e matemáticas e de engenharia, propiciavam já uma qualificação para o trabalho, como por exemplo a de agrônomo, ou a de professor primário, sendo por isso procurados também por famílias de menos recursos. De todo modo, a educação secundária não alcançava mais do que 10% dos jovens.[102]

Por conseguinte, o número de estudantes que chegavam às universidades — 21 em todo o país, entre públicas, a maioria, e privadas — era bastante reduzido. Segundo estimativas, ele girava em

torno de 13 mil na década de 1870 e no início da de 1880. Algumas universidades, como a de Bolonha, uma das mais antigas da Europa, tinham 577 alunos, ao passo que outras, como a de Macerata, 47 (Clark, 1993:39). Mais do que isso, esses poucos alunos eram em larga medida originários dos setores médios e superiores da população. O próprio Mosca observava, em uma nota sobre a mobilidade social — ou permeabilidade dos estratos sociais, em seus termos — após a unificação, que:

> Parece não haver dúvida de que, no que tange à permeabilidade dos estratos sociais, a situação piorou. Entre a velha geração, que ascendeu antes de 1860, conhecemos muitas pessoas conspícuas, senadores, comendadores etc. que são filhos de operários. Por essa época, os estudos eram mais curtos e menos dispendiosos e com força de vontade se podia passar de operário a profissional liberal. Ora, há hoje talvez um número excessivo de advogados e médicos, entre os quais muitos estão deslocados, muitos que teriam feito melhor se tivessem seguido outro caminho, mas entre os estudantes da universidade não conhecemos um *único* [o grifo é de Mosca], repetimos, um único, que fosse filho de um verdadeiro operário (Mosca, 1925:296, nota 1).

Vê-se assim que, embora originário de uma região eminentemente pobre, marcada por baixos níveis de alfabetização e por um acesso precário à escola, Mosca pôde chegar à universidade, depois de passar por um liceu, em um período em que a educação elementar ainda não se havia tornado obrigatória.[103] Sua família investiu em sua educação custeando seus estudos, permitindo que não trabalhasse em seu tempo livre e estimulando-lhe o hábito da leitura.

Mosca, como se percebe, vinha de uma posição social superior à da média da população italiana, e da siciliana em particular. Seu pai pertencia aos quadros do serviço público e chegou a ocupar a secretaria geral da municipalidade de Palermo, um dos mais importantes cargos na hierarquia dos governos locais, tornando-se posteriormente inspetor do correio.[104] Sua família, além disso, era já detentora de um alto capital escolar: seu avô materno era médico e o paterno engenheiro.[105]

É importante assinalar que a ênfase dada por Mosca à educação, bem como a associação que faz entre universidade e mobilidade social guardam relação com o peso que a escolaridade vinha assumindo entre os grupos médios e superiores, como elemento conferidor de prestígio e recurso ascensional. De modo geral, eram

as famílias de patrimônio imobiliário menor, ou pouco significativo, que mais investiam na educação de seus filhos, preocupação que se expressava de forma freqüente inclusive em testamentos da época. Na verdade, porém, a propriedade vinha perdendo força como princípio básico de distinção, enquanto as chamadas profissões — a advocacia, a medicina e a engenharia — ganhavam um progressivo reconhecimento (Socrate, 1995).

Associado a isso estava o fato de que era aquele mesmo o momento em que se observava, ao menos em termos formais, um processo de imposição e de legitimação de preceitos mais igualitários, universais, impessoais, de mobilidade e acesso a cargos e posições sociais, afirmando-se o princípio do mérito individual, aferido através de concursos, com provas e exames de títulos.[106] De fato, era exatamente esse processo, ou os seus limites na Itália, que constituía o eixo da reflexão de Mosca na *Teorica*, como se verá adiante.

As análises sobre o sistema universitário italiano contidas no livro nos ajudam a compreender as opções de carreira do autor, que se formou em direito pela Universidade de Palermo. Havia, segundo ele, quatro grandes cursos universitários: o de ciência e matemática, para onde seguiam os que queriam tornar-se engenheiros; o de medicina, ao qual se subordinavam os cursos de farmácia e de veterinária; o de letras e filosofia; e, finalmente, o de direito (Mosca, 1925:207).

Para alguém como Mosca, interessado em literatura e, em particular, história, duas possibilidades se apresentavam: letras e filosofia ou direito. Os que se formavam na primeira faculdade destinavam-se principalmente ao magistério secundário, visto serem mais restritas as possibilidades de ingresso no ensino universitário. A carreira de professor secundário, entretanto, era desvalorizada, difícil, mal remunerada, o que justificava o fato observado por Mosca de que poucos jovens por ela se interessavam, mesmo diante de vantagens oferecidas por determinadas universidades, como bolsas de estudos ou taxas reduzidas (Mosca, 1925:210-1).[107]

Direito, ao contrário, era uma formação socialmente valorizada. Apesar da baixa qualidade e da desorganização de alguns cursos, conforme a avaliação de Mosca, o diploma naquela área oferecia possibilidades mais amplas de acesso ao mercado de trabalho e de ascensão. Dessa forma, cerca de 40% dos estudantes universitários, do início da década de 1880, estavam nas faculdades de direito. Na virada do século, o número de advogados chegou a algo em torno de 24 mil, seis vezes mais do que na Prússia, cuja população era maior do que a italiana.[108]

Entre as possibilidades que se abriam aos que se formavam em direito, para além da própria profissão de advogado, estava o ingresso na magistratura. Esta, no entanto, segundo Mosca, vinha passando por um processo de desvalorização. Se antes, por seus bons salários, por suas diversas vantagens e pelo prestígio de que se revestia, a carreira era bastante almejada, agora a situação começava a deteriorar-se, principalmente para os que se encontravam em início de carreira, o que desestimulava e empurrava os indivíduos mais bem qualificados para áreas mais promissoras, ou de menor grau de dificuldade (Mosca, 1925:220-1).[109]

De acordo com Mosca, duas das áreas mais procuradas eram, naquele momento, as do direito público e das ciências sociais. Elas abriam boas possibilidades na disputa por cargos públicos e também no acesso ao ensino universitário (Mosca, 1925:221). Foi justamente por elas que o autor optou, buscando ampliar suas oportunidades, conformando um padrão que de modo geral marcou seus investimentos ao longo de sua trajetória.

É preciso não subestimar a importância que assumia o ingresso no serviço público, e mesmo no magistério universitário, em particular em uma região como a Sicília, predominantemente rural, de reduzidas oportunidades de inserção urbana. E isso, destaque-se, tanto mais quanto se tratava, então, de um momento de consolidação do Estado nacional italiano, ampliando-se o número de posições e funções disponíveis. Apenas para se ter uma idéia, o funcionalismo público italiano cresceu cerca de 68% entre 1882 e 1911.[110]

Há que se ressaltar, ao mesmo tempo, o lugar central reservado aos diplomados em direito, quer fossem propriamente advogados quer, como no caso de Mosca, fossem juristas, nos processos de formação, de montagem dos Estados nacionais, tanto em uma perspectiva política quanto legal e administrativa. Esse fato tem sido recorrentemente acentuado pelas análises, enfatizando-se os estreitos liames que uniriam o direito à construção e à gestão do Estado, como mostra José Murilo de Carvalho em seu livro sobre a elite imperial brasileira (Carvalho, 1981:27-34).

Em *Le conflit des facultés*, de 1798, Kant procurava evidenciar os vínculos que uniam o direito ao poder político, produzindo uma classificação dos cursos universitários bastante elucidativa. O autor observava que as faculdades então existentes dividiam-se em superiores e inferior, segundo estivessem ou não subordinadas aos interesses governamentais. As superiores eram aquelas em que o governo interferia definindo, de algum modo, não apenas os conteúdos ali ensinados, como também sua imagem, suas manifestações públicas. A inferior, por seu turno, era marcada pela independência, pela autonomia, podendo utilizar suas proposições como bem entendesse, dedicando-se estritamente ao interesse da ciência.

De acordo com Kant, enquanto a faculdade de filosofia, com suas duas seções, a de ciência histórica — reunindo a história, a geografia, a lingüística e as humanidades — e a de ciências racionais puras — incluindo a matemática e a filosofia puras, e a metafísica da natureza e dos costumes —, era a inferior, as superiores eram as de teologia, de direito e de medicina. Seguindo uma ordem racional, o governo, através do controle do ensino da teologia, podia influenciar os pensamentos íntimos de seus súditos de modo a dirigi-los. Já pelo direito se buscava, na análise do autor, limitar as condutas externas dos governados através do freio da lei. Na medicina, finalmente, tratava-se de garantir um povo forte e numeroso, que poderia ser empregado de maneiras diversas (Kant, 1935:13-29).[111]

Da faculdade inferior saíam os sábios, os doutos, ao passo que das superiores vinham, na terminologia de Kant, os letrados. Se os primeiros, senhores de uma competência e de um capital científicos, eram livres para exercitar a análise e a reflexão críticas, inclusive publicamente, os segundos, técnicos da ciência, controlando um conhecimento empírico necessário ao estrito desempenho de suas funções, instrumentos que eram do governo, deviam restringir-se ao limite por este imposto (Kant, 1935:14-5).[112]

A oposição apontada por Kant foi apropriada por Bourdieu em *Homo academicus*, livro em que analisa a hierarquia atual do campo universitário francês. Ali também, segundo o sociólogo, é possível perceber a existência de dois pólos opostos: um das faculdades cientificamente dominantes mas socialmente dominadas e um das cientificamente dominadas, mas temporalmente dominantes.

Tal bipolaridade indica que estariam em operação, naquele campo, princípios de hierarquização e de legitimação diversos, ou mesmo antagônicos. Haveria um princípio de hierarquização social, baseado nos capitais social, econômico e político herdados ou efetivamente acumulados pelos indivíduos, em oposição a um outro específico, cultural, estruturado sobre o capital de autoridade científica, de notoriedade intelectual. Por outro lado, se observaria um princípio de legitimação temporal e político, resultado da dependência do campo universitário em relação ao do poder, contrapondo-se a um distinto que se funda na autonomia da ordem científica e intelectual. No pólo autônomo, intelectualmente legitimado e culturalmente dominante, estão as faculdades de ciências. No dependente, temporalmente legitimado, social, econômica e politicamente superior, localizam-se as faculdade de direito, além de outras como as de medicina (Bourdieu, 1984:55-96).

Um dos fortes elementos que expressam a proximidade entre o campo do poder e o curso de direito é a concentração de indiví-

duos com essa formação no espaço da atividade política. Era bastante alta a freqüência de diplomas de direito entre os ocupantes de cargos políticos na virada do século XIX, como demonstra Christophe Charle para o caso da elite francesa (Charle, 1987:407-14). O mesmo ocorria no Brasil, de acordo com os dados coligidos por José Murilo de Carvalho (1981:68-91). A Itália, por seu turno, também não se afastava desse padrão, sendo corrente a afirmação de que suas faculdades de direito eram, por excelência, centros de preparação e vias de ingresso para a função pública. Cerca de 49% dos deputados italianos, segundo dados de 1913, eram formados em direito.[113]

Foi pelo direito mesmo, ou pelo pólo universitário temporalmente superior, imbricado com a política, que Mosca fez sua opção de carreira. No espaço do direito, contudo, foi para a posição culturalmente legitimada do direito constitucional e das nascentes ciências sociais que o autor se encaminhou.

É importante destacar que o interesse de Mosca pelo direito constitucional vinha articulado a uma preocupação bastante evidente com o problema da nacionalidade. Refletir sobre as constituições, de sua perspectiva, significava analisar os fatores constitutivos e ordenadores da nação, seu arcabouço jurídico-legal e, principalmente, político. Mais ainda, significava fazê-lo por um prisma histórico, genético-evolutivo.

Tal preocupação é que presidiu a elaboração de sua tese de colação de grau, *I fattori della nazionalità*.[114] Concluída em 1881, distante apenas 20 anos da proclamação do reino da Itália e 10 da anexação de Roma, ela estava referida de modo claro ao processo de unificação. Em função deste é que pôde ela ganhar maior inteligibilidade, assim como também o próprio interesse do autor pelo direito constitucional, que o levaria a desembocar em uma reflexão sobre as formas de governo.

Ainda que a Sicília tivesse desempenhado um papel importante na unificação italiana, foi o Piemonte que se impôs como posição dominante no processo. Como resultado, produziu-se aquilo que alguns analistas chamaram de piemontização da Itália: seu novo rei passou a ser Vittorio Emmanuele, do Piemonte, que manteve a numeração dinástica de II, sua primeira capital foi Turim e sua nova base constitucional o *Statuto*, a Carta piemontesa. Além disso, mais da metade dos altos postos da administração e do serviço públicos passou a ser controlada por indivíduos do Norte em geral, piemonteses principalmente.[115] Para Mosca, por conseguinte, tomar a nação e a sua estrutura jurídica por objeto significava, ao mesmo tempo, buscar compreender sua posição nela, expressando uma perspectiva regionalmente subordinada e apontando defa-

sagens entre um discurso dominante de caráter igualitário e incorporador e uma prática política concentradora e exclusivista.[116]

Esse ponto fica patente na *Teorica*, trabalho mais elaborado e extenso que o anterior, fruto de um esforço intelectual mais sistemático deslanchado a partir de um curso complementar de ciência política e administração, que Mosca freqüentou na Universidade de Roma após a sua formatura. Além de ampliar seu capital escolar e cultural, o curso exerceu uma influência significativa no autor, pesando inclusive para o enquadramento de sua reflexão nas ciências sociais e, dentro destas, na ciência política.

O diretor do curso era Angelo Messedaglia, professor de estatística na Universidade de Roma e deputado liberal pela região de Verona. Considerada uma das ciências sociais, vinculada à economia política, a estatística gozava de forte prestígio na Itália, constituindo-se em uma disciplina em expansão. Sua força vinha, em grande parte, do fato de ser tomada como um dos principais meios para um exato conhecimento da realidade do novo país. Mais ainda, ela vinha passando por uma redefinição, abandonando suas origens descritivas e compilativas para adotar uma postura mais analítica, voltando-se para a descoberta de leis sociais, mudança pela qual Angelo Messedaglia ficou identificado como um dos responsáveis (Tobia, 1995:448-52).

Partindo de uma visão normativa e meritocrática, Messedaglia considerava que as ciências sociais deviam voltar-se para o aperfeiçoamento e a gestão do Estado e da política, formando também os quadros competentes para tanto. Nessa linha, ele defendia, desde a década de 1850, a criação de uma faculdade de estudos político-administrativos autônoma em relação à de direito, o que no entanto só viria a ocorrer nos anos 20.[117]

De fato, essa perspectiva das ciências sociais enquanto formadoras dos quadros do serviço público e dos agentes políticos parecia ser relativamente generalizada naquele período, observando-se também na França. Nesse país se assistiu a partir de meados do século XIX à criação e ao crescimento, ainda que dentro das faculdades de direito, de cadeiras como política, história, economia política, legislação comparada, direito constitucional e internacional, ciência financeira, legislação industrial e economia colonial, marcadas, é certo, por uma orientação jurídica, mas ministradas por professores que se percebiam como inscritos nas ciências sociais. Mais, foram elas, ou parte delas, reconhecidas como ciências do Estado, consolidando-se no ensino a partir de reformas universitárias, que reservaram ao direito a função de formar não apenas juristas, mas também administradores e gestores das altas funções públicas.[118]

Foi essa visão das ciências sociais, da política em particular, que orientou a produção de Mosca e que deu forma ao seu conceito de classe política. Não por acaso portanto, reconhecia o autor, na *Teorica*, que era com Messedaglia que tinha um de seus maiores débitos intelectuais, tendo este lhe propiciado uma visão clara e superior dos argumentos das ciências sociais (Mosca, 1925:9).[119]

Como se pode perceber, as ciências sociais não constituíam, então, disciplinas plenamente institucionalizadas, autônomas. Elas se vinculavam ao direito, do qual haviam nascido e se afirmado.[120] Se esse nascimento e afirmação não se deu sem conseqüências para o campo do direito, é também necessário ver, por outro lado, que os elos de ligação com este imprimiram nas ciências sociais, ao menos em seu início, determinadas marcas dele bastante características.[121]

Podemos seguir Bourdieu quando afirma, em *Homo academicus*, que as ciências sociais introduziram no direito, enquadrado pelos limites mundanos do poder temporal, uma cunha de liberdade, de independência.[122] Ao mesmo tempo, contudo, é preciso não tomar essa observação de forma rígida. Afinal, justamente por se enquistarem no campo do direito, algumas determinações mundanas foram também constitutivas das ciências sociais de maneira geral, que assumiram de igual modo um caráter normativo, não totalmente livre e independente, marcado assim por uma certa ambigüidade.

Portanto, investir nas ciências sociais não significava, necessariamente, caminhar para uma ruptura com o direito ou com as determinações do poder temporal, com a normatividade, assumindo uma postura apartada de quaisquer interesses que não fossem os da pura cientificidade. É certo que alguns como Durkheim, Weber e o próprio Pareto buscaram se afirmar como pensadores livres, autônomos, impondo-se e sendo reconhecidos, desse modo, como inventores, pais fundadores de uma nova ciência, a sociologia. Mesmo aqui, no entanto, não se descartava de todo a idéia de que a ciência pudesse contribuir para o aperfeiçoamento social.[123]

Ainda que buscasse se afirmar como um inovador e um poderoso crítico da influência e do poder políticos, Mosca manteve-se firme em uma linha de subordinação da ciência política ao direito, e mais especificamente ao direito constitucional, investindo na carreira de jurista. Em vez de desimpedir suas vias de afirmação, entretanto, sua estratégia terminou resultando em um baixo reconhecimento tanto no próprio direito, quanto, após a sua institucionalização, nas ciências sociais, fazendo com que permanecesse durante um bom tempo, nos termos de William Salomone, como um obscuro autor siciliano (Salomone, 1945:18).[124]

*CAPÍTULO 3*

# Inovação e fracasso universitário

O proêmio da *Teorica* deixa claro que Mosca, com cerca de 26 anos quando da publicação do livro e preparando-se para tentar a carreira universitária, buscava afirmar-se como uma novidade nos estudos de política e, por extensão, de direito constitucional. Dizia ele que, já durante seu período de faculdade, havia começado a sentir um desconforto em relação às idéias prevalecentes sobre os sistemas políticos em geral. Percebia que essas idéias eram fundamentalmente erradas, baseadas em suposições não apenas estranhas como também gratuitas. Intrigava-o o fato de que mesmo especialistas no assunto, isto é, jornalistas, escritores e deputados, não percebessem o que, para ele, parecia ser claro (Mosca, 1925:6).

É certo que havia, reconhecia Mosca, uma distância considerável entre a simples percepção dos equívocos de um sistema de idéias e a elaboração de um novo, mais conforme à realidade. Para ele mesmo uma tal elaboração não se havia configurado como um propósito deliberado desde o início, tendo chegado a ela de forma espontânea, quase inconsciente (Mosca, 1925:6-7).

O que Mosca buscava era não propor mais um sistema teórico entre tantos outros, mas sim elaborar um sistema verdadeiro, inquestionável, cientificamente demonstrado. Isso significava, igualmente, atribuir um estatuto de cientificidade às ciências sociais, à política em particular, o que sustentava não ter sido feito até então. Na verdade, impor como dominante o seu conceito de ciência à política era, a um só tempo, reunir condições para o reconhecimento tanto do seu sistema como científico, verdadeiro, quanto do seu nome como cientista, como especialista.[125]

Mosca iniciava o primeiro capítulo da *Teorica* observando que as disciplinas físicas e naturais já haviam alcançado um estatuto rigo-

rosamente científico. Isso significava que elas tinham um corpo de verdades cientificamente coordenadas, cuja demonstração era inacessível aos profanos, que as aceitavam como tais, sem questioná-las:

> Além disso, estas verdades científicas já não são fruto da observação comum e vulgar, mas antes de um método especial de observação no qual somente os cultores das ciências isoladas são iniciados; acrescentemos que, também elas, estão em perfeita contradição com os resultados da observação vulgar. Enfim, os profanos não se arrogam em colocar em dúvida nenhum dos resultados científicos obtidos em uma destas disciplinas; antes, respeitam integralmente a palavra dos especialistas, acreditam de algum modo poder, por iniciativa própria, alcançar alguma coisa ou colocar em cena aquelas noções que são concordes e seguramente afirmadas pelos cientistas (Mosca, 1925:12).

Para Mosca, portanto, a afirmação de uma ciência passava por um processo de constituição, e de controle, de um método de trabalho, de um conjunto de procedimentos próprios, inacessíveis aos homens comuns. Mais do que isso, porém, ela supunha um processo de diferenciação social, a constituição de um grupo de especialistas, de iniciados, assim reconhecidos por oposição aos profanos. Tal diferenciação, por sua vez, devia basear-se no monopólio legítimo dos meios de produção e de imposição de um discurso científico autêntico, reconhecidamente verdadeiro.

Nas ciências sociais, entretanto, com exceção da economia política e da estatística, isso não se observava. Não havia nelas princípios gerais cientificamente provados. Ao contrário, todos os seus princípios eram, de fato, hipóteses discutíveis. Nelas não havia uma nítida separação entre verdade científica e juízo vulgar. Não se tinha estabelecido ali, dizia Mosca, uma clara divisão entre o diletante e o cientista (Mosca, 1925:12).

Esta última observação de Mosca ganha sentido maior quando somada ao rol de especialistas em política por ele anteriormente elencado: jornalistas, escritores e deputados. O autor reforça a constatação de que ainda não se podia, de modo claro, distinguir o cientista do diletante, indicando também que o processo de diferenciação social destacado não havia, de fato, se operado na Itália. Ao mesmo tempo, o que parece ficar patente é que a universidade não detinha até então o monopólio, nem da enunciação e da validação do discurso científico legítimo sobre a política, nem da produção dos produtores de tal discurso.

É por tudo isso que em grande parte, segundo Mosca, as ciências sociais eram marcadas por uma série de noções apriorísticas, aceitas desde sempre, sem discussão, de modo acrítico. Essas noções foram incorporadas de uma forma tal, que combatê-las significava não apenas opor-se a hábitos intelectuais entranhados, mas ir mesmo contra sentimentos, expor, de acordo com o autor, o estado primitivo em que se encontrava, mais especificamente, a ciência política, também dita sociologia (Mosca, 1925:14-6).[126]

Um bom exemplo disso, na opinião do pensador, eram os critérios prevalecentes de classificação das formas de governo. Remontando ainda a Aristóteles, em vez de eles se basearem nas qualidades mais substanciais dos diferentes governos, tomavam os elementos mais aparentes. Partiam, portanto, da observação vulgar e não da científica, e por essa via dividiam os governos segundo um gradiente perceptível de concentração da autoridade. Os democráticos seriam aqueles governos em que a maioria da população era o poder determinante, os aristocráticos aqueles controlados por uma classe restrita e os monárquicos concentravam a autoridade nas mãos de apenas um indivíduo (Mosca, 1925:15-6).

Havia, para Mosca, que se buscar estabelecer não propriamente um novo sistema, mas princípios distintos de classificação. Era preciso abandonar os critérios vulgares, superficiais, baseados nas aparências, em proveito de outros que fossem efetivamente gerais, que expressassem constâncias.

E que critérios eram esses? Mosca os enumerava em uma formulação recorrentemente citada como evidência de que, já na *Teorica*, podiam ser encontradas as origens de sua teoria da classe política:

> Em todas as sociedades regularmente constituídas, nas quais há aquilo que se diz ser um governo, nós, ao vermos que a autoridade deste se exercita em nome do universo povo, ou de uma aristocracia dominante, ou de um único soberano, (...) encontramos com extrema constância um outro fato: que os governantes, ou seja, aqueles que detêm nas mãos os poderes públicos — e os exercitam —, são sempre uma minoria, e que abaixo deles há uma classe numerosa de pessoas, as quais, não tendo nunca participado *de forma efetiva* [o grifo é de Mosca] do governo, não fazem senão sofrê-lo. Elas podem ser chamadas de governados (Mosca, 1925:16).

Era sempre, portanto, uma minoria que exercia as funções, que movimentava a máquina do governo, não havendo sentido em falar de governo de um só homem, ou da maioria, no caso das democracias. A essa minoria é que Mosca chamava de classe política, e sobre ela ou sobre suas diferenças é que deveriam, segundo ele, ser erigidos os critérios científicos de classificação dos governos (Mosca, 1925:18-9).

Uma questão que se colocava, entretanto, era a de como a minoria, ou a classe política, se afirmava e se mantinha, impondo o seu poder sobre a maioria. Havia, em primeiro lugar, que se observar que as minorias eram organizadas, ao contrário das maiorias, impondo-se assim sobre elas. Essa imposição, é claro, podia se dar sobre uma componente de força, mas nunca exclusivamente sobre ela. A dominação era em geral legítima, sendo aceita pela maioria, ou pelos governados, que reconheciam a superioridade da classe política, que percebiam nela características, méritos, dons que a destacavam do conjunto da sociedade (Mosca, 1925:25-6):

> Qualquer indivíduo que faça parte da classe política deve ter, ou pelo menos presume-se que tenha, um mérito ou uma qualidade que não são possuídos por todos, aos quais, na sociedade em que vivemos, a maioria dos homens confere uma grande importância.
>
> Esses méritos e essas qualidades nem sempre foram os mesmos em todos os tempos e em todos os países, ou, melhor dizendo, os critérios de formação ou de admissão na classe política são vários. E essa variação é tão importante que nós acreditamos que ela possa fornecer um segundo critério de admissão, de acordo com o qual é possível, se não classificar, ao menos estudar os governos, podendo ser revelados, no exame de suas entranhas, alguns traços dos mais característicos e substanciais" (Mosca, 1925:26).

Os méritos, os dons, as qualidades que determinavam a formação tanto da classe política quanto do governo, e que Mosca chamava de forças sociais, variavam no tempo e no espaço. Cada sociedade, em cada período histórico, valorizava determinadas características, distintas das de outras sociedades em outros períodos, conformando assim classes políticas com diferentes feições.

Dessa forma, em períodos mais recuados, marcados por exemplo por disputas constantes e por guerras, o valor militar e a força eram elementos predominantes. Com o passar do tempo, en-

tretanto, impondo-se a paz e a estabilidade, o valor militar passava a não mais predominar, cedendo lugar à riqueza. Mas isso não significa que desaparecesse ou que não pudesse voltar a predominar, particularmente em períodos de anarquia e dissolução social.

Obviamente a riqueza podia ser de natureza diversa, como territorial ou pecuniária, e, por sua vez, havia passado por duas fases, uma de direito e uma de fato. Na de direito, apenas os indivíduos possuidores de determinadas riquezas podiam pertencer legalmente à classe política. Na fase que Mosca qualifica como de fato, as barreiras legais foram derrubadas mas a riqueza continuava funcionando como uma alavanca fundamental, associada ao nascimento que, do mesmo modo, havia atravessado aqueles dois estágios (Mosca, 1925:27-31).

Também o nascimento, abolido como critério exclusivo e legal para a formação da classe política, continuava, de fato, a exercer uma grande influência:

> Nascimento significa riqueza, significa relações que alguém pode facilmente adquirir, o que poderá ser extremamente difícil para uma outra pessoa; nascimento significa facilidade relativa de tornar-se dono de certos conhecimentos que, para outras pessoas, custarão muito estudo; nascimento significa dizer estar acostumado ao comando e ocupar uma posição importante; estas últimas coisas, geralmente julgadas de pouco peso, têm, ao contrário, uma enorme importância na prática da sociedade. O manto é oferecido a todos, todos podem tentar ganhá-lo, ainda que alguns deles distem três passos e outros distem 100. Eis como o nascimento é determinante.
>
> A experiência histórica não faz senão confirmar aquelas induções que podem ser tiradas pela sociedade atual. Existem muitos casos nos quais os cargos eletivos ficaram quase sempre enquistados nas mesmas famílias, porque naturalmente quem nasce fora delas terá de superar muitas desvantagens para poder concorrer vitoriosamente (Mosca, 1925:31-2).

Portanto, ainda que ao fim do século XIX não fosse mais um requisito legalmente necessário para o ingresso na classe política, o nascimento continuava a operar como um poderoso propulsor, facilitando e acelerando o acesso de determinados indivíduos a posições sociais elevadas. Mais do que riqueza, nascimento significava um capital de relações pessoais, de conhecimento, significava a incorporação de hábitos e posturas de mando, a familiaridade com

ações, funções e lugares específicos, o que, na concorrência por determinados cargos, acarretava enormes vantagens e a quase certeza da vitória, além de poupar um brutal esforço de adaptação, de conversão. Sem dúvida, o nascimento representava um forte contrapeso para um outro critério de composição da classe política que se afirmava na sociedade moderna: o mérito pessoal.

Era nas sociedades mais evoluídas e maduras que, segundo Mosca, o mérito pessoal se afirmava como um dos elementos fundamentais de recrutamento e seleção da classe política. Isso se dava não apenas porque nessas sociedades se afirmavam sentimentos de igualdade e de justiça social, mas também, e principalmente, pela importância que nelas assumia o componente técnico e científico. As funções políticas cada vez mais demandavam uma formação, conhecimentos e aptidões especiais, avaliados através de exames. Isso, por seu turno, indicava a afirmação de uma nova força social, o saber, que abria a possibilidade do reconhecimento também do esforço individual, independentemente da riqueza e do nascimento (Mosca, 1925:33-4).

Fossem quais fossem a força social prevalecente e o modo de ingresso na classe política, era preciso ver que essa classe não confessava nunca que comandava pela simples razão de ser composta por indivíduos de caracerísticas próximas, ou porque fosse mais apta. Ela sempre buscava a justificação, a legitimação de seu poder em um princípio abstrato, isto é, em uma fórmula política. Essa fórmula tanto podia ser fundada em algum princípio sobrenatural, como o de que o poder vinha de Deus, quanto em um, ao menos em aparência, racional, como o de que todo poder emana da vontade popular. Era preciso ver, contudo, que não era a fórmula que determinava o modo de formação da classe política mas, ao contrário, a classe é que sempre adotava a fórmula que mais lhe convinha (Mosca, 1925:36-8).

Na verdade, as elaborações de Mosca sobre a classe política contidas na *Teorica* estavam subordinadas, como desde o início se vê e como o título indica, a uma tentativa de refletir sobre as formas de governo de modo geral, sobre seus critérios de classificação. Não apenas isso, refletir sobre a classe política, seus critérios de formação, de ingresso, sua estabilidade e renovação significava para ele, ao mesmo tempo, pensar na própria estabilidade do Estado. Em torno desses elementos, concluía Mosca, é que girava a história política da humanidade:

> Toda a história política da humanidade em todos os tempos, em todas as nações e em todas as civilizações pode ser retomada sob estes dois grandes pontos de vista: de um lado, o grau de coordenação das diversas classes políticas, a quantidade de recursos que elas sabem reunir nas próprias mãos e a força da sua ação coletiva; por outro lado, os vários elementos que ingressam nas referidas classes, os seus diversos modos de impor-se, as suas disputas, as suas lutas, as suas transações e combinações. Por conseguinte, a mobilidade das sociedades humanas depende do seu contínuo variar em relação aos dois coeficientes indicados. Deles dependem o fortalecimento e o enfraquecimento dos Estados, as crises que os afetam, as agitações ou as lutas internas pelas quais quase sempre se animam, e algumas vezes se dilaceram, e para os quais alguns vez ou outra entram em dissolução e se esfacelam (Mosca, 1925:35-6).

Daí em diante, Mosca procura demonstrar suas teses com base em exemplos históricos, começando com a constituição política dos hebreus e indo até a queda do Antigo Regime. Feito isso, o autor inicia uma reflexão — que ocupa mais da metade do livro — sobre a situação italiana, o sistema parlamentar, os vários níveis de governo, a administração, a burocracia.

Segundo Mosca, seu objetivo aqui era averiguar se o governo parlamentar podia, na prática, realizar as idéias que o embasavam. Queria Mosca ver se as abstrações teóricas que davam suporte àquele governo, e que compunham sua fórmula política, condiziam com a sua prática, ou se ele satisfazia as necessidades para as quais havia sido criado, trazendo verdadeiras mudanças nas condições sociais.

Buscava Mosca, de modo mais preciso, verificar se o sistema parlamentar, escorado como estava nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, havia conseguido conformar uma classe política na base do mérito pessoal em vez do nascimento, da competência em vez da riqueza. Tentava ele avaliar se, com a rigorosa aplicação dos princípios básicos do sistema parlamentar, todos os elementos políticos de um país, todos os seus valores sociais, passavam a tomar parte ativa na vida política, ou se permaneciam em boa parte excluídos. Procurava finalmente saber se, diante de tudo isso, era possível considerar aquele sistema como uma forma estável e duradoura, um meio de satisfazer a contento as necessidades colocadas pela nova época, ou se tratava-se de uma forma transitória, passageira (Mosca, 1925:143-5).

O sistema parlamentar, para Mosca, tomando seu próprio país por referência, era essencialmente corruptor e imoral, pelo fato de colocar os ministros na dependência dos deputados. Qualquer ministério, se quisesse governar com relativa calma e por um período considerável, tinha que buscar o concurso da maioria no Congresso, trocando apoio por empregos, favores, privilégios e assim por diante. Com isso, o favoritismo, por um lado, e o arbítrio, por outro, passavam a ser a regra, servindo a lei para promover os amigos e os aliados, e para conter ou prejudicar os inimigos e mesmo os indiferentes (Mosca, 1925:162-5).

Até os homens dignos, qualificados, como boa parte dos que ocupavam os ministérios, terminavam se rebaixando moralmente. Isso se dava porque o sistema em que se inseriam baseava-se não nas leis da história, mas em abstrações irrealizáveis, resultando, de forma perversa, no inverso do que propunha:

> A Camorra — preferimos dizer o nome com todas as letras, porque talvez isso sirva para nos envergonharmos da coisa, cuja existência é conhecida de todos — é quem, dia após dia, vai se tornando, cada vez mais, a verdadeira senhora da situação. Não que os nossos ministros, que os homens que até hoje estiveram à frente dos negócios, tenham sido desonestos (não garantimos nada para o futuro); ao contrário, todos eles tinham um nível moral bastante elevado, pelo menos se comparado ao da média dos cavalheiros. A questão é que eles foram colocados em uma situação da qual não podem sair, a não ser rompendo com todos os seus amigos, com todas as suas ambições, com todo o seu passado. Ora, não convém impedir esses homens de fazer valer o seu interesse sem rebaixar o seu nível moral, uma vez que, colocados nessa encruzilhada, é quase sempre a sua moralidade que paga as contas da situação. Os nossos governantes dão prova disso quando, embora permanecendo como homens privados honestos, tiveram pouco a pouco seu caráter de homens públicos corrompido: fruto inevitável de um pernicioso sistema de governo que, inspirado em idéias teóricas e em abstrações metafísicas, não leva absolutamente em conta nem o conhecimento da história nem o da sociedade e do caráter humano (Mosca, 1925:165-6).

Os efeitos disso sobre a formação da burocracia dos ministérios e sobre o acesso aos postos públicos em geral, como se pode concluir, só poderiam ser deletérios. Para que isso fosse mais bem avaliado, Mosca procurava dividir a história recente da Itália em dois períodos.

O primeiro deles, no imediato pós-1861, havia sido extraordinário, irregular, marcado pela necessidade de se construir uma máquina administrativa para o novo Estado. Para tanto, recorreu-se à antiga burocracia dos pequenos Estados, especialmente os empregados dos governos piemontês, toscano e napolitano. Também os indivíduos que haviam ajudado a revolução, garibaldistas e conspiradores em geral, e que esperavam ser recompensados com empregos, foram incorporados. O resultado disso, segundo Mosca, foi a inoperância, a ineficiência, o que levou a que fossem tomadas duas medidas reparadoras: a primeira foi uma depuração nos quadros da burocracia, e a segunda, a exigência de ingresso através de provas e títulos.

Entrava-se assim no segundo período, ordinário, normal, no qual a única via legal de acesso aos cargos públicos eram os concursos e os exames de títulos. Se isso era a lei, entretanto era preciso ver que, na prática, as coisas não se passavam bem dessa forma. Mesmo aqui, através do comprometimento e da pressão sobre as bancas examinadoras, observava-se o favorecimento, a parcialidade e a operação de um sistema de cartas marcadas, ao invés do mérito pessoal e da competência, como deveria prevalecer (Mosca, 1925:168-74).

O ingresso no ensino universitário não parecia escapar a essa norma. Eram em geral, segundo Mosca, pessoas de camadas bastante elevadas que a ele aspiravam e, para tanto, dispunham de dois meios, sendo o primeiro deles o concurso. O segundo meio era o art. 69 de uma lei de autoria de Gabrio Casati, ministro da Instrução Pública em 1859, que autorizava a nomeação pelo rei, sem concurso, de pessoas indicadas pelo ministro, cuja obra, descobertas ou ensinamentos evidenciassem uma perícia significativa e singular em uma determinada matéria (Mongardini, 1980a:150, nota 6). Para Mosca, entretanto, por via de regra

> os melhores professores são aqueles nomeados por concurso e os piores, as criaturas do art. 69. As razões desse fato, depois de tudo que dissemos, são fáceis de adivinhar. Também nos concursos as poderosas amizades parlamentares e a benevolência dos ministros exercem grande influência. Retardar ou apressar um concurso depende do ministro da Instrução Pública, como também é o ministro quem nomeia a comissão, a qual deve julgar os títulos e o mérito dos concorrentes. Enfim, o mesmo ministro pode nomear ordinário um fulano que a comissão propôs como extraordinário, e deixar extraordinário um professor que, em três ou quatro concursos para cátedras de diversas universidades, já foi declarado idôneo para ordinário (Mosca, 1925:212-3).[127]

Ainda assim, e em função mesmo do número razoável de universidades existentes na Itália, era possível encontrar vários jovens professores que ingressavam graças, principalmente, ao seu mérito pessoal. Isso se dava, na maior parte, nas faculdades de engenharia e de medicina, nas quais era requisitada uma clara competência técnica, e nas de letras e filosofia, que exigiam alguns conhecimentos raros. Nas faculdades de direito, os melhores professores encontravam-se na cadeira de economia política, que já se havia constituído em uma disciplina científica, e nas afins. Nas outras disciplinas, quanto mais se aproximava das diretamente relacionadas com a política, tanto pior era o quadro de docentes (Mosca, 1925:213).

Como se vê, segundo Mosca, havia nas faculdades italianas uma gradação da prevalência da meritocracia, que crescia de modo diretamente proporcional à especialização, à raridade e à cientificidade do saber em questão, e de modo inversamente proporcional à proximidade com o campo do poder político. Dessa maneira, em áreas que exigiam o domínio de uma competência técnica maior, como a engenharia e a medicina, ou naquelas reconhecidamente científicas, como a economia política, ao contrário de outras, como o direito, o princípio do mérito operava de forma mais evidente e eficaz, ainda que isso não significasse, é claro, a total eliminação da interferência política.

De sua análise do funcionalismo italiano em geral à sua época, Mosca tira, portanto, as seguintes conclusões:

> Em primeiro lugar, embora legalmente todas as nossas instituições sejam organizadas de maneira que os postos e as promoções devam ser sempre concedidos por mérito pessoal, também esse princípio é, na prática, continuamente perturbado, não apenas pelas debilidades costumeiras do caráter humano, comum a todos os tempos e a todos os países, mas também por uma influência constante e geral: pelo poder, não legal mas efetivo, que os deputados e os elementos que neles se apóiam desfrutam em toda a nossa administração, especialmente nos seus níveis hierárquicos mais elevados.
>
> Em segundo lugar, essa influência é, em grande parte, facilitada pelo quase completo arbítrio que muitos ministros detêm sobre o pessoal de suas repartições; pela ilusória responsabilidade de que somente eles detêm essa influência, o que não faz senão colocá-los à mercê da Câmara dos Deputados; pela absoluta irresponsabilidade e pela falta de independência dos funcionários subalternos; pela ausência de órgãos que venham a controlar esses funcionários e a amenizar a autocracia ministerial. Enfim, pode-se

> perfeitamente dizer que, nesse aspecto, toda a nossa organização administrativa permaneceu no estágio primitivo e vicioso em que se encontrava sob os antigos governos absolutos (Mosca, 1925:246-7).

No que dizia respeito, por conseguinte, à formação da burocracia, dos quadros da administração do Estado, ao preenchimento dos cargos públicos, o governo parlamentar ia, na opinião de Mosca, contra alguns de seus preceitos básicos, assemelhando-se ao sistema absolutista. Imperava o arbítrio ministerial e a igualdade de oportunidades, assentada sobre o mérito e a competência pessoais, era neutralizada ou reduzida pelo privilégio, o favor, a amizade, o parentesco. Mais do que isso, o próprio mecanismo fiador da igualdade e aferidor do mérito, o concurso, controlado pelos parlamentares, era apropriado por estes como recurso de patronagem, de reforço e recompensa de suas clientelas.

O que se indicava, dessa forma, é que mesmo no tocante aos cargos eletivos como o de deputado, as teses centrais do governo parlamentar não pareciam operar na prática. As funções públicas, inclusive as eletivas, passavam por um processo ao qual Mosca se referia como enfeudamento, tornando-se seus detentores seus senhores, adquirindo sobre eles um direito vitalício, um privilégio, que podia ser passado a seus herdeiros. Isso se relacionava ao fato de que, longe de serem os eleitos representantes de uma maioria, como se propalava, os deputados, observava o autor, faziam-se eleger por uma minoria, sendo, na realidade, impostos em vez de escolhidos:

> Qualquer um que tenha assistido a uma eleição sabe perfeitamente que *não são os eleitores que elegem o deputado, mas normalmente é o deputado que se faz eleger pelos eleitores* [o grifo é de Mosca]; se essa afirmação não é do agrado, podemos substituí-la por outra que diz que são os seus amigos que o fazem eleger. De qualquer modo, é certo que uma candidatura é sempre obra de um grupo de pessoas reunidas por um objetivo comum, de uma minoria organizada, que, como sempre, fatal e necessariamente se impõe às maiorias desorganizadas (Mosca, 1925:250-1).

Uma boa prova disso, para o autor, podia ser encontrada na em geral baixa percentagem de comparecimento eleitoral. O triunfo da maioria, no entanto, não estaria garantido mesmo que o com-

parecimento fosse total. É certo que, teoricamente, cada eleitor tinha a mais ampla liberdade de escolha. Na prática, porém, havia rígidos limites, dirigindo-se os votos para aqueles dois ou três candidatos que melhor conseguiam se impor, ou que tinham maiores chances de vitória, ou dos quais se esperava receber alguma espécie de favor. Era falsa, por conseguinte, a tese de que o sistema parlamentar garantia a representação das grandes massas (Mosca, 1925:251-2).

Tudo isso era magnificado pelo fato de que, a nível local, os pleitos eram diretamente dirigidos por três elementos: os prefeitos, que exerciam uma forte pressão sobre os votantes;[128] os grandes eleitores, que eram aqueles que, por sua posição, tinham um séquito considerável, um número respeitável de dependentes; e as associações políticas e operárias (Mosca, 1925:252-6).

Em um tal enquadramento, em um contexto em que o reconhecimento dos representados pouco pesava para o acúmulo de capital político, a ampliação das franquias certamente, na avaliação de Mosca, seria ineficaz, inexpressiva. O alargamento do sufrágio, ao contrário do que se propalava, não se constituiria em um remédio para o governo parlamentar, mas tão-somente em uma desculpa para a teoria democrática. Continuariam determinando o resultado os mesmos elementos que o determinavam no sistema de voto restrito (Mosca, 1925:270-1).[129]

Mais uma vez, portanto, reforçava-se para Mosca a idéia de que o sistema parlamentar era essencialmente corruptor. Contradizendo suas próprias teses, vedando bens e posições sociais ao acesso por meio de mecanismos formais, impessoais, que valorizassem o mérito e a competência individuais, o sistema parlamentar terminava obrigando a um rebaixamento moral aqueles que buscavam a satisfação de seus interesses.

> Todos eles, do mais alto ao mais baixo, do ministro ao eleitor, encontram o seu interesse privado quando traem os interesses públicos que lhes são confiados. Todos devem, para seguir adiante e conseguir sustentação, favorecer os aderentes e os amigos, mesmo que isso prejudique o bom andamento dos negócios, a consciência e a justiça. É nesse sistema de governo que a independência do caráter, a austeridade, a imparcialidade — qualidades preciosas que constituem a verdadeira força moral dos indivíduos, dos povos e dos organismos políticos — são mais sacrificadas, mais ficam afastadas, pelo poder, das pessoas que as possuem e, por isso, mais tendem a permane-

> cer inoperantes ou a desaparecer. É também nesse sistema que a velhacaria moral, a falta de qualquer sentimento de justiça, a esperteza, a intriga, que são exatamente as qualidades que preferencialmente conduzem os povos e os Estados à ruína, encontram o seu melhor terreno, levam adiante os seus sequazes e, conseqüentemente, mais tendem a colocar-se em evidência e a desenvolver-se (Mosca, 1925:258-9).

Esse mesmo sistema era responsável, para Mosca, por uma piora nas condições sociais na Itália, em especial para os grupos inferiores. E o que se constituía em uma agravante era o fato de que as possibilidades de melhora, de ascensão, de mobilidade, a seu ver, encontravam-se bloqueadas (Mosca, 1925:294-6).

Com isso, observava o autor, criava-se uma situação de isolamento das classes sociais, cujas conseqüências poderiam ser funestas. O pobre passava a ver o rico como seu inimigo, enquanto este tinha daquele idéias igualmente falsas, romanceadas.

> Em meio a tudo isso, brinca-se com o fogo, como não se soubesse que o fogo queima e consome. Admite-se a existência de uma questão social, que ela deva ser alvo de atenções, que as classes pobres são vítimas da injustiça social. Permite-se que essas idéias se propaguem, acendem-se esperanças, fazem-se promessas sem se refletir, porém, sobre como cumpri-las, como se fosse possível cumprir todas elas. Deixa-se que o movimento se organize, que as classes baixas se habituem e se eduquem à idéia da luta, e se preparem para sustentá-la; que a mina, enfim, pouco a pouco seja carregada e que depois se durma tranqüilo, certo de que ela nunca irá explodir. Prestem bem atenção, porém, porque quando estiver pronta, basta um fósforo! (Mosca, 1925:297-8).

Mosca concluía, diante disso, que não seria longa a vida do regime parlamentar, que ele não se afirmaria como uma forma de governo estável e normal. Tratava-se, na verdade, de uma organização baseada em concepções abstratas, metafísicas, refratária às leis naturais do desenvolvimento e do ordenamento de todas as sociedades e que por isso mesmo, na prática, fracassava, mostrava-se débil, iníqua, trazendo em si, e favorecendo, os germes da dissolução. Tratava-se certamente de um regime fadado ao desaparecimento, após um período de agitação e perigos (Mosca, 1925:299).

Apesar de mais volumosa, a segunda parte da *Teorica* é a menos trabalhada pelos comentadores. Das razões para que isso se dê, duas devem ser particularmente enfatizadas. A primeira é que, mais interessados no que seriam as origens e a evolução da doutrina ou da teoria da classe política, é sobre a seção inicial que fazem incidir suas atenções. Além disso, e aqui entramos já na segunda razão, não há como negar que a seção seguinte da *Teorica* discrepa bastante da percepção predominante, como vimos, de um Mosca liberal. Foi a segunda parte, basicamente, que rendeu ao livro a caracterização, por alguns, de uma crítica impiedosa ao sistema parlamentar e ao liberalismo (Salomone, 1945:18).

Tal desprezo dos comentadores pela segunda seção da *Teorica* ganha significado e visibilidade ainda maiores se levarmos em conta que é decorrente, em larga medida, de um empenho, de um trabalho tardio do próprio Mosca, no sentido de impor de seus textos tanto uma leitura liberal quanto uma visão perfeitamente articulada, como se constituíssem uma obra gradual de construção e aperfeiçoamento da teoria da classe dirigente. Assim, no prefácio à segunda edição da *Teorica*, em 1925, o autor esclarecia ser de fato a primeira a parte mais importante do livro, uma vez que era ali que vinha exposta a sua doutrina. A segunda parte, por seu turno, expressão de sua forma anterior de pensar, de sua visão juvenil da política, com a qual não mais concordava, devia ser encarada tão-somente como um documento do instante em que foi produzida, a primeira metade dos anos 1880 (Mosca, 1925:iii).

Voltar-se-á a essa questão adiante para falar dos motivos que, em 1925, levaram Mosca a tentar impor essa percepção da *Teorica*. Por ora, o que é importante destacar é que, sem levar a segunda parte do livro na devida conta, deixa-se de lado um elemento fundamental não apenas para a compreensão da primeira parte, da percepção de Mosca da classe política, bem como de seu reconhecimento, mas para a própria relativização das interpretações correntes das origens da teoria das elites.

Mais do que uma dura crítica ao sistema parlamentar, ao liberalismo e à democracia, a *Teorica* pode ser lida como uma dura visão do mundo de um jovem siciliano, oriundo de uma fração subordinada das classes dominantes, que aspirava a ingressar na carreira universitária. Esse ponto, é certo, tem sido acentuado por alguns comentadores. Quando o fazem, porém, têm muito mais o objetivo de justificar o expurgo da segunda parte do livro de sua análise, ou de amenizar, relativizar, as críticas feitas pelo pensador. Dessa forma, para Livingston, por exemplo, o Mosca da *Teori-*

*ca* "foi sem dúvida influenciado por preconceitos de nacionalidade, de região e de partido, incorrendo assim em erros metafísicos" (Livingston, s.d.:xxxiv).

Como já acentuado, Mosca vinha de uma região posicionada inferiormente em termos sociais e políticos. Não apenas a Sicília era identificada como a área mais atrasada da Itália, eminentemente rural, com maiores índices de pobreza e de analfabetismo, como, nos governos e no jogo de forças que se seguiram à unificação, ela ocupava uma posição secundária, o que, aliás, o próprio Mosca indica em diversas passagens de seu livro. Na verdade, o Norte deu, em larga medida, o tom da política italiana no período, mesmo quando alguns sicilianos ocuparam a frente da cena e ainda que, em boa parte, estivesse no Sul uma das principais bases de apoio dos governos posteriores à unificação, uma base rigidamente controlada e obediente.[130]

De fato, mais importante do que a presença ou não de um siciliano à testa do governo, era a percepção de que, por detrás de uma retórica liberal predominante, o que se conformava na Itália, naquele momento, era um sistema fechado, com possibilidades de ascensão reduzidas pelo controle exercido pelos políticos sobre o acesso a cargos e posições, tanto os mais quanto os menos valorizados. O que prevalecia era o privilégio — associado às relações pessoais, ao nascimento e à riqueza —, ao invés da igualdade, o favorecimento — associado ao parentesco, à amizade e à patronagem —, em vez do mérito individual.

É interessante que Mosca, no proêmio à *Teorica*, lembra que, em sua juventude, seus amigos eram todos liberais e até próximos à esquerda. Ele mesmo se dizia simpático à teoria então considerada mais avançada, manifestando-se a favor do liberalismo, da democracia e da república. Apenas mais tarde, já quando cursava a faculdade de direito, é que, em seus termos, veio a desenvolver uma nova atitude intelectual (Mosca, 1925:5-6).

Ora, o início dos estudos universitários de Mosca, em meados da década de 1870, coincide com o fim do governo da chamada direita, representada pelos setores que haviam tomado a frente da unificação, e o início de um longuíssimo período de mando da esquerda, entrecortado apenas por alguns curtos intervalos. Entretanto, é preciso que não se tome o termo esquerda no seu sentido ideológico e doutrinário mais recente. De fato, uma esquerda mais ideológica, representada pelo Partido Socialista, só viria a ganhar expressão significativa na Itália por volta da década de 10.

Ainda que incorporando elementos do ideário republicano e socialista, a esquerda que chegava ao poder em 1876 era, basicamente, um agrupamento heterogêneo de oposições, de forte base no Sul, no qual despontavam alguns setores que ocuparam uma posição subordinada no arranjo político resultante da unificação, como antigos seguidores de Giuseppe Garibaldi e adeptos de Giuseppe Mazzini. Contudo, uma vez no poder, uma vez ocupando o pólo dominante, seus líderes deixaram de lado tanto o republicanismo quanto seus traços socializantes, aceitando a monarquia e assumindo um discurso liberal.

O primeiro líder da esquerda a governar, de 1876 a 1887, foi Agostino Depretis, seguido por Francesco Crispi, de 1887 a 1896, e, finalmente, por Giovanni Giolitti, que controlou a política italiana de 1901 a 1914. Trata-se, como se vê, de uma estabilidade surpreendente, de quase quatro décadas, que se escorou em um mecanismo de neutralização e de cooptação das oposições, que se tornou conhecido como *transformismo*, cuja essência fica bem caracterizada pela expressão cunhada pelo próprio Depretis: "justiça para todos; favores para os amigos" (Hearder, 1992:204).

A base do *transformismo* e da permanência da esquerda, portanto, foi um sistema de troca de apoio político por favores, cargos e toda sorte de benesses governamentais, aliado ao emprego da violência e de formas variadas de pressão sobre os inimigos e os setores renitentes. A marca mais característica do período — chamado por alguns de ditadura parlamentar em vista dos grandes lapsos de tempo durante os quais Depretis, Crispi e Giolitti puderam controlar a política com o aval do Parlamento, conferindo aos deputados, em contrapartida, um enorme poder — foi, dessa forma, a da corrupção, do favor, do nepotismo, do privilégio, da pessoalidade, da patronagem.[131]

Foi esta a percepção que se reteve do liberalismo e do sistema parlamentar italianos na virada do século XIX. Ela deu forma a uma vaga de ceticismo político, projetando uma vertente antiliberal e antidemocrática do pensamento social do país, na qual se incluíam os nomes de Mosca e de Pareto.[132]

No caso de Mosca, muito longe de se tratar de manifestações reacionárias, de uma defesa de uma ordem em decadência, em desarticulação, de uma tentativa de fazer retroceder a roda da história, promovendo um retorno nostálgico a um *statu quo ante*, a uma idade do ouro, como propugnam análises correntes da teoria das elites, suas formulações confluíam justamente para um desvelamento de linhas de continuidade entre o liberalismo e o Antigo Re-

gime, contra o qual propalava aquele ter se erigido. Mais do que a simples sobrevivência *de facto* de mecanismos que antes existiam *de jure*, mais do que a apropriação e a atualização de antigas práticas em um novo contexto, o governo parlamentar, na percepção do autor, havia inventado modalidades distintas de dominação, de patronagem e de autoperpetuação, havia ampliado sobremaneira os recursos ao seu dispor, pela própria complexificação e diversificação da sociedade e do Estado, tomando por base, agora, o instituto do voto, legitimando-se através de uma retórica liberal, assumindo uma posição de força com o argumento do aval da maioria.

Deve-se reconhecer, contudo, que a crítica de Mosca não o conduzia a uma proposta de aperfeiçoamento do liberalismo e do parlamentarismo. A seu ver, qualquer tentativa nesse sentido seria inútil, uma vez que tanto um quanto o outro eram marcados por taras genéticas. Assim, as mazelas vividas pela Itália eram não fruto do desvirtuamento dos princípios liberais ou da má condução do parlamentarismo, mas suas conseqüências lógicas, necessárias, inevitáveis.

Se Mosca, em seus primeiros escritos, percebia o liberalismo e o parlamentarismo como sistemas natimortos e socialmente deletérios, não buscava propor alternativas. Bastava-lhe, na verdade, haver descoberto, como acreditava ter feito, a chave para a compreensão mais profunda, científica, verdadeira, positiva, não apenas daqueles sistemas, mas dos governos de maneira geral, rompendo a armadura das classificações predominantes, erguendo o véu das crenças, das fórmulas políticas. Mais do que isso, porém, impor sua visão como radicalmente original, científica, verdadeira significava afirmar a si mesmo, buscar ser reconhecido, aceito, como um inovador, um cientista, um pensador realista, iconoclasta.

Foi essa a estratégia que orientou os investimentos do autor, contando para tanto com o suporte familiar, que lhe permitiu, além do acúmulo de capital escolar, financiar a publicação de seus trabalhos. Com textos publicados e com seus diplomas, Mosca buscou o ingresso na carreira universitária. A forma como o fez, todavia, terminou por impor-lhe um fracasso inicial.

Nas ciências sociais, Mosca investiu em uma área menos constituída, a política, procurando atribuir-lhe um estatuto científico de que, à diferença da economia e da estatística, ainda não gozava. Fazendo-o, no entanto, o autor tentava afirmar-se como novidade no campo do direito constitucional, que identificava com a ciência política. Sua reflexão de traço eminentemente histórico, mais analítica e sociologizante, distinguindo-se dos estudos correntes de direito

constitucional, formalistas, estritamente legais, descritivos e classificatórios, não pôde, contudo, ser plenamente reconhecida como jurídica, o que o levou a uma espécie de limbo intelectual.[133] Contribuiu para isso também o fato de que era com teses de caráter denunciativo, que mais soavam como críticas políticas — e que exatamente como tais foram em geral recebidas —, que ele buscava ser reconhecido, justamente, no pólo universitário politicamente legitimado, imbricado com o campo do poder.

Como resultado, Mosca terminou sendo preterido em seleções para a cátedra de direito constitucional nas universidades de Modena, Pávia, Catânia e Messina, todas elas vencidas por Vittorio Emanuele Orlando, seu amigo desde a infância. Assim como Mosca, Orlando foi um crítico da política parlamentar italiana. Ao contrário dele, contudo, suas formulações foram acolhidas, no interior do próprio campo do direito, como argumentos científicos que se articulavam na construção de um sistema jurídico racional. Orlando acabou por isso mesmo impondo-se como um inovador em termos de análise jurídica do Estado, um pioneiro, fundador da escola italiana de direito público.[134] Mosca, por seu turno, além do fracasso universitário inicial, também foi malsucedido em concursos de prêmios científicos da Reale Accademia dei Lincei — uma das academias científicas mais antigas e notórias de então —, bem como na tentativa de obter bolsas de aperfeiçoamento no exterior. Seu primeiro emprego terminou sendo o de professor de história e geografia em uma escola técnica de Palermo, o que aceitou a fim de não sobrecarregar sua família e poder continuar a publicar seus textos.[135]

Ainda que tivesse podido garantir-lhe uma alta formação escolar, sustentando seus estudos, a família de Mosca encontrava-se com sua posição social ameaçada, enfrentando uma crise financeira desde o início dos anos 1880. Com isso, o autor era obrigado a recorrer a empréstimos de amigos, o que fazia para saldar dívidas editoriais. A um desses amigos, Giuseppe Amato Pojero, Mosca explicava em meados de 1886:

> Desde que retornei de Roma,[136] tenho lutado continuamente contra dificuldades de caráter econômico. A minha família, já não pouco abalada, sofreu há três anos uma espécie de revés devido a um investimento imprudente de um irmão meu, mais jovem e militar, e por isso não tem podido me dar qualquer auxílio (apud Brancato, 1982:307).

Foi apenas naquele mesmo ano de 1885 que Mosca conseguiu ser aceito como professor de direito constitucional na Universidade de Palermo. Isso se deu após a apresentação, no ano anterior, de uma tese de livre-docência, de conteúdo mais tradicional e de título bastante alentado, *Dei rapporti fra il parlamento ed il potere giudiziario in ispecie in relazione ai giudizi di constituzionalità delle leggi alla verifica delle elezione ed al sindacatto delle Camere sull'azione del potere giudiziario* (*Das relações entre o Parlamento e o Poder Judiciário em especial no que diz respeito aos juízos de constitucionalidade das leis, mediante a verificação das eleições e ao controle, pelas Câmaras, da ação do Poder Judiciário*).[137] O cargo de professor, entretanto, não representou para Mosca o início de uma carreira estável, ou de uma profissionalização universitária. Não se tratava de um cargo regular e sua remuneração era baixa, o que determinou a continuidade de sua dependência familiar (Livingston, s.d.:xiii).

É preciso acentuar que Mosca não representava um caso único. A opção pela carreira universitária, então, de maneira geral implicava um período de acumulação e de provação, sem necessariamente haver contrapartida de remuneração, o que podia significar uma extensão, por um prazo maior, da dependência familiar. O corolário disso é que a carreira se afigurava como uma possibilidade, basicamente, para os indivíduos oriundos de famílias com um razoável nível de renda, ou que, como ocorria com poucos, desenvolvessem outras funções remuneradas, como por exemplo médicos e advogados, que se voltavam para o magistério superior como forma de ampliar e consolidar seu prestígio e sua notoriedade (Socrate, 1995:375-6).

Na Alemanha, até a I Guerra Mundial, como observa Hughes (1958:45), era relativamente alta a extração social dos professores universitários, condição fundamental de sobrevivência, em particular para aqueles que se encontravam na base da hierarquia acadêmica. O próprio Weber era filho de um jurista e político que vinha de uma família de comerciantes e industriais têxteis, em cuja casa permaneceu até os 29 anos de idade.[138]

O mesmo se dava na França onde, em 1860, como demonstra Christophe Charle, a origem social dos docentes superiores era de média a alta, e a idade de acesso a uma cadeira universitária girava em torno dos 40 anos.[139] No caso de Durkheim, que não tinha uma extração social elevada, o casamento foi importante para a sua estabilidade financeira, pesando de forma positiva em sua carreira (Charle, 1984, passim).

Também para Mosca o casamento foi importante, mas não diretamente para a carreira universitária. Pelo contrário, casando-se em 1888, aos 30 anos, com Maria Giuseppa Salemi, filha de Bernardo Salemi-Pace, médico diretor do Hospital Psiquiátrico de Palermo, Mosca, diante das dificuldades que vinha encontrando, foi buscar uma fonte de renda consistente fora da universidade. Assim é que ele naquele mesmo ano mudou-se para Roma, onde assumiu o posto de revisor parlamentar da Câmara dos Deputados, para o qual foi aprovado em concurso. Seu reconhecimento, por conseguinte, viria a partir, principalmente, do campo político.[140]

As dificuldades de reconhecimento — apesar do alto investimento escolar e do empenho em apresentar-se como novidade científica —, o fracasso inicial da carreira universitária e a ameaça à posição social são elementos importantes para a compreensão das teses e das visões expressas nos primeiros escritos de Mosca. Torna-se mais clara, quando se levam em conta esses elementos, a ênfase do autor na urgência da imposição do princípio do mérito e da competência, aferido através de concursos limpos, isentos. Entende-se, a partir deles, sua clara insistência na necessidade de uma valorização do esforço individual em vez da riqueza, do nascimento, das relações pessoais. Do mesmo modo, ganham maior sentido a forte componente moral de seu discurso e o caráter normativo que para ele tinha a ciência social, vista como uma disciplina que deveria promover o aperfeiçoamento da sociedade.

*CAPÍTULO 4*

# Capital social e carreira universitária

A ida de Mosca para a Câmara dos Deputados foi, em larga medida, uma decorrência de seu fracasso universitário inicial. Com o passar do tempo, entretanto, os cerca de 10 anos que ali permaneceu, de 1888 a 1898, terminaram se constituindo em um importante período de acúmulo, tanto de conhecimentos sobre o funcionamento efetivo de seu principal objeto de reflexão, o Parlamento e a classe política, quanto de capital social, de relações pessoais que lhe permitiram não apenas o ingresso efetivo na carreira universitária, como também lhe abriram o acesso a uma bem-sucedida trajetória política.[141]

O emprego na Câmara possibilitou a Mosca permanecer ligado ao ensino, agora na Universidade de Roma, onde passou a ministrar um curso livre de direito constitucional, mas apenas a partir de 1893.[142] Sua produção intelectual, no entanto, escasseou no período em que esteve afastado da universidade, limitando-se, basicamente, a algumas poucas resenhas. Apenas em 1894 é que surgiram dois artigos seus, um sobre livre-cambismo e transformações agrárias na Sicília, e outro voltado para o direito constitucional, mesmo assunto que foi objeto de um livro que veio a ser publicado, em 1895, a partir de anotações de aulas feitas por dois de seus alunos de Roma. Em 1896, então, Mosca publicou a primeira versão dos *Elementi di scienza politica*, livro com o qual finalmente venceu o concurso para a cátedra de direito constitucional da Universidade de Turim, iniciando uma carreira universitária estável.[143]

Os *Elementi* são expressão do acesso privilegiado de Mosca ao seu campo de investigação: a política, o Parlamento, enfim, a classe política. O autor continuou bastante crítico em relação ao sistema representativo e, mais especificamente, ao parlamentarismo, que considerava uma forma degenerada daquele (Mosca, 1923:264). À

diferença da *Teorica*, no entanto, que mais soava como um conjunto de invectivas, de denúncias, os *Elementi*, além de denotarem maior proximidade com a política, assumiam um tom mais analítico.

Também neles encontrava-se o conceito de classe política, expressando uma minoria organizada, portadora de qualidades excepcionais e que, inexoravelmente, em todas as sociedades, em todos os tempos, impunha-se à maioria desorganizada, ainda que de modos diferentes (Mosca, 1923:52-6). Igualmente aqui eram apontados como fundamentais, para a própria manutenção e a estabilidade do poder, para que dele pudessem ser extraídos todos os ganhos possíveis, os princípios morais e legais elaborados pela classe política como justificativa de sua dominação, e que consubstanciavam o que Mosca chamava de fórmula política.

A fórmula política, que variava de sociedade para sociedade, não era, dizia Mosca, uma pura invenção, ou uma forma de iludir a massa para conseguir o seu apoio. Tratava-se de uma necessidade, universalmente sentida, decorrente da própria natureza social do homem, de governar e ser governado não apenas na base da força material e intelectual, mas também sobre um princípio moral (Mosca, 1923:74-5).

Sendo assim, a fórmula política, ao mesmo tempo em que fornecia o princípio de legitimação do poder da minoria governante, podia representar um limite a esse mesmo poder, um ponto além do qual não se poderia ir. Para concluí-lo, Mosca introduziu nos *Elementi* uma noção nova, a de defesa jurídica.

O homem, naturalmente, na opinião do autor, buscava satisfazer todos os seus desejos, apetites e interesses. Ele só se continha diante da percepção do dano e do sofrimento que sua própria satisfação poderia causar a outros. Essa percepção, e a conseqüente contenção, configuravam aquilo a que o autor se referia como senso moral. Quando esse senso tinha na sua base laços afetivos, dizia-se que era orientado pela simpatia. Quando, entretanto, se tratava de um sentimento generalizado de respeito aos outros, mesmo estranhos ou inimigos, estar-se-ia diante do senso de justiça (Mosca, 1923:108-9).

Na verdade, podia-se dizer que o senso moral era produzido. Em todas as sociedades, mesmo as primitivas, se observava que a moralidade geral funcionava como um freio eficaz aos instintos imorais individuais. E essa moralidade social, essa consciência da multidão, é que, de modo geral, se expressava na opinião pública, na religião, na lei. Dessa maneira, o juiz era, de fato, um instrumento do senso moral coletivo, de todos, contra os maus instintos e

as paixões de cada um. Por sua vez, o mecanismo social que regulava a disciplina, o temor do dano e da pena, o sentimento de responsabilidade perante os outros, era o que o autor chamava de defesa jurídica (Mosca, 1923:112-4).

Alçando a noção de defesa jurídica ao centro de sua reflexão, Mosca, nos *Elementi*, fazia concessões à teoria democrática que o afastavam do tom dominante da *Teorica*. Segundo ele, o desejável era uma situação de crescente aperfeiçoamento da defesa jurídica, o que só se mostrava possível em um contexto em que todas as forças sociais e políticas pudessem expressar-se de forma ampla e aberta. Por isso mesmo era inegável, afirmava o autor, que o sistema representativo havia acarretado um expressivo progresso na defesa jurídica (Mosca, 1923:263-4).

Esse mesmo sistema que havia propiciado a melhoria da defesa jurídica, entretanto, era responsável pela sua limitação, em particular sob a forma degenerada do parlamentarismo. Nesse caso, o corpo político passava a concentrar todo o prestígio e o poder da autoridade legítima, estendendo sua influência sobre a máquina administrativa e judiciária, sobre o Estado, enfim, agindo por si só, de forma irresponsável, sem crítica externa, controlando o acesso aos cargos públicos, vistos como trunfos eleitorais (Mosca, 1923:145, 264-5).

A promiscuidade, portanto, entre a política e a administração pública, característica do parlamentarismo, era altamente prejudicial à defesa jurídica, uma vez que obstava qualquer possibilidade de controle recíproco. E isso, sustentava ainda o autor, só tenderia a potencializar-se em uma situação em que prevalecesse o princípio do sufrágio universal, dado o seu poder, aparentemente contraditório, de homogeneizar a classe política, calando as vozes discordantes.

Era preciso ver, em primeiro lugar, que, ao contrário do que proclamava a teoria democrática, o sufrágio universal não impedia que uma minoria controlasse o poder, não garantia a ampla representação de todas as forças sociais. Retomando um dos argumentos da *Teorica*, Mosca observava que, em qualquer situação, um deputado nunca era escolhido pelos seus eleitores, mas sim, inversamente, fazia-se escolher por eles, uma vez que dispunha de meios morais, intelectuais e materiais para impor-se aos outros (Mosca, 1923:140-2).

Se caía por terra, diante disso, a idéia de que o voto expressava a vontade popular soberana, era forçoso reconhecer, por outro lado, que alguns sentimentos e interesses da massa terminavam por ter eco entre os deputados. Isso se dava porque, na disputa pelo voto, os concorrentes, na concepção do autor, eram obrigados a adular a massa, buscando atrair a sua simpatia (Mosca, 1923:144).

As conseqüências disso, contudo, só podiam ser deletérias. Uma delas, sem dúvida, era a de que os candidatos a deputado acabavam por abraçar propostas irrealizáveis e mesmo demagógicas, semeando o terreno para a anarquia e o socialismo (Mosca, 1923:314). De fato, o socialismo, na opinião do autor, era um desenvolvimento lógico da doutrina democrática, uma doença intelectual do século XIX, sem pé na realidade, visto que a igualdade absoluta era impraticável (Mosca, 1923:328-9).[144]

Outra conseqüência do princípio democrático do sufrágio universal era a unanimidade em torno dele que se impunha entre os políticos, pela própria necessidade de atrair os votos da massa, inibindo visões discordantes. A política, dessa forma, passava a ser orientada por um princípio único, inquestionável, o que comprometia a defesa jurídica, conformando uma situação de despotismo, só que escorado na idéia de soberania popular.

Na verdade, afirmava Mosca ampliando essa observação, a preponderância absoluta de apenas uma força política, o predomínio de um conceito simplista na organização do Estado, a aplicação severamente lógica de um único princípio inspirador de todo o direito público, todos eram elementos necessários ao despotismo, quer se apoiasse no direito divino, quer na soberania popular. Isso porque, dizia Mosca,

> quando aqueles que estão à frente da classe governante são os intérpretes exclusivos da vontade de Deus ou do povo, e exercitam a soberania em nome desses entes, em sociedades profundamente imbuídas de crenças religiosas ou de fanatismo democrático, e quando outras forças sociais organizadas não existem, além daquelas que representam o princípio no qual se baseia a soberania da nação, nenhuma resistência, nenhum controle eficaz são capazes de amenizar a tendência natural que aqueles que se encontram no ápice da hierarquia social têm de abusar dos seus poderes (Mosca, 1923:122-3).

Na visão do autor, portanto, a expansão e a redefinição da cidadania política, com a afirmação dos ideais democráticos, haviam imposto um novo princípio de legitimidade, baseado no voto, expressão numericamente objetivada da vontade da maioria, dos desígnios populares. A afirmação da legitimidade do voto, por sua vez, havia ensejado uma luta concorrencial pelo eleitorado que, teoricamente, estaria disponível, aberto a todos os que desejavam se apresentar como

representantes. Mas isso gerava alguns efeitos distintos que, articulados de forma perversa, conduziriam ao próprio fim da democracia — em vez do seu reforço — e ao rebaixamento da defesa jurídica.

Havia que se observar, em primeiro lugar, que a luta pelo eleitorado era, ao mesmo tempo, uma luta entre representantes, ou aspirantes a representante, pelo eleitorado. Tratava-se de uma luta em que saíam vencedores aqueles que fossem mais eficazes na auto-identificação com os interesses, ou os supostos interesses, do eleitorado que, no limite, com o processo de expansão da inserção política, tendia a confundir-se com o povo, a massa como um todo. Na medida em que isso se dava, cada postulante a cargos eletivos, a fim de sair vitorioso, ou cada um dos que já os ocupavam, com o sentido de ser reconduzido, terminava sendo empurrado para uma mesma posição de esquerda, incorporando propostas, fazendo promessas de cunho demagógico, irrealizáveis, rebaixando o nível da política, cedendo terreno à instabilidade.

Dessa forma a luta concorrencial em um contexto de legitimidade democrática tinha como um de seus efeitos básicos, na acepção de Mosca, não a diversidade, a diferença, mas um certo consenso, uma unanimidade, uma indiferenciação entre as forças políticas, submergindo, sufocando a possibilidade de uma oposição aberta. O leque político, portanto, fechava-se no sentido de um único pólo, fazendo prevalecer um princípio de legitimidade apenas, eliminando a própria concorrência e assim dando base para a cristalização, a perpetuação, de uma dada configuração política, respaldada no argumento da soberania popular.

Se for lembrado, todavia, que o representante nunca é o eleito de uma maioria, mas sim alguém que a ela se impõe, dizendo falar em seu nome, pode-se concluir, como fazia o autor, que a concorrência democrática podia terminar por conduzir à sua própria supressão, neutralizando e cooptando a oposição, permitindo o encastelamento de uma minoria com uma brutal soma de poder, pois que legitimada pelo suposto aval da maioria. Em nome, por conseguinte, da maioria, da soberania popular, era uma minoria que se impunha de forma soberana, despótica mesmo, podendo inclusive voltar-se contra a própria maioria.

Era este o eixo sobre o qual se estruturava a crítica de Mosca ao socialismo, ou à democracia social, em seus termos, que se lhe afigurava como um despotismo muito pior do que tantos outros, concentrando de forma magnificada todos os traços negativos até aqui arrolados. Ele não somente não realizaria a tão propalada igualdade social, impossível que era, conforme já se acentuou, como alçaria à

direção uma classe, a dos administradores, que em nome da vontade da maioria reinaria soberana, absoluta, livre de críticas, com condições de autonomização sem precedente, concentrando poderes inimagináveis, controlando tanto a política quanto a economia, a produção e a circulação de bens e serviços, distribuindo cargos, benesses, favores e, igualmente, impondo privações, sofrimentos (Mosca, 1923: 288-90). Assim se estaria diante, para utilizar o termo do próprio pensador, de uma situação em que a defesa jurídica tenderia a um nível próximo de zero.

Por tudo isso, na concepção de Mosca, o socialismo era um sistema altamente corruptor e nocivo, fadado, da mesma forma que o parlamentarismo, à degradação. Em suas palavras:

> Não se deve, portanto, ter ilusões quanto às conseqüências práticas de um regime em que a direção da produção econômica, a sua distribuição e o poder público forem indissoluvelmente ligados e atribuídos às mesmas pessoas. Verificamos que, na medida em que o Estado absorve e distribui uma parcela maior da riqueza pública, os chefes da classe política têm mais meios de influência e de arbítrio sobre os seus subordinados e mais agilmente se subtraem ao controle de quem quer que seja. Não há quem não saiba que, na verdade, uma das principais causas da decadência do parlamentarismo foi a grande quantidade de empregos, de tarefas, de trabalhos públicos e de outros favores de natureza econômica que os governantes podem distribuir a indivíduos ou a coletividades de pessoas. Os inconvenientes desse regime são maiores onde a quantidade de riqueza que o governo e os corpos eletivos locais absorvem e distribuem é relativamente maior, e onde, por conseguinte, é mais difícil alcançar uma posição independente e um ganho honesto sem ter que se haver com as administrações públicas. Ademais, se todos os instrumentos da produção estivessem nas mãos do governo, ele seria o árbitro da sorte e do bem viver de todos, e jamais vicejaria oligarquia mais poderosa ou Camorra mais universal em uma sociedade de cultura avançada. Quando todas as vantagens morais e materiais dependerem daqueles que encerram o poder nas mãos, não haveria vileza suficiente para contentá-los, da mesma forma que não há violência ou fraude à qual não se recorreria para chegar ao poder, seja por pertencer ao grupo daqueles que distribuem o bolo, seja por permanecer entre os muitos que devem se contentar com a fatia que lhes é dada (Mosca, 1923:131-2).

Das críticas contidas nos *Elementi*, as mais recorrentemente ressaltadas pelos comentadores de Mosca são aquelas dirigidas ao socialismo. Contudo, o autor também manifestava um acentuado anticlericalismo. Havia para ele, na Europa de seus dias, apenas duas forças que ameaçavam o equilíbrio jurídico. Uma delas, mais perigosa, era obviamente o socialismo. A outra, mais organizada, era a Igreja Católica (Mosca, 1923:134).

A ameaça representada pela Igreja se colocava na medida mesmo em que ela se imiscuía nos assuntos políticos. Configurava-se assim, de igual modo que na prevalência do princípio democrático, a possibilidade de instituição de um regime despótico, pondo em risco a defesa jurídica. Aqui, entretanto, em vez de se basear a soberania no direito da maioria, ela o seria no direito divino. Para Mosca, por conseguinte, a única forma de se avançar no sentido da melhoria da defesa jurídica era promover a separação definitiva dos poderes temporal e religioso. Era preciso que o princípio em nome do qual se exercia a autoridade secular nada tivesse de sagrado, ou de intocável, imutável, eterno (Mosca, 1923:127).[145]

A preocupação de Mosca com o nível de defesa jurídica, com o rebaixamento do senso moral, articulava-se a uma outra com a questão da estabilidade política. De fato, as situações de baixo nível de defesa jurídica pareciam ser propícias à cristalização da classe política, permitindo que a hereditariedade operasse como mecanismo fundamental de renovação.

Para compreender essa observação, é preciso retroceder a um dos primeiros pontos debatidos por Mosca nos *Elementi*: o darwinismo social. O princípio da seleção natural, da luta pela sobrevivência, observado por Darwin no tocante à evolução das espécies, não podia, na opinião do pensador italiano, ser transposto para as sociedades humanas. Nestas, o que operaria como um fato constante, universal, era uma luta pela preeminência, assim entendidas as ações dos homens para galgarem posições mais elevadas, prestígio, riqueza, poder, os meios, enfim, que dariam a possibilidade de mandar, dirigir (Mosca, 1923:29-31).

Toda classe política tendia a estabilizar-se, o que significava dizer que procuraria manter as posições alcançadas e, ao mesmo tempo, garantir sua sucessão por seus descendentes. Se não de direito, ao menos de fato, portanto, toda classe política tendia a tornar-se hereditária como, aliás, já havia sido observado na *Teorica*. Nesse processo, algumas famílias passariam a concentrar as qualidades necessárias ao ingresso na classe política, mesmo quando

testadas através de concursos públicos, como no caso do grau acadêmico e da cultura científica, nos termos do autor.

O que procurava Mosca demonstrar, em outros termos, era como socialmente, ao se afirmar como dominante, uma classe terminava por impor ao mesmo tempo seu próprio perfil, sua própria estrutura de capitais, como padrão de excelência, de reconhecimento, requisito básico para qualquer aspirante a dirigente. Desse modo, eram seus próprios descendentes que, objetivamente, eram reconhecidos como excelentes, como eleitos. Contudo, o que para eles era natural, como decorrência de sua própria socialização, de seus vínculos, de suas relações, para outros, oriundos de outras posições, era visto como construído, fruto de um grande trabalho, de um esforço pessoal. Nas palavras de Mosca:

> Também quando os graus acadêmicos, a cultura científica, as atitudes especiais provadas por meio de exames e de concursos franqueiam o ingresso aos cargos públicos, não se destrói a vantagem especial a favor de alguns, aquilo que os franceses definem como a vantagem das posições já adquiridas. Na realidade, mesmo que os exames e concursos sejam abertos teoricamente a todos, faltam sempre à maioria dos candidatos os recursos necessários para arcar com as despesas de uma longa preparação, enquanto muitos outros carecem das amizades e dos parentes, mediante os quais um indivíduo é colocado subitamente no *bom caminho* [o grifo é de Mosca], evitando-se assim as hesitações e os erros, inevitáveis quando se entra em um ambiente desconhecido, no qual não se têm guias nem apoios (Mosca, 1923:64).

Na verdade, nem mesmo o princípio democrático da eleição com sufrágio universal podia, na prática, romper com isso de forma definitiva. Afinal, os que já dispunham de força política, como os herdeiros, acabavam sempre sendo eleitos. Era bastante comum, por isso mesmo, que se encontrassem nos parlamentos inglês, francês e italiano, por exemplo, filhos, irmãos, sobrinhos e genros de deputados e de ex-deputados (Mosca, 1923:64-5).

Se era natural a tendência à hereditariedade da classe política, ela também podia ser altamente danosa, tendo em vista o exclusivismo que produzia e, conseqüentemente, o isolamento psicológico e intelectual da plebe. Os desdobramentos disso podiam ser de duas ordens, porém ambas conducentes a um mesmo fim.

Uma primeira ordem de desdobramentos referia-se ao fato de que, fechadas ao ingresso de elementos das classes inferiores que, pelas próprias necessidades de vida, mantinham acesa a chama da luta e da rudeza características da natureza humana, as classes superiores terminavam por perder energia, tornavam-se pobres de caráter e ricas de indivíduos passivos. Dessa forma, passavam elas, segundo Mosca — antecipando-se a Pareto —, a cultivar a frivolidade e a abstração, perdiam o senso de realidade e a virilidade, entregavam-se a teorias exageradamente sentimentais e humanitárias sobre a bondade inata da espécie humana. Crentes no caráter natural e eterno de sua posição — que deixavam de perceber como conquistada, resultado de um processo de imposição —, as classes superiores tornavam-se cegas às ameaças que sobre elas pairavam, terminando por dar preferência a métodos brandos e persuasivos de governo, deixando de lado os mais rígidos e impositivos (Mosca, 1923:105-7).

Tudo isso se mostrava extremamente perigoso quando, e aqui entramos já na segunda ordem de desdobramentos, em função mesmo do isolamento, da impossibilidade de acesso às posições superiores, as classes inferiores deixavam de estar comprometidas com a manutenção da ordem, e a sociedade, como ocorria nas situações de baixo nível de defesa jurídica, perdia coesão moral. Este seria um terreno fértil para uma revolução, como procurava Mosca deixar claro:

> Em primeiro lugar, após esse isolamento, forma-se, quase necessariamente, em meio à plebe uma outra classe dirigente, muitas vezes antagônica àquela que tem nas mãos o governo legal. Quando essa classe dirigente plebéia é bem organizada, isso pode causar sérios embaraços a quem oficialmente governa uma determinada sociedade (...).
>
> Em toda a parte onde uma fração da classe política — ou porque convertida a uma nova fórmula política, ou por outras razões — aspira a derrubar o governo legal, ela costuma sempre se apoiar nas classes inferiores, que facilmente a seguem quando são inimigas ou indiferentes em relação à ordem de coisas constituída. É por causa dessa aliança, tão freqüentemente firmada, que nós vemos a plebe como um instrumento necessário a quase todas as sublevações e revoluções e também por isso que é tão freqüente a presença de homens de uma condição social superior à frente dos movimentos populares (Mosca, 1923:104-5).

Uma das diferenças básicas entre a *Teorica* e a primeira edição dos *Elementi* é que, nesta, Mosca procurava dar a suas formulações uma feição mais generalizante, não as limitando ao caso italiano. O autor buscava sempre incluir em suas demonstrações, além de constantes citações à história de povos antigos, exemplos ingleses, franceses e mesmo norte-americanos, ressaltando assim o caráter recorrente dos fenômenos observados, expondo-os como expressões de leis sociais.

Em que pese ao empenho do autor, contudo, é difícil deixar de estabelecer correlações entre suas formulações e a conjuntura política, a experiência parlamentar italiana com a qual, a partir de sua ida para a Câmara em 1888, ele passou a conviver cada vez mais de perto.[146] Sua visão do liberalismo, da democracia, como conduzindo a uma indiferenciação política, tem um claro referente no *transformismo*. Foi este que, através de um eficiente mecanismo de pressão, associado à distribuição de cargos, favores, benesses, recursos, produziu no Parlamento italiano uma singular e inusitada situação de forte unanimidade política em torno do governo e do liberalismo, reduzindo a oposição a uma situação de insignificância quase absoluta.[147]

Se no topo o que se observava era a unanimidade e a cristalização da classe política, o alerta de Mosca quanto ao potencial explosivo, revolucionário, da situação refletia a percepção de que, na base da sociedade italiana, se dava uma certa disseminação do socialismo — ainda que não se constituísse, então, em uma força significativa — e do anarquismo, em associação com um processo de perturbação social. De fato, a década de 1890 foi marcada por mobilizações camponesas na Sicília e por distúrbios operários nas cidades, particularmente ao Norte, em Milão, desembocando, em maio de 1898, em uma intervenção militar que levou o general Luigi Pelloux ao cargo de primeiro-ministro — no qual permaneceu até 1900 — e à perseguição e prisão, em meio a um estado de sítio, daqueles considerados opositores, socialistas principalmente, em uma sucessão de eventos que se tornou conhecida como *Fatti di Maggio*.[148]

Como se pode perceber, por conseguinte, as formulações de Mosca estavam diretamente referidas ao quadro político italiano da virada do século. Contudo, elas também estavam voltadas para o campo universitário, no qual o autor, não apenas com os *Elementi*, mas com a retomada e a intensificação, a partir de 1894, de sua atividade literária, procurava ingressar de forma estável. Assim, se ele se dirigia aos políticos, não era, ao menos nesse momento, de

modo predominante, porque almejasse tornar-se membro da classe política, mas sim em função de sua concepção normativa da ciência política. Inscreviam-se os *Elementi*, em termos básicos, em uma estratégia de consolidação da carreira universitária de Mosca, tendo em vista a conquista de um cargo efetivo. Constituíam-se eles, tomando a sério as formulações do próprio autor, em uma de suas armas na luta pela preeminência universitária.

Isso permite compreender o esforço de Mosca em descentrar, em generalizar seu discurso, conferindo-lhe um tom mais analítico, construindo suas proposições sob a forma de leis científicas, enquadradas nos parâmetros de cientificidade vigentes, e não como tomadas de posição políticas. Ele dedicava todo o primeiro capítulo do livro, intitulado "Il metodo nella scienza politica", ao debate com algumas das teorias correntes, como o darwinismo social e o evolucionismo. O autor também retomava, aqui, a crítica já iniciada na *Teorica* às classificações tradicionais das formas de governo, de Aristóteles a Montesquieu. O que procurava mostrar, em uma elaboração muito próxima da que Pareto faria mais tarde, é que várias das idéias então prevalecentes no estudo da política eram, na verdade, justificativas mais ou menos filosóficas, teológicas ou racionais de certos tipos de organizações políticas (Mosca, 1923:7, passim). Pseudo ou, na melhor das hipóteses, protocientíficas, portanto, elas tomavam as organizações políticas por suas fórmulas políticas, restringindo-se a estas. Desse modo, não se poderia dizer que, até aquele momento, tivesse o estudo da política alcançado um estágio verdadeiramente científico (Mosca, 1923:6-7).

Mosca buscava por essa via impor como relevantes suas próprias idéias que, mais do que novas, singulares, objetivas ou poderosas, seriam pioneiras, no sentido de que com elas, finalmente, seria transposto o limiar da cientificidade. Ainda aqui, contudo, não se trata, para ele, de afirmar-se como o inventor ou o instituidor de uma ciência autônoma, independente do direito. Tratava-se, isso sim, de atribuir um estatuto de cientificidade a uma das áreas deste já existentes. Não havia, dessa forma, incompatibilidade entre ser um jurista e especializar-se no estudo da política. Pelo contrário, ao se apresentar como cientista político, era como jurista mesmo que o autor procurava se afirmar (Mosca, 1923:3).

Mosca se apropriava do nome ciência política de uma forma tradicional, expressando, ao mesmo tempo, uma postura conservadora. Segundo ele, ciência política era o termo que sempre havia sido utilizado, e que ainda o era, para classificar os estudos sobre a política. Além do mais, o novo termo que começava a se impor, sociologia,

não tinha ainda uma definição e uma abrangência muito claras e precisas, compreendendo todas as ciências sociais (Mosca, 1923:4).

Persistia Mosca, por conseguinte, em sua tentativa de ser reconhecido como um inovador, mas com uma estratégia eminentemente conservadora, sem romper com o direito e, assim também, com o poder temporal, mantendo da ciência uma visão normativa. Se, entretanto, ele pôde agora ser bem-sucedido, isso deveu-se a uma mudança fundamental, tanto na essência dessa mesma estratégia, quanto em seu *modus operandi*, em consonância com os deslocamentos do autor no espaço social.

Na *Teorica* Mosca buscava abrir seu caminho a partir de uma postura denunciatória, iconoclasta, como se procurasse ganhar legitimidade, para usar seus próprios termos, não entre os iniciados na ciência, mas entre os profanos. Isso, como se viu, terminou criando-lhe obstáculos, impondo-lhe fracassos iniciais. Já nos *Elementi*, o autor procuraria abrandar o tom de seu discurso, despi-lo de um caráter excessivamente crítico, centrado nas taras específicas do sistema parlamentar italiano, assumindo uma postura mais objetiva, demonstrando a relevância científica de seu trabalho, dirigindo-se, enfim, de forma inequívoca, aos especialistas.

Enquanto a *Teorica* era marcada por um tom reformista, os *Elementi* traíam uma postura cética. Afinal, a exposição de suas idéias sob a forma de leis implicava conferir-lhes um caráter de inexorabilidade. Assim é que, criticando a tese evolucionista de que na luta pela sobrevivência venciam os indivíduos de senso moral superior, Mosca afirmava que na luta pela preeminência eram justamente estes que contavam com as maiores desvantagens, sendo alvos de poderosas armas que, mesmo conhecendo e estando ao seu alcance, tinham escrúpulos em utilizar (Mosca, 1923:110).

Este último ponto é fundamental pois indica, mais do que uma clara percepção das regras do jogo social, a sua incorporação, expondo os novos elementos da estratégia de Mosca. Ele se articula ao fato, para o qual há alguns indícios, de que o ingresso do autor na Universidade de Turim deveu-se igualmente a fatores extra-acadêmicos.

É preciso ver que, se os *Elementi* lhe abriram o caminho, apenas eles, ao que parece, não foram suficientes. Apesar dos esforços de Mosca, o livro era marcado pelos mesmos elementos de ambigüidade dos trabalhos anteriores, fazendo com que nem se ativesse aos cânones juridicistas, nem com eles rompesse. Também por isso, ao mesmo tempo, persistindo em uma visão normativa da ciência, os *Elementi*, de igual modo que a *Teorica*, não obstante o em-

penho em contrário do autor, foram percebidos, principalmente, como uma tomada de posição política. Isso sem dúvida dificultava, mais do que facilitava, seu trânsito em um campo largamente permeado pela política, e por aquela política mesmo que criticava, como era a universidade italiana de então, e em especial a área do direito.

A publicação dos *Elementi* por isso repercutiu de modo fraco, como admite o próprio autor.[149] Mais ainda, Mosca com eles se candidatou em 1895 a um prêmio da Reale Accademia dei Lincei às melhores obras científicas, inscrevendo o livro na categoria de ciências sociais e econômicas. O resultado, contudo, não lhe foi favorável (Mongardini, 1980a:106, nota 12).

Portanto, assim como quando foi publicada a *Teorica*, Mosca, com os *Elementi*, enfrentava dificuldades para ser reconhecido, percebido como novidade científica e jurídica. O relatório da banca examinadora que o aprovou para a cadeira de direito constitucional na Universidade de Turim expressava essa dificuldade, indicando, ao mesmo tempo, a distância que havia entre a linha de reflexão do autor e o curso dominante dos estudos jurídicos na Itália. Ali se lia: "o elemento histórico e político é predominante nos escritos de Mosca; entretanto, ainda que menos desenvolvido, o elemento jurídico também não é de todo descurado" (apud Sola, 1994:96).

Para compreender como Mosca pôde estabilizar sua carreira universitária, nela se profissionalizando, é preciso, por conseguinte, não limitar a atenção aos seus escritos. Para além destes, da forma como foram percebidos, do seu reconhecimento intelectual, científico e jurídico, pesou de forma significativa a sua identificação pessoal, seu capital social, os feixes de relações nos quais se inscrevia e que foram ampliados com a sua passagem pela Câmara dos Deputados.

Cabe destacar, inicialmente, que a banca examinadora de Mosca em Turim era presidida justamente por seu amigo Vittorio Emanuele Orlando. Ressalte-se, ainda, que o primeiro-ministro italiano em 1896, ano da publicação dos *Elementi* pela própria tipografia da Câmara dos Deputados e do concurso para Turim, era Antonio Starabba, marquês Di Rudinì, antigo parlamentar originário também de Palermo, eleito pelo colégio siciliano de Caccamo, região de onde provinham os sogros de Mosca. Mosca foi secretário particular de Di Rudinì e com ele desenvolveu, nos dizeres de Albertoni, "uma relação pessoal e política particularmente assídua e devotada". De fato, o marquês terminou se afirmando como seu protetor, empregando sua influência para promovê-lo em sua carreira, prestando ajuda a seus

parentes e amigos. Mosca tornou-se, além disso, herdeiro político de Di Rudinì, elegendo-se deputado pelo mesmo colégio eleitoral, já em 1909, após a morte do marquês.[150]

Diante disso, a substituição de uma postura reformista por uma cética, da *Teorica* para os *Elementi*, pode ser tomada como resultado de uma percepção do autor de que, na luta pela sua preeminência universitária, não bastavam o que julgava ser a verdade e o poder de suas idéias, não eram suficientes seu mérito e esforço pessoais. Ele tinha que lançar mão, se quisesse ser bem-sucedido, do capital social acumulado em seus recentes deslocamentos no espaço.[151]

Mosca buscava se afirmar e ser reconhecido como um pensador inovador. Sem dispor dos meios, dos recursos de ruptura, no entanto, trilhou um percurso social tradicional, optando por uma estratégia conservadora, o que o obrigou a operar com as regras de um jogo que, embora criticasse, parecia ser a sua condição de sucesso. Se, todavia, essa foi a chave que lhe abriu a porta da universidade e mesmo, posteriormente, da política, foi também ela, em grande parte, que fez com que se esfumasse o seu caráter de novidade, impedindo que como tal fosse identificado. Já ao final de sua trajetória, em um quadro de isolamento político, seus percalços foram crescentemente sentidos como um fracasso, o que era magnificado pela percepção de que Pareto, ele sim, é que terminou sendo associado às origens científicas da tese elitista.

*CAPÍTULO 5*

# Prestígio intelectual e capital político

Os anos de Mosca em Turim corresponderam a um período de ascensão, de acúmulo de prestígio e de notoriedade intelectual e, principalmente, política, o que lhe rendeu vínculos significativos mesmo nos meios empresariais. Ao longo de sua trajetória, Mosca procurou alargar suas áreas de penetração de modo crescente, acumulando capital de relações sociais, em campos diversificados, além de investir na publicização de sua imagem. Foi igualmente no período de Turim que ele se impôs como figura pública, passando a ser reconhecido como autoridade, como eminência, e, de igual modo, como um homem de posições firmemente conservadoras, como um crítico do governo parlamentar, saindo assim da obscuridade.

Turim, como observa Stuart Hughes (1958:62), era, então, um dos principais centros culturais da Itália, acima de Roma e ao lado, ainda que mais recente, de Milão, Nápoles e, sobretudo, Florença. Esse quadro, que Hughes qualifica como de dispersão, por oposição a modelos mais centralizados e hierarquizados, como o da França, era decorrente do fato mesmo de que até antes da unificação a Itália era dividida em vários pequenos Estados, cada um com vida cultural e sistema educacional próprios, autônomos.

A unificação impôs uma centralização, superpondo-se às diversas estruturas independentes, subordinando-as ao Ministério da Instrução Pública, o que acarretou alterações significativas no quadro preexistente. De todo modo, se novos pólos puderam ser estimulados, outros com grandes universidades de longa tradição, como as de Pisa, Bolonha, Pávia, Pádua e Nápoles, mantiveram o seu prestígio.[152]

Na Universidade de Turim, Mosca passou a conviver com algumas figuras então de grande notoriedade, como Cesare Lombro-

so,[153] o eclesiologista Francesco Ruffini, os juristas Giuseppe Carle e Gioele Solari, e o economista Luigi Einaudi, com quem desenvolveu uma forte, duradoura e estratégica amizade.[154] Foi em Turim, igualmente, que Mosca veio a conhecer Robert Michels, que para lá se transferiu em 1907.[155]

A produção intelectual de Mosca foi particularmente intensa após sua ida para Turim, ainda que viesse a decrescer entre 1912 e 1919. Sua ênfase maior no período inicial foi justamente na área do direito. Dos vários livros e artigos listados nas bibliografias de Mosca, os mais numerosos e significativos versavam sobre direito constitucional, em uma demonstração da persistência da estratégia universitária básica do autor. Os restantes orbitavam por temas como a economia política, a máfia, a política externa italiana e alguns dos pontos que freqüentavam suas reflexões sobre ciência política, como a relação dos liberais italianos com a política eclesiástica e os princípios básicos que regeram o acesso à classe política.[156]

Além desses trabalhos, Mosca publicou uma série de artigos no jornal milanês *Corriere della Sera*, para o qual colaborou com relativa intensidade entre 1901 e 1925. Outro periódico no qual escreveu foi o *La Tribuna*, de Roma, de 1911 a 1921.[157]

A presença de Mosca nos jornais contribuiu para difundir suas idéias, ampliar sua notoriedade e projetá-lo como figura pública. E a feição pública que ele assumiu foi a de um pensador conservador, crítico ferrenho do governo parlamentar e da ampliação das franquias políticas.[158]

No início da década de 1900, o autor estendeu ainda mais sua rede de relações, baseado no seu prestígio crescente, estabelecendo vínculos com as elites empresariais do Norte da Itália. De fato, sua colaboração com o *Corriere della Sera* já se inscrevia nessa estratégia, visto que o jornal dirigido por Luigi Albertini tinha fortes ligações com setores industriais e financeiros de Milão (Salomone, 1945:29). Mais ainda, nessa mesma cidade Mosca passou, a partir de 1902, a ministrar a cadeira de direito constitucional e administrativo na universidade comercial Luigi Bocconi.

A Universidade Bocconi não estava subordinada à esfera do Estado, vinculando-se às empresas lombardas. Quando Mosca para lá foi convidado, iniciava-se um programa de formação específica para chefes de empresas industriais e comerciais. Na verdade, tratava-se, para aquele setor dominante da elite empresarial italiana, em grande parte, de construir uma unidade de pensamento e de método administrativo, conformando e institucionalizando uma competência específica necessária ao seu exercício profissional. O que se buscava,

nas palavras de Mosca, era criar uma classe comercial e industrial preparada em moldes profissionais e científicos, algo que não vinha sendo feito a contento pelas escolas tradicionalmente cursadas por aquelas elites, com ênfase nas de direito, cuja formação era abstrata em excesso.[159]

Essa nova atividade, que exerceu até 1923, com uma interrupção entre 1914 e 1916, teve um peso fundamental para Mosca. Em primeiro lugar, como já foi apontado, lhe permitiu aumentar sua notoriedade, além de expandir sua própria rede de relações, assim como seu capital social. Em segundo, foi ela uma primeira investida no sentido de uma autonomização em relação ao direito, ainda que isso não implicasse, necessariamente, a constituição de uma ciência autônoma, independente. Pelo contrário, tratava-se de buscar não uma legitimidade puramente acadêmica, universitária, mas sim social, econômica e até mesmo política, uma vez que, para o autor, a iniciativa da Universidade Bocconi poderia se constituir em um núcleo de formação específica também para a classe política, aqui incluídos os ocupantes das altas funções públicas (Delle Piane, 1949:29-30).

Mosca não investia, portanto, em uma completa autonomização da ciência, ou mesmo da universidade, em relação ao campo do poder político e, como se vê, também ao econômico, o que o levava a assumir posturas aparentemente ambíguas. Assim, enquanto foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública, de 1906 a 1910, ele se opôs a que o mesmo fosse ampliado de modo a incluir uma representação parlamentar. Seu argumento era o de que isso poderia significar um golpe de morte na necessária autarquia científica, administrativa e disciplinar, na liberdade de cátedra.[160] O mesmo Mosca, porém, insistia no caráter normativo da ciência política, que deveria afirmar-se como provedora tanto de orientações, de um norte à ação política, quanto de grandes expoentes, formando a classe política em seus diversos níveis.

O que se percebe a partir de Mosca, por conseguinte, é a existência, até aquele momento, de um imbricamento claro entre os campos universitário e do poder temporal na Itália. Havia uma superposição que possibilitava não apenas a constante intervenção, apontada por Mosca à exaustão, de parlamentares em questões que seriam à primeira vista de âmbito puramente acadêmico, mas também a forte incidência de professores universitários entre os parlamentares.[161] Assim, apenas para citar alguns daqueles com quem Mosca se relacionou ao longo de sua trajetória, Antonio Salandra, seu professor de legislação econômica e financeira no curso complementar de ciência política e administração de Roma, chegou a ser

primeiro-ministro, de 1914 a 1916. Por seu turno, Cesare Lombroso, Luigi Einaudi, Gioele Solari e Francesco Ruffini, colegas de Turim, participaram, o primeiro, do Partido Socialista, e os restantes do Liberal (Delle Piane, 1968:505).[162]

Falar em imbricamento, em superposição, entre política e atividade universitária, em um quadro de franquias restritas, em que o reconhecimento político passava, principalmente, pelos pares, pelos representantes, significa perceber que o capital simbólico de prestígio intelectual, acadêmico, universitário podia também ser convertido em capital político. O inverso, contudo, não era necessariamente verdadeiro. O que Mosca indica de modo evidente, e através mesmo de suas ambigüidades, é que enquanto o caminho da política à universidade, muito embora recorrente, começava a ser visto de forma negativa, denunciado, o da universidade à política era percebido como altamente legítimo, constituindo-se em um percurso bastante comum, especialmente no caso dos cursos de direito. Na verdade, projetando-se como um intelectual de prestígio, um especialista nas questões do Estado, uma figura pública, um notável, o próprio Mosca passava a reunir condições para lançar-se na política, como de fato o fez, escorado e fortalecido também por seus novos trunfos, seus vínculos com as elites empresariais.

Muito mais do que de consolidação universitária, os anos de Mosca em Turim foram de acúmulo de capital político. Se pôde o autor tornar-se uma figura pública, se suas idéias alcançaram foros mais amplos, apesar de seus livros terem pouco sucesso e serem, nos termos estigmatizadores de Pareto, praticamente clandestinos, foi graças não apenas ao seu reconhecimento universitário e científico, mas sim ao seu reconhecimento político, pelo fato de que passava a ser identificado com e a expressar uma corrente de crítica ao governo parlamentar que então começava a ganhar força, a se disseminar. Era principalmente no espaço de posições políticas, dessa forma, que reverberavam suas formulações sobre a política.

Não há que se desconsiderar, porém, um outro fator fundamental para a passagem de Mosca para a política, além do seu reconhecimento, dos seus novos trunfos pessoais. Trata-se de sua forte ligação com Di Rudinì. O marquês morreu em 1908 e foi em sua cadeira na Câmara que, em 1909, Mosca se sentou. Assim, o autor, que tantas páginas dedicou à demonstração da persistência do princípio da hereditariedade no sistema liberal, moderno, entrou para a política como sucessor de um antigo político, Di Rudinì, herdando o colégio eleitoral de Caccamo (Albertoni, 1990:55, 111-2).

É preciso enfatizar o fato de que Mosca elegeu-se por um colégio siciliano mesmo morando em Turim, bastante afastado portanto (Albertoni, 1990:112). Na verdade, o termo herança, nesse caso, parece assumir quase o sentido mesmo de um bem próprio, objetivo, que é passado a alguém. Pode-se percebê-lo pela forma como o periódico *L'Illustrazione Italiana*, traçando um perfil dos novos deputados eleitos em 1909, inicia a apresentação de Mosca: "Sobre o professor Gaetano Mosca eleito em Caccamo no colégio que foi do marquês Di Rudinì..." (apud Albertoni, 1990:111).[163]

Mosca foi eleito deputado por duas vezes, ambas concorrendo com um candidato clerical, grande proprietário e conselheiro, justamente, da província de Palermo: o príncipe Giuseppe Spadafora de Policastrello. Na primeira, em 1909, para um total de 57.268 habitantes, segundo Albertoni (1990:111-2), o colégio de Caccamo tinha 3.391 eleitores. Destes, apenas 2.249 compareceram à eleição, destinando, dos votos válidos, 1.260 para Mosca e 964 para Spadafora.

Na segunda eleição, em 1913, agora na vigência do sufrágio universal masculino, o colégio de Caccamo já contava com 17.833 eleitores, mas apenas cerca de 51%, 9.217, foram às urnas. Dessa vez a vitória relativa de Mosca sobre Spadafora foi maior, obtendo 5.944 dos votos válidos contra 2.761.

Embora eleito pelo Partido Liberal, Mosca procurava apresentar-se como um conservador. Em um de seus primeiros discursos como deputado, ainda em 1909, ele diria: "Acho que muitos de meus colegas já sabem que eu sou conservador, e como tal não aceito novidades que não sejam amplamente justificadas" (apud Albertoni, 1990:211-2, nota 13).

Na verdade, mesmo antes de eleito, Mosca era assim reconhecido, como se pode ver por um comentário sobre sua candidatura feito por Cesare Lombroso:

> Apesar de partidário convicto do pensamento socialista, sinto a necessidade de expressar meus mais calorosos votos a favor da candidatura de Gaetano Mosca, que no entanto é um dos mais tenazes conservadores (apud Albertoni, 1990:111).

Seu esforço de apresentação, seu trabalho de representação como um conservador, ganha sentido por relação à estrutura então dominante no espaço de posições políticas italiano. Era em um quadro político cujo tom era dado pelo *transformismo* e por seu

maestro Giolitti, que se identificava como um liberal democrata, que Mosca buscava afirmar-se como um conservador.[164] Em uma configuração de forças com um enorme centro, associado a todo um conjunto de práticas, a tudo aquilo que desde seus primeiros escritos vinha denunciando, criticando, com uma esquerda extremada, que percebia como um perigo ainda maior, Mosca localizou-se à direita, marcando sua diferença, sua identidade, tomando posições muitas vezes contrárias à vaga dominante. Tal foi, por exemplo, o caso da apreciação, em 1912, do projeto de reforma eleitoral que tornava universal o sufrágio masculino acima dos 30 anos, de autoria do próprio Giolitti. Mosca, de modo coerente, foi o único parlamentar que se manifestou publicamente em oposição a ele, e um dos dois votos contrários ao projeto.[165]

Como político, Mosca chegou a ter também uma experiência ministerial, entre 1914 e 1916, os primeiros anos, portanto, da I Guerra Mundial. Tratava-se do governo de seu antigo professor Antonio Salandra, que ascendeu após a queda de Giolitti, tendo Mosca ocupado a subsecretaria para as colônias.[166] Além disso, ele foi em 1919 nomeado senador pelo rei Vittorio Emanuele III, cargo no qual encerraria sua carreira, já em 1925 (Albertoni, 1990:120-2).

A produção intelectual de Mosca entre 1912 e 1919, seu período de maior atividade política, restringiu-se basicamente a artigos jornalísticos. Nenhum trabalho acadêmico significativo foi publicado no período. Quando, porém, ele finalmente retomou sua produção, o fez com uma marca distinta. Praticamente nenhum dos trabalhos trazia no título o termo direito, sendo todos identificados como textos de ciência política.[167]

Se até ali não havia diferença para Mosca entre ser um cientista político e ser um constitucionalista, um jurista, subordinando-se, na verdade, aquele a estes, se até 1919 sua estratégia básica era impor-se como um jurista, um constitucionalista, fazendo no entanto ciência política, agora sua ordem de prioridade se invertia. Ainda que não necessariamente desvinculada da faculdade de direito, mesmo que mantendo seu caráter normativo, a ciência política, para o autor, começava a se afigurar como uma disciplina específica, com uma identidade distinta da do direito público ou do direito constitucional, uma identidade na qual procurava se enquadrar, criando, ao mesmo tempo, por essa via um espaço próprio para si.

Nesse momento, Mosca iniciou uma série de cursos específicos de ciência política na Universidade Bocconi. Além disso, ele promoveu uma clara revisão de sua produção intelectual ressal-

tando, retendo justamente seu caráter sociológico, o que significava relegar a segundo plano seus textos jurídicos. O que buscava ele, agora, era apresentar seus trabalhos de forma orgânica, como elos de uma cadeia reflexiva coerentemente articulada e orientada, impô-los como peças de uma obra cujo marco fundador era a *Teorica*, e que se confundia com a teoria da classe política, que procuraria afirmar como descoberta pioneira sua.

Há sem dúvida vários elementos importantes para se compreender o novo investimento de Mosca, bem como seu esforço de imposição de seus trabalhos como obra mais marcadamente de ciência política. Sua trajetória, seu prestígio, sua posição de notável, seu capital social e político, a estabilidade alcançada pelo cargo vitalício de senador, que o isentava da concorrência eleitoral, tudo isso confluiu para conformar as possibilidades de uma estratégia distinta. Um fator fundamental, contudo, foi o sucesso que vinham alcançando, já naquele momento, os livros e as idéias de Pareto.

Afirmando-se a partir da economia política, Pareto passava, agora, a investir em uma ciência social nova, a sociologia, publicando pouco tempo antes, em 1916, seu *Traité de sociologie générale*, livro que teve considerável difusão e que, de forma mais significativa, deu reconhecimento científico à tese elitista. A concorrência com Pareto, a disputa pela primazia na elaboração da tese elitista, pesou de modo decisivo para impulsionar Mosca no sentido da constituição de uma nova disciplina, da afirmação de uma identidade específica de cientista político e, nesse mesmo processo, de imposição de uma releitura de sua obra. Tal foi um dos sentidos mais profundos da segunda edição tanto dos *Elementi*, de 1923, quanto, já em 1925, da *Teorica*.

*CAPÍTULO 6*

# Duplo referencial e fracasso duplo

Como já se viu, Mosca, na segunda edição dos *Elementi*, manteve a versão anterior na íntegra, acrescentando apenas umas poucas notas com o sentido de relativizar algumas de suas obervações mais duras, datando-as, remetendo-as ao momento específico em que haviam sido produzidas. Após a versão original é que se seguia uma segunda parte, esta sim nova.

Dizia Mosca haver optado por esse procedimento, mesmo tendo transcorrido cerca de 27 anos entre uma e outra edições, com o conseqüente acúmulo de fatos e elementos novos, ainda que reconhecesse ter mudado bastante a sua forma de encarar a realidade, basicamente por duas razões. A primeira era a de que o tempo, a seu ver, nada mais havia feito do que confirmar várias de suas análises. Já a segunda era a continuidade mesma que havia não apenas entre as duas edições, mas também entre elas e a própria *Teorica*, seguindo todas um mesmo método, eixo unificador de sua obra (Mosca, 1923:vii-viii). Nas palavras do autor:

> Tanto na primeira quanto na segunda parte do presente trabalho esforcei-me por permanecer fiel ao método que adotei quando era muito jovem, escrevendo a *Teorica dei governi*, e que desde então sempre persegui (Mosca, 1923:viii).

Mosca, portanto, no início dos anos 20, caminhando para a afirmação da ciência política como uma disciplina distinta, procurava impor a visão de seus trabalhos, ainda que separados por lapsos de tempo bastante consideráveis, como um todo orgânico,

como uma verdadeira obra cimentada por um método único e cujo marco original era a *Teorica*. Deixando de fora dessa construção seus textos mais caracteristicamente jurídicos, o autor afirmava-se, além do mais, como alguém que havia dedicado toda a sua vida intelectual, de modo exclusivo, à ciência política. Tal é a percepção que, a partir dali, Mosca procurava impor de si mesmo e de seus trabalhos. Tal era a percepção que em grande parte temos hoje, consolidada e magnificada, conforme já se viu, pelos seus comentadores. É por isso que lemos as duas partes dos *Elementi* como se formassem uma unidade perfeita. A *Teorica* que lemos, e que foi reeditada também sem alterações em 1925, é não a de 1884, mas a de fins da década de 10 e início da de 20. Nela procuramos a origem da doutrina da classe política, termo que, na verdade, só aparece na segunda edição dos *Elementi*.

De fato, Mosca inicia a segunda parte dos *Elementi* com um capítulo que tem por título: "Origini della dottrina della classe politica e cause che ne ostacolano la diffusione". É principalmente aqui, portanto, que passa a ser importante falar de uma doutrina da classe política e retraçar sua origem. E fazê-lo significa ressaltar o papel de Mosca como seu primeiro formulador, já na *Teorica*, em um sentido verdadeiramente científico. Mais do que isso, fazê-lo significa afirmar a precedência, nessa formulação, de Mosca sobre Pareto.

Tem-se ressaltado freqüentemente que o principal alvo das críticas de Mosca nos *Elementi*, na verdade seu móvel fundamental, a base de suas formulações, era o socialismo.[168] Sem, entretanto, levar na devida conta a disputa que se desenrolava entre Mosca e Pareto sobre a precedência na formulação da tese de que em todas as sociedades, em todos os tempos, havia uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, não se pode compreender de modo mais profundo diversas passagens do livro, bem como a ponte que se procura estabelecer entre ele e a *Teorica*. Como primeiro trabalho onde Mosca esboçava sua tese, a *Teorica* foi publicada em 1884, muito antes de qualquer livro de Pareto.

Essa questão não é, em geral, suficientemente relevada, em parte porque nosso contato com Mosca limita-se à leitura da edição americana dos *Elementi*. É evidente, quando se comparam as duas versões, que em *The ruling class* a disputa entre os autores foi significativamente minimizada, tendo inclusive algumas das referências críticas de Mosca a Pareto sido eliminadas.

O que Mosca efetivamente procura fazer no primeiro capítulo, e de certa forma em toda a segunda parte dos *Elementi*, é, mais do que expor uma outra vez sua doutrina, indicar as razões de sua

fraca difusão, aceitação e reconhecimento, e mesmo de sua baixa incorporação na atividade política em geral. Para tanto, ele parte para uma reconstituição das origens da doutrina.

É interessante como aqui, de modo claro, Mosca amplia o escopo de seu conceito de classe política, extrapolando os limites do governo e da política. Se isso guarda uma evidente relação com os vínculos, a vivência, a experiência de formação de setores do empresariado italiano que nos últimos anos Mosca havia desenvolvido, não há também como descartar o fato de que esteja referido ao sucesso da noção mais abrangente de elite, de Pareto, em particular tendo em vista a recente publicação do seu *Traité de sociologie générale*.[169] Diz Mosca:

> A doutrina segundo a qual em todas as sociedades humanas que atingiram um certo grau de desenvolvimento e cultura a direção política no sentido mais amplo da expressão (incluindo, por conseguinte, a direção administrativa, a militar, a religiosa, a econômica e a moral) é constantemente exercida por uma classe especial — ou seja, por uma minoria organizada — é mais antiga do que comumente acreditam muitos daqueles que a defendem (Mosca, 1923:335).

Afirma o autor que, baseando-se em fatos bastante evidentes, que por isso mesmo, não escapavam até à observação vulgar, a doutrina já se encontrava em germe em alguns pensadores políticos anteriores, como Maquiavel, por exemplo. Em suas linhas fundamentais, no entanto, ela havia começado a ser traçada com Saint-Simon, vindo em seguida Comte, Taine, Marx, Engels e Gumplowicz (Mosca, 1923:335-7).

Após Gumplowicz, então, vinha o próprio Mosca, com a sua *Teorica*. Apenas nos anos seguintes é que haviam sido publicados a primeira edição dos *Elementi* e os trabalhos de Ammon, Novikof e Rensi, além dos de Pareto e também de Michels, discípulo de Mosca e a cujo *Sociologia dos partidos políticos* o autor não poupa elogios.[170]

Mais do que demarcar a sua primazia em relação a Pareto, no entanto, tratava-se, para Mosca, de desqualificar as suas formulações. Assim, no quinto capítulo da segunda parte do livro, "Schiarimenti e polemiche", Mosca procurava atacar o conceito de elite que para ele se confundia, da mesma forma que o marxismo, com a idéia proveniente do século XVIII de que, em uma sociedade, prevaleciam, mandavam sempre os melhores (Mosca, 1923:457-8).

Para rebater essa noção, Mosca começava por se perguntar quem eram os que mereciam ser chamados de melhores. Pelo senso comum, dizia ele, melhor era o comparativo ou até o superlativo de bom, ou bondoso, no sentido moral, altruísta. Aplicada à vida política, entretanto, a expressão assumia um sentido ainda mais vago, significando aquele que reunia os requisitos que o tornavam apto a governar seus semelhantes. Dessa forma, o adjetivo podia sempre, em tempos normais, ser aplicado à classe dirigente que em uma dada época, em um dado país, reunia os elementos mais aptos. Isso, porém, não significava obrigatoriamente que fossem eles os indivíduos mais elevados intelectual ou moralmente. Mais do que senso de justiça, altruísmo ou vastidão de conhecimentos, o importante para governar era a perspicácia, a rápida intuição da psicologia dos indivíduos e das massas e, acima de tudo, a confiança em si mesmo e a força de vontade (Mosca, 1923:458-9). Concluía o autor, portanto, que: "É por essa razão que nos parece inexata a expressão *élite* adotada por Pareto para designar aquela que nós, muitos anos antes, havíamos denominado *classe política* [os grifos são de Moscal" (Mosca, 1923:459, nota 1).

A afirmação da primazia de Mosca, juntamente com a desqualificação das formulações de Pareto, articulavam-se, nos *Elementi*, com o empenho em ressaltar a novidade da doutrina da classe política, ainda que pudesse ter ela raízes relativamente antigas. Nas palavras do autor:

> Quando se escrever a história da nova doutrina da classe política não será difícil atribuir a qualquer escritor a parte de mérito de ter trazido a sua contribuição do material — bom, medíocre ou ruim — empregado na construção do edifício, e distinguir também que material era realmente novo e que material já era usado (Mosca, 1923:337).

A doutrina era nova, dizia Mosca, porque havia surgido com o processo de desgaste da concepção otimista da natureza humana, característica do século XVIII. Segundo essa concepção, base da teoria democrática, uma vez destruídas as desigualdades legais entre os homens, todos os estratos sociais passariam a progredir intelectual e moralmente, tornando-se aptos a dirigir o Estado que, assim, seria expressão da vontade da maioria, manifestada através do sufrágio universal (Mosca, 1923:338-9).

Ainda que desgastada, contudo, a teoria democrática continuava a exercer uma influência bastante grande, moldando a mentalidade dos indivíduos, orientando suas ações políticas. Mais do que isso, as próprias instituições políticas vigentes haviam sido plasmadas por aquela teoria, que se constituía em paradigma dominante. Criticá-la, portanto, mostrava-se uma tarefa hercúlea, que enfrentava pesadas resistências. Tal a razão da baixa penetração, da fraca eficácia prática da nova doutrina, da sua doutrina, na política e mesmo na ciência, onde encontrava poucos adeptos (Mosca, 1923:339-40).

O regime democrático, diz Mosca retomando um ponto contemplado em seus textos anteriores, tinha uma grande força conservadora. Mesmo seus adversários tinham que aceitá-lo oficialmente, submeter-se a suas regras, adular o sufrágio universal, caso quisessem evitar a morte política e chegar ao governo, galgar posições nas quais seus interesses pudessem ser mais bem defendidos. Uma vez portanto que os adversários dificilmente expressavam seu desacordo em público, não se conformava uma coalizão de sentimentos e interesses necessária para que uma doutrina distinta se tornasse uma força ativa, capaz de transformar as instituições (Mosca, 1923:340).

O que se pode perceber a partir dos pontos apresentados na segunda edição dos *Elementi* é que a concorrência de Mosca com Pareto pelo reconhecimento científico, que o levava a explicitar, concatenando, suas formulações como um corpo doutrinário, como uma obra, dela expurgando seu caráter jurídico, classificando-a desde sempre como de ciência política, associava-se também, de modo inextricável, à luta parlamentar do autor pela imposição e o reconhecimento políticos de suas propostas científicas. Na verdade, ainda que o pensamento de Mosca só possa ser compreendido, efetivamente, se for levado em conta seu duplo referencial, científico e político, parece evidente o peso predominante de sua imersão nas lutas políticas de seu tempo. Dessa forma, as posições científicas do autor acerca da política são claramente pontuadas, informadas por suas posições no espaço de posições políticas.

Isso fica patente em suas análises da democracia. Elas expressam, a um só tempo, sua visão científica e sua tentativa de ganhar visibilidade política, destacando-se na monotonia da paisagem de unanimidade produzida pela teoria democrática na Itália. Por isso mesmo é que, ao acentuar também as desvantagens da aristocracia, Mosca observava que isso podia parecer supérfluo no primeiro quartel do século XX, "quando bem poucos são aqueles que em público não se declaram partidários entusiastas da democracia" (Mosca, 1923:427).

Contudo, era justamente por estar referido de modo direto ao campo político que Mosca, na segunda edição dos *Elementi*, era muito mais cauteloso em relação a suas críticas à teoria democrática e ao governo parlamentar, representativo. De fato, se na *Teorica* ele era um crítico feroz, impiedoso, e se na primeira versão dos *Elementi* assumia uma postura cética, é possível dizer que o Mosca de 1923 incorporava fortes doses de relativismo no que tocava à questão da democracia e da representação política. E era quando sobrevinha esse relativismo que seus escritos anteriores podiam ser referidos não apenas para demarcar primazia e continuidade, mas também para acentuar a diferença de sua atual forma de pensar:

> Aquele leitor que se lembrar do que escrevemos na *Teorica dei governi*, a propósito do governo parlamentar, talvez tenha notado que as nossas idéias sobre o assunto foram bastante alteradas. Era difícil, com efeito, que isso não ocorresse passados 39 anos, e os primeiros indícios dessa modificação já se revelavam na primeira parte deste trabalho, que foi publicada pela primeira vez no final de 1895. Conservamos, em essência, até hoje o conceito fundamental da *Teorica dei governi*, isto é, que todas as organizações estatais são constituídas por minorias organizadas e, por isso, qualquer forma de regime político presumivelmente baseada na livre expressão da vontade da maioria contém uma insanável mentira, que, a longo prazo, deve produzir a sua decadência. Reconhecemos também serem fundadas quase todas as outras críticas atribuídas ao governo parlamentar, mas um maior conhecimento da história da vida nos ensinou a considerá-las com maior indulgência, tendo constatado ser impossível existir uma forma de organização política a qual, no seu funcionamento prático, não seja maculada pelas inevitáveis fraquezas morais e intelectuais da natureza humana. E hoje nos aterroriza, antes de tudo, a previsão de que os tipos atuais de organização política possam ser substituídos por outros nos quais as fraquezas aludidas terão um campo de ação bem mais vasto e poderão agir com eficácia maior (Mosca, 1923:396, nota 1).

Se Mosca se mostrava mais cauteloso em suas avaliações da democracia e do governo representativo, não media as palavras, contudo, quando se tratava de analisar o que seria, para ele, um de seus desdobramentos mais deletérios: o socialismo. Jamais, em lugar algum, dizia ele, uma maioria havia dirigido uma minoria, ainda mais se fosse aquela pobre e ignorante, e esta rica e culta. Por isso mesmo, a ditadura do proletariado não passava da opressão de uma classe, igualmente restrita, só que exercida em nome do proletariado (Mosca, 1923:398-400).

Era inexorável, portanto, que estivesse sempre à frente do governo uma minoria, mesmo quando o discurso fosse justamente o oposto. Diante disso, qualquer análise consistente das formas de governo devia partir das minorias governantes. O que diferenciava uma democracia de uma aristocracia era não o fato de que uma era o governo da maioria, ao passo que outra o da minoria. Ambas eram governos de minorias. O que as diferenciava era, por um lado, o sentido do fluxo de autoridade, e, por outro, os padrões de recrutamento e renovação da minoria governante.

Em todas as sociedades a autoridade fluía, ou era delegada, do alto para baixo da escala política e social, de tal modo que um superior é que escolheria um funcionário inferior, ou vinha de baixo para cima, dos governados aos governantes. Enquanto o primeiro modo era chamado por Mosca de princípio autocrático, o segundo recebia a denominação de princípio liberal. É certo, porém, que esses dois princípios nunca operavam de forma pura, podendo estar fusionados ou combinados em proporções diversas (Mosca, 1923:401-2).

Apenas perceber se a autoridade emanava do alto, ou se era delegada a partir de baixo, contudo, não era suficiente para qualificar uma forma de governo. Era preciso averiguar também o modo como era recrutada e renovada a classe que detinha a autoridade. Para tanto, Mosca identificava duas tendências distintas. A primeira era a aristocrática e nela se tinha uma classe dirigente cristalizada, fechada aos indivíduos de fora, que se renovava por sucessão, por herança, reservando o poder a seus próprios descendentes. Já na segunda tendência, a democrática, o que se via era uma classe governante aberta ao acesso de indivíduos oriundos da classe governada (Mosca, 1923:402-3).

Assim como no caso dos princípios autocrático e liberal, porém, nunca se encontrava uma tendência única operando de forma pura. Era da combinação, em proporções diferenciadas, dos dois princípios e das duas tendências que se formavam os regimes políticos (Mosca, 1923:403).

Observava Mosca, claramente informado pela noção de circulação das elites, de Pareto, que a tendência democrática, que promovia uma real renovação da classe dirigente, agia de forma constante, com maior ou menor intensidade, em todas as sociedades humanas. Em tempos normais, era possível assistir a uma lenta e gradual renovação da classe dirigente, infiltrada por indivíduos vindos de baixo. Em momentos excepcionais de sérias crises, entretanto, a renovação podia se dar de forma rápida e violenta (Mosca, 1923:421-2).

Na verdade, acentuava o autor, não se podia negar que a tendência democrática, sobretudo se restrita a limites moderados, era indispensável ao progresso das sociedades. Possibilitando a mobilidade, ela se constituía em um elemento propulsor dos indivíduos e das classes, ao mesmo tempo em que reforçava a estabilidade política:

> A luta entre aqueles que estão no alto e aqueles que, nascidos embaixo, aspiram a subir foi, é e será sempre o fermento que levou os indivíduos e as classes a alargarem os próprios horizontes e a procurarem novos caminhos que nos conduziram até o grau de civilização alcançado no século XIX. Esse grau de civilização tornou possível, no campo político, a criação do grande Estado representativo moderno, o qual, como vimos no capítulo precedente, entre todos os organismos políticos, é aquele que conseguiu coordenar uma soma maior de energias e de atividades individuais em direção dos fins de interesse coletivo.
>
> Pode-se acrescentar que a tendência democrática, quando a sua ação não tende a tornar-se excessiva e exclusiva, representa o que em linguagem vulgar se chamaria de uma força conservadora. Isso porque ela realimenta continuamente as classes dirigentes através da admissão de elementos novos, que têm inatas e espontâneas as atitudes para o comando e a vontade de comandar, e impede assim a exaustão das aristocracias de nascimento, que costuma preparar os grandes cataclismas sociais (Mosca, 1923:423).

É certo, porém, que mesmo ali onde prevalece a tendência democrática se pode assistir à afirmação da sua oposta, a aristocrática. Afinal, na luta pela preeminência, como se acentuava na primeira parte do livro, todos os que chegavam ao primeiro grau da escala social buscavam consolidar suas posições, criando defesas para si e para seus filhos (Mosca, 1923:423-5).

Para alguns como os socialistas, isso era uma decorrência natural da propriedade privada, que dava melhores condições a uns do que a outros, facilitando o seu acesso a posições mais elevadas. Mosca, porém, contra-argumentava que a tendência aristocrática poderia prevalecer mesmo em uma sociedade igualitária, em que tivesse sido abolida a propriedade privada. Mais do que isso, ela, nesse caso, certamente prevaleceria, dado o poder sem precedentes que seria conferido à nova minoria dirigente:

> É certo que nessa objeção há uma grande parcela de verdade, e só não dizemos que é totalmente verdadeira porque os conhecimentos e as relações dos pais podem ser transmitidos

> parcialmente aos filhos, mesmo quando a família não tem um patrimônio palpável. Poucos, porém, se dão conta hoje de que, em um Estado coletivista, o inconveniente aludido, que ora tem por base a propriedade privada, não desapareceria, mas sim se apresentaria de forma mais acentuada. Afinal, como já demonstramos no último capítulo da primeira parte deste trabalho, e como acontece atualmente na Rússia, aqueles que regem um Estado organizado de acordo com os princípios coletivistas teriam prerrogativas e meios de ação muito maiores do que os ricos e os poderosos de hoje. De fato, em um Estado coletivista os dirigentes acumulariam o poder político com o poder econômico e, dispondo assim da sorte de todos os indivíduos e de todas as famílias, teriam mil maneiras de distribuir favores e castigos e seria estranho que eles não se valessem dessas prerrogativas para garantir aos seus filhos os melhores postos (Mosca, 1923:425-6).

Se a presença do socialismo era tão forte como anátema na segunda parte dos *Elementi*, era porque nunca, como nos anos que antecederam a nova edição do livro, ele havia sido um perigo tão real. A Revolução Russa era ainda um fato bastante próximo, e seu fantasma rondava o restante de uma Europa combalida, recém-saída da I Guerra Mundial.[171] Os anos de 1919 a 1921, conhecidos na Itália como o Biênio Vermelho, foram marcados por fortes distúrbios e agitações sociais, coroados pela ocupação armada de fábricas pelos operários, particularmente em Milão e Turim. Embalados pelo que parecia ser uma maré montante do movimento de massas e por um desempenho eleitoral bastante expressivo em 1919, os socialistas passaram, de modo predominante, a adotar o que chamavam de postura maximalista, isto é, a luta pela implementação imediata do programa máximo do partido, de seus objetivos estratégicos, deixando de lado o gradualismo.[172]

Em um quadro como este, a ciência política, na visão de Mosca, poderia ter um papel fundamental, contribuindo para a constituição de uma política científica, evitando que catástrofes do tipo das que interrompiam o curso da civilização, como a que ocorria na Rússia, se generalizassem. Para tanto, era preciso compreender bem o mecanismo político, a fim de poder dirigir sua ação sem violentá-lo (Mosca, 1923:466-73).

Através da ciência política, dizia Mosca, o homem poderia dominar seus instintos e paixões, de modo a melhorar seu próprio destino. E o autor aplicava esse seu princípio a si mesmo ao perceber que, naquele momento, o ataque ao socialismo não podia se confundir, como até ali vinha sendo feito, com a crítica irrestrita à

democracia, ao sistema representativo, ao parlamentarismo. A ordem que poderia vir a se impor em substituição, afinal, poderia resultar em algo muito pior, com a total eliminação da política representativa, das liberdades e da defesa jurídica.

De fato, analisando a situação da Europa — e da Itália em particular — após a I Guerra Mundial, uma situação que caracterizava como de crise, Mosca percebia a conformação de três soluções radicais, todas altamente nocivas, e que cabia evitar. A primeira, objeto de crítica em boa parte do livro, era a ditadura do proletariado. A segunda, menos provável, era o retorno a uma situação anterior de absolutismo burocrático, que significaria a subordinação da representação política à burocracia. A terceira, finalmente, a sindicalista, classista, que acarretaria a sobreposição dos interesses corporativos aos da coletividade, impondo o que seria um feudalismo funcional. Todas as três, dizia o autor, conduziriam a uma decadência não apenas da política, mas da civilização como um todo (Mosca, 1923:494-500).

Sobre a solução sindical, alertava Mosca em um discurso pronunciado no Senado em fins de 1922:

> Egrégios colegas, não nos iludamos. Se o sistema das eleições pelos votos individuais for substituído, amanhã, por uma representação das classes, o Estado sofrerá uma grande e perigosíssima transformação. E não nos iludamos, assim como o deputado Mussolini nos ensina que os órgãos políticos não valem tanto pelos poderes legais que detêm quanto pelas forças políticas que lhes estão por detrás, aquele Parlamentozinho poderia facilmente tornar-se o órgão soberano preponderante. Nele não prevaleceriam os sindicatos mais cultos, como, por exemplo, o dos professores universitários, mas antes aqueles que desempenham as funções mais indispensáveis à vida econômica. Se houvesse um Parlamentozinho de cunho sindicalista, deveria ser providenciada uma nova versão do apólogo de Menênio Agripa: as mãos, os braços, os pés e as pernas se imporiam não mais ao estômago, mas sim ao cérebro (apud Mongardini, 1980a:318).

Era portanto diante daquelas três soluções ameaçadoras que Mosca era levado a suavizar suas críticas, chegando mesmo, na conclusão dos *Elementi*, a reconhecer a superioridade dos regimes representativos. Eles é que impunham limites à ação arbitrária dos poderes do Estado, através das liberdades individual e de imprensa. Eles é que melhor garantiam a constituição de Estados fortes, estáveis, canalizando uma enorme soma de energias individuais para interesses coletivos (Mosca, 1923:484-5).

E finalizando a nova edição do livro, Mosca, mais uma vez, invocava a *Teorica*. Agora, todavia, para ressaltar do alto dos seus 65 anos, não o que unia aqueles dois momentos de reflexão, mas o que os apartava. Nas palavras do autor:

> tendo, há 40 anos, iniciado a nossa carreira de escritor com um ímpeto juvenil, que porém não renegamos, na qual procuramos desnudar as mentiras contidas nos pressupostos do regime representativo e os vícios do parlamentarismo, hoje — quando a idade avançada nos tornou mais cautelosos e, ousaremos afirmar, mais ponderados os juízos e mais meditadas as conclusões, e ainda considerando atentamente e sem paixões as condições de muitos povos europeus e sobretudo as da nossa Itália —, sentimonos obrigados a recomendar à nova geração a restauração e a conservação do regime político que herdou de seus pais (Mosca, 1923:501).

A referência feita por Mosca a Mussolini, em seu discurso de 1922, evidencia que, além de seus alvos tradicionais, suas formulações tinham agora um novo destinatário: o fascismo. O próprio texto do prefácio à segunda edição dos *Elementi* foi escrito em dezembro de 1922, depois portanto da grande manifestação de força fascista, que ficou conhecida como a Marcha sobre Roma, quando milhares de militantes de diversos pontos do país desfilaram em passeata pela capital, prenunciando a chegada de Mussolini ao cargo de primeiro-ministro, pouco tempo depois. Além disso, a proposta corporativista, criticada pelo autor como uma das três soluções radicais para a Europa do pós-guerra, era veiculada justamente por uma das vertentes do movimento fascista, formada no interior do sindicalismo.

É importante destacar que, quando de sua ascensão em outubro de 1922, Mussolini não era visto como um mal maior por uma significativa parcela do espectro político italiano. Pelo contrário, galgando legalmente o poder, e ali se mantendo dessa mesma forma no período que imediatamente se seguiu, ele despontava como uma possibilidade de reordenamento do sistema político e social italiano, assombrado por greves, mobilizações e enfrentamentos, pelo fortalecimento do socialismo, pela dificuldade de constituição de coalizões partidárias que conduzissem à formação de governos minimamente estáveis, duráveis, como também pelo fantasma de Giolitti.

Havia, é certo, o temor de que Mussolini pudesse vir a desfechar um golpe de Estado, o que também serviu para amainar as resistências à sua ascensão. Entretanto, apesar de suas manifestações de força, ele não dava mostras imediatas de que pretendesse romper por completo a legalidade, além de deixar aberto um canal de diálogo com diversos setores políticos, dando-lhes a sensação de que poderia ser mantido sob controle. Seu gabinete recebeu o nome de Governo Nacional e reuniu três ministros fascistas, dois *popolari*, quatro liberais, um nacionalista, dois militares e um intelectual de prestígio, Giovanni Gentile, que ocupou o Ministério da Instrução Pública.[173] Acrescente-se a isso o fato de que, com um discurso centrado no mote de restauração da lei e da ordem, Mussolini procurou limitar a ação dos *squadristi*, grupos fascistas paramilitares.[174]

O crédito político inicial a Mussolini transparece em um discurso de Mosca no Senado, saudando o novo primeiro-ministro e lembrando que a sua principal tarefa seria restaurar o sistema representativo, para o que poderia contar com o apoio irrestrito de todas as forças políticas. Se conseguisse realizá-la, acrescentava Mosca, além do homem de governo que já havia se revelado, Mussolini também poderia ser considerado um verdadeiro homem de Estado (apud Mongardini, 1980a:316-9).

Criticado por seu discurso pelo amigo Guglielmo Ferrero, Mosca respondeu, em uma carta já de janeiro de 1923:

> Não acredito que no meu discurso tenha havido uma contradição. Quando eu o pronunciei, Mussolini estava no poder há poucas semanas e podia-se esperar (e eu ainda espero, se bem que hoje os prognósticos não sejam bons) que ele quisesse e pudesse restabelecer o regime representativo. De resto, e também com pouca esperança de ser escutado, não teria podido me dirigir a outros com vistas à atualização do programa que eu acreditava e acredito ser o melhor. E convenhamos, era totalmente inútil invocar a obra de Giolitti, Facta, Orlando ou Nitti, isto é, daqueles que foram eficazes colaboradores do desmantelamento do regime, que a você e a mim parece, neste momento, o único possível (apud Mongardini, 1980a:324).[175]

Por sua posição no espaço político, Mosca não somente não pôde prever a ameaça representada pelo fascismo, como chegou mesmo a ver nele uma possibilidade de restabelecimento da ordem e

de neutralização daqueles que lhe pareciam ser os reais elementos de perigo para a Itália. Com o progressivo endurecimento do regime, porém, o autor passou a uma linha clara de oposição, batendo-se, como acreditava também estar fazendo ao apoiar Mussolini, pela manutenção do sistema representativo e do parlamentarismo. Tendo acumulado um expressivo capital político, galgado posições de prestígio, alcançado no Senado a estável condição de notável, o estreitamento do espaço político significava igualmente, para ele, o estrangulamento de sua própria carreira.

O ano de 1925, para o autor, foi marcado por algumas últimas tentativas mais efetivas de resistência. Juntamente com Giovanni Amedola, Luigi Albertini, Gaetano Salvemini, Luigi Einaudi e Arturo Labriola, ele assinou em maio um manifesto preparado por Benedetto Croce, exaltando os ideais de liberdade, justiça e democracia, em resposta a um documento firmado por intelectuais fascistas como Gentile, Filippo Marinetti e o escritor Luigi Pirandello, entre outros, em que se proclamava falido o Estado liberal e se identificava o fascismo à pátria, à religião, aos mais altos ideais da nação.[176]

E em dezembro do mesmo ano, em um pronunciamento sobre um projeto apresentado por Mussolini ampliando seus poderes, Mosca dizia que, com ele, assistia-se às exéquias do governo parlamentar, e acrescentava:

> Eu jamais teria acreditado ter de ser o único a fazer o elogio fúnebre do regime parlamentar. Recordo-me quando na Câmara fiquei surpreso pelo fato de que, pelo costume, quando morria um ex-deputado, era quase sempre o seu sucessor no Colégio que lhe fazia o elogio fúnebre, sucessor que na maioria dos casos lhe havia tomado o lugar. Eis, então, quem tanto criticara seu antagonista obrigado a louvá-lo. Da mesma forma, eu, que sempre critiquei duramente o governo parlamentarista, devo agora lamentar sua queda. Reconheço que esse sistema deveria sofrer modificações sensíveis, mas não creio que tenha chegado o momento de empreender sua transformação radical, e agora que o abandonamos é justo evocar-lhe os méritos (apud Albertoni, 1990:60-1).

As críticas de Mosca inscreviam-se em um processo mais geral de ruptura dos liberais com Mussolini. Um dos estopins desse processo foi o assassinato, em 1924, do deputado socialista Giacomo Matteotti por militantes fascistas. Matteotti vinha desferindo duros

ataques contra Mussolini e a alta hierarquia fascista, acusando-os de terem conseguido a maioria das cadeiras do Parlamento, nas eleições daquele ano, através de fraude e violência, argumento que utilizava para pedir a anulação dos votos dados aos seus deputados.

O socialista foi seqüestrado no dia 10 de junho, sendo morto em seguida, o que desencadeou uma onda de protestos que incluiu o episódio que ficou conhecido como a retirada para o Aventino. Recordando o movimento de descontentamento da plebe romana que, liderada por Caio Graco, retirou-se para a colina do Aventino, fora dos muros da cidade, uma parcela significativa dos parlamentares decidiu boicotar os trabalhos.

Desse ponto em diante, os próprios liberais, que haviam participado do governo Mussolini e que haviam composto a sua lista eleitoral em 1924, foram assumindo uma postura de oposição. Um dos principais meios pelos quais suas críticas eram veiculadas era o jornal de Luigi Albertini, *Corriere della Sera*, que por isso mesmo terminou sendo alvo de forte censura.[177]

Foi nesse momento que Mosca decidiu reeditar a *Teorica* sem alterações. No prefácio que acrescentou ao livro — datado de 1924 —, ele procurava resgatar positivamente sua primeira parte, com o sentido de reforçar tanto a unidade de sua obra quanto sua primazia sobre Pareto. Ali, segundo ele, estava exposta "a doutrina da classe política, que então podia ser considerada nova e, na Itália, absolutamente nova" (Mosca, 1925:iii).

Quanto à segunda parte, justamente a que continha críticas virulentas ao parlamentarismo e à teoria democrática, Mosca lhe atribuía um valor histórico, apresentando-a como um documento de época. Ela expressaria as condições materiais, intelectuais, morais e políticas da Itália, é certo, mas também do próprio autor, no início dos anos 1880. Assim é que ele decidiu mantê-la, ainda que não mais pudesse subscrever suas conclusões, tomando porém o cuidado de relativizá-la, do mesmo modo que a primeira parte dos *Elementi*, através de notas que lembravam ao leitor quando o livro havia sido escrito e quantos anos tinha então (Mosca, 1925:145-298).

Mesmo no caso do socialismo, Mosca procurava, agora, abrandar suas observações. Dessa maneira, no capítulo em que falava da questão social na Itália e do perigo do isolamento entre as classes, uma vez que formava um terreno fértil para a difusão de idéias revolucionárias, Mosca colocou uma nota em que dizia que aquelas páginas precisavam ser complementadas ou mesmo refeitas. O leitor, contudo, deveria levar em conta

> que as referidas páginas foram escritas há mais de 40 anos, quando, na Itália, estava no nascedouro aquela corrente de sentimentos e de idéias comumente chamada de socialismo, e quando o autor ainda era muito jovem (Mosca, 1925:298).

Era por conseguinte a inicial a parte mais importante da *Teorica*. E ela era a mais importante não apenas porque continha a primeira elaboração de sua doutrina da classe política, não apenas porque demarcava a sua novidade e a sua primazia. A primeira parte era importante porque, da mesma forma que a segunda, era um documento. Era um documento, contudo, não do início dos anos 1880, mas de meados da década de 20. Era um documento que comprovava que a doutrina da classe política e as críticas ao parlamentarismo e à democracia nela embutidas vinham sendo apropriadas de forma indevida, abusiva, justificando o fechamento do regime, o que não condizia com a imagem que, não em 1884, mas certamente sim em 1925, Mosca lutava por impor de si mesmo como defensor do governo representativo.

Assim, dizia o autor:

> agora que a sorte começa a sorrir para a aludida doutrina, ao mesmo tempo ela vem sendo desgraçadamente exagerada e, ainda pior, desfigurada. De resto, esse destino é comum a todas as doutrinas políticas quando, saindo do campo da teoria pura, começam a se tornar forças ativas e modificadoras das instituições políticas e, por isso, são adotadas quer para justificar o assalto ao poder, quer para dar uma base moral ao poder já exercido de fato (Mosca, 1925:iv).

O trecho de Mosca é cristalino, indicando que, ao procurar se afirmar como um provedor de orientações políticas, de acordo com sua concepção normativa da ciência, ele terminou se vendo prisioneiro das apropriações políticas de suas formulações, perdendo o controle sobre elas. Por isso mesmo, o autor viveu a angústia de sentir ter colaborado, pavimentado o caminho para o fascismo, contribuindo para criar um ambiente a ele favorável, receptivo, fornecendo-lhe, em parte, sua justificativa intelectual.[178] Ainda por isso, próximo dos 70 anos de idade, encerrando a contragosto sua carreira política, constituindo-se em um dos principais alvos das críticas dos periódicos fascistas, abandonando, diante da censura à imprensa, sua atividade jornalística, o autor passaria em alguns momentos a auto-referir-se como um fracassado.[179]

E sua sensação de fracasso era tanto maior quanto aquele mesmo regime ao qual agora se opunha erigia um pedestal ao seu principal adversário intelectual, Pareto, elevando-o à condição de expressão maior do pensamento italiano, algo como um precursor, um antecipador, um profeta do fascismo. À diferença do que ocorreu com Mosca, contudo, é importante destacar, a apropriação política das idéias de Pareto, ainda que tivesse dificultado a sua penetração em alguns meios, não foi suficiente para bloquear o seu reconhecimento científico. Pareto pôde ser bem-sucedido na autonomização de suas formulações, não sendo comprometido, de modo definitivo, por sua associação com o fascismo. Mosca, ao contrário, operando com um duplo referencial, político e científico, terminou igualmente por se impor um duplo fracasso, tanto político quanto científico.

Ainda que tivesse sido Mosca o primeiro a elaborar o conceito de classe política e portanto a doutrina das minorias dirigentes, foi a elite de Pareto que se difundiu e alcançou reconhecimento, e isso mesmo fora da Itália.[180] Daí que inclusive após a morte de Pareto, que se deu em 1923, Mosca prosseguisse empenhando-se em demarcar a sua primazia, obrigando-se a uma constante reafirmação e defesa de seu direito sobre a doutrina.

Em um quadro de isolamento e de retirada da política, Mosca, que já no prefácio à segunda edição dos *Elementi* (1923:ix) anunciava o fim próximo de sua carreira científica devido à idade, não apenas a manteve como passou a dedicar-se somente a ela, ministrando a cadeira de história das instituições e das doutrinas políticas, criada para ele na Universidade de Roma. Mas em vez de base para uma nova ascensão, agora exclusivamente universitária, e para a criação de uma nova ciência, de uma nova disciplina autônoma em relação tanto à política quanto ao direito, sua posição inscrevia-se em um movimento de descenso também acadêmico, dado à forte intervenção do Estado fascista nas universidades, limitando a liberdade e a independência, impondo currículos, impulsionando ou bloqueando trajetórias.

Foi em 1923 que Mosca foi convidado para a Universidade de Roma, então presidida por Antonio Salandra, vindo a ocupar a cátedra de direito público interno, pertencente a Vittorio Emanuele Orlando, que se transferia para a de direito constitucional. Naquele mesmo ano, Giovanni Gentile, ainda ministro da Instrução Pública de Mussolini, começou a promover uma reforma universitária que resultou, entre outras coisas, já em 1924, na criação de uma escola — depois faculdade — de ciência política naquela universidade. O

objetivo da escola, segundo seu decreto de criação, era formar quadros para as carreiras administrativa, diplomática, colonial e para o jornalismo.

Institucionalizada, portanto, pela intervenção de um governo forte, a ciência política na Itália, enquanto disciplina autônoma, independente do curso de direito, teve na subordinação à política uma de suas marcas constitutivas básicas, como demonstrava seu próprio objetivo primordial. Por isso mesmo, ela se tornou extremamente dependente das variações conjunturais políticas, como puderam sentir os liberais que, de início, formavam a maioria do corpo docente da nova escola.

De fato, o modelo de constituição da escola de ciência política, seu sentido prático, sua ênfase na formação da classe política haviam sido tomados, em parte, de formulações anteriores de intelectuais liberais como Messedaglia, Salandra e Mosca. A sua própria criação, na verdade, foi resultado da aliança entre Mussolini e o Partido Liberal. Inversamente, foi a ruptura dessa aliança, e em particular o discurso de Mosca no Senado em 1925, opondo-se ao projeto que ampliava os poderes do chefe de governo, que determinou a exclusão dos quadros da escola, além do próprio senador, de Salandra, Orlando, Alfredo Codacci-Pisanelli, Antonio De Viti De Marco e Umberto Ricci. A cadeira ministrada por Mosca, história das instituições e das doutrinas políticas, foi inclusive cortada do currículo de ciência política. Se ele pôde continuar a lecioná-la, foi como curso complementar, não-obrigatório, e junto à faculdade de direito, o que fez até o ano de 1933, quando se aposentou. Foi desse curso que se originou o seu último livro, *História das doutrinas políticas desde a Antigüidade* (1968), publicado em 1932.[181]

É interessante observar que foi nesse momento de interrupção da carreira política e de bloqueio da trajetória universitária que Mosca mais investiu na projeção e no reconhecimento internacionais.[182] Foi também a sua posição nesse momento, portanto, que marcou a recepção de seus trabalhos fora da Itália, impondo-lhes uma leitura em larga medida política, como textos produzidos por um autor liberal, antifascista, formulador de uma perspectiva realista da democracia.

Da mesma forma que Mosca, Pareto, submetido a um fracasso político na Itália, ainda em fins do século XIX, optou por uma trajetória de isolamento, de desengajamento, que resultou em sua partida para a Suíça. Pareto tinha, então, cerca de 48 anos, e sua estratégia levou-o a se afirmar como um dos inventores de uma nova vertente da economia política e a investir fundo em uma outra ciência, tam-

bém nova, a sociologia, impondo-se como um de seus pais fundadores. Mosca, entretanto, com seu estilo conservador, aos 70 anos de idade não se sentia em condições de abandonar seu país, mesmo investindo em projeção exterior. Sua posição, ainda que associada a uma cadeira recente, constituiu-se em um contexto político extremamente desfavorável, como forma de refúgio e de reclusão, e não como base para invenções disciplinares.

Operando com um referencial ao mesmo tempo político e universitário, vinculando a ciência à política, Mosca tornou-se vulnerável às inversões da conjuntura. Assim, sua derrota política determinou também o seu bloqueio universitário. Dissiparam-se igualmente, por essa via, as condições para que fosse reconhecido como novidade científica, reforçando-se, em contrapartida, a leitura de seus textos como manifestações ideológicas, expressões de uma postura política e portanto como documentos datados, localizados.[183]

Parte II

# Vilfredo Pareto: a saída aristocrática

*CAPÍTULO 7*

# De diletante a especialista

Vilfredo Federico Damaso Pareto nasceu em Paris, no ano de 1848. Seu pai era o marquês Raffaele Pareto, oriundo de Gênova, na Ligúria, ao Norte da Itália, e encontrava-se exilado na França desde meados dos anos 1830, por sua participação no movimento nacionalista liderado por Giuseppe Mazzini. Foi em Paris que o marquês casou-se com uma moça de origem local chamada Marie Métenier, sobre a qual não há maiores informações.

Os grupos dominantes do Norte da Itália, e em particular os de regiões como o Piemonte e a Ligúria, tinham estreitos e antigos vínculos com a França.[184] O controle francês sobre a Itália, entre 1796 e 1815, havia substituído o austríaco, mas com vantagens para aqueles grupos locais, que passaram a gozar de liberdade e autonomia relativamente maiores. Com a queda do regime napoleônico e os desdobramentos do Congresso de Viena, entretanto, a dominação austríaca foi restaurada, acarretando uma perda de espaço, de autonomia, de prerrogativas dos grupos locais, o que desencadeou uma expressiva onda de descontentamento.

Tal foi um dos principais estopins dos movimentos nacionalistas, como o mazzinista, que começaram a espocar, contando com a forte participação de setores aristocráticos. Mazzini criou, em 1832, a Jovem Itália, raiz de um movimento mais amplo, a Jovem Europa, cujo objetivo era combater aqueles que concebia como governos reacionários, absolutistas. Vanguarda na luta por uma associação mundial de povos livres, a Itália deveria, como um primeiro passo, na sua acepção, unificar-se sob a forma de uma república democrática.

Mazzini mesclava elementos religiosos em sua proposta, adotando o mote de Deus e o povo, definindo sua ação como uma cruzada moral e espiritual. Depois de algumas investidas militares

facilmente neutralizadas, o movimento mazzinista foi derrotado, levando vários de seus seguidores à prisão ou ao exílio, como ocorreu com o próprio Mazzini em 1837.[185]

Formado em agronomia, Raffaele tinha ainda pretensões intelectuais e artísticas, pintando quadros e esculpindo. Em Paris, ele pôde publicar alguns trabalhos relacionados à sua profissão — como *Irrigation et assainissement des terres* —, e foi também secretário da Société des Arts.[186]

Foi em fins da década de 1850, com o avanço do processo de unificação — liderado pelo conde Camillo Benso di Cavour, com o suporte de Napoleão III —, que Raffaele Pareto pôde retornar ao seu país. Seu primeiro emprego, entretanto, foi de professor de francês da Reale Scuola di Marina di Genova. Ele permaneceu ali entre maio e novembro de 1859, quando se transferiu para o Istituto Leardi, um instituto técnico em Casale Monferrato, onde passou a ensinar agricultura e contabilidade.

Raffaele não gozava de boa situação econômica, chegando mesmo, em alguns momentos, a mostrar-se apreensivo quanto à sua capacidade de custear os estudos de Vilfredo até o final (Giacalone-Monaco, 1966:103).[187] Por suas origens sociais, entretanto, ele se inseria em uma rede de relações que lhe garantiu o acesso a recursos como o apoio familiar, necessários para contornar seus problemas. Ele era o mais novo de uma fratria de três, tendo um de seus irmãos mais velhos, Damaso, casado com a última descendente de uma linhagem de prestígio, Spinola, formando o ramo Pareto-Spinola.[188] O outro irmão, Domenico, teve para ele um papel fundamental — assim como para o próprio Vilfredo, como se verá —, ajudando-o financeiramente. Domenico alcançou posição de destaque na diplomacia italiana e, já em 1864, foi eleito membro do Conselho Municipal de Gênova, um dos órgãos importantes na estrutura do poder local.[189]

Mais do que ajuda econômica, apoio familiar, o que o nome aristocrático e os vínculos pessoais de Raffaele lhe propiciaram foram contatos, indicações, cartas de recomendação, meios para melhorar sua posição. Assim, escrevendo ao irmão Domenico em 1862, ele dizia estar cogitando pleitear uma cátedra de hidráulica aplicada em Milão, para o que pediria a um primo, Lorenzo Pareto, que o recomendasse ao ministro da Instrução Pública, Carlo Matteucci, com quem mantinha estreitas ligações (Giacalone-Monaco, 1966:99-100).

Foi no Ministério da Agricultura, porém, que Raffaele terminou por conseguir um posto, em 1863, como responsável pelos as-

suntos relativos a saneamento e irrigação. Com isso, a família mudou-se para Turim, então sede do governo. Novas mudanças vieram, posteriormente, com a transferência da capital para Florença e, depois, para Roma.

Raffaele foi aceito como membro de algumas das academias e sociedades científicas e artísticas existentes nas cidades por que passou ocupando cargos públicos: a Accademia Reale dell'Agricoltura de Turim, a Accademia Fiorentina delle Arti del Disegno e a Reale Accademia dei Lincei, em Roma. Ele dirigiu, ainda, a publicação da *Enciclopedia delle arti e industrie* e de um trabalho extenso sobre arquitetura e arte italianas intitulado *Italia monumentale*, além de ter colaborado no *Giornale dell'Ingegnero, Architetto e Agronomo*, de Milão.[190] Raffaele Pareto morreu em 1882, quando era chefe da Diretoria dos Trabalhos Públicos.[191]

Vilfredo Pareto iniciou seus estudos, na Itália, no Istituto Leardi, o mesmo em que seu pai ensinava, matriculando-se na seção de física e matemática. Com a mudança da família para Turim, um dos principais centros da Itália unificada, culturalmente cosmopolita e politicamente dominante, ele transferiu-se para o Regio Istituto Tecnico daquela cidade, onde completou sua formação secundária.[192]

Único filho homem,[193] Pareto aproximou-se da via aberta pelo pai, encaminhando-se para a engenharia, na qual se formou, em 1869, pela Universidade de Turim. Seus dois primeiros anos de estudos superiores foram dedicados à obtenção de uma licenciatura em ciências físicas e matemáticas, aprofundando-se em mecânica racional, cujo ensino era particularmente forte naquela universidade. Posteriormente, então, ele pôde cursar por mais dois anos a Escola de Aplicação para Engenheiros.

Além da base matemática e física, é importante ressaltar que, em sua passagem por Turim, Pareto entrou em contato com o darwinismo que, de acordo com Giovanni Busino, tinha naquela universidade um dos seus mais ativos pólos irradiadores na Itália. E o autor, sem dúvida, bebeu bastante daquela fonte.[194]

A tese com a qual Pareto colou grau em engenharia intitulava-se *Princìpi fondamentali della teoria della elasticità dei corpi solidi e ricerche sulla integrazione delle equazioni differenziali che ne definiscono l'equilibrio* (*Princípios fundamentais da teoria da elasticidade dos corpos sólidos e pesquisas sobre a integração das equações diferenciais que definem o seu equilíbrio*). Já ali portanto, observam alguns comentadores, manifestava-se o interesse do autor pela questão do equilíbrio que posteriormente constituiria uma de suas principais preocupações teóricas, tanto na economia quanto na so-

ciologia.[195] A economia e a sociologia de Pareto, nessa perspectiva, teriam se constituído a partir da transposição dos problemas e dos métodos de investigação e de reflexão da física.[196]

É preciso acentuar contudo, que, no caso da sociologia, essa transposição se deu apenas parcialmente. Como se verá adiante, a noção de equilíbrio social, central em Pareto, era marcada, em larga medida, por uma perspectiva biológica, orgânica. Mais do que física, por conseguinte, ela pode ser vista como fisiológica.

Formado, enfim, Pareto era portador de um diploma valorizado, conferido por uma escola de prestígio. Perito em física e matemática, era também fluente em outras línguas, como o francês e o inglês, o que lhe rendeu significativos dividendos em sua carreira acadêmica. Esta, porém, só se abriria posteriormente.

Pareto, a princípio, empregou-se como engenheiro da Società Anonima delle Strade Ferrate Romane, trabalhando em sua seção de Florença de 1870 a 1873. As relações pessoais e familiares de seu pai foram centrais no início de sua trajetória profissional, abrindo-lhe o acesso a empregos e posições. Foi Antonio Allievi, amigo de Raffaele Pareto e, assim como este, antigo mazzinista, que conseguiu o primeiro emprego de Vilfredo. Allievi foi membro do Gabinete de Cavour e diretor da Banca Generale, acionista maior da estrada de ferro de Roma.[197]

Apesar dos seus vínculos, Pareto sentia-se desprestigiado e bloqueado em sua ascensão na empresa, o que culminou em sua saída em 1873, quando, enfrentando dificuldades, ela passou a ser administrada pelo Estado. Naquele mesmo ano ele se transferiu para a Società dell'Industria del Ferro di San Giovanni Valdarno, transformada em 1880 na Società delle Ferriere Italiane. Tratava-se de uma indústria do ramo siderúrgico com sede em Florença, e Pareto teve ali uma carreira bem-sucedida, vindo a tornar-se diretor-geral.

Quem patrocinou seu novo emprego foi Ubaldino Peruzzi, que, juntamente com sua esposa, Emilia, afirmaram-se como seus protetores. Pareto mantinha com eles uma intensa correspondência e um de seus trabalhos, publicado ainda na década de 1860, era dedicado ao casal. Peruzzi era um nome bastante antigo da aristocracia de Florença, vinculado a casas bancárias e com negócios em outros países europeus. Ubaldino, que mantinha laços com a família de Pareto, foi deputado e também senador. Ele foi, ainda, ministro dos Trabalhos Públicos e do Interior de governos da direita e, na década de 1870, era justamente o prefeito de Florença.[198]

Ubaldino e Emilia Peruzzi tinham um dos mais concorridos salões de Florença, no qual introduziram Pareto. Freqüentando-o

com assiduidade, ele pôde ampliar sua rede de relações, ganhando prestígio e notoriedade. De fato, a própria presença e a aceitação nos salões, um dos principais *loci* de sociabilidade das altas elites de então, eram já marca de distinção.[199]

Pareto foi se impondo com uma imagem de homem culto, erudito, profundo conhecedor dos clássicos, em cujo estudo investia seu tempo livre. De seu gosto pelos clássicos resultou a tradução de uma antologia de poetas gregos, o que, segundo alguns biógrafos como Giacalone-Monaco (1968:249) e Maffeo Pantaleoni (1924:11), buscando ressaltar a sua versatilidade e a sua genialidade, teria feito apenas como exercício.

É preciso ver que o gosto pelos clássicos, pela erudição, constituía-se então, e como de resto ainda hoje, em um forte elemento de reconhecimento, de distinção, em uma marca de superioridade. E seu efeito era tão mais eficaz e evidente quanto mais natural se mostrava, afigurando-se como fruto de uma aptidão inata, expressando-se de forma espontânea e desinteressada.[200]

Cabe destacar que Florença era, naquele momento, um dos principais centros intelectuais da Itália, além de ter sido, entre 1866 e 1870 — quando, finalmente, Roma foi anexada —, a capital do reino. No entanto, desenvolvia-se ali uma intensa atividade intelectual fora da universidade, nas sociedades, nas academias, nos salões. A Universidade de Florença era relativamente nova e sem tradição, perdendo para a de Pisa, que dominava a região.

Havia em Florença, portanto, um amplo espaço exterior à universidade, em que podiam ser desenvolvidas atividades intelectuais e mesmo científicas, de forma amadorística, não-profissional, mas nem por isso menos reconhecida. Pelo contrário, constituíam-se os salões, as sociedades, e principalmente as academias, em importantes instâncias de reconhecimento, inclusive das reflexões que eram produzidas no interior dos centros de ensino.

Configurava-se um quadro em que, tomando a terminologia de Weber, havia um certo predomínio de diletantes sobre os especialistas da ciência.[201] Nesse contexto, o que se observa é que a universidade ainda não se havia imposto como *locus* único, ou principal, de geração e de legitimação do conhecimento, nem como de geração e de legitimação de geradores e de legitimadores de conhecimento. Mais do que isso, havia uma clara interdependência entre produção intelectual e campo do poder temporal, econômico, político e social, sendo neste, em larga medida, que se buscava reconhecimento.

Atentando-se, por outro lado, para o fato de que as academias científicas eram chamadas, em grande parte, de reais, e de que

era bastante alta, de maneira geral, a origem social de seus membros, poder-se-á perceber que a ampla margem de não profissionalização da ciência estava também relacionada a uma visão aristocrática que dela se tinha como atividade nobre, desinteressada, não-conferidora de capital econômico, mas tão-somente simbólico, de reconhecimento.[202] Por essa perspectiva, a atividade científica assumia igualmente, tomando de empréstimo o termo de Elias, um sentido de representação. Ela se afirmava como um recurso de auto-afirmação, de ostentação, de evidenciação, e assim também de diferenciação, de identificação, na luta competitiva das altas elites pelo prestígio social, e mesmo político (Elias, 1987:38-67). A busca de reconhecimento social e político, por conseguinte, justificava o interesse economicamente desinteressado pela ciência.[203]

Foi esse o contexto em que Pareto se impôs. Através de seu convívio na corte, de sua presença nos salões, enfim, de um padrão de relacionamento social bastante distinto daquele do pensador solitário, isolado, dos anos posteriores, Pareto foi ganhando prestígio, acumulando capital social, estendendo sua rede de relações pessoais.[204]

Sua passagem por Florença e sua ligação com os Peruzzi foram, portanto, estratégicas em sua trajetória. A vila dos Peruzzi era também um importante local de reuniões políticas e de discussão econômica, com ênfase na questão do protecionismo, do livre-cambismo, por ali circulando economistas notórios e editores de vários periódicos econômicos. Além disso, Ubaldino era um dos nomes mais influentes da Reale Accademia Economico-Agraria dei Georgofili, criada ainda em 1753.

Da inserção de Pareto na rede de relações de Ubaldino Peruzzi é que vieram seus primeiros investimentos intelectuais na área da economia política. Também através dele é que lhe foram abertos espaços em periódicos econômicos, que foi nomeado sócio ordinário da Accademia dei Georgofili e que se filiou à Società Adamo Smith, criada em 1874, em Florença, por alguns dos freqüentadores de Peruzzi, pensadores e militantes livre-cambistas.[205]

Se, porém, foi como atividade paralela, praticada em seu tempo livre e obedecendo principalmente a uma lógica de reconhecimento social que Pareto passou a investir na economia política, já a partir de fins dos anos 1870 era possível observar uma inversão nessa tendência, associada a uma clara inflexão na trajetória do autor. Isso se devia, em grande parte, a mudanças significativas no campo político italiano, as mesmas mudanças, aliás, que informaram as análises de Mosca sobre a classe política. Trata-se da vitória da esquerda nas eleições de 1876 e da implementação do *transformismo*.

Na verdade, é necessário destacar que, da perspectiva de Pareto, da posição que ocupava no espaço social, bastante distinta da de Mosca, mais do que a vitória da esquerda, as eleições de 1876 representaram a derrota da direita. De modo mais específico, aquelas eleições deslocaram da posição politicamente dominante o grupo que havia controlado o processo de unificação, ao qual Pareto se vinculava por laços sociais, de amizade e mesmo de parentesco.

Sua visão daquele quadro era portanto bastante negativa, vislumbrando a possibilidade de um descenso, vivenciando uma desvalorização de seu capital social. Diretor de uma grande empresa, Pareto viu-se na necessidade de negociar com o governo, agora em uma nova posição, sem dispor de parte de seus trunfos anteriores e, além disso, submetendo-se às regras impostas pelo *transformismo*, com corrupção, pressões, acordos e negociatas, curvando-se diante do poder dos deputados. Mais ainda, as políticas econômicas adotadas pelo governo vieram a constituir-se em gravame para a posição de sua empresa.

Foi a postura intervencionista que predominou nos governos da esquerda, que passaram a investir fortemente na promoção do desenvolvimento industrial. Foram favorecidas, em larga medida, as indústrias naval e de construção, além de empenharem-se esforços na melhoria e na expansão das ferrovias. À siderurgia foi atribuído um papel central nesse processo, concedendo-se incentivos e privilégios às indústrias que fornecessem aço para aqueles ramos. A ação do Estado, contudo, terminou por resultar na criação de uma nova empresa em Terni que, com fornos mais potentes e controlando todo o ciclo de produção do ferro e do aço, destacou-se das demais, obrigando-as a um longo e custoso processo de modernização e de reestruturação.[206]

Diante de tudo isso, Pareto, com um *habitus* aristocrático, privilegiando a defesa de sua honra, de seu prestígio, e dispondo de recursos sociais e econômicos para tanto, optou por romper as regras do jogo, entrando em rota de colisão com o governo.[207] Ele passou assim a assumir uma postura de crítica aberta, nela investindo e arriscando seu prestígio, sua posição, combatendo o intervencionismo e o protecionismo, denunciando a corrupção, pregando a moralidade, o livre-cambismo, a democracia, opondo o pacifismo à política colonialista italiana que vinha então sendo implementada.[208] Seu círculo pessoal passou a se constituir, também, em círculo de oposição política, e foi igualmente a feição de arma política que sua reflexão econômica passou a assumir.[209]

É interessante notar que se a virada de Pareto é coetânea à de Mosca, tendo as críticas deste e as invectivas daquele o mesmo referencial, há também distinções claras entre eles, relacionadas às suas trajetórias. Enquanto para o Mosca da *Teorica*, de posição e de capital social inferiores, o que se caracterizava era uma situação de via ascensional obstaculizada, Pareto, de alta origem e elevado capital social, percebia a situação italiana como conducente ao seu declínio. Enquanto o primeiro diagnosticava o quadro italiano como uma conseqüência lógica e necessária do liberalismo, sustentando assim a necessidade de constituição de um novo sistema, o segundo considerava-o um desvio, pregando o retorno, a fidelidade aos princípios liberais, livre-cambistas, que teriam marcado o período de hegemonia da direita.[210]

Por sua posição variada, era também diferencial o peso que assumia a palavra pública de cada um dos dois autores. Assim, ainda que as críticas de Mosca fossem mais demolidoras, provenientes de um jovem jurista recém-formado, de um autor praticamente obscuro, que escrevia em Palermo, na Sicília, tinham um impacto menor do que as do nobre engenheiro, que ocupava um alto posto em uma empresa de porte considerável e que falava a partir de Florença, onde freqüentava e era reconhecido nos melhores salões e nas academias, exercendo uma liderança intelectual e que se inseria em uma rede de relações altamente influente.

Pareto apostou todos os seus trunfos, investiu todos os seus recursos, seu prestígio, sua posição, em sua estratégia política liberal, mas acabou perdendo. Ele se apresentou como candidato oposicionista pela província de Pistóia, nas eleições de 1882, mesmo ano em que morreu seu pai, mas não foi bem-sucedido. Mais ainda, incompatibilizando-se de forma crescente com o governo, tornou de tal modo difícil sua situação à frente da Società delle Ferrierre Italiane, que terminou se vendo na obrigação de abandonar o emprego.

Contudo, é preciso não creditar a saída de Pareto apenas às dificuldades que vinha experimentando. Afinal, ela se deu em 1889, após a morte de sua mãe, tendo Pareto recebido sua parte na herança familiar. De fato, a herança lhe deu condições para operar uma mudança em sua vida, abrindo caminho para um isolamento crescente. Além de abandonar o emprego, passando a prestar serviços eventuais como consultor, ele casou-se com Alexandra Bakounine, filha do cônsul russo em Florença, e mudou-se para Fiesole, uma região mais afastada (Giacalone-Monaco, 1959:191; 1967:736).

Pareto passou então a dedicar-se integralmente à sua campanha liberal e pacifista, participando de manifestações, fazendo

palestras e escrevendo artigos, atividade na qual se revelou bastante prolífico.[211] Mais ainda, a economia política, à qual antes se dedicava nas horas vagas, passou a ser seu principal objeto de interesse, empenhando-se em seu estudo de forma intensa.

Nesse processo, o autor entrou em contato com vários economistas, defensores do livre-cambismo e opositores do governo. Um deles, de fundamental importância, foi Maffeo Pantaleoni, a quem conheceu na vila dos Peruzzi e cujos *Elementi di economia pura* leu em 1891, sendo por eles fortemente influenciado. Pantaleoni terminou por tornar-se um de seus amigos mais próximos, orientando-o em seus primeiros passos pela economia pura, de base matemática, e introduzindo-o às idéias e ao próprio Léon Marie Esprit Walras, professor da Universidade de Lausanne, na Suíça, e tido como um dos criadores daquela disciplina.[212]

Foi a partir desse momento que Pareto passou a investir mais abertamente em uma carreira científica e universitária. Suas críticas ao governo, porém, haviam tornado sua situação na Itália inviável. O governo Crispi proibia sistematicamente suas conferências, determinando que a polícia as impedisse. Todos os seus esforços no sentido de ministrar cursos universitários, mesmo gratuitos, na Universidade de Florença, eram baldados. Vivendo tudo isso como uma brutal humilhação, como ele mesmo lembraria, ainda com rancor, em meados dos anos 10, Pareto empenhou-se em buscar uma posição fora da Itália (Einaudi, 1935:346).

É preciso ver que, para o autor, o acesso à carreira universitária passou a se afigurar, a partir de um determinado momento — ainda que não de modo exclusivo, é importante que fique claro —, como uma possibilidade de profissionalização no sentido da obtenção de uma fonte de ganhos regulares. Sua herança familiar, embora lhe tivesse garantido uma certa estabilidade, não era suficiente para tranqüilizá-lo por um longo tempo. Foi também Pantaleoni que veio em seu auxílio nesse sentido, empenhando-se junto a Walras, que estava próximo de se aposentar, para que indicasse Pareto como seu sucessor na cadeira de economia política em Lausanne.

Em fins de 1892, em meio às negociações com Lausanne, sem ainda saber se seria bem-sucedido, ou que tipo de vínculo conseguiria — como professor ordinário ou extraordinário —, Pareto escrevia a Pantaleoni indicando preocupações quanto à sua estabilidade financeira, além do grande prestígio que representava ser o sucessor de Walras:

> Se a coisa pudesse acontecer, seria uma grande honra para mim. Imagine com que prazer eu aceitaria! Mas, como te disse, há algumas dificuldades.
>
> Eu não sou ávido por dinheiro. Ao contrário, cometi certos atos na minha vida, incluindo aí o meu casamento, sem dar importância para os meios de fortuna, que talvez pessoas muito razoáveis pensariam em utilizar. Mas me convém pensar um pouco no futuro. É preciso que eu veja como encontrar uma maneira de conciliar interesses opostos e aceitar este emprego, *extremamente desejado* por mim, sem que daí derive grave prejuízo. E espero poder fazer isso, mas necessito de um pouco de tempo.[213]

Cabe ressaltar que Pareto, já então, começava a se tornar reconhecido como um difusor das idéias de Walras. Particularmente impressionado por seu sistema de equilíbrio, expresso de forma matemática, o autor passou a discuti-lo em artigos publicados no *L'Economista*, em *L'Idea Liberale*, e mesmo no *Giornale degli Economisti*,[214] assim como em diversos periódicos fora da Itália, como o *Journal des Économistes*, o *Le Monde Économique* e a *Revue des Deux Mondes*, da França, o *The Speaker*, *The Economic Journal* e *Pall Mall Gazette*, da Inglaterra, e o *Political Science Quarterly* e *The Journal of Political Economy*, dos Estados Unidos (Rosa, 1984b:481-542).

Além de expor e fazer circular suas idéias por um perímetro intelectual o mais amplo possível, a distribuição geográfica das publicações de Pareto, possibilitada, a princípio, em grande parte por sua rede de relações pessoais, indicava igualmente seus objetivos profissionais e mesmo políticos. Na verdade, suas publicações no exterior tinham, de igual modo, um forte conteúdo político, fustigando o governo italiano, o que contribuía para inviabilizar cada vez mais sua situação pessoal no país, forçando-o, em contrapartida, à busca de uma saída externa. Bloqueada sua carreira universitária na Itália, ele investiria, ao lado da Suíça, justamente na Inglaterra e na França, onde mais publicava.[215]

Se Walras estava na Suíça, era na Inglaterra que alguns economistas, como Francis Ysidro Edgeworth, em cujo *The Economic Journal* Pareto colaborava, desenvolviam também a economia matemática a partir de William Stanley Jevons e de Alfred Marshall. Mas a clara identificação de Pareto com os pontos de vista de Walras, que competia com a linha inglesa, tornavam suas possibilidades, nesse caso, mais remotas.

Na França, embora houvesse uma forte reação à matematização da economia política, o que se observava era uma crescente legiti-

mação científica, assim como uma institucionalização da disciplina, que até então tinha um papel secundário, meramente subsidiário, dentro dos cursos de direito. Isso redundou, entre 1889 e 1896, em meio a um processo de reformulação dos cursos de direito como um todo, no estabelecimento de normas legais que regulamentavam a formação básica necessária a um professor de economia política (Le Van-Lemesle, 1987:113-5). Em um tal contexto abriam-se, é certo, boas perspectivas de inserção. Mesmo assim, ainda que tivesse fortes vínculos e relações pessoais na França e ali publicasse com freqüência, Pareto não obteve sucesso em suas gestões. Ele foi primeiro bombardeado por sua leitura da economia, excessivamente matemática segundo seus críticos.[216] Além disso, o próprio governo italiano parece ter se empenhado em obstaculizar o caminho de Pareto na França.

Foi na Suíça que o seu investimento na publicação, tanto de suas idéias quanto de seu nome, tornando-os conhecidos, notórios, aliado à operação de sua rede de relações, com a intervenção, o empenho pessoal, direto, de seus amigos, terminou surtindo bons efeitos, contribuindo para que tivesse acesso a uma posição acadêmica. Assim é que, em 1893, Pareto foi finalmente contratado em Lausanne como professor extraordinário, sendo efetivado como ordinário já no ano seguinte.[217]

A fim de evitar os percalços que teve na França, com ações de represália do governo italiano, Pareto empenhou-se para que todo o processo de negociação de sua contratação por Lausanne transcorresse em sigilo. Dessa forma, em uma carta a Walras, antes de ser nomeado, ele dizia:

> Se o governo italiano e os amigos e cúmplices daquele governo vierem a saber que eu aspiro a uma cadeira em Lausanne, farão tudo o que estiver em seu poder para impedir-me de consegui-lo (apud Bousquet, 1928:19).[218]

Se isso, por um lado, era bastante revelador do grau de incompatibilidade e de como Pareto vivia a sua situação na Itália, por outro, terminou também por pesar de modo favorável para a sua contratação. Na verdade, assim como na França, havia em Lausanne, onde a economia política se localizava igualmente na faculdade de direito, uma resistência ao matematismo walrasiano, que afastava os alunos de seus cursos. Assim, não foi a rigor a estrita competência científica ou mesmo o empenho de Walras, por si sós, que definiram o destino universitário de Pareto. Foi, principalmen-

te, sua atuação como polemista, sua militância livre-cambista, e a intervenção direta de alguns liberais franceses junto às autoridades suíças, como o próprio Pareto reconhece em uma carta a Pantaleoni logo após sua nomeação:

> Fiquei sabendo aqui que as recomendacões de Walras acabaram por prejudicar-me! Parece impossível, mas foi assim que aconteceu. Eis o motivo. O bom Walras terminou tendo apenas seis alunos nas suas aulas. O Departamento de Instrução Pública temia que, como ele, eu desse aulas que por poucos podiam ser entendidas. Foi de grande utilidade para mim ser recomendado por amigos de Paris e sobretudo o artigo da *Revue des Deux Mondes*.[219]

Suas tomadas de posição livre-cambistas, que haviam bloqueado sua carreira na Itália, é que em parte lhe abririam as portas da Universidade de Lausanne. Ainda assim, não há como deixar de ressaltar que foi o fracasso político no seu país que levou o engenheiro Pareto a converter-se no economista e, mais ainda, a buscar na carreira universitária uma alternativa, passando de diletante a especialista da ciência.

Se todavia Pareto conseguiu converter-se de engenheiro em economista, é necessário que se leve na devida conta o fato de que, para que isso se operasse com sucesso, a própria formação de Pareto em engenharia constituiu-se em um recurso fundamental. Ela permitiu, em primeiro lugar, que se construísse um elo de identificação entre o autor e Walras. Assim, na carta em que apresentava Pareto a Walras, Pantaleoni ressaltava: "Ele é um engenheiro como você; ele é um economista não como você, mas que deseja tornar-se igual a você, se você ajudá-lo" (apud Coser, 1971:404).

Walras havia freqüentado um dos mais prestigiados centros de formação de engenheiros na França, a École des Mines, tendo adquirido uma forte base em matemática e física, estudando Descartes e Newton. Mas, ao contrário de Pareto, sua carreira de engenheiro não foi bem-sucedida. Deslocado nos círculos científicos de seu país, segundo Schumpeter, ele trabalhou como jornalista, voltando-se especialmente para as questões econômicas. Por essa via foi que, após ter participado de um congresso sobre impostos em Lausanne em 1860, ele pôde ali estabelecer vínculos consistentes, vindo finalmente, 10 anos depois, a ser indicado para a recém-criada cadeira de economia política (Schumpeter, 1952:75; 1964:101-2).

Uma das novidades de Walras, contudo, o que marcava a sua singularidade para além do conteúdo de suas análises, estava justamente na possibilidade de integrar sua base física e matemática na análise das questões econômicas. Foi desse modo que ele pôde se afirmar como inventor da economia matemática, ou do tratamento matemático da economia política, o que significava, ao mesmo tempo, impor-se a si mesmo como parâmetro necessário aos pretendentes a especialistas na disciplina. Mais do que propiciar uma simples identificação com a trajetória de Walras, por conseguinte, a formação de Pareto em engenharia lhe preenchia os requisitos básicos para pleitear o ingresso no campo da economia política, pela vertente que então se construía.[220]

Voltando-nos para a Inglaterra e a Áustria, onde a abordagem matemática vinha também ganhando terreno, poderemos perceber um quadro semelhante ao acima traçado. Tanto os ingleses Jevons, Marshall e Edgeworth, quanto o austríaco Karl Menger, tinham sólida formação em matemática e física.[221]

Na verdade, além de produzir uma visão, uma leitura distinta da economia política, tratava-se, pela linha suíça, com Walras e Pareto, assim como pela inglesa e a austríaca, de construir e consolidar um estatuto científico para a disciplina. De fato, se nos lembrarmos das formulações de Mosca, veremos que, seguindo os padrões positivistas então predominantes, a economia política era, das ciências sociais, uma das poucas que estavam por alcançar um estágio plenamente científico. Isso significava dizer, ainda seguindo o pensador siciliano, que reunia um corpo de verdades comprovadas, de leis inquestionáveis, que seguia um método sistemático, rigoroso, e, acima de tudo, que havia conformado um corpo de especialistas que detinham determinadas qualidades, competências, que os distinguiam dos profanos, e que exerciam o monopólio da produção e da imposição do discurso científico legítimo.

Foi nas ciências naturais já constituídas que, em larga medida, as ciências sociais, no momento em que se afirmaram, foram buscar seus padrões de conformação. E das ciências naturais, foi a física, particularmente a newtoniana, onde se articulavam a matemática pura e a mecânica racional, que desde o século XVIII se tornou um dos modelos científicos dominantes.[222] Foi, em termos básicos, com a incorporação daquele paradigma que, muito mais do que um arcabouço de reflexão, um instrumento de análise, impôs-se a percepção dos fatos como fenômenos e da realidade social como sistema, ambos em um sentido físico, sujeitos portanto às leis da estática

e da dinâmica, decomponíveis em suas partes menores, necessárias, e traduzíveis em uma linguagem puramente matemática.[223]

Quanto mais próximo, por conseguinte, se estava desse modelo ideal, maior o grau de cientificidade alcançado. E foi esse, justamente, o padrão no qual se calcou a nova economia, nos termos de seus criadores, como se poderá perceber adiante, pelos escritos de um deles, Pareto. Tratava-se de uma economia praticada por engenheiros, indivíduos treinados, sensibilizados, que percebiam o mundo a partir da perspectiva física e, ainda além, dispunham dos recursos necessários à construção e à compreensão desse mesmo mundo, a saber, o controle da matemática, o domínio do cálculo integral e diferencial. Tratava-se de uma economia que pleiteava um estatuto de cientificidade semelhante ao da física, que almejava um grau de perfectibilidade, de objetividade, que se expressava na possibilidade de uma completa matematização, justificando o título de economia pura, cunhado também por seus cultores, de forma mesmo a diferenciá-la da economia política tradicional. O sucesso desse empreendimento pode ser aferido pelo já citado comentário de Schumpeter sobre Walras, segundo o qual, as formulações deste poderiam ser comparadas às realizações da física teórica (Schumpeter, 1964:100).

Se a nova economia se enquadrava ou procurava se enquadrar nos preceitos de cientificidade predominantes no século XIX, e mesmo no início do século XX, isso não significa que o seu poder de imposição fosse tal que lhe permitisse um imediato, um automático reconhecimento. Pelo contrário, se ela pôde se afirmar, foi como resultado do trabalho de imposição de seus formuladores, da concorrência que estabeleceu com a economia política tradicional.

Como foi visto, era nos cursos de direito que se ensinava a economia política, e em grande parte como matéria subsidiária daquele. Ora, a nova economia, que na realidade procurava se afirmar como a verdadeira, legítima, não somente era praticada por indivíduos estranhos ao campo do direito, e que o estranhavam do mesmo modo, como também produzia uma visão distinta das ações econômicas, além de exigir uma competência da qual aqueles que tinham uma formação jurídica eram em sua maioria totalmente destituídos. Isso, é claro, terminou por gerar tensões e resistências consideráveis, das quais são exemplos os já referidos ataques às idéias de Pareto na França, as dificuldades iniciais para sua contratação em Lausanne e a baixa audiência dos cursos de Walras. Foi por isso mesmo que Pareto foi advertido por Walras, logo ao chegar a Lausanne, para que desse aos seus cursos o caráter menos matemático possível.[224]

Ainda que procurasse seguir os conselhos de seu predecessor, Pareto também enfrentaria problemas semelhantes, como se verá adiante. O que importa ressaltar, por ora, é que sua competência matemática e física foi para ele de grande valia, condição fundamental para que pudesse se afirmar como sucessor aceito pelo próprio Walras.

Mas, além dessa competência, havia ainda uma outra, conferida a Pareto por sua formação em engenharia, que veio a se constituir em um grande trunfo em sua conversão à economia. Não se trata dessa vez, entretanto, de algo que tivesse aprendido em seu curso universitário, mas sim em sua carreira profissional técnica e administrativa, em seu treinamento empresarial. Como lembra Schumpeter, Pareto tinha um conhecimento, uma familiaridade com a prática empresarial, a industrial em particular, que era muito pouco usual entre os economistas de sua época (Schumpeter, 1949:150).

Desse modo, o autor conseguiu operar com sucesso sua conversão à economia justamente em um momento em que ela vinha sendo construída como disciplina de base matemática e de perfil físico. A conclusão dessa conversão, porém, teve como condição a sua saída da Itália, para o que Pareto mais uma vez dispunha dos recursos necessários. Foi obviamente fundamental, para tanto, sua amizade com Pantaleoni e seus vínculos pessoais na França. Foi de igual modo básico, contudo, a sua fluência em outras línguas além do italiano, como o inglês e principalmente o francês, fluência essa que lhe tornou possível a publicação de trabalhos e mesmo o estabelecimento de alianças fora da Itália. Some-se a isso, ainda, o fato de que Pareto havia tido já uma experiência familiar de exílio, e que as viagens, particularmente para Paris, eram uma constante em sua vida.

É importante observar que, mais do que a completa conversão à economia, a saída de Pareto da Itália lhe permitiu efetivar a passagem a especialista e, ainda além, mergulhar na ciência enquanto atividade autônoma. Na verdade, isso já se configurava como projeto antes mesmo de sua contratação por Lausanne, como se vê em uma carta dirigida a Walras:

> Há algum tempo eu tenho o projeto de estabelecer-me em alguma pequena cidade da Suíça ou da Inglaterra, passando a ocupar-me exclusivamente da ciência pura. Se eu for nomeado para Lausanne, não estarei fazendo mais do que antecipar a execução deste projeto que, de todo modo, terá lugar cedo ou tarde... Minha intenção a este respeito, se for nomeado, é estabele-

> cer-me para sempre: eu renuncio ao combate pela defesa das teorias econômicas na Itália. Meus amigos e eu não obtemos absolutamente nada e perdemos um tempo que poderia ser mais bem empregado no estudo da ciência (apud Bousquet, 1928:19).

Da perspectiva de Pareto, havia portanto uma clara cisão entre militância política e o que chamava de ciência pura. Sua opção pela ciência, desse modo, vinha associada a uma abdicação à política, decorrente mesmo de seu fracasso, a uma renúncia à vocalização de seu descontentamento, em favor da saída da Itália. Mais do que uma resignação, todavia, a saída de Pareto da Itália tinha também um sentido mais positivo, que era o de buscar um desengajamento, tido como fundamental à atividade científica objetiva.[225]

O que se percebe, por conseguinte, é um movimento distinto daquele inicial do autor. Partindo de uma posição característica de herdeiro, com alta origem social, elevado capital escolar e cultural, com uma carreira precoce, bem-sucedida, Pareto se afirmava como um diletante, dedicando-se à economia em tempo parcial, como atividade financeiramente desinteressada, buscando reconhecimento social, o que significava, ao mesmo tempo, marcar sua presença em público e manter uma ampla rede de relações pessoais. No entanto, com as mudanças observadas no campo político italiano a partir de 1876, sentindo fletir sua trajetória, ameaçada sua posição e seu prestígio, o autor apostou todos os trunfos em uma estratégia de oposição intransigente, passando a economia, que antes era recurso de prestígio social, a constituir-se em arma política. Seu fracasso, contudo, levou-o a uma retirada da política, buscando construir sua autonomia através de uma inserção universitária, tornando-se um especialista, investindo na economia em tempo integral, agora como ciência pura, independente, objetiva.

Para que isso fosse possível, então, foi necessário que Pareto saísse da Itália, onde sua carreira se encontrava bloqueada. E mais do que a saída, sua nova opção levou-o por um caminho de crescente isolamento, de restrição de seu círculo pessoal, o que considerava condição *sine qua non* para o exercício da ciência.

Convertendo com sucesso os recursos acumulados em sua formação em engenharia, Pareto pôde, como herdeiro de Walras, afirmar-se como um dos criadores da economia matemática. Investindo em uma nova disciplina, ele foi também capaz, em contrapartida, de inventar um lugar para si, impondo-se, sendo assim reconhecido como novidade científica.

*CAPÍTULO 8*

# Economista e sociólogo

Pareto publicou seu primeiro livro em 1896, aos 48 anos de idade, e quase ao mesmo tempo em que saía a edição original dos *Elementi di scienza politica* de Mosca. Tratava-se do *Cours d'économie politique*, resultado de três anos de aulas na Universidade de Lausanne. À diferença de seus outros trabalhos, o *Cours* passou um longo período sem ser reeditado, o que lhe conferiu um certo caráter de raridade. Na verdade, dos livros de Pareto, ele é hoje o menos conhecido, e corresponde a uma fase do autor marcada ainda pelo liberalismo e por uma crença iluminista no progresso e no papel propulsor que nele teria a ciência. O *Cours* está referido, enfim, a uma fase não caracteristicamente identificada com o autor, o que ao menos em parte explicaria seu baixo interesse.

As aulas que correspondiam ao livro já haviam circulado entre alunos e amigos sob a forma de apostilas, distribuídas gratuitamente. Fundidas, elas foram publicadas em dois tomos, o primeiro em 1896 e o segundo em 1897, por F. Rouge, editor da Universidade de Lausanne. Mas, apesar do empenho do editor, o livro, como reconhecia o próprio Pareto, não foi um grande sucesso de vendas (Busino, 1964:xxi-xxii).

É significativa, entretanto, a atitude de Pareto nesse aspecto. Novamente aqui ele assumiu uma postura economicamente desinteressada, chegando mesmo a abrir mão de seus direitos autorais. Em sua correspondência, porém, ainda que de modo irônico, ele denotava apreensão em relação às vendas do livro. Em uma de suas cartas, depois de elogiar seu editor, Pareto dizia: "Eu tenho fortes dúvidas de que o bravo homem possa vender tantos exemplares quanto as despesas exigem! Além de meus alunos, quem mais poderá ler livros como estes?" (apud Busino, 1964:xxi-xxii).

E em outra passagem, comentando as vendas na Itália, perguntava: "Sabes quantos exemplares o pobre homem conseguiu vender na Itália? Apenas 40!" (apud Busino, 1964:xxii).[226]

O desprendimento de Pareto também contrasta com a evidente virulência de suas reações às críticas feitas ao livro. Assim, diante dos comentários de Irving Fisher em *The Yale Review*, de novembro de 1896, o autor escrevia a Pantaleoni: "Ele nao entendeu nada (...) Teria sido melhor não publicar meu livro, pois aqueles que poderiam entendê-lo o entendem ao contrário" (apud Busino, 1964:xxiii).[227]

Essa ambivalência do autor traduzia o fato de que seu desinteresse econômico era a própria forma de manifestação de seu alto interesse pelo reconhecimento, agora científico. Por outro lado, a mesma ambivalência, a violência e o sarcasmo nas reações em relação a quem quer que fosse, associados a uma postura externamente desprendida, compunham também a representação que Pareto imporia de si como pensador absolutamente independente. Era portanto sob a forma do desinteresse, da objetividade, do distanciamento, da autonomia, da independência, que se mostravam seu interesse, sua parcialidade, suas tomadas de posição.

Isso, porém, se apresentaria de forma mais clara, mais acabada, adiante. No *Cours*, Pareto de certo modo ainda externava uma preocupação normativa, não conflitante com o perfil eminentemente científico que se empenhava em atribuir ao livro. Assim, logo no prefácio, o autor esclarecia que seu principal objetivo era o de fornecer um esboço da economia política como ciência natural, isto é, como uma disciplina, segundo ele, experimental, fundada exclusivamente sobre os fatos (Pareto, 1964:iii).[228] Na verdade, até mesmo a exposição dos fatos, para Pareto, devia assumir uma forma perfeitamente clara e objetiva, de modo a exorcizar qualquer traço de pessoalidade e de subjetividade. Dessa maneira, ele procurava fundar, no *Cours*, um padrão de exposição científica próprio à economia política — que seguiria também, de modo geral, nos seus demais livros —, constituído de parágrafos numerados, e que se opunha à forma narrativa característica do que chamava de literatura econômica.[229]

Dentro dessa perspectiva, Pareto dizia que a sua abordagem dos fenômenos sociais, os econômicos incluídos, era a mesma do astrônomo, que observava os movimentos dos astros sem poder modificá-los. Restringia-se ele a colher os fatos e classificá-los para, assim, extrair suas leis empíricas ou racionais (Pareto, 1964:II, p. 2).[230] Isto, porém, não significava que se devesse adotar uma atitude fatalista diante do mundo, diante de leis que eram inexoráveis, como o faziam, segundo o autor, aqueles aos quais se referia como socialistas históricos. Afinal, observava Pareto:

> Ao fazer esse raciocínio, esquece-se que, entre as condições que determinam a evolução, encontra-se o estado intelectual dos homens. Esse estado depende, por sua vez, dos conhecimentos, que estão estreitamente ligados ao estado do avanço das diferentes ciências (Pareto, 1964:II, p. 19).

Uma das idéias básicas que informavam o *Cours d'économie politique*, uma de suas noções estruturantes — na verdade não apenas desse livro, mas também de todos os demais —, era a de dependência mútua, tanto dos fenômenos econômicos quanto dos sociais (Pareto, 1964:iv). Sua origem era a mecânica, que estudava o movimento dos corpos como um sistema, como uma resultante da interação entre diversas forças, de tal modo que uma alteração em alguma delas provocava mudanças nos efeitos das demais, no sistema como um todo, e assim também na própria resultante ou no movimento. Por esse mesmo prisma, portanto, é que deviam ser abordadas as ações econômicas e sociais, não sendo possível, nunca, darlhes explicações monocausais.

Esse ponto é importante uma vez que se refere à própria maneira como Pareto definia o seu objeto. O que a economia política buscava fazer, para ele, de uma perspectiva hedonista, era dar conta de fenômenos resultantes de ações que os homens empreendiam a fim de conseguir aquilo que satisfaria às suas necessidades ou desejos. A essa relação entre homens e determinadas coisas, em um sentido bastante amplo necessárias ou desejáveis, em geral os autores davam o nome de utilidade. Como entretanto o termo utilidade já era empregado na linguagem ordinária por oposição a nocividade, o seu uso na reflexão científica podia resultar em equívocos e na exclusão de uma ampla gama de bens ou coisas que, embora sentidos como necessários ou desejáveis, podiam não ser exatamente úteis, ou mesmo serem nocivos. Diante disso, Pareto propunha que, para se referir àquela relação, fosse usado o termo ofelimidade, de origem grega (Pareto, 1964:I, p. 3).

É claro que, enquanto tal, a ofelimidade não se referia apenas aos bens que circulavam pelo mercado estritamente econômico. O poder político ou o religioso, por exemplo, também podiam se afigurar como coisas desejáveis ou necessárias para alguém que, desse modo, efetuaria determinadas ações para alcançá-los, ou mesmo não, dependendo de outros fatores. Centrando assim suas atenções sobre as ações humanas, Pareto terminaria extrapolando os limites da economia, ou das ações econômicas, para abarcar a sociedade de maneira geral, introduzindo a sociologia no seu campo de preocupa-

ções. Seu interesse pela sociologia era portanto, em grande parte, uma decorrência do seu investimento e da sua visão da economia política, e a ela, a princípio, subordinado.

O próprio autor, aliás, destacava esse ponto em uma carta a um de seus críticos, ainda em janeiro de 1897. Pareto esclarecia que o centro de seu interesse eram os atos produzidos por vontades, ou o que chamava de atos potenciais. No caso dos atos econômicos, o modelo para estudá-los podia ser o da mecânica racional, não havendo aí problemas maiores. Afinal, como considerava ele então, "o *homo oeconomicus* é uma balança *mais ou menos* perfeita [os grifos são de Pareto]". Quando se saía desse campo, no entanto, o quadro já não era mais tão claro, o que o intrigava e atraía, embora ainda não pudesse configurar uma solução:

> É pelo fato mesmo de que, até o presente, eu não tenha podido resolvê-los de uma maneira ao menos um pouco plausível, que me abstive de publicar um trabalho sobre os princípios da sociologia, que me absorvem há muito tempo (apud Busino, 1964:xxiv).

Como se verá, a sociologia ganhou terreno na produção de Pareto, chegando mesmo a indicar uma inversão no peso que lhe era atribuído em relação à economia política, na razão direta do isolamento do autor, do agravamento de sua situação pessoal em função de uma doença cardíaca que o acometeu a partir do início dos anos 1900, e da conseqüente afirmação de sua postura cética, além da própria concorrência universitária. Na verdade, o que se observa é que a visão mesmo que tinha Pareto da economia política como constituindo uma ciência perfeita, nos moldes da física, passaria nesse processo a ser objeto de relativização.

Por ora, contudo, o que é importante destacar é que, já no *Cours d'économie politique*, o autor incluía dois capítulos mais propriamente sociológicos, ambos no segundo tomo. Um deles tinha o título de "Principes généraux de l'évolution sociale" e era o primeiro do livro II, significativamente nomeado "L'organisme économique".

Como já foi dito, uma das noções que estruturam o *Cours*, e o capítulo em particular, é a de dependência mútua, que vem articulada à de equilíbrio social. As sociedades, argumenta Pareto, se encontravam em geral em estado de equilíbrio, modificando-se apenas lentamente, em função das fortes resistências que opunham às forças transformadoras. Tratava-se, portanto, uma vez que se obser-

vavam mudanças, ainda que lentas, de uma situação de equilíbrio dinâmico, e não estático. Ocorre porém que, se na mecânica o estado dinâmico de um sistema podia ser estudado, de modo completo, por princípios já plenamente consagrados e aceitos, não havia nada equivalente na ciência social, o que obrigava a que, nela, se partisse de considerações acerca do equilíbrio estático (Pareto, 1964:II, p. 9-10).

O que diferenciava um fenômeno social de um físico, na sua concepção, era que, neste, o conhecimento das forças mutuamente dependentes que agiam sobre um corpo permitia conhecer, de igual modo, o seu movimento, prevendo sua trajetória. Já na sociedade, o mesmo conhecimento das forças em interação não conduzia necessariamente, de maneira exata, a uma previsão do movimento (Pareto, 1964:II, p. 22).

Ainda assim, Pareto considerava a sua analogia da sociedade com um sistema físico bastante eficaz. Ela dispunha de um poder heurístico maior do que outra, então em voga, advinda da biologia, e que comparava a sociedade a um organismo vivo (Pareto, 1964:II, p. 26-38).

Pareto dedica um bom número de páginas de seu livro à discussão da extensão da teoria da evolução de Darwin à economia política e à ciência social, dizendo que ela vinha se dando de forma exagerada. Tenta ele estabelecer distinções entre as sociedades humanas e os organismos vivos, e mesmo entre elas e as sociedades de animais. E justamente uma das diferenças que aponta, antecipando aquilo que mais tarde chamaria de circulação das elites, é a de que nas sociedades humanas as aristocracias só podem se manter à custa de uma renovação constante, incorporando os indivíduos das classes inferiores que mais se distinguem.[231] Aqui, de modo diverso do que se observava nas sociedades de animais, toda aristocracia fechada, dizia Pareto em uma forma muito próxima à tese do isolamento das classes de Mosca, tenderia a se deteriorar (Pareto, 1964:II, p. 29-30 e segs.).

Não se tratava, na verdade, de invalidar por completo a analogia biológica, mas sim de indicar que ela, por si só, era insuficiente, e que o modelo físico abria maiores perspectivas, permitindo caracterizar melhor o princípio da dependência mútua, do qual aliás era derivado. O título que dava Pareto àquele que era o segundo capítulo sociológico do *Cours*, inclusive, era o de "La physiologie sociale".

Esse capítulo é o último do livro, antes do resumo final, e vem imediatamente após um outro que discute a distribuição da renda. Tal ordem não é fortuita. A fisiologia lidava, justamente, com a heterogeneidade social. Distintas entre si, as sociedades não conformavam, também internamente, um todo homogêneo. Essa hetero-

geneidade, por sua vez, e é isso que o autor procura demonstrar, guardava estreita relação com a curva de repartição das rendas (Pareto, 1964:II, p. 347).

Não se pense, no entanto, que seria possível extinguir as desigualdades sociais, forçando-se um achatamento na curva de distribuição da renda, através de mudanças na organização econômica da sociedade, como propugnavam os socialistas. Essa, na verdade, era uma das teses monocausais que, de maneira equivocada, não levavam em conta a noção de dependência mútua, localizando tão-somente na propriedade privada e no capital a origem de todos os males (Pareto, 1964:II, p. 392-4). Além disso, observa Pareto, a curva da distribuição da renda, que assumia a forma gráfica de uma hipérbole, estreita no topo e ampla na base, em média variava muito pouco no tempo e no espaço, configurando-se portanto em uma lei universal, transistórica (Pareto, 1964:II, p. 408).[232] Dessa maneira, mudanças na organização econômica, ainda que profundas, podiam não produzir, obrigatoriamente, alterações significativas na curva (Pareto, 1964:II, p. 363).

Não seria apenas aqui, e nem somente no *Cours*, que a teoria socialista seria criticada. De fato, ela se constituía em um dos principais alvos dos ataques de Pareto, infenso que era à idéia de uma igualdade absoluta entre os homens, e que a ela se voltaria inteiramente em seu segundo livro.

É certo entretanto que, mesmo redefinindo-as, o autor procurava reter algumas das noções da teoria socialista, principalmente a de luta de classes. Dizia ele concordar que o conceito tinha uma grande importância em uma perspectiva histórica, até mesmo porque, dada a heterogeneidade social, os indivíduos tinham de fato interesses diferentes. Essa luta, todavia, podia se dar de duas formas distintas: a da concorrência econômica, que era salutar, com efeitos positivos sobre a produção de riqueza; e a tentativa de cada classe social apropriar-se do poder, a fim de fazer dele uma máquina de espoliação. Esta última forma poderia sem dúvida produzir efeitos deletérios, destruindo a riqueza e assim aumentando a desigualdade de renda, pouco importando aqui se a classe dominante constituísse uma oligarquia, uma plutocracia ou se se tratasse de uma democracia (Pareto, 1964:II, p. 396).

Portanto, em qualquer sistema, mesmo os mais igualitários, em qualquer forma de governo, mesmo as ditas democráticas, poderia ser constituída uma classe espoliadora, pouco interferindo o modo como fosse escolhida ou alcançasse a dominância. Assim, muito mais importante do que impor essa ou aquela forma de eleição, muito mais importante do que poder escolher em nome de quem se faria a

espoliação, era evitar a própria espoliação. É certo, porém, ressalvava Pareto, que

> quando a classe dominante é recrutada por hereditariedade ou por cooptação, o seu jugo é mais odioso do que quando ela é recrutada por eleição; daí não se segue, contudo, que ele seja também mais pesado. Ainda não foi devidamente demonstrado que um governo oligárquico tenha sido mais desonesto do que o da municipalidade de Nova York, eleito pelo sufrágio universal. O povo da Toscana era mais feliz e menos espoliado sob o governo absoluto de Leopoldo do que no governo constitucional atual (Pareto, 1964:II, p. 387).

Pareto, como se vê, embora caminhe no sentido de uma autonomização de sua reflexão em relação à política, e à política italiana principalmente, a ela permanece, no *Cours d'économie politique*, ainda bastante vinculado. Assim, seu esforço de relativização científica, nesse trabalho em especial, termina por assumir, igualmente, o tom de um esforço de desqualificação política do governo italiano e dos grupos dominantes do país.

Dessa forma, em um outro trecho em que discute os efeitos políticos e sociais das diferenças nas características e nos mecanismos de recrutamento dos grupos superiores, o autor afirma:

> As classes ricas tiveram em todos os tempos, e mesmo sob os regimes democráticos, uma influência notável sobre o governo do país. A maneira pela qual essas classes são recrutadas, quer dizer, o modo como se faz o recrutamento dos titulares das rendas é portanto fortemente importante na determinação dos fenômenos sociais.
>
> As qualidades que fazem o homem vencer a luta contra as forças da natureza não são as mesmas que asseguram a vitória contra as artimanhas e as emboscadas que emprega a espoliação. Uma sociedade onde, como na Suíça ou na Inglaterra, não se chega à riqueza a não ser pelo trabalho, a indústria, o comércio, diferirá consideravelmente de outra onde aquela riqueza é, em parte, fruto da fraude e de intrigas políticas (Pareto, 1964:II, p. 388-9).

Ao localizar-se em uma área de interseção entre a política e a ciência, o autor se aproxima bastante das formulações de Mosca, entre elas, por exemplo, a da luta pela preeminência. Eram recor-

rentes, segundo Pareto, as dissensões no interior da classe dominante, ou mesmo entre ela e alguma outra. Essas dissensões, por sua vez, poderiam representar um alívio no jugo imposto sobre os sujeitos, na medida mesmo em que, na luta pela dominação, o adversário mais fraco, como forma mesmo de ascender, procurava apoiar-se nas classes subordinadas, dizendo defender seus interesses. Uma vez alcançado o seu fim, no entanto, ele buscava preservar a sua posição, empregando inclusive os mesmos meios que havia condenado, ainda que com outros nomes.

A própria burguesia, para o autor, era um exemplo disso, tendo, após conquistar o poder, esquecido de suas palavras de ordem. A diferença que se podia apontar era que, agora, os antigos e ilegítimos meios de espoliação, renomeados, passaram a ser julgados legítimos pelos novos dominadores (Pareto, 1964:II, p. 388). Em outros termos, da perspectiva de Pareto, e como já vimos da de Mosca também, o liberalismo, a democracia, a igualdade haviam sido, simplesmente, armas da burguesia na sua luta pelo poder, armas que havia abandonado, ato contínuo, em proveito de práticas características do Antigo Regime, as mesmas que antes condenava. À diferença de seu contemporâneo siciliano, porém, o Pareto do *Cours d'économie politique* via nas mazelas vividas o resultado do abandono dos princípios liberais, e não suas conseqüências lógicas, inevitáveis.

Esse ponto é fundamental, relacionando-se ao fato de que, na verdade, não teria havido uma ruptura radical na passagem de Pareto da política para a ciência. De fato, como já se pôde ver, seu ingresso na economia se deu como decorrência mesmo de sua militância política livre-cambista. Nesse sentido, sua atenção não incidiu sobre qualquer vertente econômica, e sim sobre a economia pura que, mais do que simplesmente uma base matemática, tinha como uma de suas hipóteses centrais a idéia de que o mercado é auto-regulado. Isso significa dizer que, ao buscarem maximizar seus interesses, os indivíduos maximizariam também a produção de riquezas, tendendo a um ótimo. A condição *sine qua non* para que isso ocorresse, no entanto, era a exclusão da intervenção de qualquer força externa ao mercado, como o Estado.

Para Pareto, por conseguinte, fundar cientificamente a economia pura significava também, em contrapartida, fundar teoricamente a postura política livre-cambista. Desse modo, era sob a forma mesma do distanciamento, baseado na transposição do paradigma físico e na obediência a um rigoroso tratamento matemático, que se mostrava o engajamento do autor.[233]

A publicação do *Cours d'économie politique* embalou a rápida ascensão de Pareto em Lausanne. Como se viu, ele entrou para a universidade em 1893, como professor extraordinário, e já no ano seguinte foi efetivado como ordinário. Em 1896, ano também da primeira edição do *Cours*, o autor foi escolhido deão da faculdade de direito, o que equivalia a tornar-se seu diretor.[234] O mesmo caminho da ascensão, no entanto, o conduziu a um isolamento dentro da universidade.

Por sua formação, por sua ênfase matemática, por seu empenho em tornar a economia política uma ciência natural, Pareto começou a perceber-se, e a ser percebido, como já havia ocorrido com Walras, como um corpo estranho dentro da faculdade de direito, limitado pela própria base dos alunos, que julgava insuficiente (Biaudet, 1965: 43). Assim, enquanto ultimava a publicação do *Cours*, o autor escrevia a Pantaleoni dizendo que, se a economia política que podia ser ensinada era uma tolice, não havia sentido em obrigar os alunos a aprendê-la. E concluía:

> O ensino da economia política dentro de uma faculdade de direito só pode ser muito elementar. Apenas em uma escola superior de ciências sociais é que poderá ser ensinada a verdadeira ciência econômica (apud Busino, 1964:xxii).

Pareto, que havia fracassado na política partidária de seu país, investiu, em seus primeiros anos de Lausanne, na política universitária. Galgando a posição de deão, ele apostou seu prestígio e seu poder na tentativa de promover reformas no ensino de ciências sociais, tendo em vista uma maior autonomia em relação ao curso de direito, bem como abrir espaço para uma efetiva ênfase matemática. Seu projeto, no entanto, esbarrou na firme resistência dos demais professores. Além disso, viu Pareto, na mesma época, dois de seus amigos italianos serem preteridos aos cargos de professor das cadeiras de sociologia criminal e de direito penal público, na mesma Universidade de Lausanne, para os quais ele próprio os havia indicado.[235]

Associado a tudo isso, e agravando tudo isso, estava o fato de que, em sua trajetória ascendente, Pareto terminou entrando em rota de colisão com Walras que, embora aposentado, continuava vinculado a Lausanne como *Honorarprofessor*, exercendo forte influência (Schumpeter, 1952:75; 1964:133). Cabe salientar, como acentua

Schumpeter, que, até o *Cours d'économie politique*, Pareto se havia mantido, basicamente, dentro dos marcos teóricos lançados por Walras, passando a apresentar idéias mais originais apenas a partir de 1897.[236]

Ao se projetar, portanto, o autor entrou em concorrência com Walras, negando sua condição de herdeiro. Já em 1896 as divergências entre os dois eram referência constante nas cartas de Pareto a Pantaleoni. Assim, pouco após a publicação do *Cours d'économie politique*, o autor escrevia ao amigo a respeito de uma resenha do livro, que havia sido indicada pelo próprio Walras:

> Walras teve a *feliz* [o grifo é de Pareto] idéia de aconselhar o diretor da *Gazetta di Losanna* a mandar um cretino escrever um artigo sobre o meu livro, que afirma que a matemática não serve em nada para a ciência econômica, e me considerando pouco menos do que um asno porque quero fazer da economia política uma ciência natural. Ri muito e ainda rio do que aconteceu. Walras vive agora nas nuvens com a sua metafísica, mais parecendo um astrônomo que caiu em um poço.[237]

E mais tarde, comentando um artigo publicado em *La Revue Socialiste*, em que Walras defendia idéias estatistas e a necessidade de uma conciliação entre liberalismo e socialismo, Pareto dizia:

> Se acontecer de cair em suas mãos a *Revue Socialiste* de abril, leia um artigo de Walras. Não vale absolutamente nada. Eu não teria feito nenhum comentário, mas como ele quis ter a minha opinião, tive de dizer-lhe a verdade.[238]

Nesse quadro, Pareto passou a vivenciar Lausanne como um ambiente extremamente negativo, tacanho, estéril. Novamente escrevendo ao amigo Pantaleoni, portanto, ele observava:

> Não há ninguém aqui com quem conversar. Estes pobres de espírito consideram as discussões coisas inúteis, das quais nada se tira. Tolices. A utilidade da discussão consiste no aquecimento das idéias, de onde nascem os novos conceitos. Essa ginástica me faz falta aqui. Estou me embotando! (apud Busino, 1964:xxii).

Sentindo-se isolado, Pareto, de forma lenta e progressiva, afastou-se do ensino regular de economia política para dedicar-se aos seus livros, o que era justificado, em parte, também por sua doença cardíaca. Esse processo coincidiu, igualmente, com o recebimento em 1898 de uma grande herança de seu tio Domenico, que não tinha filhos, o que lhe garantiu independência financeira e lhe permitiu retirar-se para a vila de Céligny, em 1901. Por outro lado, nesse mesmo ano, sua situação pessoal se agravou ainda mais, sendo abandonado por sua mulher enquanto se encontrava em Paris, ministrando um curso na École des Hautes Études Sociales.[239]

Frustrado em seu intento de promover reformas no ensino de ciências sociais em Lausanne, sem força suficiente para impor a nomeação de pessoas a ele ligadas para cadeiras vagas na universidade, afastado de seu predecessor, isolado pessoalmente, e tudo isso agravado por seu mal cardíaco, Pareto, agora escorado em uma confortável situação financeira, tomou um caminho que já lhe era conhecido.[240] Do mesmo modo que no caso de sua ruptura com a Itália, o autor optou pela saída. Nesse momento, entretanto, não se tratava de um abandono do país, mas sim de um alheamento, de um enclausuramento em Céligny, de uma redução drástica de suas viagens e de um progressivo afastamento do ensino regular de economia política.

Assim como antes, a nova saída de Pareto não o conduziu ao abandono, a uma abdicação à atividade intelectual, sendo, ao contrário, identificada como fundamental para a sua intensificação. Em uma carta ao chefe local do Departamento de Instrução Pública, em 1899, ele encaminhava o seu pedido de demissão de Lausanne, alegando que suas pesquisas científicas, cada vez mais absorventes, impunham-lhe a necessidade de renunciar às atividades de professor (apud Busino, 1963:279).

Longe de resultar em uma ruptura com a universidade, porém, o que o pedido de demissão de Pareto produziu foi um reforço de sua posição, conferindo-lhe ainda alguns privilégios. Temerosas de que a sua saída pudesse afetar o prestígio de Lausanne, as autoridades o mantiveram na condição de professor titular, concederam-lhe competência exclusiva no que tocava aos exames universitários, o que significava poder impor padrões próprios de avaliação dos alunos, e reduziram a sua carga de trabalho, destinando-lhe apenas uma hora semanal de curso. Mais do que isso, foi criada em 1902 uma formação específica em ciências sociais, a cargo não apenas da faculdade de direito, mas também da de letras (Biaudet, 1965:45).

O isolamento de Pareto em Céligny portanto não foi total, prosseguindo ele com seus cursos, ainda que de forma menos intensa, mantendo-se, como se percebe por sua correspondência, bastante preocupado com os acontecimentos à sua volta. Além do mais, sua vila tornou-se pólo de atração de diversos intelectuais, que para lá afluíam em busca de discussão.

Apesar disso, a imagem que se foi impondo de Pareto, a partir daqui, foi a do eremita, do pensador solitário e, por isso mesmo, do intelectual absolutamente original, brilhante. O que se percebe de fato é que o retiro, determinado em grande parte pela frustração com o magistério, por problemas pessoais, e possibilitado pela herança de seu tio, foi sendo redefinido, apresentado como opção racional de busca de objetividade, elemento básico para a produção de um trabalho verdadeiramente científico, autônomo, independente, tanto no sentido da imparcialidade, quanto no do ineditismo, da inexistência de vínculos significativos com antepassados, de uma reflexão que não era resultado de uma herança intelectual. E aquele que era apresentado como fruto mais característico dessa ascese científica era, justamente, a sua sociologia.

Assim, em uma carta de 1907 a Pantaleoni, quando iniciava a redação do *Traité de sociologie générale*, concebido a princípio como um manual de sociologia, Pareto qualificava o afastamento da política e o isolamento como fundamentais para a sua atividade científica:

> Isso me foi demonstrado pela minha própria experiência. Embora eu tivesse em mente *fazer*, modificar praticamente a vida social, enquanto vivi em meio aos partidos, não entendi nada a sociologia; só quando abri mão de todo e qualquer desejo de uma ação prática, comecei a entender alguma coisa de sociologia; e essa alguma coisa, por pouco que seja, é suficiente para que eu perceba os pensamentos que tinha em outros tempos como privados de senso comum, como estúpidos. Os meus conhecimentos em pouco foram acrescidos. Na minha idade, a inteligência declina, não cresce; portanto, o fenômeno não pode ter relação com outra coisa senão com o meu gênero de vida.[241]

E em 1916, já após a publicação do *Traité*, Pareto voltava ao mesmo assunto:

> Para estudar as doutrinas sociais sob o aspecto exclusivamente experimental, era preciso que eu fosse um homem que se separasse inteiramente do mundo, de modo a não ter em vista, nem sequer indiretamente, nenhum efeito prático, e que se subtraísse à influência que amigos e conhecidos pudessem vir a exercer. Quis o destino que exatamente esse homem se retirasse para o ermo de Céligny e teria sido ainda melhor que ele tivesse se retirado para um lugar ainda mais afastado (...)
>
> Não sei se a minha *Sociologia* é uma obra que vale ou se não vale, e não compete a mim decidir isso; seja como for, porém, é certo que ela é o fruto das minhas condições especiais e que foi e é para mim uma sorte toda especial poder viver em Céligny, longe dos ruídos do mundo.[242]

Retomando, porém, o fio da trajetória de Pareto, o que se vê é que sua nova posição, seu isolamento, deixou a princípio, como marcas indeléveis em seus textos, a associação de um caráter cético, crítico ao extremo, com um sarcasmo acentuado, que aliás configuraria a forma com que é em geral identificado.[243] Esse ceticismo, esse sarcasmo, essa crítica, na verdade, foram mesmo dirigidos para suas antigas visões políticas, que foi abandonando em proveito de uma postura eminentemente antidemocrática e anti-humanitarista.[244] Seu próprio racionalismo, sua crença no progresso, por essa via, terminaram sendo objeto de questionamento.[245]

Em uma de suas cartas a A. Antonucci, datada de 1907, Pareto dizia:

> Eu não tinha qualquer noção de que as minhas argumentações eram tentativas de dar uma roupagem lógica a crenças que eram, fundamentalmente, de natureza emocional (apud Parsons & Allais, 1968:399-400).

Pareto estenderia essa percepção para a sociedade como um todo, conformando uma das principais bases de sua sociologia, à qual passou a dedicar parte crescente de seu tempo, na medida mesmo em que se deslocava da economia política.[246] Já em um artigo do início dos anos 1900, ele observava:

> O homem, impelido a agir por motivos lógicos, ama ligar logicamente suas ações a certos princípios para, ele imagina, *a posteriori* justificá-los. O homem que, desse modo, engana os outros

> por suas próprias afirmações começou por enganar a si mesmo e crê firmemente naquilo que afirma (Pareto apud Busino, 1966:24).

Eram os sentimentos e os instintos que, basicamente, impulsionavam o homem. Como, todavia, ele tinha a necessidade de revestir suas ações de um caráter lógico, racionalizava-as posteriormente, buscando para elas uma justificativa e invertendo a ordem dos fatos, como se tivesse sido a razão o elemento propulsor. Isso explicava por que determinadas teorias, propostas, projetos, apesar de logicamente fundados, como acreditava Pareto ser o caso dos seus, podiam não ser aceitos. Por outro lado, também permitia entender por que alguns sistemas de idéias, apesar de comprovadamente equivocados, logicamente incorretos, experimentavam altas taxas de adesão.

De fato, o que parecia estar em jogo para Pareto nessas formulações era, principalmente, a tentativa de dar conta da defasagem entre o seu efetivo reconhecimento e as suas expectativas. A partir dessa tentativa é que se pode, em larga medida, compreender a sociologia de Pareto, bem como a forma como ela foi se impondo, ocupando suas atenções de forma crescente.

Assim é que, mesmo em seu segundo livro, *Les systèmes socialistes*, inteiramente dedicado à crítica ao socialismo e que não por acaso foi identificado por alguns comentadores, como Bousquet (1928:103), como a origem da sua sociologia, Pareto incluía algumas formulações que mais soavam como ajustes de contas com seu passado racionalista e liberal. No último capítulo ele observava:

> Afirmar que uma certa medida aumentará o bem-estar da sociedade e afirmar que essa medida é aplicável, ou será aplicada, são duas coisas essencialmente diferentes. No entanto, toda escola que quer tomar parte ativa na política social é levada, quase necessariamente, a confundi-las. Não se põem os homens em ação a não ser pela fé, e é bem difícil induzir os outros a professar uma fé que não partilham. É natural, portanto, que o partido liberal tenha fé na realização próxima dos princípios que proclama, mas é preciso confessar que, sob esse ponto de vista, ele praticamente não teve sucesso. Seus princípios podem ser intrinsecamente úteis à sociedade, mas é claro que devem conter algo que repugna à natureza dos homens, tal como existem hoje, uma vez que estes deles se afastam cada vez mais (Pareto, 1965:II, p. 418-9).[247]

*Les systèmes socialistes* foi editado originariamente em francês, em dois volumes, nos anos de 1902 e 1903.[248] Pareto, dessa vez, publicou seu livro em uma coleção intitulada Bibliothèque Internationale d'Économie Politique, por uma editora comercial, não-universitária, de nome Éditions V. Giard & E. Brière. A idéia do trabalho havia sido gerada a partir de discussões com Pantaleoni acerca de alguns pontos específicos levantados no *Cours d'économie politique*.[249] Tratava-se de uma análise crítica do socialismo que, então, experimentava um sucesso considerável.[250] Como observava Pareto em sua introdução, "hoje quase todo mundo adula os socialistas, porque eles se tornaram poderosos" (Pareto, 1965:61).

Esse sucesso, essa adesão ao socialismo, porém, na sua acepção, se afigurava como um ato de fé, constituindo-se ele portanto, como de resto também Mosca já havia acentuado, em um novo credo, em uma nova religião, vindo daí a base de sua aceitação (Pareto, 1965:I.63). Ninguém se tornava socialista, dizia Pareto, pelo fato de ter sido persuadido por um argumento lógico-racional. Ao contrário, era-se persuadido por um argumento lógico-racional porque se era socialista (Pareto, 1965:I, p. 21).

E isso era tão mais verdadeiro, como procurava Pareto demonstrar, quanto a doutrina socialista era logicamente, racionalmente infundada. Começava ele, entretanto, esclarecendo que não era alimentado por outro interesse que não o puramente científico e que, ao contrário do marxismo, visava apenas a explicar, e não a arrebanhar adeptos. Não buscava, em suas palavras, defender ou combater qualquer doutrina ou tendência, mas tão-somente encontrar a verdade, uma verdade absoluta, a única existente para a ciência (Pareto, 1965:I, p. 2).

Essa verdade, prosseguia Pareto, só podia ser alcançada por uma investigação desapaixonada, que deixasse de fora os sentimentos, que seguisse um padrão rigidamente objetivo. Ciência e sentimento eram incompatíveis. Nenhum matemático, por exemplo, incorreria no absurdo de buscar demonstrar um teorema apelando para os imortais princípios de 1789, ou para a fé nos destinos da pátria (Pareto, 1965:I, p. 2-3).

É claro, porém, que, por não ser o homem apenas racional, a total eliminação dos sentimentos da ciência se constituía em uma tarefa bastante difícil:

> Cada um de nós tem em si um adversário secreto, que trata de impedi-lo de seguir aquela via e de se abster de misturar seus

> próprios sentimentos às deduções lógicas dos fatos. Ao assinalar esse problema em geral, sei bem que dele não estou isento. Meus sentimentos me conduzem no sentido da liberdade; tomo, portanto, o cuidado de reagir contra eles mas, em o fazendo, pode ser que eu tenha passado da medida e que, temeroso de dar um peso demasiado aos argumentos em favor da liberdade, eu não lhes tenha dado bastante. Do mesmo modo, é possível que, com medo de depreciar demais os sentimentos que não partilho, eu tenha, ao contrário, lhes dado um valor excessivo. Em todo caso, não estando perfeitamente certo de que essa fonte de erro não existe, era meu dever apontá-la ao leitor (Pareto, 1965:I, p. 5-6).

Pareto erigiu sua crítica ao socialismo sobre a base da noção de elite, que aqui já aparecia de forma intercambiável com aristocracia, tendo a sua origem em uma extensão, aos diversos campos sociais além do econômico, daquilo que se observava na curva de distribuição da riqueza. Essa curva, afirmava o autor, conformava uma pirâmide social, ocupada no topo pelos ricos e na base pelos pobres. Tal era a forma imutável de todo organismo social.

Dizer, no entanto, que a forma do organismo social era imutável não significava afirmar que, internamente, não pudesse haver alterações de posição. Na verdade, assim como no organismo vivo, suas moléculas não permaneciam em repouso, observando-se movimentos mais ou menos intensos, com indivíduos decaindo e ascendendo.

O mesmo padrão de distribuição da riqueza, observava Pareto, era coextensivo às aptidões humanas de maneira geral, boas ou más, como a inteligência, a musicalidade, a capacidade matemática, a truculência, a intrujice e assim por diante. Formavam-se, portanto, diversas curvas semelhantes à da distribuição da riqueza, que permitiam dispor os homens em camadas segundo determinadas características. Por outro lado, a posse de cada uma dessas características, em maior ou menor grau, era o que determinava o sucesso ou o fracasso de um indivíduo na busca e na conservação da riqueza, de acordo com o momento e com a sociedade. Desse modo, o fato de alguém ocupar o topo da pirâmide da genialidade matemática não implicava, necessariamente, que ele se situava na mesma posição quanto à distribuição da riqueza (Pareto, 1965:I, p. 6-8).

Havia, porém, uma curva na qual se observava uma coincidência entre as posições ocupadas pelos indivíduos em relação à da riqueza; era a do poder ou da influência política e social. Os indivíduos que ocupavam o topo dessas pirâmides é que constituíam uma elite:

> Mas se dispusermos os homens segundo o seu grau de influência e de poder político e social, nesse caso, na maioria das sociedades, serão, ao menos em parte, os mesmos homens que ocuparão o mesmo lugar nessa figura e na da distribuição da riqueza. As classes ditas *superiores* são também, em geral, as mais ricas.
>
> Essas classes representam uma elite, uma *aristocracia* (no sentido etimológico de melhor). Enquanto o equilíbrio social for estável, a maioria dos indivíduos que as compõem aparece como eminentemente dotada de certas qualidades, boas ou más, que asseguram o poder [os grifos são de Pareto] (Pareto, 1965:I, p. 8).

Pareto procura, como se vê, invalidar a fórmula segundo a qual a distribuição da riqueza é que determinava não apenas o poder político, mas — para utilizar uma expressão do vocabulário marxista — toda a superestrutura da sociedade, e — como já havia sustentado no *Cours d'économie politique* — um achatamento naquela acarretaria uma equalização do poder e da influência política e social. Ao contrário, dizia o autor, a concentração do poder e da influência é que facultava a produção e a conservação da desigualdade na distribuição da riqueza.

É claro que uma afirmação como esta nos poderia levar à conclusão de que a democracia, a soberania popular, o poder da maioria conduziria, efetivamente, ao fim das desigualdades sociais. E assim seria, de fato, se os homens fossem iguais. Ocorre porém que, na acepção de Pareto, não eram. As qualidades, boas ou más, que determinavam o acesso ao poder, bem como a sua manutenção, e assim o enquadramento na elite, também eram desigualmente distribuídas, e aí pela própria natureza humana.

Portanto, enquanto Mosca, de origem e de capital social inferiores, chegou à noção de classe política através de uma reflexão sobre os mecanismos sociais e políticos de acesso e manutenção do poder, enfatizando a importância, para a sociedade moderna, do princípio do mérito, do esforço e do empenho pessoais, Pareto, de origem aristocrática e alto capital social, formulou o conceito de elite a partir da demonstração da inevitabilidade da desigualdade social, fundando-a, porém, no que era uma distinção essencial em relação às não-elites. Assim, não por acaso ele identificava elite a aristocracia, ainda que procurasse neutralizar o termo, objetivá-lo, remetendo-o à sua raiz etimológica, que era a de melhor. Ocorre que melhor ou aristocracia guardava aqui mais um sentido absoluto do que relativo, uma vez que referido àquilo que era imutável: a natureza humana.[251]

Remeter as desigualdades sociais à natureza humana, embora implicasse concluir que sempre houve e sempre haveria elites, não significava perceber a sociedade como absolutamente estática. Como se viu, não eram sempre os mesmos indivíduos que ocupavam o topo da pirâmide social. As elites se alternavam por um processo que Pareto denominou circulação e que constituía um princípio fisiológico fundamental para a saúde do corpo social.

> Um fato de extrema importância para a fisiologia social é o de que as aristocracias não duram. Todas elas passam por uma decadência mais ou menos rápida. Nós não temos que pesquisar aqui as causas desse fato, sendo-nos suficiente constatar a sua existência, não apenas para as elites que se perpetuam pela hereditariedade, mas também, ainda que em um grau menor, para as que se recrutam por cooptação (Pareto, 1965:I, p. 9).

Uma das formas através das quais a circulação se operava era a da simples extinção de uma elite por morte. Mas havia outras formas possíveis, sendo uma delas a que decorria da degeneração dos elementos que a compunham. Aqui, como ocorre com qualquer animal vivo, a elite só poderia sobreviver à custa da substituição de seus elementos degenerados por outros novos. Do mesmo modo que no organismo, por conseguinte, cessando a circulação, a elite entraria em necrose e morreria (Pareto, 1965:I, p. 9 e11). Mais do que isso, o próprio equilíbrio social, nesse caso, é que estaria comprometido, tornando a sociedade vulnerável a distúrbios, invasões ou revoluções, que poderiam levar uma nova elite ao poder. Nas palavras de Pareto:

> Um simples atraso naquela circulação pode ter um efeito de aumentar consideravelmente o número de elementos degenerados que pertencem às classes que ainda possuem o poder e de aumentar, por outro lado, o número de elementos de qualidade superior das classes sujeitas. Nesse caso o equilíbrio social se torna instável; o menor choque, venha do exterior ou do interior, o destrói. Uma conquista ou uma revolução levam tudo a uma desordem, alçando ao poder uma nova elite, estabelecendo um novo equilíbrio que permanecerá estável por um período mais ou menos longo (Pareto, 1965:I, p. 11).

A história para Pareto, diante disso, nada mais era do que um movimento cíclico de alternância de elites. A cada elite que

galga o poder corresponderia um período de equilíbrio, seguido de um processo inexorável de decadência e de ascensão de uma nova elite. Este era, de fato, o movimento geral da sociedade, e a luta de classes, que o marxismo via como motor da história, embora verdadeira, nada mais era do que um caso particular desse movimento:

> A luta de classes, sobre a qual Marx dirigiu especialmente a sua atenção, é um fato real, do qual encontramos traços a cada página da história, mas ela não tem lugar apenas entre duas classes: a dos proletários e a dos 'capitalistas'; pode ser vista entre uma infinidade de grupos que têm interesses diferentes e, sobretudo, entre as elites que disputam o poder (Pareto, 1965:I, p. 117-8).

Por outro lado, se todas as sociedades eram marcadas por um movimento constante de circulação de elites, era possível afirmar que a revolução socialista, na verdade, era um processo de substituição de uma elite por outra. Desse modo, a sociedade sem desigualdades e sem lutas nunca seria alcançada. Nas palavras de Pareto:

> De resto, todos os revolucionários proclamam, sucessivamente, que as revoluções passadas não fizeram mais do que enganar o povo; apenas aquela que eles tinham em vista é que seria a *verdadeira* revolução. "Todos os movimentos históricos — dizia, em 1848, o *Manifesto do partido comunista* — foram, até aqui, movimentos de minorias. O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria". Infelizmente, esta *verdadeira* revolução, que deve trazer aos homens uma felicidade sem turbulências, não é mais do que uma miragem decepcionante, que jamais se torna realidade; ela se assemelha à idade do ouro dos milenaristas; sempre esperada, sempre se perde nas brumas do devir, sempre escapa aos seus fiéis no momento mesmo em que crêem tê-la [os grifos são de Pareto] (Pareto, 1965:I, p. 60-1).

Mesmo sendo um fenômeno objetivo, a circulação das elites não era por nós assim reconhecida. Ocorre que, em função de nossas paixões e preconceitos, lançamos sobre a realidade um véu que nos impedia de percebê-la como era. Havia, por isso mesmo, que se fazer uma distinção entre um fenômeno objetivo e a forma como nosso espírito o percebia, o que, por si só, constituía um outro fenômeno, que se chamava de subjetivo (Pareto, 1965:I, p. 15).

Essa distinção entre fenômeno objetivo e subjetivo era fundamental, permitindo-nos entender por que, freqüentemente, nos iludimos em relação a nossas ações, considerando-as fruto da racionalização quando, de fato, eram resultado de instintos (Pareto, 1965: I, p. 21-2). Por ela compreendemos, igualmente, por que a maioria dos homens que tomam parte ativa em movimentos políticos, ao invés de perceberem que, desse modo, buscam de fato vantagens para si mesmos ou para sua classe, imaginam-se, com a mais absoluta boa-fé, lutando por outras classes desfavorecidas ou por altos ideais humanitários, pela justiça e pela liberdade (Pareto, 1965:I, p. 36).

É interessante observar que *Les systèmes socialistes* parte de uma aparente contradição. Por um lado, o livro se inscreve em um quadro de questionamento do racionalismo. Não é pela razão, como se viu Pareto sustentar, que os homens são movidos, mas sim pela fé, pelos sentimentos. Dessa forma, a difusão do socialismo devia ser creditada ao seu caráter milenarista, à promessa de um novo tempo de felicidade, de uma idade do ouro, ao fato, enfim, de se constituir em um novo credo.

Por outro lado, porém, o autor, para afirmá-lo, se coloca em um patamar distinto do da religião, que era o da ciência, a partir do qual procura, lógica e experimentalmente, demonstrar sua tese. Seu único interesse, acentua ele, era o de encontrar e evidenciar a verdade.

O que se pode perceber à primeira vista é que Pareto estava investido de um sentido da ciência enquanto atividade autônoma, distinta da política e da religião. Seu objetivo era não o de encantar, seduzir, revelar ou converter, mas sim e tão-somente explicar determinados fenômenos, desvelá-los, encontrar e demonstrar a verdade.

Era basicamente a seus pares portanto que Pareto estava se dirigindo, restringindo-se aos limites da ciência e operando, em conseqüência, com uma lógica de concorrência distinta da que se observava entre seitas, igrejas e partidos. Tal procedimento se mostrava tão mais justificado quanto seu adversário, o materialismo histórico, reivindicava para si mesmo o *status* de doutrina científica. Combatê-lo nesse campo, assim, significava caracterizá-lo como desprovido de base lógica e experimental, o que o levava a conclusões incorretas. Significava, ainda mais, deslegitimá-lo, negar-lhe o reconhecimento como discurso científico, apresentando-o como um novo credo e explicando, a partir daí, o seu sucesso.

Há aqui um elemento que deve ser destacado: o de que, para se opor ao marxismo, que adotava uma terminologia emprestada em parte à mecânica, empregando termos como infra e superestrutura, motor da história, forças produtivas e assim por diante, Pareto

terminou baseando seu argumento, claramente, na analogia biológica que, no *Cours d'économie politique*, havia sustentado ser menos reveladora do que a física. Sua noção de circulação das elites, como se viu, tinha um evidente referencial fisiológico. Na verdade, se poderia ir mesmo mais longe, observando ser também médica a sua marca, lembrando que o Pareto de *Les systèmes socialistes* era já aquele autor atormentado pelo mal cardíaco, por seus problemas circulatórios.

Ao mesmo tempo, privilegiar a analogia biológica, nesse caso, associava-se à abdicação definitiva de qualquer veleidade progressista que se pudesse ter, centrando a atenção no funcionamento do organismo social e nas condições do seu equilíbrio fisiológico. Se a sociedade se constituía em uma determinada forma, alterá-la seria violentar a sua natureza, ofender seu código genético, comprometendo seu estado de saúde, pondo-a em risco de vida.

É preciso atentar, contudo, para o fato de que, ainda que Pareto o negasse ou mesmo não o colocasse como objetivo explícito, desqualificar o marxismo cientificamente, então, significava, de igual modo, contribuir para a sua deslegitimação política. Afinal, se ele vinha se difundindo de forma patente, isso se dava não propriamente em termos acadêmicos, mas sim políticos.[252] E sua força política advinha, em grande parte, de sua promessa de um novo tempo, um tempo de justiça e de igualdade entre os homens, um tempo de abundância. Esse tempo, todavia, e isso é fundamental, era apresentado não como um desejo, ou como uma utopia, mas como o destino inexorável da humanidade, como uma verdade científica inarredável.

Mais do que um alentado tratado científico, portanto, *Les systèmes socialistes* pode ser visto também como um instrumento de disputa política. Tratava-se, contudo, de um instrumento cujas condições de eficácia estavam diretamente relacionadas à sua não-identificação como tomada de posição política, à sua percepção como um trabalho objetivo e desinteressado.

Compreende-se, assim, como Pareto podia ser apropriado politicamente por aqueles que se opunham ao socialismo, como mais tarde seria o caso dos fascistas. Do mesmo modo, entende-se como o autor, através de seus trabalhos, além de notoriedade científica, podia — ainda que não fosse esta a sua meta declarada, assumida, ou justamente por isso — acumular prestígio e reconhecimento políticos, sem que de fato um viesse necessariamente a neutralizar o outro.

Na verdade, a própria maneira como foi construído *Les systèmes socialistes* sugere que, através dele, Pareto dirigia-se não apenas a seus pares científicos. De modo diferente do *Cours d'économie politique* e mesmo dos trabalhos posteriores, o livro não foi dividido em parágrafos numerados, a forma, como já se viu, que o autor considerava mais indicada para um texto científico.

Essa questão aponta para uma diferença fundamental entre Pareto e Mosca. Enquanto este, político de carreira e portador de uma concepção normativa da ciência, apresentava suas idéias como elementos para a elaboração de uma política científica, conferindo a elas a feição de tomadas de posição, Pareto se afirmava como um pensador imparcial, objetivo, cujo único móvel era a busca da verdade, enquadrando-se no padrão de ciência autônoma que então se impunha, ainda que isso não significasse, de fato, que seus textos fossem isentos de conseqüências políticas. Enquanto Mosca, portanto, era identificado como uma posição, um agente em luta no campo político, subordinando suas idéias a essa luta e, por isso mesmo, dificultando sua difusão e seu reconhecimento científicos, limitando o escopo de seus textos, Pareto, ao contrário, assumia a imagem do pensador neutro, independente, voltado exclusivamente para a ciência como um campo autônomo, distinto da política, o que lhe facilitava o trânsito por áreas diversas.

Impondo-se dessa forma, Pareto podia, igualmente, ser reconhecido como um pensador original, mesmo quando suas idéias eram claramente influenciadas pelo próprio Mosca, como era o caso de algumas das contidas em *Les systèmes socialistes*. Este é um ponto importante pois, como se pôde perceber, a concorrência de Pareto com os socialistas guardava estreita relação com a elaboração de suas teses sobre as elites e sua circulação. Na sua disputa com os socialistas, contudo, Pareto lançava mão de algumas das idéias de Mosca, cujos *Elementi di scienza politica* conhecia, sem no entanto lhe dar o devido crédito, provocando a reação deste.[253]

De fato, várias das formulações de Pareto são muito próximas das de Mosca, a começar pela própria leitura do socialismo como um credo e, de maneira geral, por alguns elementos centrais de sua crítica a ele. Pareto, no entanto, faz apenas uma menção aos *Elementi*, em um trecho de menor importância e já quase no final do livro, não reconhecendo nenhuma dívida intelectual significativa para com o outro autor (Pareto, 1965:II, p. 433).

Sem reconhecer em Mosca um antecessor, e não apenas em *Les systèmes socialistes*, mas em seus textos de maneira geral, Pareto o obrigou a um incessante exercício de reação, de manifestação,

de reivindicação de sua autoria e da novidade de suas idéias. Mosca, portanto, ainda que tivesse primeiro formulado a tese elitista, não foi assim percebido, vendo-se compelido a reafirmar, a demonstrar constantemente sua primazia, sua anterioridade. Pareto, por seu turno, nada precisava provar, sendo naturalmente reconhecido como um pensador brilhante, original, autônomo, independente.

É interessante notar, contudo, que, se Pareto é reconhecido como um pensador independente, ele o é também como efeito de seu trabalho de afirmação. Já se viu como, logo na introdução a *Les systèmes socialistes*, o autor observava que seus sentimentos o impeliam no sentido da liberdade. E mais tarde, em 1907, em uma carta a A. Antonucci, Pareto qualificava a independência como um traço constitutivo de seu caráter, de sua natureza, e não algo adquirido:

> Meus sentimentos me levam evidentemente no sentido daquela independência individual que, um tempo, teve o nome de liberdade. Eu tinha 16 anos quando tive a ocasião de ler dois autores de concepções opostas: Bossuet e Bastiat. O primeiro me descontentou amplamente; o segundo satisfez de modo pleno minhas convicções, que eram contrárias às das pessoas em meio às quais eu vivia, o que me permite dizer que elas não foram adquiridas, sendo sim conseqüências do caráter que tinha desde o meu nascimento (apud Busino, 1966:9).

Identificando-se, portanto, como independente, Pareto foi sendo assim também identificado. Essa sua imagem foi reforçada ao longo dos anos 1900, com seu progressivo isolamento em Céligny, com suas manifestações crescentemente céticas, e foi com ela, justamente, que Pareto alcançou maior notoriedade no meio científico.

Um trabalho característico desse período, além de *Les systèmes socialistes*, foi o *Manuel d'économie politique*. Ao contrário dos anteriores, esse livro foi publicado inicialmente na Itália, em 1907, vindo a primeira edição em francês apenas em 1909.[254] Segundo Schumpeter, o *Manuel* representava um avanço efetivo em relação a Walras, constituindo-se, no que dizia respeito à economia pura, no ponto mais elevado atingido por Pareto (Schumpeter, 1949:157).

Se, contudo, o livro marcava a mais alta posição alcançada por Pareto na economia política, ao mesmo tempo sinalizava o crescente investimento do autor na sociologia. O ano de sua publicação, 1907, foi também o da aposentadoria de Pareto em Lausanne, onde passou a proferir apenas algumas palestras anuais sobre sociologia.[255] Foi aquele, igualmente, o ano em que o autor iniciou a redação do seu *Traité de sociologie générale*, que concluiu em 1912.[256]

Não por acaso, portanto, Pareto começa o *Manuel* referindo-se àqueles que se dispunham a estudar a economia política e a sociologia e que tinham, segundo ele, três móveis principais. O primeiro era o de reunir receitas úteis à atividade econômica e social, tanto para as autoridades públicas quanto para os homens em geral. O segundo era o de promover o bem e o aperfeiçoamento dos homens e da sociedade, disseminando uma doutrina que se acreditava ser excelente. O terceiro, afinal, era tão-somente o de encontrar as uniformidades nos fenômenos, suas leis, sem que se tivesse em vista nenhuma utilidade prática direta, sem qualquer preocupação em prescrever receitas ou buscar o bem para uma ou qualquer das partes da humanidade. O objetivo aqui, como de fato é o que cabia à ciência, era pura e simplesmente conhecer, explicar.

Era neste último caso que Pareto enquadrava seu livro. Seu esforço ali, portanto, era no sentido de manter-se em uma linha de objetividade, procurando não influenciar ou convencer o leitor (Pareto, 1966b:1-3).

Como se vê, Pareto mais uma vez investe em uma postura distanciada da ciência, marcando seu afastamento de sua antiga postura aberta de intervenção política. Nesse caso, entretanto, mais do que a repetição ou o reforço de pontos de vista já expressos, o que estava em jogo, através de um esforço de relativização, era uma estratégia de neutralização de reações negativas a algumas de suas formulações mais duras em relação à igualdade, ao humanitarismo e à necessidade do emprego da força.

Por isso mesmo é que Pareto, em grande parte, dedicava várias páginas do *Manuel* a uma reflexão sobre o lugar dos juízos e — para usar uma expressão ao seu gosto — das ações morais na ciência. Tratava-se, segundo o autor, de questões que, embora não estivessem separadas na realidade, não deviam se imbricar, e isso, basicamente, por duas razões. A primeira relacionava-se com o próprio método científico, que operava cortes na realidade, isolando objetos para melhor estudá-los.

É interessante observar como, no jogo de concorrência, Pareto acaba deixando de lado perspectivas anteriores, e mesmo incorporando novas. Já se viu como, na crítica ao marxismo, ele construiu seu argumento a partir da leitura biológica da sociedade que, antes, havia considerado limitada diante da física. Agora era a própria noção de dependência mútua que parecia ser momentaneamente deixada de lado:

> O homem real compreende o *homo oeconomicus*, o *homo ethicus*, o *homo religiosus* etc. Em suma, considerar esses diferentes corpos, esses diferentes homens, equivale a considerar as diferentes propriedades daquele corpo real, daquele homem real, cortando em fatias a matéria a ser estudada.
>
> Nós nos equivocamos pesadamente quando acusamos aquele que estuda as ações econômicas — ou o *homo oeconomicus* — de negligenciar, ou mesmo de desdenhar as ações morais, religiosas etc. — isto é, o *homo ethicus*, o *homo religiosus* etc. —; o mesmo seria afirmar que a geometria negligencia, desdenha as propriedades químicas dos corpos, suas propriedades físicas etc. Cometemos o mesmo erro quando acusamos a economia política de não levar em conta a moral; é como se acusássemos uma teoria do jogo de xadrez de não levar em conta a arte culinária (Pareto, 1966b:18).

A segunda razão pela qual, de acordo com Pareto, ciência e moral não se deveriam confundir era a de que uma, na verdade, não dizia respeito à outra. A moral era uma atribuição daquele que prescrevia receitas, não do cientista. Era aquele que tentava implementar medidas práticas que devia levar em conta suas conseqüências morais, religiosas e políticas, além das econômicas (Pareto, 1966b:19).

Já o primeiro capítulo do livro, após o introdutório, intitulava-se "Introduction à la science sociale". Portanto, antes de qualquer consideração estritamente econômica, ele se debruçava sobre a ciência social de maneira geral. Aqui, é importante destacar, a psicologia, que constituía o eixo dos argumentos do *Traité*, era referida como a base da economia política e, de modo mais amplo, de todas as ciências sociais.

As ações humanas, dizia o autor, deviam ser classificadas como lógicas ou não-lógicas (Pareto, 1966b:40-1). Essa classificação contudo não devia tomar por base apenas o que diziam os homens a respeito de suas ações, visto que tendiam eles a representar como lógicas ações que, de fato, eram não-lógicas (Pareto, 1966b:42). Eram — dizia Pareto mais uma vez — os interesses e os sentimentos que, principalmente, impulsionavam os homens à ação, ainda que buscassem eles se convencer de que eram guiados pela razão, construindo, *a posteriori*, teorias que confeririam aparência lógica a suas ações (Pareto, 1966b:134-5).

As ações não-lógicas, portanto, tinham uma importância fundamental na vida social. A moral e os costumes, por exemplo, dependiam inteiramente delas. Afinal, nenhum povo havia tido, até então, uma moral científica ou experimental.

Havia fenômenos, dizia o autor empregando uma lógica relativista, chamados de éticos ou morais, que eram tidos como perfeitamente conhecidos, ainda que nunca tivessem sido estudados de forma objetiva. Todos defendiam princípios que julgavam lógicos, superiores aos demais, buscando universalizá-los, impô-los aos outros. Não se importavam, desse modo, em saber o que os homens de uma época ou de um lugar dados consideravam moral. Limitavam-se a avaliá-los segundo seus próprios padrões, que tinham como absolutos, tecendo a partir daí suas teorias, implícitas ou explícitas, que nada mais eram portanto do que entidades metafísicas da mesma ordem, por exemplo, do que progresso (Pareto, 1966b:51-3).

Pareto procurava impor tais formulações como novas, caracterizando como subjetivas as teses sobre a moral de autores como Spencer, que o antecederam e que se haviam afirmado como dominantes. Essas teses, aceitas de forma geral, nada mais eram do que a atribuição de valor objetivo a fatos que, na verdade, eram subjetivos (Pareto, 1966b:61-5). Era este também, segundo Pareto, o caso de Stuart Mill, que trabalhava com a noção abstrata de gênero humano, como se as sociedades fossem iguais entre si e ao longo do tempo, ou mesmo como se uma única sociedade pudesse ser homogênea (Pareto, 1966b:66-8).

Uma dessas abstrações, baseada na idéia de igualdade, que tinha pretensões a constituir-se em uma legislação de caráter universal mas que, de acordo com o autor, não passava, na realidade, de uma racionalização pseudocientífica, era a Declaração dos Direitos do Homem (Pareto, 1966b:69-70). As sociedades humanas eram heterogêneas, distinguindo-se os elementos que as compunham não apenas por seus caracteres evidentes, como sexo e idade, mas também por outros menos observáveis, como inteligência e coragem. Por conseguinte, tomar os homens como objetivamente iguais era um absurdo, ainda que, em termos subjetivos, a noção de igualdade pudesse, de modo efetivo, desempenhar um papel importante, pesando de maneira inegável sobre os processos sociais (Pareto, 1966b:128-9).

Pareto procurava evidenciar essa importância a partir das noções de elite e de circulação. O autor retomava aqui a definição de elite já presente em *Les systèmes socialistes* como uma aristocracia, como os melhores, de acordo com as qualidades valorizadas em determinada sociedade, favorecendo a prosperidade e a dominação de uma classe. Como já se viu, isso implicava pensar na possibilidade de uma aristocracia de santos, de uma aristocracia de ladrões, de uma aristocracia de sábios, de uma aristocracia de guerreiros e assim por diante, o que, por sua vez, significava reco-

nhecer que em todas as sociedades, mesmo nas mais democráticas, haveria sempre uma elite que governaria.

Se contavam, entretanto, com a virtualidade de alcançar o poder, pelo qual lutavam entre si, as elites, até por isso mesmo, estavam destinadas a uma inexorável transitoriedade. Elas se sucediam através do processo de circulação (Pareto, 1966b:129).

A tese da circulação das elites, no *Manuel*, assume uma feição mais objetivada, sendo ilustrada matematicamente, através de gráficos e tabelas estatísticas demográficas.[257] Pareto procura, desse modo, reforçar o argumento de que a circulação era um mecanismo fundamental ao equilíbrio social, impedindo o acúmulo de elementos inferiores nas classes superiores e de superiores nas inferiores, o que podia redundar em instabilidade e revolução violenta (Pareto, 1966b:386-7). A constante infiltração, nas camadas sociais mais altas, de elementos aptos das mais baixas era, assim, um importante fator de estabilidade (Pareto, 1966b:429).

Se a circulação contínua era fundamental, isso não significa que ela necessariamente ocorresse. Na verdade, o que se observava na sociedade não era apenas a luta pela ascensão, mas também a obstinada tentativa das elites no sentido de manterem suas posições. Nessa luta eram empregados meios ou recursos diversos, sendo um deles as teorias como a da igualdade entre os homens. O que estava em jogo, de fato, nos embates pela igualdade, era não a própria igualdade, mas a substituição de uma elite por outra. Nas palavras de Pareto:

> Vemos agora a grande importância subjetiva da concepção da igualdade dos homens, importância que não existe do ponto de vista objetivo. Essa concepção é o meio comumente empregado, especialmente em nossos dias, para livrar-se de uma aristocracia e substituí-la por outra (Pareto, 1966b:132).

O grande problema, porém, observa Pareto, é que ao confundirem a importância subjetiva da concepção com a existência real da igualdade entre os homens, as elites passam a orientar suas ações nesse sentido, deixando de empregar recursos fundamentais como a força. Dessa forma, elas não apenas selam o seu destino, entrando em um inevitável processo de decadência e baixando a guarda para as elites rivais, que não se eximem de usar a força e a violência, como comprometem o próprio equilíbrio social. Uma boa amostra disso, na opinião do autor, era a burguesia, com o que interpretava ele como sendo um verdadeiro culto ao humanitarismo.[258]

Em uma formulação que nos permite entender por que, posteriormente, ele seria apropriado como uma espécie de profeta do fascismo, Pareto dizia:

> O grande erro da época atual é o de acreditar que se pode governar os homens puramente por meio de argumentos, sem se fazer uso da força, que é, ao contrário, o fundamento de toda organização social. É mesmo curioso observar que a antipatia da burguesia contemporânea contra a força a conduz a deixar o campo livre à violência. Os malfeitores e os arruaceiros, estando certos de sua impunidade, farão tudo o que quiserem. As pessoas mais pacíficas são impelidas a se sindicalizar e a recorrer à ameaça e à violência pelos governos que não deixam aberta outra via para a defesa dos seus interesses.
>
> A religião humanitária desaparecerá muito provavelmente quando tiver completado a sua obra de dissolução social e quando uma nova elite se tiver elevado por sobre as ruínas da antiga. A inconsciência ingênua de uma burguesia em decadência confere toda força àquela religião, que não será mais de qualquer uso no dia em que os adversários da burguesia se tornarem fortes o suficiente para não mais esconderem seu jogo (Pareto, 1966b:134).

Assim, aquilo que, antes, havia sido uma arma nas mãos da burguesia em ascensão, voltava-se, agora, contra ela mesma. Eram as classes inferiores que tinham necessidade de um discurso igualitário e humanitário, como forma de amenizar as angústias de sua existência. Todo o esforço das democracias, desse modo, era no sentido de dar a aparência do poder ao povo e a realidade do poder a uma elite (Pareto, 1966b:136-9). Tomar, porém, a aparência pela realidade podia significar para a burguesia, na visão de Pareto, a decretação de sua própria sentença de morte.

Concepções e teorias como a democrática, portanto, deviam ser tomadas não pelo valor objetivo, que não tinham, mas pelo subjetivo. Elas tinham o poder de detonar emoções e sentimentos, impulsionando os homens à ação, movendo-os, direcionando-os em um ou em outro sentido. Ao mesmo tempo, por serem assim, essas mesmas concepções e teorias tornavam-se imunes à refutação científica. Por mais corretas ou exatas que fossem as críticas a elas, por conseguinte, poucos desdobramentos concretos tinham, como se podia perceber — e aqui Pareto faz uma observação que mais soa como uma nova tentativa de dar conta do próprio fracasso político — pelas discussões científicas em torno do livre-cambismo, que, segun-

do o autor, baixíssima influência tinham exercido sobre as práticas mesmo livre-cambistas ou protecionistas (Pareto, 1966b:134-5).

Chegado a esse ponto, Pareto passou a divisar o estudo da sociologia como mais importante, porque mais englobante e primordial, do que o da própria economia política, invertendo assim os termos de sua equação anterior. Isso não significava, porém, o seu abandono da economia, mas sim a constatação de que era a sociologia que podia fornecer a chave mesmo das ações econômicas. Tratava-se de perceber a prevalência dos atos não-lógicos, mesmo naqueles domínios em que, de modo usual, não havia dúvida quanto ao seu caráter eminentemente lógico, racional.

Assim, escrevendo a Pantaleoni sobre o *Manuel*, dizia Pareto em 1907:

> A utilidade de ligar, em uma introdução, sociologia e economia consiste em mostrar concretamente como a segunda é apenas uma parte da primeira, e conseqüentemente como, por si só, não pode resolver nenhum ou quase nenhum problema prático.[259]

E mais tarde, no mesmo ano, reafirmava ao amigo — que adotava uma postura distinta, argumentando com a superioridade dos estudos econômicos — que:

> Isso que agora é da maior urgência para compreender os fenômenos sociais é a sociologia. A parte econômica dos fenômenos é, em grande medida, dominada pela parte não-econômica. Por conseguinte, as deduções puramente econômicas são bastante distantes da realidade. O erro máximo da economia dita liberal foi não comprender isso.[260]

Entretanto, mais do que a constatação de um vínculo de necessidade entre a economia — e as ações humanas de maneira geral — e a sociologia, tratava-se, na nova conversão de Pareto, da percepção de que aquela última se constituía em uma área de fronteira, não-saturada, de baixa concorrência, em conformação e, por isso mesmo, aberta à invenção. Tal o sentido expresso em algumas das cartas de Pareto a Pantaleoni, como uma datada ainda de 1907, quando iniciava a redação do *Traité de sociologie générale*:

> O que é mais útil, ocupar-me de sociologia ou de economia? Acredito que me ocupando de sociologia, e eis por que acho isso. Para fazer progredir a economia bastam engenho e saber, e muitas pessoas (e digo isso sem falsa modéstia) me superam nesse aspecto. Para estudar sociologia, é necessário no *presente* [o grifo é de Pareto] momento histórico (não digo sempre) estar absolutamente fora da vida ativa, viver como um eremita, como eu faço em Céligny.[261]

E em 1909, falando da sucessão na cadeira de sociologia em Lausanne, Pareto expressava igualmente uma lógica de concorrência, agora interinstitucional:

> Na Universidade de Lausanne, o curso de sociologia é ministrado atualmente pelo meu colega Millioud.[262] Espero que ele faça uma sociologia verdadeiramente científica, e nesse caso a Universidade de Lausanne será a única onde tal ciência é lecionada.[263]

Quando se referia a uma sociologia científica, desconhecendo ou desconsiderando iniciativas contemporâneas às suas nesse mesmo sentido em outros países, Pareto tinha em mente uma disciplina que constituísse os instrumentos efetivos de explicação das ações humanas. Não mais bastava, não mais se mostrava suficiente a mera constatação de que os homens eram movidos simplesmente por seus sentimentos, desejos e instintos, de que as ações humanas, em sua imensa maioria, eram não-lógicas. Tratava-se de entender a lógica das ações não-lógicas, cumpria descobrir a *rationale* dos atos não-racionais, importava erigir também a sociologia como ciência perfeita.[264] Desse modo seria possível não apenas dar conta de eventos passados e de processos correntes, mas também, e isso é que se afigurava como fundamental, prever movimentos futuros, resultados mais prováveis.

Tal o caráter de novidade, de ineditismo, que Pareto atribuía à sua sociologia. Seu estudo científico, experimental, objetivo, das ações humanas deveria ser capaz de permitir a previsão do curso dessas mesmas ações, a antevisão de seus desdobramentos. E foi escorado nessa convicção que o Pareto sociólogo passou a assumir posturas eminentemente proféticas, imprimindo também mais essa marca à imagem que impôs de si mesmo.

*CAPÍTULO 9*

# Ciência e profecia

É o *Traité de sociologie générale* que, comumente, é associado ao novo momento da trajetória de Pareto, ainda que várias de suas idéias básicas já estivessem contidas em trabalhos anteriores.[265] Na verdade, o livro é tomado como via de acesso, privilegiada e suficiente, ao pensamento sociológico do autor, tornando desnecessário o recurso a outros escritos. À passagem pelas obras que precederam o *Traité*, consideradas econômicas, pode ser atribuída alguma importância no máximo pelo fato de que, conforme a leitura que é feita de Pareto, consagrada principalmente a partir de Raymond Aron, ele definia a sociologia por contraste com a economia (Aron, 1982:383).

Como se viu, entretanto, há que se relativizar essa leitura, não sendo tão evidente o contraste entre as duas disciplinas, nem rígido o corte entre elas. O que se pode observar, de fato, é que as idéias sociológicas de Pareto, elaboradas a partir da reflexão econômica, terminaram assumindo uma dimensão e uma importância tais, que passaram a ser percebidas como fundamentais mesmo para a própria compreensão da economia. Se havia portanto um conjunto de ações econômicas que podiam ser caracterizadas como lógicas, a sua grande maioria, como de resto era o que em regra marcava as ações humanas como um todo, deveria ser reconhecida como não-lógica, passível assim de um estudo sociológico.

A distinção, pois, entre ações lógicas e não-lógicas é que constituía uma das principais bases da sociologia de Pareto. A partir dela, a partir de um estudo das ações humanas, é que o autor procurava alcançar seu objetivo principal no *Traité de sociologie générale:* conhecer as formas sociais (Pareto, 1933:65).

Pareto iniciava o livro buscando justificá-lo e, ao mesmo tempo, demarcar seu ineditismo, sua originalidade. Isso se fazia necessário

porque, segundo o próprio autor, os sociólogos, de maneira geral, há muito que vinham também se debruçando sobre as ações humanas.

Sua novidade e assim também seu sentido residiam justamente no modo distinto como as ações humanas eram tratadas. Mais do que afirmar sua diferença, distinguir-se de seus antecessores, Pareto procurava legitimar sua incursão na sociologia impondo-a a um só tempo como pioneira e definitiva, uma vez que escorada no que afirmava ser um rígido método científico, lógico-experimental, habilitando-se por essa mesma via a reivindicar, para utilizar seu próprio termo, a *etiqueta* de sociólogo científico.[266]

Segundo o autor, os sociólogos haviam se limitado, até aquele momento, a classificar as ações humanas concretas tal como podiam ser diretamente observadas e, ao mesmo tempo, a forma como eram justificadas, racionalizadas. De igual modo que um composto químico, entretanto, as ações concretas, na visão de Pareto, eram sínteses de elementos diversos, combinados em proporções variáveis. Sem conhecer esses elementos, e as maneiras específicas como se combinavam, portanto, deixava-se de dar conta do próprio sentido das ações. Diante disso, cabia ao sociólogo, da mesma forma como procedia o químico, decompor os fenômenos observados em seus elementos mais simples, constantes, para, aí sim, classificá-los e às suas combinações (Pareto, 1933:66).

Por essa via, pela decomposição das ações humanas em suas menores partes constitutivas, é que Pareto desembocava na sua distinção em lógicas e não-lógicas. As ações lógicas, na acepção do autor, eram aquelas que se constituíam em meios mais apropriados para alcançar objetivos visados, aquelas que, como indicava o próprio nome, formavam uma cadeia lógica de causa e efeito com seus fins. Não era bastante, no entanto, que apenas aos próprios atores, àqueles que as empreendiam, valia dizer, subjetivamente, segundo o pensador, o encadeamento parecesse lógico. Era preciso que ele assim se mostrasse também objetivamente, isto é, aos olhos do analista.

As ações que escapassem a esse enquadramento, quer porque subjetivamente, quer porque objetivamente, ou porque por ambos os lados não se afigurassem como lógicas, eram consideradas não-lógicas. Vê-se, assim, que as ações não-lógicas, definidas pelo autor de forma residual, não deviam ser confundidas, tratadas como necessariamente ilógicas.

Amostras de ações lógicas eram, por exemplo, os movimentos de compra e venda de bens dos agentes no mercado, os atos técnicos de um engenheiro, os experimentos empreendidos por

um físico em um laboratório. Já os sacrifícios oferecidos a Poseidon pelos gregos antigos como forma de garantir o sucesso em empreitadas marítimas podiam ser tomados como ações não-lógicas. É certo que, subjetivamente, ou para os próprios gregos, aquelas oferendas podiam ser tão lógicas quanto o ato de remar, estimulando-os inclusive a perseguir suas metas com maior afinco, o que sem dúvida podia contribuir para que terminassem sendo bem-sucedidos. Em termos objetivos, contudo, o mesmo já não podia ser dito, uma vez que não havia nenhuma prova cabal da existência de um vínculo direto, lógico e necessário entre sacrifícios e sucesso naval (Pareto, 1933:66-7).

De fato, como observava Pareto, retomando sua tese já antiga, as ações humanas, em sua grande maioria, eram não-lógicas, ainda que nem sempre à primeira vista pudessem assim parecer. E era justamente nas ações não-lógicas que a sociologia, em sua acepção, tinha seu objeto de estudo.

Os homens, de maneira geral, tendiam a racionalizar suas ações, atribuindo-lhes um caráter lógico que, na verdade, eram justificativas *ex post facto*. Tais justificativas eram aquilo que Pareto chamava de derivações (Pareto, 1933:459).

As ciências sociais, segundo ele, tinham até então incorporado as derivações, contentando-se assim com as justificativas lógicas das ações não-lógicas que de fato desprezavam, não as percebendo como uma componente fundamental dos atos humanos em geral. Tomando portanto de forma acrítica as justificações pelas ações, como se estas fossem sempre lógicas, as ciências sociais deixavam de produzir o seu necessário desvelamento, enxergando por toda parte um domínio crescente da razão, que seria responsável pelo progresso, pela coesão e pelo equilíbrio sociais.

Nas palavras de Pareto:

> 1º – A existência e a importância das ações não-lógicas. Isso é contrário a muitas das teorias sociológicas, que desdenham ou negligenciam as ações não-lógicas, ou lhes dão pouca importância, esforçando-se em tornar todas as ações lógicas. A via a ser seguida no estudo das ações dos homens, em sua relação com o equilíbrio social, será diferente se dermos importância maior às ações não-lógicas ou às ações lógicas. É preciso, portanto, que nos detenhamos agora nessa matéria.
>
> 2º – As ações não-lógicas são geralmente consideradas do ponto de vista lógico por aqueles que delas tratam, produzindo sua teoria. Daí a necessidade de uma operação de importância pri-

> mordial para o nosso estudo, que é a de levantar aqueles véus e reencontrar aquilo que dissimulam. Ela é, por isso, contrária a muitas teorias que se detêm nos véus, não tidos como tais, mas tomados como a parte fundamental das ações (Pareto, 1933:150).

Na visão do pensador, por conseguinte, é como se — para utilizar seus termos — as ciências sociais, até o *Traité*, não passassem de estudos não-lógicos, cujos meios, objetivamente, não se coadunavam com os fins, ainda que, subjetivamente, ou aos olhos dos próprios cientistas sociais, pudesse parecer que sim. A história das instituições sociais, observava Pareto, havia se tornado uma história das derivações, o que acabava por cumprir uma finalidade prática, qual seja, a de persuadir os homens a agirem de uma forma considerada útil à sociedade. Este, porém, não era o seu próprio objetivo. Outra não era a sua finalidade, asseverava ele mais uma vez, a não ser conhecer a uniformidade dos fatos sociais de modo imparcial, restringindo-se ao domínio lógico-experimental para, assim, poder ir além dos véus que se interpunham entre ele — ou entre os sociólogos de maneira geral — e a realidade (Pareto, 1933:790-1).

Esta, segundo Pareto, era a marca do absoluto ineditismo, da relevância e da superioridade de sua sociologia. Ela se fundava, de fato, sobre um esforço de objetivação da sociologia. À diferença do que até ali se vinha fazendo, em suma, o que almejava o autor, tomando sua própria terminologia, era produzir um estudo lógico das ações não-lógicas.[267]

É preciso ressaltar, contudo, que Pareto não subestimava a importância das derivações, como se pode perceber pela substancial parte do *Traité* a elas dedicada. Ao contrário, acentuava ele que as derivações se constituíam em um contrapeso fundamental para o equilíbrio social, orientando as ações dos indivíduos uma vez que estes delas se convencessem, a elas aderissem, assim como a um credo. Um indicador disso estava, por exemplo, no fato de que tanto a proposta democrática quanto a socialista, então em ascensão, afiguravam-se ao autor como derivações, operando mesmo como verdadeiros cultos religiosos.[268]

A questão, por conseguinte, estava não em descartar as derivações, desconhecê-las, mas sim em tratá-las como tais, como justificações, e não como causas profundas das ações. Essa visão, porém, fazia permanecer o problema de quais eram, efetivamente, aquelas causas. Para respondê-lo, Pareto lançava mão do conceito de resíduo, que foi buscar na psicologia.

Os resíduos correspondiam a determinados sentimentos e instintos dos homens. Eles não eram os próprios sentimentos e instintos, mas sim a sua manifestação, de maneira análoga à da coluna de mercúrio de um termômetro, que não era a variação da temperatura em si, ou a sua origem, mas seu indicador (Pareto, 1933:461-2).[269]

Se uma derivação tinha força, empolgava, isso se devia não a um poder de convencimento, de persuasão, a um acordo racional ou a considerações lógico-experimentais, mas sim aos sentimentos que ela evocava em seus adeptos. Desse modo, sua aceitação ou sua rejeição devia ser explicada não a partir dela mesma, de sua formulação, de sua lógica interna, mas sim dos resíduos que acionava:

> Os homens se deixam persuadir sobretudo pelos sentimentos (resíduos), por conseqüência, podemos prever, o que aliás é confirmado pela experiência, que as derivações tirarão sua força não de considerações lógico-experimentais, ou ao menos não exclusivamente dessas considerações, mas sim dos sentimentos (Pareto, 1933:785).

Pareto dividia os resíduos em seis classes, que iam do instinto de combinações e da persistência dos agregados à integridade dos indivíduos e de seus dependentes, passando pela necessidade de manifestar os sentimentos através de atos exteriores, pelos sentimentos de sociabilidade e pelo instinto sexual (Pareto, 1933:466-8). Na verdade, porém, duas eram as classes fundamentais para a sociologia, visto que essa ciência, na sua acepção, voltava-se para as ações humanas, sim, mas na sua articulação com o equilíbrio social. Eram elas a do instinto de combinações e a da persistência dos agregados. Na primeira estava incluída a necessidade de combinar coisas — dados, sentimentos em geral, semelhantes ou não — e de produzir desenvolvimentos lógicos, com desdobramentos práticos, bem como a fé na eficácia dessa operação. Essa classe de resíduos estava, por exemplo, na base da tomada de atitudes arriscadas, é certo, mas também empreendedoras ou inovadoras. Já a segunda abarcava a persistência das combinações já existentes, das uniformidades e das personificações (Pareto, 1933:466-8). A essa classe estavam associadas a preservação da tradição e as atitudes conservadoras.

A distribuição dos resíduos pela sociedade se fazia, segundo Pareto, de forma desigual, em níveis e com forças variáveis. Desse modo, enquanto alguns indivíduos tinham uma proporção maior de resíduos de uma determinada classe, outros tinham de uma outra e assim por diante (Pareto, 1933:1.070). Nessa perspectiva, portan-

to, os homens eram diferentes entre si, dotados de natureza diversa, com distintas propensões à ação.

Enquanto elementos geradores de ações, os resíduos, ainda que desigualmente distribuídos, perpassavam a sociedade como um todo, não sendo exclusivos de um ou de outro grupo social. Todos os indivíduos, de todos os grupos sociais, eram dotados de uma determinada composição de resíduos. Somada porém à classificação hierárquica, a sua concentração diferencial era um importante fator diversificador, imprimindo nas sociedades, quaisquer que fossem elas, mesmo as que se diziam mais igualitárias, a marca necessária da heterogeneidade.

Cabia então, da perspectiva de Pareto, a fim de se promover uma compreensão mais efetiva das formas sociais e do seu equilíbrio, aprofundar a reflexão sobre a questão da heterogeneidade. Ele o fazia através da retomada de sua observação de que havia, em todos os ramos das atividades humanas, indivíduos que se destacavam dos demais por suas capacidades, por suas qualidades superiores. Esses indivíduos compunham uma minoria, distinta do restante da população, à qual se denominava elite (Pareto, 1933:1.296-7).

Contudo, da mesma forma que antes, fazia o autor um esforço no sentido de neutralizar o termo, explicando que o havia empregado assim como poderia tê-lo feito com qualquer outro, até uma simples letra, com o mesmo sentido. O que importava, ao nomear a minoria, era não atribuir-lhe um valor positivo ou negativo, qualificá-la como intrinsecamente boa ou má, mas caracterizá-la, como já se viu, como uma aristocracia, como composta dos melhores, daqueles que condensavam, que concentravam as características definidoras de um grupo, qualquer que fosse, de operários a ladrões, de guerreiros a sacerdotes (Pareto, 1933:1.297).[270]

Pareto podia de fato ter utilizado qualquer outro termo, ou mesmo uma letra, mas não o fez. Optou pela categoria elite, o que não é axiologicamente indiferente, nem isento de desdobramentos significativos, uma vez que o seu sentido, então, como aponta Raymond Williams, era o de eleito, preferido, seleto, excelente, expressando distinção social (Williams, 1981:96-8). Isso se torna ainda mais evidente se lembrarmos que o autor usava o termo de modo intercambiável com aristocracia.[271]

De toda forma, a impressão que se tem à primeira vista é a de que, na concepção de Pareto, as sociedades eram bipolarizadas, divididas de forma estanque entre elites e não-elites. Ele, contudo, vai aos poucos complexificando esse quadro, ainda que voltando-se apenas para as elites constituídas, seu objeto básico de preocupação.

Nesse sentido, Pareto começava por observar que, para o estudo do equilíbrio social, a elite devia ser dividida em duas. De um lado estava a elite governante, composta pelos indivíduos que desempenhavam um papel significativo e influente no governo, e, de outro, a não-governante (Pareto, 1933:1.297).

A elite governante, no entanto, não se confundia necessariamente com aqueles indivíduos que ocupavam as posições formais de poder. Em uma construção muito próxima à da classe política de Mosca, Pareto, que além de elite governante também empregava o termo classe governante, afirmava:

> Existe em toda parte uma classe governante, mesmo lá onde há um déspota; mas as formas sob as quais ela aparece são diversas. Nos governos absolutos era apenas um soberano que aparecia em cena; nos governos democráticos, um parlamento. Nos bastidores, porém, encontram-se aqueles que desempenham um papel importante no governo efetivo. Sem dúvida eles devem, por vezes, inclinar-se diante dos caprichos dos soberanos ou de parlamentos ignorantes e tirânicos; mas eles não tardam a retomar sua obra tenaz, paciente, constante, cujos efeitos são bem maiores do que aqueles da vontade dos seus mestres aparentes (Pareto, 1933:1.442).

Mesmo a elite, ou a classe governante, na visão de Pareto, não podia ser tomada como um todo homogêneo. Ela apresentava diferenças no que tocava, por exemplo, à maneira e aos mecanismos como galgava e se mantinha no poder, quer privilegiasse o emprego de maiores doses de força, quer de astúcia, ardil, na busca de consentimento.[272]

Outra linha de segmentação possível, ditada pela concentração diferencial de resíduos, era aquela que dividia *spéculateurs* e *rentiers*.[273] Enquanto nos primeiros predominavam os resíduos da classe dos instintos de combinações, nos segundos eram os da persistência dos agregados. Portanto, enquanto os primeiros eram empreendedores, arrojados, buscavam novidades em todos os domínios, os segundos eram contidos, receosos (Pareto, 1933:1.427-32).

Enfatizava o autor, todavia, que essas duas categorias estavam referidas não a atores concretos, a ocupações econômicas determinadas ou a partidos políticos específicos, mas sim a atitudes, impulsos, instintos, em suma, a resíduos em proporções variadas. Assim, um comerciante tanto poderia ser um *rentier* quanto um *spéculateur*. Por seu turno, um partido dito revolucionário poderia ter seus quadros

dominados por *rentiers*, da mesma forma em que predominariam *spéculateurs* em um conservador (Pareto, 1933:1.433-5).

Vale observar que é principalmente quando se refere à elite governante que Pareto, no *Traité*, aborda a questão da circulação articulada à do equilíbrio social, à da possibilidade de rupturas políticas revolucionárias.

> Pelo efeito da circulação das elites, a elite governamental se encontra em um estado de transformação lenta e contínua. Ela corre como um um rio; a de hoje é diferente daquela de ontem. De tempos em tempos se observam perturbações bruscas e violentas, semelhantes às inundações de um rio. Em seguida, a nova elite governamental recomeça a modificar-se lentamente; o rio retorna ao seu leito e corre novamente.
>
> As revoluções se produzem porque, seja pela redução do ritmo da circulação da elite, seja por uma outra causa, elementos de qualidade inferior se acumulam nas camadas superiores. Esses elementos não possuem mais os resíduos capazes de mantê-los no poder e evitam o uso da força; ao mesmo tempo desenvolvem-se, nas camadas inferiores, elementos de qualidade superior, que possuem os resíduos necessários para governar e estão dispostos a fazer uso da força (Pareto, 1933:1.304-5).

A citação acima enfeixa duas questões importantes, inter-relacionadas, que cabem ser ressaltadas. A primeira é a do eterno movimento cíclico de modificação da elite governante. Esse movimento, esclarecia Pareto, não se caracterizava pela simples alternância de indivíduos — e principalmente de indivíduos de uma mesma inserção social — nas posições de mando. A incorporação de indivíduos oriundos das classes inferiores afigurava-se, para ele, como fundamental, na medida mesmo em que traziam com eles novas energias e proporções de resíduos necessárias à manutenção do poder (Pareto, 1933:1.304).

A circulação das elites, portanto, diferia daquilo que poderíamos chamar de cooptação, ou de uma adesão total, em que os novos indivíduos mudavam sua maneira de ser, adotando a dos antigos, como ocorria na Itália do *transformismo*. Era fundamental para a circulação, na visão de Pareto, que os novos membros trouxessem e mantivessem seus sentimentos, opiniões e valores, produzindo assim uma mudança no perfil e nas ações da elite (Pareto, 1933:1.654).

Este era um mecanismo básico que, quando cessava de operar, cristalizando-se a elite governante, conduzia a uma inevitável degeneração. Desse modo, o próprio equilíbrio social se via seriamente comprometido, perturbado, o que poderia levar a uma situação de ruína mesmo da nação como um todo (Pareto, 1933:1.304). Aqui se abriria a possibilidade de uma mudança radical da elite, através de um processo revolucionário, segundo ponto importante do trecho de Pareto anteriormente citado.

Incorporando a perspectiva marxista, o autor referia-se à elite, à classe governante e à governada como inimigas em luta. Essa luta todavia, ao contrário do que sustentavam os pensadores socialistas, era eterna, infindável, uma vez que sempre, fosse qual fosse o sistema, mesmo comunista, haveria uma elite no poder e um grupo dele excluído. O fim das classes, portanto, não levaria à anulação necessária da desigualdade e nem, assim também, da luta social.

Nessa luta, é claro, cada grupo lançava mão dos recursos ao seu dispor. E dois desses recursos, de fundamental importância, como já se viu, eram o ardil, ou o consentimento, e a força. Não se tratava, porém, de ressaltar o exclusivismo ou a superioridade de um desses recursos. Pelo contrário, Pareto observava que a vitória na luta, ou, mais especificamente, o sucesso da elite em manter-se no poder, estava na relação direta do emprego, em proporções adequadas, tanto do ardil quanto da força (Pareto, 1933:1.409).

O que se percebe desse modo é que, da perspectiva de Pareto, o equilíbrio social dependia, por um lado, da manutenção de um fluxo circulatório lento mas contínuo, e, por outro, do emprego, pela elite, tanto do ardil quanto da força. Se a circulação cessava, a elite se ossificava e entrava assim em um inevitável processo de esclerose e decadência.

A elite decadente, de forma fatal, perdia energia, entregando-se às derivações que propiciaram a sua ascensão, erigindo-as em verdadeiros cultos, religiões. Com isso, perdia a dimensão exata dos perigos que a ameaçavam, dos elementos superiores que se acumulavam nas camadas sociais inferiores, recusando-se a empregar a força da qual, todavia, seus inimigos faziam amplo uso. Selava assim a elite o seu destino, fechando o ciclo de sua dominação, entregando-se em holocausto e levando a nação à ruína.

Na verdade, era esse mesmo o diagnóstico que fazia Pareto do mundo, naquele momento. A burguesia, ou a plutocracia, que ocupava a posição politicamente dominante, orava pela bíblia do humanitarismo, sacralizava os rituais democráticos, adorava o deus povo e, assim, manietava-se, deixando livre o campo de ação de seus ini-

migos, negando-se a submetê-los através da força. Era, portanto, o fim próximo do ciclo da burguesia, ou da plutocracia, demagógica que previa o autor.

É interessante lembrar, nesse ponto, que Pareto atribuía sua passagem à sociologia, e mesmo a possibilidade de redação do *Traité*, ao seu isolamento, entenda-se por isso, principalmente, sua abdicação à política partidária articulada a sua saída da Itália.[274] Se assim foi, contudo, é preciso atentar também para o fato de que, inversamente, foi a sua sociologia mesmo, ou algumas de suas idéias centrais, que em grande parte permitiram a Pareto trilhar o caminho de volta ao seu país e à política.

Não se tratou, é certo, de um retorno em um sentido literal, visto que até a sua morte, em 1923, o autor continuou vivendo em Céligny. O que se observou foi a sua gradativa afirmação nos meios italianos, sua presença crescente nos periódicos do país, rompendo aquela que era, em seus próprios termos, uma conspiração de silêncio que contra ele se teria promovido (Einaudi, 1935:338). Esse retorno — apesar do claro empenho de Pareto em caracterizar sua reflexão como eminentemente científica, experimental, objetiva, imparcial — foi regido, em larga medida, por seu reconhecimento político.

Se atentarmos para a cronologia da bibliografia de Pareto, veremos que, até meados dos anos 1890, ele escrevia de forma relativamente constante para alguns periódicos italianos. Dali até a metade da década de 1900 houve uma evidente interrupção, ainda que não absoluta. Aos poucos, entretanto, percebe-se um gradativo aumento de sua presença, ampliando-se também o número de periódicos para os quais escrevia, entre os quais se incluíam jornais diários. Isso se deu em um crescendo já a partir de meados dos anos 10, tendo-se observado freqüência maior no início da década de 20 (Rosa, 1984b:481-525).

Ainda em 1917, pouco após a publicação do *Traité*, Pareto reclamava com Pantaleoni do que chamava de ciência oficial italiana. Lembrava ele, com rancor, que nunca nenhuma academia ou universidade do país o havia aceitado ou lhe prestado qualquer honra. Apenas pela proteção de Ubaldino Peruzzi é que havia conseguido tornar-se sócio da Accademia dei Georgofili, antes mesmo de ter publicado qualquer livro.[275]

A mesma tensão se faria presente ainda naquele ano, quando da comemoração, pela Universidade de Lausanne, do jubileu de Pareto. Apesar do comparecimento do cônsul italiano na cidade e de o amigo Pantaleoni ter sido enviado como representante do ministro da Instrução Pública, o autor recusou a homenagem do go-

verno de seu país, tomando-a como um insulto, uma vez que só se concretizou após um demorado processo de negociação, além de ser inferior a outras concedidas a alguns de seus adversários. Pareto também se ressentiu do relativo desdém das universidades italianas, que não compareceram.[276]

A partir dali, contudo, esse quadro começou a se alterar e, já no início dos anos 20, ele passou a receber convites de filiação a algumas das academias científicas italianas, ainda que os recusasse.[277] Essa inversão tinha uma clara contrapartida nas mudanças ocorridas no campo político na Itália. Tratava-se do período pós-guerra, pós-Revolução Russa, marcado pela instabilidade política, pelo crescimento do socialismo, por fortes mobilizações sociais nas cidades e no campo, configurando o que era percebido como uma crise da democracia parlamentar italiana, uma descrença na sua possibilidade de fazer frente à situação, legitimando o emprego da força, mesmo que de forma extralegal, como o vinham fazendo as brigadas fascistas, combatendo os considerados agitadores e grevistas.[278]

E o Pareto que também se legitimava, que ganhava notoriedade, espaço mesmo em jornais diários italianos, era justamente aquele que vinha há algum tempo chamando a atenção para a força como uma das escoras centrais do equilíbrio social e prevendo, ainda mais, o fim próximo do ciclo da plutocracia demagógica, com conseqüentes profundas mudanças. Tal o tema de vários de seus artigos escritos no período, como por exemplo "L'avenir de l'Europe. Le point de vue d'un italien", de meados de 1922, publicado em *La Revue de Genève*. Ali, Pareto dizia que o ciclo da plutocracia demagógica não se poderia estender por muito tempo, chegando ao término por efeito da circulação das elites, o que se daria, a seu ver, em muito breve.

Se experimentalmente, cientificamente, era possível deduzir esse desfecho, não era possível saber ainda com toda certeza o que resultaria daí. Na Roma antiga, com a qual Pareto considerava ter a sua sociedade fortes semelhanças, a plutocracia havia sido substituída pelo poder de uma elite militar. Outros apontavam para a revolução bolchevique como a saída mais provável, com o que o autor não concordava, ainda que não rejeitasse de todo essa possibilidade (Pareto, 1966b:322-3).

De qualquer modo, o que, para ele, se afigurava como certo é que a democracia não poderia persistir tal como operava:

> No final do século XIX, nós podíamos crer, apesar dos avisos de alguns pensadores, que o governo de nossas sociedades seria inteiramente aquele da maioria, que seria alcançado por meio do sufrágio universal e do parlamentarismo. Agora, começamos a perceber que o poder da maioria é mais nominal do que real e que ele está em vias de esfacelar-se, como se esfacela o poder dos reis constitucionais. Mesmo se admitirmos, o que é contestado por vários autores, que a maioria seja capaz de ter uma vontade, a experiência demonstra que essa vontade, em aparência todo-poderosa, não o é na realidade, encontrando-se anulada pelos artifícios dos governantes: pode ser que ela reine, mas é certo que ela não governa (Pareto, 1966b:323-4).

Mais do que isso, a guerra havia dotado os governos de poderes extraordinários dos quais, no entanto, mesmo com o fim dos conflitos, eles não abriam mão. Assim, em nome do bem-estar do povo e dos supremos interesses da nação, decretos-leis eram editados e antigos códigos e prescrições alterados, desrespeitados, deslocando a função legislativa do Parlamento:

> Para justificar estas medidas, invoca-se, por um lado, as necessidades urgentes do momento — e tudo aquilo que parece útil não deixa de ser declarado urgente —, e, por outro, a incapacidade técnica dos parlamentos. Sendo ou não fundadas tais justificativas, isso em nada muda o fato de que a função legislativa tende a escapar aos parlamentos e, por extensão, também às maiorias das quais são, ou parecem ser, a emanação.
>
> Quando o poder legal desempenha mal a sua função, que é de assegurar a autoridade da lei, de proteger os cidadãos e seus direitos, os poderes externos à lei tomam o seu lugar. Foi esta, na Alemanha antiga, uma das causas para o estabelecimento dos *tribunais secretos*; é esta atualmente, na Itália, a causa principal do fascismo. Este fenômeno é o indicador de um estado de espírito que, muito mais marcado na Itália, encontra-se também em outras partes, e pode contribuir para conduzir a importantes transformações [os grifos são de Pareto] (Pareto, 1966a:324).

O que se vê, portanto, é que, da perspectiva de Pareto, era o fascismo que despontava como forte alternativa para o quadro político italiano de então. E ao se impor, em fins daquele mesmo ano de 1922, o fascismo, por seu turno, o fez em parte apresentando-se como realização de uma profecia paretiana, como inevitabilidade científica prevista pelo autor.

Tal foi a apropriação de Pareto feita pelo fascismo, ou por uma de suas vertentes significativas, que o alçou à condição de um dos maiores pensadores italianos. O próprio Mussolini conhecia a reflexão do autor desde pelo menos meados da década de 1900, quando, morando na Suíça, inscreveu-se em alguns de seus cursos em Lausanne, e qualificava a sua teoria das elites como uma das mais geniais concepções sociológicas.[279] Tornando-se assim primeiro-ministro, Mussolini, em 1922, indicou Pareto como representante italiano na conferência sobre o desarmamento da Liga das Nações, nomeando-o também senador, já no ano seguinte. Foi este ainda convidado a escrever artigos para o periódico pessoal de Mussolini, *Gerarchia*.[280]

Com cerca de 75 anos e com sua saúde debilitada, entretanto, a única nova atividade que de fato Pareto chegou a exercer foi a de colaborador de *Gerarchia*. Mesmo assim, o que é importante observar é que foi com a ascensão de Mussolini e do fascismo que o ostracismo de Pareto foi interrompido. Foi também a partir dali que ele pôde, afinal, ser reconhecido politicamente em seu país e, igualmente por essa via, de modo mais efetivo, cientificamente. Isso, é claro, só reforça o que já foi anteriormente visto, quando da análise da trajetória de Mosca, quanto à não-autonomização, na Itália, das ciências sociais, e em particular durante o domínio fascista.

Foi principalmente com Mussolini, portanto, que Pareto passou a gozar de prestígio e reconhecimento, ao mesmo tempo político e científico, em seu próprio país, recebendo as honras que julgava merecer.[281] Aceitou ele assim essas honras, legitimando também, dessa forma, a apropriação que dele era feita pelo fascismo.[282] Por outro lado, se Pareto tinha algumas dúvidas quanto ao fascismo e reservas iniciais em relação ao seu líder, elas foram, em larga medida, se dissipando após a posse de Mussolini.

Assim, em junho de 1921, em carta a Pantaleoni, que tinha fortes simpatias pelo fascismo, afirmava:

> Tenho prazer em sentir que a grande confiança que tinha nos fascistas agora minguou. Persuadidos de que, como sempre te disse, enquanto não tiverem um ideal, um mito, um programa, não serão um partido, louvam agora a Giolitti, como os bandos louvaram a César nos comícios romanos. Foram e permanecem sendo um meio, e não um fim.
>
> Também sobre Mussolini, você se lembra do que eu lhe dizia quando estava aqui (a propósito, quando você volta?). É um intrigante. Também nele falta um ideal.[283]

Já após a Marcha sobre Roma, em fins de outubro de 1922, embora observasse, ao mesmo Pantaleoni, não ser possível saber se o fascismo seria ou não bem-sucedido, dizia ser ótimo o seu princípio político, mas não tão bom e econômico. Quanto a Mussolini, o autor o qualificava como um homem de Estado de mérito incomum.[284] E escrevendo a um outro amigo, Carlo Placci, o autor ia ainda mais longe, afirmando:

> Mussolini esteve algum tempo em Lausanne e freqüentou os meus cursos, mas não cheguei a conhecê-lo pessoalmente. Ele agora se revelou exatamente como o homem que a sociologia pode invocar.
>
> E agora eu poderia colocar um ponto final nos meus dois pequenos volumes,[285] com as mesmas palavras que Maquiavel usa no final do *Príncipe*. Transcreveria sem hesitar o trecho que você conhece e que diz: "Consideradas, pois, todas as coisas acima referidas, e pensando comigo mesmo se, na Itália, os tempos presentes poderiam prometer honras a um príncipe novo e se havia matéria que desse, a um que fosse prudente e valoroso, oportunidade de introduzir uma nova ordem que lhe trouxesse fama e para o povo prosperidade, parece-me que há tantas coisas favoráveis a um príncipe novo que não sei de época mais propícia para a realização daqueles propósitos".[286]

E também a Carlo Placci, em julho de 1923, Pareto afirmava que, embora houvesse vários perigos e obstáculos no caminho, a salvação da Itália podia estar no fascismo.[287] Se ele manteria ou não essa avaliação é impossível saber, visto que cerca de um mês depois, em 19 de agosto de 1923, o autor veio a falecer. De todo modo, sua autorização anterior, sua legitimação prévia de sua apropriação pelo fascismo, terminaram por propiciar a vinculação de seu nome a este. Mais do que isso, o fascismo erigiu de Pareto, após a sua morte, a imagem de um verdadeiro profeta, quase um santo, um herói com qualidades sobre-humanas, impondo-lhe uma leitura espiritualista, reservando-lhe um lugar de destaque em seu panteão e obrigando os seus comentadores, que falavam já a partir de um referencial, de um contexto distinto, a um contínuo esforço de relativização.[288]

# Conclusão

Tomar as elites como objeto de pesquisa significa, obrigatoriamente, impor-se a tarefa de percorrer uma genealogia de autores que se consagraram como produtores, ou comentadores e leitores privilegiados de um corpo teórico específico, identificado com aquele tema, com ênfase especial nas suas origens. De modo geral, entretanto, essa genealogia é apresentada como uma sucessão de idéias, obedecendo a uma lógica de acúmulo, de influência, de complementaridade, de divisão do trabalho intelectual, de contigüidade, produzindo uma aparência de continuidade, de universalidade e de contemporaneidade, ainda que se trate de demarcar diferenças e oposições entre as teses arroladas.

Dessa forma, os autores e os seus textos são tratados de maneira equivalente, como se tivessem as mesmas marcas, o mesmo referente, inscrevessem-se em uma mesma área de reflexão sociológica, nomeada, e assim também circunscrita, a partir da categoria elites. Quando as defasagens ou as divergências emergem, são percebidas como resultado de ênfases diferenciadas, tomadas de posição científicas distintas. De todo modo, o que resulta dos conflitos, segundo a leitura consagrada, é o aperfeiçoamento da teoria, o incremento da sua eficácia ou mesmo a sua atualização, com o acréscimo de questões novas e mais pertinentes.

Se o que importa, acima de tudo, é captar a essência do pensamento de um autor, a fim de que se possa enquadrá-lo na cadeia sucessória da teoria, avaliando suas contribuições, percebendo suas influências ou mesmo indicando seus pontos ultrapassados, basta recorrer ao seu texto considerado clássico e, dentro dele, ao capítulo principal, submetendo-o a um trabalho de interpretação. Quando porém se trata de um autor pouco traduzido, ou cujos es-

critos são de acesso mais difícil, como é o caso de Mosca, as resenhas de leitores e comentadores autorizados podem ser consideradas suficientes.

Forma-se assim um quadro coerente e harmônico, mas fechado. Trabalhar com a teoria das elites, desse modo, significa saber, mais do que os autores que devem ser lidos, a seqüência exata e a forma em que isso deve ser feito, contando de saída com um conjunto de questões dadas, tidas como as mais pertinentes.

De fato, o que se observa é um processo de naturalização, no qual as inúmeras operações de construção e de afirmação da continuidade, da universalidade e da contemporaneidade, vale dizer, de constituição, de evidenciação e de imposição de uma teoria e de suas formulações clássicas, passam despercebidas, sendo assim incorporadas de modo não-controlado. Nesse processo está envolvida uma ampla gama de agentes como autores, comentadores, editores, tradutores, universidades e mesmo governos e partidos políticos, entre outros, cada um diferentemente posicionado, com percepções, recursos e estratégias distintos, e em competição entre si.

Quando esses elementos são levados em conta, o efeito é de ruptura da harmonia do quadro prevalecente, introduzindo-se uma cunha de descontinuidade onde antes havia continuidade, de singularidade no que se tratava como universalidade, de anacronismo no que se percebia como contemporaneidade, e de estranhamento no que soava familiar. Dessa forma, as idéias, do mesmo modo que os comentários, deixam de ser percebidas como entidades desencarnadas para serem objetivadas, remetidas aos seus formuladores e estes inscritos nas suas trajetórias e nos seus espaços de posições específicos.

Essa operação se mostra tão mais fundamental quanto se tem em mente que, muito além de idéias em um sentido estrito, o que está em jogo, nesse caso, são instrumentos de construção do mundo social. Incorporar de forma acrítica, não-controlada, como se fossem evidentes, pacíficas as leituras consagradas de uma teoria significa tomar como dadas, sem que disso se dê conta, questões, hipóteses e noções que informarão pesquisas e análises de resultados, que presidirão processos de demonstração, tomando, por essa via, um objeto pré-construído. O que resulta daí, além — e mesmo por isso — da exclusão de uma série de problemáticas pertinentes mas que se tornam impensáveis, é a confirmação e o reforço das percepções e das leituras prévias.

No caso da teoria das elites, a operação reflexiva exige uma análise de suas origens, ou mais especificamente de Mosca e de Pa-

reto, referências obrigatórias legitimadoras dos estudos relacionados ao tema, mesmo quando se trata de criticá-los. Os dois italianos figuram como pais fundadores da teoria, como autores complementares, que enfatizam pontos distintos mas interligados, ainda que um, Pareto, seja percebido como mais brilhante, vasto, independente, tendo uma perspectiva mais autônoma e objetiva da ciência, e o outro, Mosca, mais restrito, voltado especificamente para a esfera da política, e por ela informado, operando portanto com uma visão engajada da atividade científica.

Mas o que se pôde notar é que longe de serem complementares, Mosca e Pareto eram autores concorrentes. E foi essa concorrência que em larga medida determinou seu encadeamento, levou Mosca a formular sua tese da classe política como doutrina da classe política e, além disso, a operar um deslocamento de ênfase temática, impondo, em contrapartida, uma percepção de seus trabalhos como obra dedicada desde o início à doutrina, enquadrando-se na ciência política e buscando maior autonomia em relação ao direito. Mais do que isso, foi possível demonstrar que a apropriação da disputa entre os dois autores por outros agentes em um outro contexto — o dos Estados Unidos dos anos 30 —, e portanto em um quadro concorrencial distinto, teve um peso fundamental para que também se marcasse a presença de Mosca nas origens da teoria das elites. Fixou-se assim a percepção desse autor como eminentemente um teórico, agora da classe dirigente — termo que ganhou destaque e passou a se associar ao seu nome principalmente a partir da sua apropriação americana —, ao mesmo tempo em que se impôs, não apenas dele mas também de Pareto, uma leitura de marcado traço político.

Mosca e Pareto tiveram trajetórias distintas, que se refletiram em suas percepções diversas. Enquanto um era siciliano de Palermo, oriundo de um setor subalterno das classes dominantes, o outro era de origem nobre, nascido em Paris e criado em Turim, no Piemonte, de onde provinha o grupo que tomou a frente do processo político de unificação da Itália. Mosca estudou direito na universidade de sua própria cidade natal, que não é recorrentemente citada como instituição de ensino de primeira linha, ao passo que Pareto formou-se em engenharia em Turim, que era um dos importantes centros culturais do país.

O interesse maior de Mosca dirigia-se, inicialmente, para o direito constitucional. Refletir sobre a constituição significava perquirir os fatores conformadores e reguladores da nação, o que ganhava sentido maior diante do fato de que era recentíssima a for-

mação do Estado nacional italiano e de que a região da qual Mosca era originário havia ocupado um lugar subordinado nesse processo de formação.

O que mais preocupava Mosca nesse processo, constituindo o cerne de sua análise, era que a forma de governo assumida pelo Estado italiano resultava em um grave desequilíbrio de poderes, conferindo aos parlamentares, à classe política, uma autonomia que os colocava acima das outras esferas, que passavam a ficar subordinadas a eles. De fato, como vimos, a política italiana se encontrava, à época em que Mosca escreveu a *Teorica*, imersa nas práticas do *transformismo*. Aquilo porém, que era fruto da configuração política específica de seu país, foi interpretado pelo autor como uma norma universal, resultado lógico, necessário, do governo parlamentar.

De nada adiantariam, portanto, a extensão das franquias, a adoção do sufrágio universal, uma vez que não implicavam uma alteração da estrutura viciada do governo. Pelo contrário, elas só viriam legitimar ainda mais a ação da classe política. E nem se diga que com a ampliação da participação a minoria seria controlada pela maioria, ou que seriam eleitos indivíduos de maior valor moral. Segundo Mosca, era sempre a minoria que se fazia eleger, ao invés de ser eleita, e fazia-se eleger aquele que dispunha de recursos para tanto, o que significava dizer que havia uma constante recondução dos mesmos indivíduos ou de seus herdeiros. Respaldados pelo argumento de que representavam a vontade da maioria, então, esses indivíduos teriam acrescido o seu poder de forma brutal.

Além disso, de acordo com o autor, a concorrência pelo voto, em vez de ser uma garantia de diversidade, ou de pluralidade política, conduzia de forma inapelável à unanimidade. Havia, portanto, uma convergência do espectro político no sentido de uma adesão à posição liberal, reduzindo a oposição a algo próximo de zero.

Mosca reputava suas teses como altamente inovadoras, escorando-se nisso em suas tentativas iniciais de acesso à carreira universitária. Sem ser herdeiro de algum professor de prestígio, sem contar com vínculos políticos que lhe garantissem o acesso a uma posição no magistério superior, em um quadro de convergência liberal e de troca generalizada de favores e apoios por cargos, produzidas pelo *transformismo,* o autor procurava afirmar-se como um inovador, enfatizando também a legitimidade do princípio do mérito e demarcando a sua diferença em relação à vaga dominante.

Investindo na carreira tradicional do direito, no entanto, não pôde Mosca ser reconhecido como um inovador, enfrentando sucessivos fracassos iniciais, tendo que se empregar como professor

secundário e conseguindo apenas um cargo de professor extraordinário em Palermo. Esse mesmo cargo o autor teve que abandonar ao se casar, conseguindo uma vaga de funcionário da Câmara dos Deputados, em Roma, para onde se mudou.

A passagem pela Câmara dos Deputados foi fundamental para que Mosca acumulasse laços políticos e se mantivesse, ainda que também como professor extraordinário, vinculado ao magistério superior na Universidade de Roma. O acesso do autor a uma posição estável na carreira universitária só se daria em 1896, mesmo ano da publicação dos *Elementi di scienza politica*, com sua ida para Turim. Mais do que o reconhecimento de suas teses, mais do que o livro, que não teve uma grande difusão e foi rejeitado em concursos científicos, foram fundamentais para o ingresso de Mosca na Universidade de Turim seus novos vínculos, seu capital social.

Como se viu, os *Elementi* traziam a marca da trajetória de Mosca, substituindo o reformismo que caracterizava a *Teorica* por uma postura mais cética. Ao mesmo tempo, o autor fazia ali algumas concessões ao liberalismo, acentuando ter sido nesse sistema que a humanidade havia alcançado o seu ponto mais alto de civilização, sendo ainda ele o que havia permitido o maior nível de defesa jurídica.

Os anos de Turim foram caracterizados, na trajetória de Mosca, por um movimento ascendente. O autor acumulou prestígio, notoriedade, escrevendo artigos para grandes jornais e estabelecendo liames com setores empresariais do Norte. Foi nesse processo que ele passou a afirmar-se também politicamente, elegendo-se deputado como herdeiro de Di Rudinì.

Como se pôde ver, esse período, que para Mosca foi de projeção, de publicização, de acúmulo de prestígio, de notoriedade, de capital social e de entrada na política partidária, correspondeu, na trajetória de Pareto, ao seu afastamento da militância política, à saída da Itália e ao seu progressivo isolamento. Se Mosca enfrentou dificuldades no início de sua carreira profissional, com Pareto ocorreu o inverso. Com seu caminho facilitado por seus vínculos familiares, Pareto teve uma carreira bem-sucedida até meados dos anos 1870, quando se observou uma inflexão em sua trajetória, determinada pela vitória política da esquerda na Itália.

Ao ver deslocado do poder o grupo com o qual tinha fortes ligações pessoais, Pareto passou a investir em uma militância política livre-cambista, que o levou a uma situação de crescente incompatibilização com o governo. Esse movimento correspondeu, igualmente, à passagem do autor de economista diletante a especialista. Foi

no estudo da economia pura que Pareto passou a investir, o que pode ser compreendido tanto por sua perspectiva física e matemática, quanto por seu caráter marcadamente antiestatista.

Em meados dos anos 1890, ao mesmo tempo portanto em que Mosca ia para Turim, Pareto deixava a Itália, assumindo a cadeira de Walras na Universidade de Lausanne. O autor qualificava sua saída do país como uma abdicação a toda e qualquer pretensão política, marcando sua dedicação exclusiva à ciência, à ciência pura, objetiva, autônoma. É a partir de sua trajetória, portanto, que é possível entender não apenas sua conversão à economia, mas também sua adoção de uma postura absolutamente distanciada, em um sentido literal mesmo, em cuja base estava o seu fracasso político.

O que se viu, entretanto, é que não houve necessariamente uma ruptura na passagem de Pareto da política à ciência econômica. Pode-se compreender em parte essa passagem como uma tentativa de fundar teoricamente a postura política livre-cambista. De fato, era sob a forma do distanciamento científico que, agora, se manifestava o engajamento de Pareto.

Havia, nesse ponto, uma clara diferença entre Pareto e Mosca. Enquanto aquele transpôs à economia o paradigma físico, adotando uma linguagem eminentemente matemática e objetivista, este, enquadrado pelos marcos do direito, pautou-se por uma visão normativa da ciência, e da ciência política em particular, cujo objetivo seria contribuir para uma política científica. Se Pareto foi reconhecido como um cientista, como um pensador autônomo, Mosca o foi, principalmente, como um político.

Isso significa que, como cientista, Mosca não falava apenas aos cientistas, mas também aos políticos. Era duplo portanto o seu referencial, o que guarda relação, por um lado, com a interpenetração que se observava na Itália entre atividade intelectual e política, e, por outro, com o fato de que Mosca, efetivamente, investiu em uma carreira política.

Pareto, ao contrário, dirigia-se de modo direto, e restrito, aos cientistas, o que não impedia, é claro, que fosse também reconhecido politicamente. Essa restrição, todavia, não implicou que ele se tivesse tornado um intelectual corporativo — para retomar os termos de Kant —, dependendo dos ganhos da universidade, subordinando-se às suas normas, sujeitando-se aos seus padrões de avaliação e de legitimação. Mesmo na universidade Pareto manteve-se, em parte, como um intelectual independente, isolando-se quando via frustradas suas propostas, dando poucas aulas. Essa independência pode ser duplamente creditada às suas origens aristocráti-

cas: pelo senso de superioridade que delas decorreu; e pela estabilidade financeira proporcionada por heranças familiares.

Foi dessa independência e do progressivo isolamento, associado a frustrações políticas, acadêmicas e pessoais, que em larga medida decorreu o deslocamento de Pareto da economia para a sociologia. Sua ênfase nas ações não-lógicas representava uma tentativa de dar conta de suas próprias frustrações. Ao mesmo tempo, sua teoria das elites e de sua circulação indicava que o isolamento do autor não era absoluto. De fato, a elaboração da teoria se relacionava, em parte, com a concorrência de Pareto com os socialistas e também com sua competição com Mosca, de cujas idéias se apropriou mas cuja importância insistia em diminuir ou simplesmente negar, não o mencionando.

Convém acentuar, contudo, que, ainda que seja possível perceber semelhanças, as formulações de Mosca e de Pareto guardam algumas diferenças básicas. O termo elite, de Pareto, articulava-se a um argumento sobre a inevitabilidade da desigualdade entre os homens. Do ponto de vista do autor, enquadrado por sua origem nobre, essa desigualdade tinha uma marca essencialista, remetida à própria natureza humana. Não por acaso, portanto, elite era usado por ele de modo intercambiável com aristocracia. Por isso mesmo também não parece estranho que, ao se referir à elite, Pareto adotasse sempre a perspectiva do grupo estabelecido no poder, falando dos meios que empregava para ali se manter ou do que poderia levá-lo à ruína.

Já Mosca, com origem e capital social mais baixos que os de Pareto, embora acima dos da média da população, e vindo de uma região que havia sido marcada pela subordinação política, preocupava-se, basicamente, com o problema da desigualdade política, como o próprio termo que privilegiou denota. Ainda que a desigualdade política também se afigurasse para ele como uma inevitabilidade, suas causas eram remetidas não a uma essência ou à natureza humana. Sua ênfase recaía sobre a concentração de recursos como força, riqueza, nascimento, saber ou mérito, que permitiam o acesso à classe política. Sua perspectiva, ao menos em seus primeiros escritos, era claramente exterior à classe política.

Tratar, portanto, Mosca e Pareto de modo indiferenciado, simplesmente enquadrando os dois no que seria uma teoria geral das elites, como se a distanciá-los houvesse apenas o fato de que um atentava mais para a circulação e o outro para os mecanismos de seleção das elites, é ignorar descontinuidades mais profundas que os apartavam e que se embutiam nos próprios termos utilizados por cada um.

Embora se tivesse falado anteriormente em um deslocamento de Pareto da economia para a sociologia, é preciso acentuar que, como pôde ser visto, do mesmo modo que sua passagem da política à ciência não constituiu uma ruptura radical, uma adoção de uma postura efetivamente desengajada, o investimento na sociologia também não resultou em um abandono da economia. Pelo contrário, além de a economia marcar bastante a sociologia de Pareto, o autor continuou a publicar intensamente naquela área. De fato, para ele a sociologia, ao propiciar uma visão mais abrangente, permitia dar conta de modo efetivo das ações humanas de maneira geral, inclusive as econômicas. E não apenas isso, por consistir em um estudo lógico, científico, das ações humanas, a sociologia permitia até mesmo prever o rumo dessas ações.

Desse modo, o investimento de Pareto na sociologia correspondeu, igualmente, a um período em que passou a assumir posturas crescentemente proféticas. E o que se afigurava para ele, apoiado em sua noção da circulação das elites, era que se aproximava o fim do ciclo da plutocracia demagógica, aferrada à religião humanitária, e que teimava em não usar a força para neutralizar seus inimigos.

Foi dessa forma, principalmente, que Pareto voltou a se fazer mais presente na Itália, em um momento de instabilidade que marcou o fim da I Guerra Mundial, de impacto causado pela Revolução Russa, de crescimento e de radicalização do socialismo, de mobilização nas cidades e no campo, e de afirmação do fascismo. Foi, entretanto, apenas com a ascensão de Mussolini que Pareto passou a ser efetivamente glorificado em seu país, alçado à condição de profeta do novo regime, recebendo e aceitando as honras que julgava merecer, ganhando reconhecimento político por sua produção científica. O fascismo foi tomado como demonstração do acerto das previsões de Pareto — o que representou um estímulo à curiosidade por seus trabalhos —, ao mesmo tempo em que se apropriou de suas idéias como demonstração científica de sua inevitabilidade.

Esse mesmo momento em que se deu o novo ascenso de Pareto na Itália, contudo, foi o que marcou o descenso de Mosca, impondo-lhe um fracasso político, um isolamento na universidade, uma dedicação exclusiva à ciência, vinculado, agora, à cadeira de história das doutrinas políticas, na Universidade de Roma. Foi a crescente projeção de Pareto como sociólogo na Itália, o sucesso de sua teoria das elites, que, em grande parte, levou Mosca a formular suas teses sobre a classe política como uma doutrina da classe política e a buscar impor uma continuidade entre os seus trabalhos, como se constituíssem uma obra de aperfeiçoamento e de reafirmação daquela doutrina,

que já estaria presente, de forma articulada, desde o seu primeiro livro, a *Teorica dei governi*. E mais, se era sobretudo como jurista que até então Mosca buscava se afirmar, mesmo quando seus textos traziam no título a expressão ciência política, agora era como cientista político que preferencialmente, o autor se apresentava.

Isso, entretanto, não acarretou para ele, de modo necessário, uma completa autonomização da ciência política em relação ao direito, ou mesmo, e principalmente, à própria política. Pelo contrário, a urgência da construção de uma política científica parecia bastante clara ao autor, já naquele início da década de 20.

Mosca, que investiu firmemente em uma carreira política, nela se notabilizando, afirmando-se como um político digno, uma espécie de reserva moral do Parlamento italiano, opôs-se ao fascismo, desautorizando o uso que fazia este de suas críticas ao governo parlamentar. Também esse novo momento se refletiu em seus textos, levando-o a moderar suas avaliações anteriores em relação à democracia, ao sistema representativo e mesmo ao socialismo.

O que se percebe, nesse ponto, é uma clara inversão dos autores em relação às suas posturas iniciais, ambos escorados em suas respectivas teses, da classe política e das elites, atribuindo-lhes, porém, um sentido distinto. Enquanto Mosca, a princípio, percebia as mazelas do quadro italiano como decorrências lógicas e necessárias do liberalismo e do governo parlamentar, que conferiam enormes poderes à classe política, Pareto as avaliava, ao contrário, como resultado do abandono, pelas elites, dos princípios básicos do sistema liberal. Já ao final, Pareto, com base em sua sociologia, vaticinava o fim inexorável do ciclo das elites no poder, e assim também da política liberal, por sua fidelidade ao credo humanitário, ao passo que Mosca, falando a partir de sua ciência política, apresentava a manutenção do sistema representativo e do governo parlamentar como principais e urgentes tarefas da classe política.

# Notas

1. Para autores como o sociólogo Seymour Martin Lipset, não era necessariamente válido o argumento democrático clássico de que era desejável uma participação ampla e generalizada. O que o caso da Alemanha dos anos 30 demonstrava, com a ascensão política do Nacional-Socialismo, era que o aumento da participação direta podia decorrer também, inversamente, de um declínio na coesão social e de uma disfunção no processo democrático (Lipset, 1960:32. Ver também, nessa linha, Milbrath, 1966:142-54).

Nessa perspectiva, abstenção e apatia políticas poderiam ser tomadas como indicadores positivos. Tal é a posição do cientista político W. H. Morris Jones, autor de "In defense of apathy", artigo de 1954 no qual procura mostrar que a idéia do dever do voto era mais própria ao campo totalitário, em nada contribuindo, ao contrário do que se acreditava, para a defesa da democracia. Foram os não-apáticos, baseados em noções incorretas da democracia, que garantiram a ascensão de Mussolini, Hitler e Stalin. A existência de uma parcela apática do eleitorado era um claro sinalizador dos limites da intervenção da política, além de constituir-se em um amortecedor para os fanáticos, eles, sim, um real perigo para a democracia (Jones, 1954, passim).

A mesma questão permeia dois artigos bastante referidos sobre o problema do consenso na democracia, ambos do início dos anos 60: "Fundamental principles of democracy: bases of agreement and disagreement", de Prothro & Grigg (1960), e "Consensus and ideology in American politics", de McClosky (1964). Para uma crítica específica a esses dois trabalhos, ver Femia (1977). Para uma refutação da idéia de que a democracia se beneficia de uma baixa participação, ver Duncan & Lukes (1963).

2. Foge aos objetivos deste livro analisar com minúcia as formulações recentes da teoria das elites. Procurou-se apenas traçar um quadro geral reunindo algumas teses básicas, ainda que reconhecendo a existência de diferenças significativas entre elas. Seus formuladores são autores tão diversos quanto Joseph Schumpeter, Raymond Aron, Karl Mannheim, Harold Lasswell, C. Wright Mills, Robert Dahl e Giovanni Sartori, apenas para citar os mais notórios. Um estudo mais detido dos argumentos destes e de outros autores pode ser visto em Grynszpan (1996).

3. O que se tomou como referência básica foi a produção acadêmica estrangeira, em particular a norte-americana e a européia, através da qual o debate foi apropriado no Brasil. Aqui, no entanto, a cronologia do debate foi de certo modo inversa, experimentando uma intensificação no momento mesmo em que refluía

fora do país. Na verdade as elites, durante muito tempo, foram consideradas objeto de estudo ilegítimo, ainda que constassem como matéria obrigatória nos currículos de ciências sociais. Essa preterição pode ser entendida, ao menos em parte, como resultado de uma relação estreita entre os campos acadêmico e político, que produziu uma hierarquização de objetos que tomava a premência e a exclusão sociais e políticas como princípios básicos de relevância sociológica. Acrescente-se a isso a rejeição de que foram alvo os formuladores iniciais da teoria das elites que, como se verá adiante, tiveram seus nomes associados à ascensão do fascismo na Itália.

Não se tratará, neste livro, de analisar as condições e as formas de apropriação da teoria das elites no Brasil. Ainda assim, cabe assinalar que o próprio padrão de distribuição dos livros referidos à teoria pelas bibliotecas do Rio de Janeiro, por exemplo, apresenta por si só alguns elementos bastante interessantes. Há uma clara incidência de textos-chave, em edições e versões variadas, em acervos como os da Fundação Getulio Vargas, da Escola Superior de Guerra e da Escola de Guerra Naval, o que pode ser um indicador do peso que as distintas formulações da teoria exerceram sobre setores significativos das elites brasileiras, como o burocrático, o empresarial e o militar.

4. Mariza Peirano (1995, especialmente o cap. I e o posfácio) procura mostrar que, no caso da antropologia, a conformação de uma competência profissional específica é inseparável de um certo grau de controle da história da disciplina. O processo de formação do iniciante, portanto, é constituído pela transmissão de uma tradição de trabalho por meio da sua inserção em uma das distintas linhagens da disciplina, conferidoras de um lugar na comunidade de especialistas.

5. Ver, por exemplo, Albertoni (1989a:ix-xxiv, 1990:17-28), Bobbio (1991:385-6), Bottomore (1965:8), Coser (1971:411), Giddens (1975:144), Kolegar (1967:354), Meisel (1962:3-5, 1965a:2), Parry (1969:15) e Sartori (1965:56-8). Autores como Renzo Sereno (1962:3-51) e Suzanne Keller (1963:16-24), embora reconheçam Mosca e Pareto como os primeiros formuladores e sistematizadores da teoria das elites, localizam as origens de algumas de suas questões básicas ainda em Aristóteles e Platão. O inglês W. G. Runciman, por seu turno, mesmo qualificando Mosca e Pareto como patriarcas menores da sociologia política, quando comparados a Marx e a Weber, identifica a sua reflexão sobre as elites como uma contribuição efetiva (Runciman, 1969:64).

6. Ver também a coletânea de Marcus, principalmente sua parte introdutória (1983:7-57), para um arrolamento de trabalhos antropológicos sobre elites.

7. Em sua análise sobre o campo da ciência, o sociólogo Pierre Bourdieu (1983:125) observa que o afluxo de pesquisadores para um determinado tema ou problema pode ser explicado pela sua possibilidade de conferir ganhos simbólicos em prestígio, notoriedade e reconhecimento, mais do que propriamente por uma importância científica intrínseca.

8. Buscando refletir sobre as condições sociais de possibilidade da leitura, Bourdieu chama a atenção para a distinção entre as categorias de *auctor* e de *lector*. A primeira designa aquele cuja *auctoritas* se baseia na produção de um discurso novo. Já o *lector* funda a sua legitimidade na *auctoritas* do *auctor*, comentando seu discurso já estabelecido. No entanto, ao impor como verdadeira a sua leitura do discurso de um *auctor*, o que faz o *lector* é universalizar as condições sociais de possibilidade de sua própria leitura, produzindo em torno dela um efeito de evidência e de reconhecimento (Bourdieu, 1990:134-6. Ver também Bourdieu & Chartier, 1993:268).

9. Há que se considerar igualmente o papel desempenhado, entre outros, por editores e tradutores na determinação de uma leitura dos textos. Mesmo que não se

vá desenvolver esse ponto, que mereceria um estudo específico, algumas indicações serão dadas adiante, particularmente no que toca ao caso de Mosca. Para uma reflexão nessa linha, ainda que centrada em um objeto distinto, ver Chartier (1992, 1993, 1994).

10. São apropriadas, aqui, basicamente as teses de Pierre Bourdieu. Destaca-se, em particular, sua teoria dos campos enquanto espaços de lutas concorrenciais entre agentes diversamente posicionados, dotados de estruturas distintas de capitais, sua visão de trajetória como sucessão de posições ocupadas por um mesmo agente em um espaço em devir, em constante transformação, bem como sua noção de *habitus*. Sobre esses pontos, ver Bourdieu (1986, 1989:7-15, 1989b:59-73 e 131-61).

11. Uma referência importante nesse sentido é a análise de Mozart feita por Norbert Elias. O sociólogo procura entender como foi que o músico, apesar da genialidade e virtuosismo, terminou morrendo pobre, doente e ignorado, aos 35 anos. Isso, a seu ver, só pode ser feito à custa de um rompimento com a perspectiva biográfica tradicional, que toma os indivíduos como personalidades absolutamente singulares e incomparáveis, e com as histórias da arte a-históricas, que se limitam a enquadrar as realizações artísticas em grandes categorias abstratas, apresentando-as como expressões ou representantes de determinados estilos. Os indivíduos, assim como as formas pelas quais são reconhecidos, até mesmo para que possam ser compreendidos na sua especificidade, sustenta Elias, devem ser remetidos aos seus contextos, às pressões sociais que agem sobre eles, às redes de interdependência nas quais se inscrevem (Elias, 1995:15-9).

Em um sentido próximo segue Didier Eribon, em sua resposta às críticas dirigidas à sua biografia de Michel Foucault (Eribon, 1990). Diz ele que fazer a biografia do autor implicou romper com todos os mitos de um eu fundador, de um projeto original, de uma coerência teleológica, optando por uma diversidade de fisionomias historicamente determinadas, definidas a cada momento pelo entrecruzamento de forças variadas (Eribon, 1994:24).

Ver também as investidas de Lucien Febvre, ainda em 1938, contra as histórias da filosofia que mais se apresentavam, segundo ele, como "engendramentos de conceitos saídos de inteligências desencarnadas — e depois vivendo com sua própria vida fora do tempo e do espaço" (Febvre, 1978:124).

12. Para uma análise da ciência como campo social — e portanto como campo de lutas concorrenciais — e da autoridade científica como capital, associado ao prestígio e à notoriedade, que pode ser acumulado, transmitido ou mesmo reconvertido em outras espécies de capital, ver Bourdieu (1983).

13. O fato de se pretender abarcar aqui o conjunto de relações de Mosca e de Pareto, dando conta de seus desdobramentos significativos, não implica que se tenha a pretensão de esgotar esse conjunto, ou de tratar de forma efetiva, com o mesmo nível de detalhamento e de profundidade, cada uma de suas distintas subpartes.

14. Para um quadro geral do período, ver, por exemplo, Hobsbawm (1977a, 1977b, 1988).

15. Hobsbawm (1977b:121, 1988:127).

16. Hobsbawm (1988:129-31). Os próprios usos do termo elite, como mostra Raymond Williams, sofriam alterações significativas, espelhando o quadro de transformações. Até o século XVIII ele era intercambiável com um outro termo, eleito, significando preferido, seleto, distinto, em um sentido tanto social quanto religioso. Mas a partir do século XIX o significado religioso foi expurgado, limi-

tando-se a categoria a expressar distinção social ou, igualmente, excelência dentro de um grupo específico. Nessa linha, elite tornou-se um equivalente de melhor, cumprindo, da mesma forma que o conceito de classe, mas em concorrência com ele, um importante papel classificatório, em um contexto de ruptura das antigas ordens de diferenciação social. Ao mesmo tempo, em um instante em que se ampliava a cidadania política e se afirmavam novos padrões de legitimidade baseados, entre outros elementos, na escolha eleitoral, o termo elite também passou a significar aptidão, capacidade para o governo (Williams, 1981:96-8).

17. O historiador Eric Hobsbawm também chama a atenção para esse aspecto. Segundo ele, a Revolução Francesa havia derrubado a sociedade aristocrática, mas não a aristocracia ou a influência aristocrática, que serviam de parâmetro para os novos grupos superiores (Hobsbawm, 1977a:203).

18. Hobsbawm (1977a:129, 1988, especialmente os caps. 4 e 5). O historiador Michael Biddiss, em seu *The age of the masses*, observa que, por volta da década de 1870, uma boa parte dos países europeus já havia adotado instituições liberais parlamentares, o que contrastava com uma clara resistência ao princípio da igualdade política, manifestada através de mecanismos de exclusão. Mas apesar das restrições, ocorreu no período, como tendência, um avanço no sentido da política de massa (Bidiss, 1977:38). O sociólogo Robert Castel (1995:240-7) enfatiza pontos próximos, qualificando o liberalismo francês do século XIX como restaurador da ordem, informado pela noção de governo dos melhores.

19. A recorrência de determinados temas que, segundo H. Stuart Hughes, marcou a produção intelectual de fins do século XIX e início do século XX, permite perceber seus produtores como pertencentes a uma geração específica — a de 1890. Naquela década e na seguinte é que, principalmente, os pressupostos básicos do pensamento social dos séculos XVIII e XIX, identificados com o Iluminismo, foram submetidos a um forte exame crítico. A geração de 1890 havia reagido contra o pensamento positivo, contra o primado da racionalidade, assumindo um cunho marcadamente subjetivo, contra a democracia e o socialismo, colocando-se a tarefa de ir além do que julgava ser as ficções da ação política, os mitos, buscando a realidade que estava por detrás deles, os verdadeiros detentores do poder, as elites (Hughes, 1958:33-6 e 63-6). Sobre essa questão ver também Biddiss (1977:14-5).

20. Para Mayer (1987:273), o darwinismo social havia se convertido, naquele momento de remobilização da antiga ordem, em uma *Weltanschauung*, em uma concepção de mundo predominante entre as classes dominantes e governantes da Europa.

21. Para Runciman, o que conferiu notoriedade a Mosca, a Pareto e também a Robert Michels — outro autor central no que toca à teoria das elites — foi justamente o fato de, em plena maré montante da democracia, terem acentuado o caráter inevitável das oligarquias. Em suas palavras: "Essa vigorosa ênfase na oligarquia, embora possa ser apenas uma reafirmação do que já havia sido dito por outros, adquire um significado diferente e mais poderoso em um quadro de práticas e instituições supostamente democráticas. As formas constitucionais e organizacionais discutidas por todos os três autores são a expressão de expectativas baseadas, precisamente, na crença de que a democracia pode ser posta em prática. Portanto, denunciar essa ortodoxia em expansão significava tomar uma posição ao mesmo tempo original e provocativa. Dizer que todos os governos prévios foram oligarquias é interessante se não profundo; afirmar que os governos democráticos também o são e sempre o serão é desconcertante" (Runciman, 1969:70).

As observações de Biddiss (1977:132-3), Hughes (1958:63-7) e Geraint Parry (1969:23) seguem nesse mesmo sentido. Sobre as idéias especificamente de Robert Michels, ver adiante nesta mesma introdução.

22. Na verdade, essa leitura é relativamente generalizada, como aponta Ferdinand Kolegar (1967:354). Além de Mayer e de Hirschman, pode-se citar Norberto Bobbio (1991:391), para quem a teoria das elites havia sido uma reação ideológica ao advento da sociedade de massa, tendo contribuído para dificultar a afirmação da democracia. Igualmente T. B. Bottomore, outro comentador bastante citado, atribui as teses de Mosca e de Pareto à sua oposição ao socialismo. Suas críticas à democracia, segundo ele, baseavam-se no fato de que a consideravam uma porta aberta para o socialismo (Bottomore, 1965:16-20). Esta é também a posição de Hughes (1958:78-9) e de Parry (1969:27), para quem o pensamento elitista não pode ser plenamente compreendido se não se levar em conta o impacto do marxismo.

23. Como observa Biddiss, a emergência da sociedade, da cultura e da política de massas forneceu aos intelectuais de fins do século XIX seu tema básico de reflexão. Mas como, em grande parte, consideravam as massas medíocres, incompetentes, eles terminaram por traçar para a sociedade européia um quadro extremamente cético, pessimista (Biddiss, 1977:14-5). Parte importante dessas avaliações encontrava-se, como indica Hobsbawm, no campo da psicologia. Autores como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon voltaram-se para as ações das massas para demonstrar como os homens, em larga medida, eram guiados não pela razão, mas pelos instintos, pelos apetites, mesmo os mais baixos e violentos (Hobsbawm, 1988:377).

24. Em *El Estado y la revolución*, publicado em 1918, Lenin sustentava a tese de que, nas sociedades de classes, os sistemas de governo nada mais eram do que ditaduras, formas de opressão de uma classe sobre outra, sendo o Estado o instrumento dessa opressão. No capitalismo, portanto, a democracia, ao contrário do que se dizia, era sinônimo de opressão de uma minoria — a burguesia — sobre uma maioria — o operariado. Já a ditadura do proletariado, esta sim se aproximava do ideal democrático, visto que significava o governo, a imposição da vontade da maioria sobre a minoria (Lenin, 1978a, passim).

O caráter antidemocrático das idéias de Lenin e seu parentesco com as teses elitistas têm sido acentuados por diversos autores além de Hirschman, entre os quais Robert Dahl (1989:53-4), Seymour Lipset (1968:17, nota 2), Peter Bachrach (s.d:2) e Geraint Parry (1969:55). Esses autores baseiam sua afirmação nos livros *Que fazer?*, de 1902, e *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*, de 1920. Em ambos, Lenin expressava a visão de que, por si mesmas, as massas eram incapazes de promover um salto de qualidade no sentido do socialismo, necessitando da direção de uma organização de revolucionários conscientes.

Em *Que fazer?*, Lenin declarava: "Ora, eu afirmo: 1º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa); ..." (Lenin, 1978b:96).

Em *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*, ele afirmava: "A tarefa imediata da vanguarda consciente do movimento operário internacional, isto é, os partidos, grupos e tendências comunistas, consiste em saber levar as grandes massas (hoje ainda, na maioria dos casos, adormecidas, apáticas, rotineiras, inertes, sem despertar) a esta sua nova posição ou, melhor dizendo, a saber dirigir não apenas o seu próprio partido, mas também a estas

massas, no transcurso de sua aproximação e de sua passagem a esta nova posição" (Lenin, 1979:412).

25. As relações entre o fascismo e o pensamento elitista serão abordadas mais adiante. Por ora, é suficiente ter em mente que, embora tivesse morrido em 1923, pouco após a ascensão de Mussolini, Pareto foi tomado como um ideólogo do fascismo, um antecipador do novo regime. Mosca, por sua vez, ainda que a ele tivesse se oposto, sendo por isso mesmo predominantemente considerado um pensador liberal, é visto, de algum modo, como tendo também contribuído para a afirmação do fascismo, através de suas críticas ao governo parlamentar, como se verá à frente.

26. Em um artigo intitulado "O século de Michels", Wanderley Guilherme dos Santos observa que a participação política surge como um problema a partir mesmo do momento em que se rompe a correlação direta entre as posições social e política, ou entre a posição no *demos* e o lugar na *polis*. Quebrada essa correlação, característica do Antigo Regime, abria-se uma concorrência não apenas por posições políticas, mas igualmente pela criação de novas posições e instituições. Dentre essas novas instituições estavam justamente os partidos que, de meados do século XIX em diante, lutaram para exercer o monopólio da representação política (Santos, 1985:286-9).

27. Gustave Le Bon, ao discutir a eficácia das assembléias parlamentares, tendo em vista o fato de que elas também se constituíam em multidões, reconhecia, de todo modo, tratar-se o regime parlamentar de um "ideal de todos os povos civilizados modernos" (Le Bon, 1922:177).

28. Na verdade, mais do que constituir-se em uma ciência, a história, naquele período, afirmou-se como um elemento fundamental para as ciências sociais em formação, servindo-lhes de laboratório, de campo de experimentação, suprindo-lhes com um estoque de dados, de informações, de evidências, a partir dos quais suas leis podiam ser conhecidas e demonstradas de modo objetivo, positivo.

29. Ver Karady (1976, 1979, 1983), Ortiz (1989) e Weisz (979).

30. Para uma análise nessa linha ver o trabalho de Wolf Lepenies (1990) sobre a afirmação da sociologia na França, na Inglaterra e na Alemanha. Outro estudo interessante é o de Mariza Peirano (1981) sobre a antropologia no Brasil. O que a autora procura mostrar é que as questões antropológicas são apropriadas de modos distintos em diferentes contextos socioculturais nacionais.

31. Utiliza-se aqui a díade de Norbert Elias (1993) em seu *Engagement et distanciation*. Nesse livro, o autor discute justamente os efeitos epistemológicos da operação de transposição, para as ciências sociais, do método das ciências físicas, construído sobre o princípio da neutralidade, do distanciamento.

32. Toma-se por referência aqui a idéia de sociologia reflexiva de Bourdieu. Ela implica, nos termos do autor, uma objetivação da objetivação, uma desconstrução do pré-construído e, assim como uma ruptura com o dado. De claro efeito dialógico, a reflexividade metódica, na visão do sociólogo, deve-se constituir em um exercício sistemático, levando-nos a perquirir sobre nossas próprias pré-noções (Bourdieu, 1989b:17-8).

33. Para Michels, isso era ainda mais evidente no caso de indivíduos que não possuíam fortuna pessoal ou outras fontes de renda, como antigos operários que se tornavam líderes. A perda do cargo significava para eles um desastre. Desligados do hábito do trabalho manual e gozando de vantagens e privilégios que de

outra forma dificilmente teriam, um retorno à antiga condição era, para eles, no mínimo dramático (Michels, 1982:118).

34. Segundo Michels, um dos perigos da autonomização da liderança sobre a base da soberania popular, sobre a base enfim do ideal democrático, era o cesarismo. Amparado no que seria a vontade coletiva, justificando-se com o apoio de uma esmagadora maioria de votos, um indivíduo podia passar a impor a sua dominação, suprimindo a própria democracia e denunciando como antidemocrática qualquer forma de oposição ou protesto. Em nome da democracia, portanto, as maiores violências podiam ser cometidas. A soberania, dessa forma, era a raiz da sua própria supressão (Michels, 1982:125).

35. Michels era, em meados dos anos 10, um dos vários estudiosos que de tempos em tempos peregrinavam a Céligny, na Suíça, onde morava Pareto, para com ele discutir, ouvir críticas, obter orientação, ou simplesmente homenageá-lo. Para um relato de algumas dessas visitas e de detalhes do cotidiano de Pareto, ver Manon Michels Einaudi.

36. Michels era um elemento subsidiário na competição entre os dois pensadores italianos. Tanto Pareto, no *Traité de sociologie générale*, quanto Mosca, na segunda edição de *Elementi di scienza politica*, de 1923, citavam-no como evidência do acerto, como comprovação de suas respectivas teses. Michels, por seu turno, embora se perfilasse principalmente ao lado de Mosca, em *Sociologia dos partidos políticos*, tecendo loas a ele e críticas às formulações de Pareto, disse, mais tarde, que, ainda que tivesse sido aquele o primeiro a publicar um esboço da teoria das elites, não podia ser este tomado como um mero apropriador, uma vez que já vinha, paralelamente, elaborando suas hipóteses (Pareto, 1933:1.044, nota 1.713, 1.508, nota 2.307, e 1.537, nota 2.326; Mosca, 1923:338, 340, 395, 398, 408 e 419; Michels, 1982:25, 100, 225-6; Beetham, 1977a:13-4 e 23).

37. Tanto Bujarin quanto Gramsci e Lukács centraram fogo na conclusão de Michels de que o socialismo era impossível, apesar de nenhum deles negar a veracidade das observações do sociólogo. Bujarin constrói seu contra-argumento sobre a base da impossibilidade científica de que os dirigentes, necessários mesmo no socialismo, viessem a se constituir em uma classe dominante, visto que não detinham a propriedade privada dos meios de produção (Bujarin, 1972:308-10). Gramsci, por sua vez, caminha pela diferenciação entre democracia de partido e democracia no Estado, sustentando que esta podia exigir um partido fortemente centralizado. Mais ainda, a existência, segundo ele, de uma diferença entre chefes, particularmente intelectuais, que tinham uma importante função, e massas, desde que não se tratasse de uma distinção de classes, não era suficiente para inviabilizar o socialismo (Gramsci, 1968:109). Já Lukács procura mostrar como Michels tentara denegrir a democracia operária, apresentando como leis sociológicas universais aquilo que na verdade era um fenômeno singular, particular, fruto específico, em seus termos, do reformismo social-democrata (Lukács, 1958:206).

38. Para uma relação das publicações de Michels, ver Opere di Roberto Michels (1937:39-76).

39. Para uma análise na linha de uma biografia intelectual de Michels, ver Arthur Mitzman (1987) e David Beetham (1977a, 1977b), tendo este último uma perspectiva mais política, procurando dar conta de sua passagem do socialismo ao fascismo. Ver também, sobre ele, o verbete de Juan Linz na *International encyclopedia of the social sciences* (Linz, 1968). Outras informações, ainda que marcadas por um tom laudatório, podem ser encontradas em dois textos, um de Paolo Orano (1937), e outro de Carlo Curcio (1937), ambos publicados pela Universidade de Perugia, após a morte do autor, que se deu em 1936. Para alguns dados sobre o campo intelectual alemão e a passagem de Michels

por ele, consultar Stuart Hughes (1958). Já para um estudo mais detido do mesmo tema, ver Fritz K. Ringer (1990).

40. Ver Meisel (1962:169-83) e Albertoni (1989a:xi-xvi, xxiv-xl, 1990:147-51). James Meisel tem mesmo um livro intitulado *Pareto & Mosca*. Trata-se de uma coletânea com resenhas e comentários de diversos autores sobre os dois pensadores, editada nos Estados Unidos em uma série intitulada Makers of Modern Social Science (Meisel, 1965a). Ver ainda *On Mosca and Pareto*, de Norberto Bobbio (1972).

41. Finer (1966:53, 65, 79, 85-6); Aron (1982:428).

42. Mosca referia-se ao livro *Gli Anciens Régimes e la democrazia diretta*, de 1902, do socialista Giuseppe Rensi (Mosca, 1949a:11).

43. Pareto, em *Les systèmes socialistes*, faz referência a Mosca em apenas uma das notas do capítulo final do livro, "Théorie matérialiste de l'histoire", citando a primeira edição dos seus *Elementi di scienza politica*, de 1896, como um trabalho em que se podia encontrar uma reflexão sobre constituições e o papel social do Exército (Pareto, 1965:433, nota 1). Ele não reconhecia, portanto, nenhuma precedência de Mosca nas teses básicas contidas no livro.

44. Mongardini (1965:175 e 179-86, 1970:234-7).

45. Para outras cartas em que Pareto referia-se a Mosca e às suas acusações de plágio, ver Mongardini (1965:175-8).

46. Carta de Vilfredo Pareto a Carlo Placci, 4-1-1904, em Giacalone-Monaco (1957:82).

47. Finer (1966:85-7); Albertoni (1990:18); Bobbio (1991:385); Bottomore (1965:8); Sereno (1962:40); Sartori (1965:126).

48. Ver Albertoni (1990:148), Coser (1971:411-2), Hughes (1958:256-7) e Parry (1969:45).

49. Ver também Bobbio (1972:50 e 64, s.d.:128 e 155), Hughes (1958:257-9), Kolegar (1967:354), Meisel (1962:9 e 14) e Mongardini (1965:180).

50. Refere-se ao título italiano do *Traité de sociologie générale*, *Trattato di sociologia generale*.

51. O isolamento de Pareto, a partir de um determinado momento, passou a ser tal, que nem mesmo os habitantes de Céligny o conheciam. Para se ter um pouco do ar de mistério em torno de seu nome, ver o relato de Manon Michels Einaudi sobre as visitas que, juntamente com seu pai, Robert Michels, fez ao autor em meados dos anos 10 (Einaudi, 1935).

52. Ver também Aron (1982:14), Biaudet (1965:41) e Busino (1966:7).

53. Ver também Amoroso (1938:2), Meisel (1962:9) e Schumpeter (1949:150).

54. Prezzolini referia-se ao cargo de revisor de relatórios parlamentares, que Mosca ocupou na Câmara dos Deputados, no início de sua carreira.

55. Bobbio (1972, 1992, 1995:33-56, s.d.:126-55 e 185-204).

56. Bobbio (1972:52-3 e 73); Meisel (1962:xiii, 1965a:1); Parry (1969:38-41); Salvemini (1945: xv-xvi); Sereno (1962:29).

57. Mosca é visto por muitos comentadores como um precursor do que ficou conhecido como o elitismo democrático, que se confunde com uma perspectiva política pluralista (cf., por exemplo, Bachrach, s.d.:10-1; Bottomore, 1965:55; Diesing, 1982:156; e Parry, 1969:38-41). Segundo esta avaliação, o autor havia sido um crítico não da democracia de maneira geral, mas de sua concepção clássica, escorada no princípio da soberania popular, entendida como governo da maioria. Ora, uma vez que era uma minoria que detinha sempre o poder, o governo do povo era uma impossibilidade lógica. Entretanto, isso não significava que a democracia também o fosse. Na verdade, uma visão mais realista da democracia era aquela que localizava o seu esteio não no povo, mas na elite, ou melhor, em uma pluralidade de elites em competição. Para uma caracterização mais detida da perspectiva elitista democrática, ver Grynszpan (1994, particularmente o cap. IV).

58. Segundo James Meisel, Gaetano Mosca, até fins dos anos 50, era conhecido pelo público acadêmico anglo-saxão unicamente como o autor de *The ruling class* (Meisel, 1962:xiii). Para Ferdinand Kolegar, o título em inglês do livro de Mosca era um epítome de sua teoria, permitindo que os estudiosos de ciências sociais associassem seu nome à sua contribuição (Kolegar, 1967:354). Tais observações, na verdade, podem ser estendidas também ao caso brasileiro, em que o conhecimento de Mosca se circunscreve, principalmente, a *The ruling class*.

59. Utiliza-se aqui uma tradução espanhola, datada de 1992, da edição italiana organizada por Bobbio.

60. Para uma outra visão semelhante, ver Hughes (1965a:159), para quem a segunda edição dos *Elementi* representava o ápice do trabalho de Mosca como pensador político.

61. Bobbio deu à edição dos *Elementi* de 1966 o título *La classe politica*. Segundo ele, seu objetivo era retificar a tradução americana, procurando ser fiel à forma como o próprio Mosca nomeou sua doutrina (Bobbio, 1992:39).

62. Livingston optou por acrescentar a *The ruling class* o subtítulo *Elementi di scienza politica*, em italiano mesmo (cf. Mosca, s.d.). Feitas tantas modificações no original, a escolha do subtítulo, afinal, seria uma forma de acentuar o nexo entre os livros, garantindo a quem lesse a edição americana que estaria efetivamente diante das idéias expressas por Mosca.

63. Bobbio também procedeu a operações semelhantes, ao organizar sua edição italiana dos *Elementi*. Esclarecia ele que havia selecionado capítulos, excluindo alguns deles, procurando dar maior relevo e organicidade à teoria da classe política, sem comprometer a compreensão do pensamento mosquiano (Bobbio, 1992:38-9).

64. Para uma crítica da noção de obra como unidade, ver Foucault (1969:31-43, 1971:18-20).

65. É interessante observar que o próprio Bobbio (1992), como já se viu, tinha a tradução americana como referência, ao organizar a edição de 1966 dos *Elementi*, visando a corrigir a percepção da doutrina de Mosca que o seu título impunha.

66. Assim se expressa Livingston: "Nesta edição traduzida, o termo de Mosca 'classe política' é regularmente expresso como 'classe dirigente', mais usual em inglês, com base na licença conferida pelos *Elementos* (cap. II, §1). Não se deve nunca esquecer, é claro, que esses dois termos, que são intercambiáveis em Mosca, funcionam sujeitos à sua definição da classe política ou dirigente, como o grupo de pessoas que, de fato, participam diretamente do governo ou o influenciam" (Livingston, s.d.:xli).

67. Assim Albertoni se refere ao período em que Mosca, funcionário da Câmara dos Deputados, viveu em Roma: "É sem dúvida aí que o escritor determina o rumo e aperfeiçoa sua visão geral da política e de seus problemas. Faz um grande esforço de teorização geral utilizando os dados mais contingentes, mas também indo adiante deles. E Mosca, que nada tem de provinciano, consegue, no decorrer desse período, libertar-se de um certo casuísmo excessivamente italiano (às vezes até mesmo excessivamente siciliano), em uma certa medida precioso documento do momento histórico e social, mas que não deixa de ser um freio entravando sua teorização mais ampla" (Albertoni, 1990:55).

E no caso da ida de Mosca para Turim, em 1898, Albertoni a ela se refere como um período em que o autor cada vez mais se incorporou à mentalidade do Norte. Essa experiência, segundo o comentador, foi bastante significativa, pois nela se clarificou seu horizonte político (Albertoni, 1990:56).

Se a trajetória de Mosca é portanto referida, ela o é mais para justificar novas tomadas de posição, associadas com uma evolução crescente. Codificação da doutrina, aqui, significa evoluir intelectualmente no contato com novos ambientes, novas experiências, abandonando o provincianismo ou a barbárie siciliana, pela mentalidade nortista, cosmopolita, civilizada.

68. Esse e outros trabalhos de Bobbio foram reeditados em um livro de 1972, que é aqui utilizado.

69. Essa observação vem realçar a importância de se submeter também os comentadores e seus textos a uma operação reflexiva, inscrevendo-os em seus espaços de posições. No que toca à teoria das elites, o grande número de comentadores e a diversidade de campos nos quais se inserem tornam bastante difícil que sejam trabalhados, com a profundidade e a minúcia necessárias, nos limites de um livro. Assim, o que se pretende aqui é dar apenas algumas indicações pertinentes nesse sentido.

70. É importante ressaltar que não se trata aqui de negar o peso das tradições culturais nacionais na construção do pensamento sobre o social. Pelo contrário, trata-se de tomá-las a sério, e é isso que pode nos levar a relativizar o enquadramento de Michels em uma suposta escola italiana das elites. Convém perceber, todavia, que as apropriações das tradições não são homogêneas, nem se mantêm uniformes ao longo do tempo, e que as próprias tradições são inventadas (ver, por exemplo, Hobsbawm & Ranger). Mais ainda, não se deve esquecer que, à época de Pareto, de Mosca e mesmo de Michels, a Itália era uma nação muito recente, tendo sido criada apenas em 1861, a partir da unificação de Estados distintos.

71. Além das universidades de Milão, Palermo e Roma, o primeiro seminário foi promovido pela Sociedade Italiana para a História Pátria de Palermo (*Società Siciliana per la Storia Patria di Palermo*), e seu comitê organizador, reunindo representantes daquelas instituições e mais um da Universidade de Pádua e outro da McGill, de Montreal, foi encabeçado por Albertoni. Esse comitê tornou-se mais tarde o Comitê Internacional Gaetano Mosca para o Estudo da Classe Política (Ghiringhelli, 1992:13).

72. Albertoni (1990:36-9 e 49-50, 1992:53-60).

73. Através do trabalho de Albertoni, Milão se afirmou como um dos principais centros de pesquisa sobre a obra de Mosca (Ghiringhelli, 1992:19).

74. Para outros comentários nessa mesma linha, ver também Coser (1971:407), Finer (1968:450), Goldthorpe (1971:122), Mongardini (1970:244-5) e Rodrigues (1984: 15-6).

75. Utiliza-se aqui uma reedição do livro de Megaro de 1967.

76. Carta de Gaudens Megaro a Gaetano Mosca, 17-7-1935, em Albertoni (1989b: xix-xxi). A comparação entre Mosca e Pareto terminou sendo feita no livro sobre Mussolini. Dizia Megaro ali que não era a Pareto que se devia atribuir a origem da teoria das elites. A seu ver, "o escritor que, vários anos antes de Pareto, deu a mais brilhante e sistemática elaboração à teoria das minorias como classes governantes foi Gaetano Mosca, em seu trabalho maior *Elementi di scienza politica* (1896), e mesmo em um trabalho anterior *Teorica dei governi e governo parlamentare* (1884). Já é mais do que hora para os estudiosos reconhecerem a precedência de Mosca sobre Pareto com respeito à teoria da classe política, como Mosca a chama, ou da elite, nos termos de Pareto" (Megaro, 1967:116).

77. Para Gaetano Salvemini, isso era a demonstração de que havia em Colúmbia um forte núcleo de adeptos do fascismo, localizado particularmente no Departamento de Italiano. Na verdade, de todos os professores daquele departamento, o único que o autor qualificava como um liberal era Livingston (Salvemini, 1969:28-9; Prezzolini, 1983:264-5 e 269).

78. Mesmo intelectuais liberais, como Walter Lippmann (1955, passim), sustentavam que a centralização política e o fortalecimento do Executivo eram as únicas maneiras de garantir a sobrevivência das democracias ocidentais em meio aos profundos processos de crise que as assolavam, em um quadro de crescentes tensões militares, como as que se observavam na Europa.

79. Para uma análise da trajetória de Merriam e dos novos espaços criados pelos cientistas sociais em meio ao processo de reorganização do Executivo, nos Estados Unidos, ver Karl (1974, 1979:1-36).

80. Já em 1952, Renzo Sereno retomou a questão da disputa entre Mosca e Pareto como uma oposição entre democracia e tirania. Agora não se tratava, contudo, de deslegitimar o fascismo. Era nos Estados Unidos mesmo que se observava um contexto de repressão, produzido pelo macarthysmo. Transcrevendo uma carta que Mosca lhe tinha enviado ainda em 1938, comentando seu artigo "The anti-aristotelianism of Gaetano Mosca and its fate", Sereno afirmou: "A importância da controvérsia entre os dois escritores italianos repousa no fato de que o mesmo conceito, como exposto por Mosca e aceito por outros estudiosos como Luigi Einaudi e Antonio De Viti De Marco, tornou-se o centro de uma tentativa real e desesperada de barrar e combater o fascismo, e opor-se à tirania com forças morais e intelectuais. Como exposto por Pareto, ele tornou-se o evangelho dos intelectuais fascistas, que encontraram nesse princípio elementos para dar uma roupagem científica às muitas improvisações e expedientes do regime fascista" (Sereno, 1952:603-4).

81. Livingston defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Colúmbia, no ano de 1910, trabalhando justamente com um poeta italiano pouco conhecido, da entrada do século XVII. Em 1911 ele se tornou professor assistente de italiano daquela mesma universidade, ali permanecendo até 1917, quando teve que demitir-se por ter se divorciado de sua primeira mulher. Depois de uma rápida passagem pelo Canadá, ele se empregou, já no período final da I Guerra Mundial, no escritório de propaganda do governo Wilson, onde acumulou relações políticas e empresariais que lhe possibilitaram abrir o Foreign Press Service. Já em 1923, quando a agência encerrava suas atividades, Livingston pôde então reingressar na Universidade de Colúmbia (Prezzolini, 1983:255).

82. Prezzolini (1983:225-7 e 255); Albertoni (1989b:xi-xix). A tradução dos *Elementi di scienza politica* só foi concluída em 1933, depois de várias interrupções e problemas (Albertoni, 1989a:xviii-xix). Também a do *Traité de sociologie générale* de-

morou bastante. À diferença do livro de Mosca, no entanto, a tradução do *Traité* ficou a cargo do próprio Livingston, juntamente com Andrew Bongiorno.

83. Carta de Gaudensc Megaro a Gaetano Mosca, 17-7-1935, em Albertoni (1989b:xix).

84. Para um relato da pesquisa de Hawthorne, ver Roethlisberger & Dickson (1970). Ver também Mayo (1959) e Goldthorpe (1971: particularmente 128-30).

85. Segundo Homans, Henderson havia conhecido o *Traité de sociologie générale* através de um entomologista, também de Harvard, William Morton Wheeler (Homans, 1962:3). Wheeler era um estudioso do que chamava de insetos sociais que, segundo reputava em seu livro *Social life among the insects*, de 1922, poderiam fornecer chaves importantes para a compreensão das próprias sociedades humanas. Comparando-se estas àqueles, poder-se-ia perceber que a distância que os separava não era na verdade tão grande. Em um trecho que o aproximava das formulações de Pareto, Wheeler dizia: "Foi dito ou suposto algumas vezes que a sociedade humana é uma associação racional, que se deve a uma cooperação inteligente, ou a um contrato entre seus membros, enquanto as sociedades de insetos são associações meramente fisiológicas ou instintivas. A segunda parte do argumento é correta, mas aquele que procurar apoio para a primeira parte nos trabalhos atuais de sociólogos, psicólogos e filósofos ficará desapontado. A tendência básica do pensamento moderno segue no sentido de um maior reconhecimento do papel importante e determinante do irracional e do instintivo em nossas vidas não apenas sociais mas também individuais" (Wheeler, 1922:16).

86. Ver o relato autobiográfico de Homans em *Sentiments and activities* (1962: especialmente 1-7). Ver também, sobre os seminários, o círculo paretiano de Harvard e os usos que eram feitos das categorias do autor, Barber (1970), Coser (1971:423-5), Easton (1965:270-94), Heyl (1968) e Russet (1966). Para algumas apropriações específicas de Pareto por parte do próprio grupo de Harvard, ver Henderson (1967), Homans & Curtis (1934) e Parsons (1965, 1968). Parsons afirmou-se mesmo, nos Estados Unidos, como um conhecedor de Pareto, sendo de sua autoria os verbetes sobre o sociólogo da *Encyclopaedia of the social sciences* (1959) e da *International encyclopedia of the social sciences* (Parsons & Allais, 1968). Aqui, é importante destacar, não era a teoria das elites o objeto central de apropriação, mas sim, principalmente, noções como as de equilíbrio e de dependência mútua dos fenômenos sociais, centrais nas teses de Pareto.

87. Prezzolini foi, no início da década de 20, o representante italiano do Foreign Press Service. Em 1930, por influência de Livingston, ele se transferiu para os Estados Unidos, sendo nomeado para o Departamento de Italiano da Universidade de Colúmbia, onde chegou também a dirigir a Casa da Itália. Ele era um dos professores de Colúmbia acusados por Gaetano Salvemini de serem adeptos do fascismo. Na Itália, no início do século XX, Prezzolini havia se vinculado a outros jovens escritores que ganharam forte expressão e notoriedade por suas críticas à democracia, por suas posturas irracionalistas, por sua defesa da guerra, do uso da violência, como Giovanni Papini, Enrico Corradini e Filippo Marinetti, um dos expoentes do movimento intelectual conhecido como futurismo. Suas visões eram expressas por meio de vários jornais que foram criados então, como *Leonardo*, de Prezzolini e Papini, *Il Regno* e *La Voce*, também de Prezzolini, que circulou entre 1908 e 1914. Esses jornais enalteciam as teses de autores como Mosca e, principalmente, Pareto, que chegou em algumas ocasiões a contribuir com textos para *Il Regno*, e que tinha ligações pessoais com Prezzolini (Bobbio, 1995:39-56; Clark, 1993:173-6; Duggan, 1994:177-9; Mangoni, 1995:492-7; Prezzolini, 1983:225-6, 263-9; Salvemini, 1969:28-9).

88. É interessante destacar que Livingston passou a ocupar posição mais elevada na Universidade de Colúmbia a partir de 1935, mesmo ano da publicação de *The mind and society* (Prezzolini, 1983:255).

89. Foi também Luigi Einaudi que, em 1934, trouxe de novo à tona na Itália o debate em torno da primazia na elaboração da tese elitista. Ressaltava ele a precedência de Mosca como forma de reparar o que seria uma injustiça cometida contra o autor, que era ofuscado pela grande atenção e ênfase dadas a Pareto. Para o seu argumento completo, ver Einaudi (1934). Para uma resposta a ele, ver "Mosca e Pareto", artigo de Alfonso de Pietri-Tonelli (1935), um antigo discípulo de Pareto.

90. Beard, fotografia da capa da edição de lançamento de *The ruling class*, em Albertoni (1989a).

91. O reino da Itália foi formado em 1861, com a unificação de uma larga parcela de seu território. Sua consolidação porém só se deu em 1870, com a incorporação de Roma (Albertoni, 1990:154; Duggan, 1994:117-46; Gooch, 1986; Hearder, 1992:153-97).

92. Albertoni (1974:38, 1990:53); Sereno (1962:29).

93. Trabalha-se aqui com a edição de 1925, que manteve a de 1884 na íntegra, modificando apenas o título — o original era *Sulla teorica dei governi e sul governo parlamentare. Studi storici e sociali* — e acrescentando algumas notas novas, diferenciadas das originais.

94. Há que se ressaltar a forte presença no pensamento italiano de um elemento historicista, isto é, de uma visão de que, produtos de um processo histórico, as nações, suas instituições, suas crenças e suas práticas somente podem ser compreendidas na sua especificidade através da história. Um dos pensadores identificados com essa visão é o filósofo, teólogo e jurista Giambattista Vico, da passagem do século XVII para o XVIII. Mosca, que cita Vico em seus textos, inscreve-se também nessa perspectiva. Duas das referências especiais que ele faz no proêmio à *Teorica* são justamente a antigos professores seus de história: Luigi De Brun, ainda do liceu, e Adolf Holm, historiador alemão especialista em Antigüidade, que ensinou na Universidade de Palermo de 1877 a 1883 (Mosca, 1925:9; Bersanetti, (1934:544). Sobre o caráter eminentemente histórico da reflexão de Mosca, ver também Bobbio (s.d.) e Pepe (1950).

95. Clark (1993:34-6); Duggan (1994:152-4); Mitchell (1971:68); Hearder (1992:206); Salvemini (1945:viii-ix).

96. Esse limite foi estendido para três anos em 1888 (Cammarano, 1995:87; Clark, 1993:37).

97. *Risorgimento* é como foi denominado o movimento de unificação italiano. Seu uso, a princípio, assim como o do próprio termo Itália, foi mais freqüente em alguns círculos literários pelos quais d'Azeglio e outros líderes transitaram. Seu sentido era evocar um passado idealizado de lutas, de autonomia e de glórias, apresentando a unificação como uma antiga e profunda aspiração e conferindo, por essa via, legitimidade à sua mobilização política e militar (Duggan, 1994:1-8).

98. O historiador Bruno Tobia (1995:431) estima que somente 2,5% da população do novo reino tinham o italiano como língua corrente.

99. Clark (1993:34-8); Duggan (1994:154-5).

100. Cammarano (1995:87); Clark (1993:37).

101. Clark (1993:36); Hearder (1992:206).

102. Clark (1993:38-9); Duggan (1994:155-6).

103. Mosca iniciou seus estudos universitários em 1877, mesmo ano portanto em que foi criada a lei de obrigatoriedade do ensino elementar.

104. Os biógrafos de Mosca não informam sobre a escolaridade de seu pai nem sobre o período exato em que esteve à frente da secretaria geral da municipalidade de Palermo, limitando-se a afirmar que se tratou de um espaço de tempo longo.

105. Sola (1982:17); Clark (1993:58).

106. Ainda que com diferenças de uma região para outra, esse movimento não se limitou à Itália. Ele foi também analisado no caso francês, por Christophe Charle em seu estudo sobre as elites da República, entre 1880 e 1900. Principalmente nessas duas décadas é que, segundo o autor, se assistiu ao nascimento da meritocracia na França, em particular no que tocava à seleção para o serviço público. Na esfera universitária, o princípio já vinha operando há algum tempo (Charle, 1987:36-53).

107. Segundo o historiador Christopher Duggan (1994:154), havia uma carência de professores na Itália, especialmente nas regiões mais remotas, o que se explicaria pelo quadro de baixos salários. A situação, de acordo com Martin Clark (1993:36-7), era mais grave no caso dos professores primários, que algumas vezes recebiam até cargos nas municipalidades como compensação.

108. Clark (1993:39); Duggan (1994:156-7); Socrate (1995:376).

109. Em geral, um juiz iniciava sua carreira como *pretore* em alguma cidade pequena. Ele não tinha estabilidade e sua ascensão se fazia mediante promoção a juiz de tribunal ou de corte de apelação. Para que isso ocorresse, contudo, era necessário o aval do ministro da Justiça, que geralmente levava em conta pedidos e cartas de recomendação de deputados e chefes políticos locais. Promovido, no entanto, um juiz podia ainda ser demitido durante seus três primeiros anos e, mesmo depois disso, ficava sujeito a transferências, o que operava como um mecanismo de pressão e de favorecimento. De fato, transferências de juízes pareciam ser comuns nos momentos de mudança de governo (Cammarano, 1995:13-4; Clark, 1993:54).

110. Duggan (1994:156); Socrate (1995:382-4).

111. Medicina era, na Itália, o curso superior mais procurado depois de direito. Ele concentrava cerca de 30% dos estudantes universitários no início da década de 1880 (Clark, 1993:39).

112. O conflito entre as faculdades superiores e a inferior era de fato uma disputa por jurisdição, por competência e, principalmente, por legitimidade, que se apresentava como uma discussão em torno da verdade. Ele advinha do fato de que, voltada para todas as áreas do saber humano, a faculdade de filosofia podia se debruçar mesmo sobre temas afetos às faculdades superiores, submetendo-os a exame crítico, o que desencadearia, em contrapartida, reações destas (Kant, 1935:28-9).

113. Cammarano (1995:29); Duggan (1994:156); Montroni (1995:367). Para alguns, os vínculos estreitos entre o direito e a política poderiam ser considerados um truísmo, dado que as relações entre os homens — inclusive as políticas — devem ser

reguladas juridicamente, e que o próprio Estado deve se assentar sobre uma ossatura legal, que é a Constituição. Na verdade, o que cabe, em vez de tomar tais vínculos como dados, confirmando a sua trivialidade, reforçando a sua naturalização, é produzir uma análise fina que os tome por objeto, buscando ver como são construídos socialmente e, assim também, impostos como evidência.

114. Em uma posição próxima à do historicismo alemão, Mosca, em sua tese, concluía que a constituição das nações era uma fatalidade. Para ele, a humanidade, se diferenciava de forma inexorável, constituindo grupos distintos, com idéias, sentimentos e instituições singulares, seguindo cada um seu próprio curso histórico, seu próprio processo evolutivo (apud Delle Piane, 1949:5).

115. Ver Cammarano (1995:3-4), Clark (1993:55-6), Coser (1971:414), Duggan (1994:133-5), Hughes (1965b:46-8), Gooch (1986:20-40), Hearder (1992:200), Milza & Bernstein (1980:12-3) e Salomone (1945:10).

116. Nesse aspecto, Mosca não se encontrava em uma posição isolada, solitária. Vários outros autores chamavam a atenção, naquele mesmo momento, para a incompletude e as dificuldades que se observavam para um real processo de unificação e de construção nacionais (cf. Mangoni, 1995).

117. Albertoni (1990:54); D'Addio (1993:334-6).

118. Ver Karady (1976:281, 298-9) e Weisz (1979:86-9).

119. Também Arthur Livingston observa que a influência de Messedaglia havia sido fundamental para as primeiras elaborações da teoria da classe dirigente de Mosca (Livingston, s.d.:ix).

120. Os vínculos originais entre as ciências sociais e o direito não foram uma exclusividade italiana. Para percebê-lo, basta lembrar que Max Weber foi formado em direito (Bendix, 1960:25-6; Gerth & Mills, 1974:21-2). No Brasil, boa parte dos cursos jurídicos universitários no início do século XX recebia o nome de faculdades de direito e ciências sociais. Mesmo na França, onde a sociologia universitária se afirmou nas faculdades de letras, sob o influxo da filosofia, na qual Durkheim foi treinado, havia, como já se viu, uma quantidade considerável de cadeiras identificadas como ciências sociais, ministradas nos cursos de direito. A própria sociologia, aliás, era ensinada aos alunos de direito, o que suscitou um aceso debate sobre ser ou não a faculdade de letras o lugar mais adequado para a cadeira. Destaque-se, ainda, o fato de que um bom número dos chamados durkheimianos era formado justamente em direito (Karady, 1976:278-9; 1979:50-4; Weisz, 1979:88-9; Vogt, 1983:177-86; Ortiz, 1989:21).

121. Stephen Turner e Regis Factor (1994) procuram mostrar, por exemplo, como veio da ciência do direito alemã a base das categorias sociológicas de Weber.

122. Diz o sociólogo, retomando a distinção das faculdades de Kant: "A oposição estabelecida por Kant entre as duas categorias de faculdades, as primeiras submetidas a uma ordem temporal à qual servem, as segundas livres de todos os regulamentos e de todos os limites mundanos, encontra a sua realização, bem como a sua limitação, na relação entre as disciplinas jurídicas e as ciências sociais que, ao introduzirem a liberdade, a irresponsabilidade característica das faculdades temporalmente inferiores no espaço reservado das faculdades superiores, vêm pouco a pouco disputar com aquelas o monopólio do pensamento e do discurso legítimo sobre o mundo social: de um lado, uma ciência de ordem e de poder, que visa à racionalização, em um duplo sentido, da ordem estabelecida; de outro, uma ciência da ordem e do poder, que visa não a colocar em ordem as coisas públicas, mas a pensá-las como tais, a pensar a ordem social e o Estado es-

tabelecidos, pela comparação histórica ou pela variação imaginária, como um caso particular no universo de possibilidades realizadas ou realizáveis" (Bourdieu, 1984:96).

123. Em Durkheim isso era particularmente claro. Do autor ver, por exemplo, (1975). Para os usos políticos da sociologia durkheimiana na França, na III República, ver Castel (1995:276-8). Ver também, para o lugar da política na reflexão de Durkheim, Lacroix (1981).

124. Não são plausíveis as observações de alguns comentadores como Mario Delle Piane, por exemplo, de que a opção de Mosca pelo direito havia sido resultado da inexistência de cursos mais próximos aos seus interesses. Diz Delle Piane: "Na falta, na Itália de então, de cátedras de ciência política, era lógico que ele se voltasse para o direito constitucional, das disciplinas jurídicas a mais próxima de qualquer outra do seu interesse" (Delle Piane, 1949:7).

Apenas ao final de sua carreira, e em condições políticas adversas, é que Mosca, como se destacará adiante, buscou reservar um lugar específico para si, vinculando-se a uma nova cadeira. Ver nele esse intento desde sempre, contudo, como se sua vida fosse a tentativa gradual de realização de um projeto primordial, é ler a sua trajetória do fim para o início, projetando seu desfecho nas origens.

Na verdade, é interessante observar que nas universidades italianas, ainda hoje, cursos de ciência política são ministrados em institutos de direito. E mesmo fora da Itália, é evidente a persistência de fortes vínculos entre as duas disciplinas.

125. Sobre a epistemologia de Mosca, ver Bobbio (s.d.) e Fisichella (1991).

126. É importante atentar para a sinonímia, a indiferenciação entre ciência política e sociologia, o que se deve à sua não-institucionalização e reconhecimento até ali enquanto disciplinas autônomas. O próprio Durkheim, em seus escritos de fins da década de 1880 e início da de 1890, oscilava entre a qualificação de seus estudos, além de sociologia, como ciência social, tanto no singular como no plural, estatística moral e mesmo ciência política (Lacroix, 1976:213).

127. O professor extraordinário, à diferença do ordinário, não era efetivo no cargo e seus ganhos, de modo geral, eram inferiores. Iniciava-se a carreira como extraordinário, o que representava uma dificuldade para aqueles que não tinham uma alta origem social, que não podiam contar com o apoio econômico familiar ou com outra fonte de renda.

128. As prefeituras na Itália não eram, então, cargos eletivos. Elas eram preenchidas por indicação do ministro do Interior, ao qual seus ocupantes ficavam diretamente subordinados. Desse modo, os prefeitos se afirmavam como representantes locais do poder central — na verdade, em boa parte, eles nem mesmo eram originários das próprias regiões que administravam —, defendendo seus interesses e trabalhando pela sua vitória e recondução nos processos eleitorais, quer através da promessa de recompensas, coletivas ou individuais, quer através da pressão, da ameaça, da violência (cf. Cammarano, 1995:8; Clark, 1993:60-1; Duggan, 1994:141; Gooch, 1986:33; Hughes, 1965b:53; Milza & Berstein, 1980:17-8; Salvemini, 1945:xii-xiii).

129. Mosca escrevia em um momento, como já se viu, em que se disseminava e fortalecia o debate sobre a adoção do sufrágio universal. Além disso, a Itália havia passado, recentemente, em 1882, por uma reforma que havia triplicado o seu eleitorado. Ainda assim, era bastante reduzido o número daqueles que decidiam as eleições. Até 1882, os eleitores tinham que ser do sexo masculino, letrados, maio-

res de 25 anos e pagar um mínimo anual de 40,00 liras em impostos diretos. Com a reforma, o limite de idade caiu para 21 anos e a exigência de imposto anual foi reduzida para 19,80 liras. Por outro lado, foram mantidos a exclusividade do voto para os homens e o critério da alfabetização. Mas os que comprovassem terem completado um período de dois anos de estudos em uma escola elementar ficavam isentos do discriminador censitário. Com isso o eleitorado, que era de 621.896 pessoas, ou 2,2% da população, passou a somar 2.049.461, ou 6,9% da população, o que correspondia a cerca de 25% da população masculina acima de 21 anos. Se for somada a esses dados a informação de que a abstenção eleitoral era em geral superior a 40%, poder-se-á perceber que continuava diminuto o número dos que pesavam nos pleitos, como Mosca acentuava (Cammarano, 1995:63-4; Hearder, 1992:205; Salvemini, 1945:viii-x).

130. Ver Hughes (1965a:51), Milza & Bernstein (1980:12-3) e Salvemini (1945:xiii).

131. Cammarano (1995:18-28); Clark (1993:61-6); Coser (1971:415-6); Duggan (1994: 158-61); Hearder (1992:204-12); Hughes (1965a:50-5); Salomone (1945:14-5); Salvemini (1945:x-xiv).

132. Para essa questão e para um arrolamento de outros nomes associados à crítica ao liberalismo e ao Parlamento, ver Clark (1993:65), Duggan (1994:164), Hughes (1965b:55), Mangoni (1995:453-60) e Salomone (1945:14-5).

133. Em um texto de 1886, intitulado *Studi ausiliari di diritto costituzionale*, Mosca procurava diferenciar-se dos estudos correntes de direito constitucional, simples comentários de cartas existentes, segundo ele. Não havia, na acepção do autor, diferenças entre a ciência das constituições, conforme se referia, e a ciência política. Ambas deveriam estudar as leis reguladoras do ordenamento político das distintas sociedades humanas, a partir de uma comparação histórica (apud Bobbio, 1992:10. Ver também Pepe, 1950:48).

134. Ver Barbagallo (1995:6-9), Cammarano (1995:107), Clark (1993:65) e Mangoni (1995:453-5). Sobre as teses de Orlando, ver Tessitore (1988:117-89). Para uma breve comparação entre as reflexões de Orlando e de Mosca, ver Fioravanti (1982).

135. Albertoni (1974:38-96); Sola (1982:20-3).

136. Trata-se do ano de 1882, quando terminou o Curso Complementar de Política e Administração na Universidade de Roma.

137. Albertoni (1990:54); Delle Piane (1949:7-8); Sola (1982:20-1).

138. Gerth & Mills (1974:15-23); Bendix (1960:25-6); Pollak (s.d.:3, 9-12).

139. Charle (1987, particularmente o cap. I e p. 226-7).

140. Albertoni (1974:39, 1990:54-5); Delle Piane (1968:504); Mongardini (1980a:77-8, nota 5); Sola (1982:22).

141. Segundo Mario Delle Piane, o próprio Mosca acentuava ser seu emprego na Câmara um posto de observação privilegiado para um jovem como ele, ansioso por entender as realidades da política (Delle Piane, 1968:504).

142. Livingston (s.d.:xiii); Sola (1982:23).

143. Delle Piane (1949:11-4, 1968:505); Albertoni (1990:56 e 223).

144. Dizia Mosca: "A verdade é que a doutrina democrática — embora tenha prestado inegáveis serviços à civilização e, encarnando-se no sistema representativo, cujo modelo foi buscado na Inglaterra, contribuiu para a realização de importantíssimas melhorias na defesa jurídica, obtidas em virtude de um regime de livre discussão que foi aplicado em diversas partes da Europa — agora que se chegou às suas últimas deduções lógicas e que querem levar até as últimas consequências os princípios nos quais está fundada, produz a desorganização e a decadência nos países em que prevalece. E é necessário que seja assim, porque a dita doutrina, sob aparências pseudocientíficas, é em essência completamente apriorística. De fato, as suas premissas não são em nada justificadas pelos fatos, já que, nas sociedades humanas, a igualdade absoluta jamais existiu e o poder político nunca foi e nunca será baseado no consenso explícito da maioria. Ele foi e será sempre exercitado por aquela minoria organizada que dispôs e disporá dos meios, variáveis segundo a época, para impor a sua supremacia às multidões" (Mosca, 1923:329-30).

145. Há que se ressaltar que a questão das relações entre os poderes laico e religioso na Itália era ainda particularmente central, visto que havia pouco mais de 20 anos que Roma havia sido incorporada ao reino, com relativa perda para o papa. Diante do que foi considerado uma usurpação, os católicos foram orientados por Pio IX no sentido de uma retirada da política, abstendo-se de votar e de serem candidatos. Esse quadro foi se revertendo aos poucos mas, ainda em 1904, Giolitti era obrigado a declarar que Estado e Igreja montavam-se sobre duas linhas paralelas, que não deveriam nunca se encontrar (Salomone, 1945:34-6). Sobre a Igreja, os católicos e sua relação com o Estado e a política na Itália, ver Rossi (1995).

146. Para Arthur Livingston, a primeira edição dos *Elementi*, da mesma forma que a *Teorica*, estava marcada por preconceitos nacionais, regionais e mesmo partidários (Livingston, s.d.:xxxiv).

147. Hearder (1992:204); Milza & Bernstein (1980:18-9); Hughes (1965b:51-3); Albertoni (1990:88); Salvemini (1945:x-xii); Farneti (1978:107-9). Na avaliação de William Salomone, historiador ítalo-americano da Universidade de Nova York, interessado em compreender o que havia possibilitado a ascensão do fascismo, as diferenças partidárias praticamente tinham desaparecido na Itália, durante um largo período, a partir de 1876, com a ascensão de Depretis e das práticas enfeixadas no *transformismo*: "18 de março de 1876 marcou, de fato, uma data revolucionária na vida parlamentar italiana, uma vez que, dali por diante, a luta parlamentar deixou de ser possível na Itália por falta de divisões partidárias. Dali até o surgimento da chamada *estrema sinistra* (socialistas, radicais e republicanos) no final do século, o Parlamento italiano tornou-se um campo para contendas entre facções e cliques, camarilhas e interesses organizados, cujas rusgas e escaramuças passavam longe da realidade política. Idéias e programas deixaram de ser armas na disputa pelo poder nacional responsável, tornando-se meros instrumentos de transações oportunistas, empregos e influência, eleições e posições. Ainda em sua infância, o sistema italiano dava sinais de degeneração. Os homens se afastavam dessa confusão e, em larga medida, buscavam refúgio em oposições estéreis, admoestações escandalizadas e violentas invectivas. Mais diversificadas, a atividade parlamentar e a vida política do país estavam apenas mais confusas e, na ausência de divisões políticas reais baseadas em princípios, passaram, nas palavras do historiador do liberalismo [citando *The history of European liberalism*], 'a um processo de redução à uniformidade monocromática do pó'" (Salomone, 1945:14-5).

148. Hearder (1992:208-9); Albertoni (1990:7); Salomone (1945:43-7); Hughes (1965b:53-4). O Partido Socialista Italiano remonta a 1892, quando da ruptura com os anarquistas e da vitória da corrente que, tendo à frente o jornalista Filippo Turati, percebia na participação parlamentar uma das possíveis e importantes vias de trans-

formação da sociedade. Até o início do século XX, entretanto, o PSI permaneceu minoritário e persistiam no seu interior disputas em torno da ênfase na ação direta e revolucionária, ou na via legal. Os eventos de maio de 1898, a repressão que se abateu sobre a esquerda em geral, pesaram para o reforço da corrente legalista e para a adoção de uma prática de alianças com outros partidos, republicanos e também radicais, que se inseriam em uma vertente democrática cristã, dando origem ao que, no Parlamento, ficou conhecido como a extrema esquerda, *estrema sinistra*, em uma linha de oposição ao governo (Salomone, 1945:43-7; Milza & Bernstein, 1980:31-2). Para uma história do socialismo na Itália, de fins do século XIX ao início do século XX, ver Degl'Innocenti (1995).

149. Apud Bobbio (1992:18). Ver também Delle Piane (1968:505).

150. Jensen (1982); Mongardini (1980b:16); Sola (1982:22-3, 1994:96).

151. Não se tome esse ponto como evidência de que Mosca tivesse um perfeito controle racional sobre suas opções e os efeitos destas. Nem se veja aqui uma contradição insuperável entre seu discurso meritocrático, impessoal, e suas práticas personalizantes. Na verdade, embora aparentemente discrepantes, podem estar ambos referidos a um mesmo padrão cultural. Os autores que estudaram a patronagem e as relações pessoais em sociedades com traços fortemente hierarquizantes, como a italiana e mesmo a brasileira, observaram que nelas operam dois esquemas de classificação e de orientação prática no mundo social: um marcado pela pessoalidade e o outro pela impessoalidade. O primeiro permite, por meio do parentesco, do compadrio, da amizade e da patronagem, contornar as dificuldades, o desamparo e as angústias geradas pelo segundo, pela individualização e pela submissão a leis impessoais. A partir deles, dois padrões morais e éticos são gerados, coexistindo nos agentes, permitindo que, ao mesmo tempo em que não se meçam esforços ou recursos no favorecimento de parentes, amigos e clientes, até mesmo burlando a lei e fugindo às regras, exijam-se imparcialidade e o rígido cumprimento da lei para os inimigos e os desconhecidos (cf. Kenny, 1968:158, 1977:359; Landé, 1977:xxiv; Matta, 1980:19-20; Stirling, 1968:51).

152. Ver também Albertoni (1990:56) e Hearder (1992:199).

153. Lombroso era um dos principais nomes do pensamento social italiano, tendo se afirmado por uma via distinta da do direito, ainda que em estreita relação com ele. O autor promovia uma confluência entre a medicina legal e a psiquiatria, buscando explicar o comportamento delituoso (Mangoni, 1995:460-7).

154. James Meisel refere-se a Luigi Einaudi como um amigo de Mosca por toda a vida. Einaudi tornou-se presidente da Itália após a II Guerra Mundial, tendo sido fundamental para o acesso de Meisel às fontes que informaram sua reflexão sobre Mosca (Meisel, 1962:xiv).

155. Albertoni (1990:56); Delle Piane (1968:505).

156. Albertoni (1990:223-4); Delle Piane (1949:17-39).

157. Albertoni (1990:56-61); Delle Piane (1949:70-2).

158. Bobbio (1972:21, 1992:31-4, 1995:45, s.d.:195-6); Delle Piane (1968:505); Pepe (1950:57).

159. Albertoni (1990:57); Delle Piane (1949:29-30). Para uma históra da Universidade Bocconi, ver Cattini et alii (1992).

160. Delle Piane (1949:33); Mongardini (1980a:148, nota 1).

161. Christophe Charle mostra como na França, no mesmo período, observou-se um movimento contrário no sentido de um crescente desengajamento universitário da política partidária. No lugar desta fortaleceu-se, em algum nível, a participação na política universitária (Charle, 1987:410-23).

162. É preciso não perder de vista o fato de que, não sendo remunerado, o cargo de deputado era exercido por quem dispunha de outras fontes de rendimento (cf. Cammarano, 1995:5).

163. Cabe acentuar que um tal controle sobre um eleitorado restrito era um dos elementos que permitiam que alguns deputados se dedicassem de forma contínua a atividades universitárias, mesmo distantes, sem que precisassem interrompê-las com constantes visitas a suas bases, a fim de mantê-las cativas.

164. Se Giolitti procurava se apresentar como um liberal democrata, isso se deve ao fato de que igualdade não era, necessariamente, sinônimo de liberalismo. Por isso mesmo, pensadores como Mosca, críticos da noção de igualdade, podiam se fazer presentes no Partido Liberal.

165. Albertoni (1974:39, 1990:116); Delle Piane (1968:506); Salvemini (1945:ix).

166. Mosca, já durante seu primeiro mandato como deputado, voltou-se diversas vezes para o problema colonial italiano, abordando-o tanto em suas intervenções na Câmara quanto em seus artigos no *Corriere della Sera* e na *Tribuna* (Albertoni, 1990:112-3).

167. Albertoni (1990:224); Delle Piane (1949:42-72).

168. Para uma análise específica da relação entre as idéias de Mosca e as teses socialistas, ver Dell'Erba (1991).

169. Mosca não apenas amplia o escopo de seu conceito como também o complexifica, abandonando a visão bipolar que dividia a sociedade entre dirigentes e dirigidos para introduzir um terceiro elemento, um elemento intermediário, ou um estrato médio da classe dirigente, uma subdivisão dela. Esse estrato que, além de abranger os vários níveis burocráticos, fazia a mediação entre as camadas superiores e a massa, enquadrando e dirigindo a sua ação, seria fundamental para qualquer organização política, segundo o autor. Ele não somente garantia a operacionalidade do sistema político como, em função de seu grau de moralidade, inteligência e especialização, pesava de modo decisivo para sua a consistência, estabilidade, durabilidade (Mosca, 1923:412).

170. Refere-se Mosca a *Ordre social et ses bases naturelles*, de Otto Ammon, datado de 1898; *Conscience et volonté sociale*, de Giacomo Novikof, de 1897, e *Gli anciennes régimes e la democrazia diretta*, de Giuseppe Rensi, de 1902. De Pareto, o autor cita *Les systèmes socialistes* e o *Traité de sociologie générale* (Mosca, 1923:338, nota 1).

171. Dizia Mosca, sobre o contexto político do pós-guerra: "Infelizmente, os resultados morais e econômicos da longa guerra perturbaram, neste momento difícil, o correto funcionamento das instituições que estavam em vigor até 1914; como vimos, essas instituições requeriam, e requerem, como condição necessária para manter íntegra a sua vitalidade a continuação daquele período de paz relativa e de prosperidade geral que o mundo gozou nos últimos decênios do século passado e na primeira década deste século. A guerra não criou, mas sim tornou mais virulentos e ativos os germes de dissolução que o regime representativo, como qualquer outro, continha e contém. Hoje, a ação desses germes ameaça a sua existência antes que as forças reparadoras que agem no seio de toda sociedade,

cuja vitalidade não tenha se esgotado, tenham podido elaborar os elementos necessários para a criação de um novo tipo de organização política, mais elevado do que aquele até agora em vigor" (Mosca, 1923:501).

172. Hughes (1965b:59-63); De Felice (1978:312); Duggan (1994:198-204); Hearder (1992: 221-2); Milza & Bernstein (1980:64-71); Tasca (1967:37-47).

173. O Partido Popular Italiano era uma agremiação católica, criada em 1919 e chefiada por um clérigo, Don Luigi Sturzo, que se dirigia principalmente ao campesinato. O Partido Liberal era aquele ao qual Mosca se filiava, e o Nacionalista, por sua vez, era formado, entre outros, por intelectuais, jornalistas e profissionais liberais, advogados em especial, que se colocavam à direita do espaço político, fortes críticos da democracia e do sistema parlamentar. Quanto a Giovanni Gentile, tratava-se de um filósofo siciliano identificado com o idealismo, vertente de pensamento que se constituiu em uma das fortes bases dos argumentos antidemocráticos na Itália. Gentile foi colaborador do periódico *La Critica*, de Benedetto Croce, de quem se afastou quando este passou à oposição ao fascismo, diante do endurecimento do regime (cf. Clark, 1993:150-3, 173 e 210; Duggan, 1994:157, 177-8 e 195).

174. Clark (1993:222); Duggan (1994:205-8); Hearder (1992:221-7); Hughes (1965b:59-74); Milza & Bernstein (1980:55-123).

175. Refere-se Mosca a Vittorio Emanuele Orlando, Francesco Nitti e Luigi Facta, que governaram a Itália nos anos conturbados de 1919 a 1922, antecedendo Mussolini.

176. Milza & Bernstein (1980:139-287); Albertoni (1990:60).

177. Albertoni (1974:39); Clark (1993:224-8); De Felice (1978:311-2); Duggan (1994:209); Milza & Bernstein (1980:133-7 e 205); Hearder (1992:228-9); Hughes (1965b:99-100).

178. Em algum nível, essa mesma angústia é expressa por um outro importante ator da política italiana no período, Gaetano Salvemini, identificado, porém, com uma postura de esquerda. Morando nos Estados Unidos, em 1945 ele fazia uma espécie de *mea culpa*, reelaborando sua visão do período Giolitti: "Revendo a obra do cruzado nestes 30 anos, descubro que não tenho nada a lamentar. Devo reconhecer, contudo, que teria sido mais sábio se minhas críticas ao sistema de Giolitti tivessem sido mais moderadas. Meu conhecimento dos homens que sucederam Giolitti na Itália, bem como dos países nos quais vivi nos últimos 20 anos, me convenceu de que se Giolitti não era o melhor, também não era pior do que muitos políticos não italianos, além de ser certamente menos repreensível do que os políticos italianos que a ele se seguiram. Enquanto nós, cruzados italianos, o atacávamos da esquerda acusando-o de ser — e ele o era — um corruptor da democracia italiana em formação, outros o abalroavam pela direita, julgando-o democrático em excesso para o seu gosto. Nossas críticas, assim, contribuíram para direcionar a vida pública italiana no sentido não de formas de democracia menos imperfeitas, mas sim da vitória dos grupos militaristas, nacionalistas e reacionários, que consideravam mesmo a democracia de Giolitti muito perfeita. É freqüente que aquele que busca o melhor não apenas fracasse, mas também desemboque no pior. Diz-se que no outro mundo nós iremos para o inferno, o purgatório ou o paraíso. Neste mundo, contudo, não há paraíso. Se, ao procurar um paraíso impossível, desdenharmos o purgatório, terminaremos, com certeza, no inferno. Se me fosse possível retornar à Itália entre 1900 e 1914, com a experiência que adquiri nos últimos 30 anos, eu não omitiria nenhuma das censuras ao sistema de Giolitti, mas seria mais indulgente e desconfiaria mais daqueles que sentiam prazer em minhas críticas porque queriam conduzir a Itália na direção oposta à que eu visualizava para ela" (Salvemini, 1945:xv).

179. Ver Albertoni (1990:130), Delle Piane (1968:504) e Sola (1994:97). Mosca interrompeu sua colaboração para o *La Tribuna* ainda em 1921. No caso do *Corriere della Sera*, entretanto, isso só se deu em 1925, quando as antigas direções e redações dos grandes jornais foram substituídas por novas, indicadas pelos fascistas (Albertoni, 1974:39; Milza & Bernstein, 1980:205).

180. Albertoni (1990:18); Bobbio (1972:13); Delle Piane (1968:505); Meisel (1962:vii).

181. D'Addio (1993, passim). Ver também Albertoni (1990:58-61), Delle Piane (1968: 506) e Meisel (1962:425).

182. Mesmo antes da publicação de *The ruling class*, no entanto, a *Encyclopaedia of the social sciences*, no início dos anos 30, já contava com quatro verbetes de sua autoria: sobre Giuseppe Giusti, Maquiavel, Alessandro Manzoni e sobre a máfia. Também a revista *Social Forces* chegou a publicar, em 1935, um artigo referente a um dos capítulos dos *Elementi*, "Church, sects and parties" (Albertoni, 1990:225-6).

183. As análises dos fracassos de Mosca aqui desenvolvidas têm, como um de seus referenciais, o estudo dos investimentos e das estratégias de um outro ator, ainda que radicalmente distinto e de um contexto diverso. Trata-se da reflexão de Norbert Elias sobre Mozart. Elias (1995) demonstra que o fracasso de Mozart deveu-se, em larga medida, à sua tentativa de afirmar-se enquanto músico independente em um contexto em que o reconhecimento social passava, necessariamente, pela inscrição subordinada à rede de interdependência de uma corte. Seu infortúnio foi portanto determinado pela defasagem entre sua estratégia e as condições sociais de possibilidade de sua realização.

184. O avô paterno de Pareto, o marquês Giovanni Benedetto Pareto, chegou a receber de Napoleão I o título de barão do império, em 1811 (Bousquet, 1956:592).

185. Gooch (1986:1-6); Hearder (1992:153-70); Salomone (1945:3-6). Ver também Hobsbawm (1977a:151-2, 1977b:105-6, 1990, passim). Exilado, Raffaele Pareto passou a descrer que a Itália pudesse efetivamente vir a libertar-se do domínio austríaco. Isso ajudaria a compreender o fato de ter registrado seu filho como Wilfrid Fritz Damas Pareto, nome que Vilfredo utilizou até pelo menos o período em que colou grau na universidade, como observa seu biógrafo Tommaso Giacalone-Monaco. Acrescente-se em reforço disso o fato de que a primeira língua de Vilfredo Pareto foi o francês, vindo o italiano apenas posteriormente, em particular após o retorno de Raffaele à Itália com a família (Giacalone-Monaco, 1966:97, 101-2).

186. Bousquet (1956:592-5); Giacalone-Monaco (1966:98-103); Pantaleoni (1924:9). Raffaele Pareto é referido pelos biógrafos de Vilfredo, em geral, como engenheiro. Ele atuava, porém, na área da agronomia, que não demandava diploma universitário, constituindo-se em uma das especializações oferecidas pelos institutos técnicos (Clark, 1993:38). Foi em 1861, já de volta à Itália, que ele recebeu do rei Vittorio Emmanuele II, pelos projetos que desenvolveu na França e pelos trabalhos que publicou, o título *honoris causa* de *ingegnere laureato* (Giacalone-Monaco, 1966:97).

187. O investimento escolar em Vilfredo era visto por seu pai como uma questão de honra. Dizia este em uma carta a um irmão, em 1864 que, mesmo que não viesse a ter muito dinheiro, Vilfredo, formado, poderia ao menos manter a reputação dos Pareto de serem homens de talento (apud Giacalone-Monaco, 1966:103).

188. À diferença de Damaso, Raffaele não seguiu o padrão de alianças matrimoniais característico da nobreza italiana que, de acordo com o historiador Giovanni Montroni (1995:355), era marcadamente endogâmico.

189. Bousquet (1956:593); Giacalone-Monaco (1966:98-9, 1968:256, nota 9). Os descendentes da aristocracia italiana encaminhavam-se predominantemente para as altas funções públicas, a diplomacia em particular, além do Exército e da Marinha. Eram apenas os setores da baixa nobreza que dirigiam seus filhos para as profissões (Montroni, 1995:357-75).

190. Para outros trabalhos publicados por Raffaele Pareto, ver Bousquet (1956: 595).

191. Bousquet (1956:595-7); Giacalone-Monaco (1966:98-101, 1967:733-4, 1968:256); Sereno (1962:40).

192. Aron (1982:451); Rodrigues (1984:12); Borkenau (1941:1); Finer (1966:9, 1968:441); Busino (1966:15-6); Coser (1971:402).

193. Pareto tinha duas irmãs (Giacalone-Monaco, 1966:97).

194. Busino (1966:9-12); Bobbio (1972:67); Bousquet (1928:205-6); Finer (1966:9); Parsons & Allais (1968:411).

195. Aron (1982:451); Finer (1966:9); Rodrigues (1984:18).

196. Joseph Lopreato procura indicar pontos de semelhança entre a sociologia de Pareto e o funcionalismo, em particular pela vertente de Robert K. Merton. O que os diferenciaria, segundo o autor, seria o fato de que, enquanto o sociólogo americano operava com um modelo orgânico, Pareto o fazia, basicamente, a partir de uma perspectiva mecânica, física (Lopreato, 1964:639).

197. Giacalone-Monaco (1963:541); Pantaleoni (1924:10); Rosa (1984a:447, nota 6).

198. Bousquet (1956:600); Cammarano (1995:22-65); Clark (1993:27); Duggan (1994: 42-51); Giacalone-Monaco (1966:104); Hearder (1992:81, 97 e 100).

199. Norbert Elias, em *A sociedade de corte*, descreve como, do século XVII para o XVIII, o centro de sociabilidade e de vida cultural representado pela corte — e objetivado pelo palácio do monarca — passou de certo modo por um processo de fissão. Na verdade, assistiu-se a uma gradual descentralização, a uma diversificação, que correspondeu, ao mesmo tempo, a um afastamento do núcleo da aristocracia. Por esse processo se operou, a princípio, um deslocamento para o que seriam os *hotêls*, ou residências dos aristocratas de corte que não pertenciam à categoria de príncipes, e daí para as residências da alta burguesia, dando origem ao que ficou conhecido como civilização de salão (Elias, 1987:53-4).

200. Uma das fortes características dos trabalhos de Pareto é a constante e extensa citação de textos clássicos, conferindo-lhes a marca de erudição.

201. É em "A ciência como vocação" que Weber distingue o diletante do especialista, associando a este características como a do rigor, do trabalho e da dedicação primordial e sistemática à ciência (Weber, 1974b:160-3). Mosca, como vimos, trabalha com essa mesma terminologia na *Teorica*. Para ele, a afirmação de uma ciência acarretava um processo de diferenciação social, através do qual se constituía um grupo de especialistas que controlava um método de trabalho, um con-

junto de procedimentos próprios, considerados legítimos e verdadeiros, e inacessíveis aos homens comuns.

Outra distinção interessante é aquela que faz Kant, em *Le conflit des facultés*, entre intelectuais independentes e corporativos. Enquanto estes viviam dos ganhos e se submetiam aos princípios avaliadores e atribuidores de notoriedade e prestígio da universidade, aqueles permaneciam de fora, praticando a ciência como amadores, individualmente ou agrupados em associações livres, como as academias. Assim se refere Kant aos intelectuais independentes: "dedicando-se a apenas uma parte do grande conjunto da ciência, eles formam certas corporações livres (chamadas *academias* ou também *sociedades doutas*) que são como os ateliês; ou então vivem de algum modo em um estado de natureza da ciência, cada um se dedicando por si mesmo, por fora de toda prescrição e de todo regulamento público, ao crescimento e à difusão da ciência, como *amadores* [os grifos são de Kant]" (Kant, 1935:14).

Ainda que a caracterização de intelectual independente se aplique bem a um momento da trajetória de Pareto, a díade diletante e especialista parece mais adequada. Afinal, como se verá, mesmo quando inserido nos quadros de uma corporação — para usar o termo de Kant — universitária, Pareto manteve uma atuação em grande parte independente.

202. A existência e a importância das academias não eram um fenômeno exclusivo da Itália, sendo observado em outros países, com características básicas semelhantes — o que não significa identidade —, principalmente a partir do século XVII, conferindo a seus membros, além do reconhecimento, vários privilégios. Para alguns dados sobre a Académie Française durante o Iluminismo, por exemplo, ver Peter Gay (1977:79-83).

203. A importância da prática de atividades aparentemente desinteressadas como recurso de distinção, como reforço da crença na diferença essencial de um setor de elite, foi acentuada por Monique de Saint Martin para o caso da nobreza francesa de hoje (1992:158-61). Também Elias, ainda que voltado, é claro, para um outro contexto, permite-nos percebê-lo quando observa que o que levava o cortesão à corte e a submeter-se à etiqueta era não uma racionalidade econômica capitalista, mas a busca de reconhecimento, de prestígio, a necessidade de identificação e de diferenciação em relação ao restante da sociedade (Elias, 1987:74-5).

204. Amoroso (1938:1); Borkenau (1941:3-13); Finer (1966:9-10, 1968:441); Goldhtorpe (1971:121); Sereno (1962:40); Coser (1971:403-18); Hughes (1958:62); Bousquet (1928:16-7).

205. Bousquet (1953:217-8); Dalla Volta (1924:142-3); Pantaleoni (1924:11); Rosa (1984a:11-3, notas 8-12). Mais do que lugares de estudo e debate, algumas sociedades constituíam-se em espaços de tomadas de posição políticas, identificando-se com grupos e posturas específicos. Assim, a Società Adamo Smith era associada a um liberalismo ortodoxo, defendido, em grande parte, por setores financeiros vinculados à direita toscana, através do periódico *L'Economista*. A ela se opunha a Associazione per il Progresso degli Studi Economici, de Milão, que editava o *Giornale degli Economisti*, e que defendia a intervenção do Estado na economia como forma de promover o desenvolvimento industrial (Cammarano, 1995:63; Pantaleoni, 1924:11; Pescosolido, 1995:280-1; Tobia, 1995:451).

206. Barone (1995:305-6); Cafagna (1971:18-22); Clark (1993:23-7); Pescosolido (1995:319).

207. É mais uma vez Elias que pode vir em nosso auxílio, ao observar que, para a aristocracia, a perda da honra podia significar, acima de tudo, a exclusão do círculo da corte. Com isso, era a própria identidade pessoal que ficava atingida, na

medida em que o afastamento da corte representava também a perda dos parâmetros de distinção em relação às multidões. Era freqüente por isso mesmo, na conclusão do autor, que o nobre preferisse perder sua vida a perder sua honra (Elias, 1987:70).

208. Os primeiros governos da esquerda, Depretis e Crispi, promoveram uma política de expansão italiana na África, colonizando territórios, estabelecendo protetorados. Nem sempre bem-sucedida, essa investida resultou em perdas humanas significativas, como a morte de toda uma força italiana na batalha de Dogali, na Etiópia. Sem pretender entrar em maiores explicações, o que é importante destacar é que a política colonialista se constituiu em um dos principais alvos dos opositores da esquerda, o que pesou de forma decisiva para as duas quedas de Crispi, em 1891 e em 1896 (Hearder, 1992:205-7).

209. Coser (1971:414-6); Finer (1966:10); Hughes (1958:63).

210. Pareto defendia, então, um liberalismo nos moldes do que havia marcado o governo do conde Cavour (Mongardini, 1970:200-1).

211. Segundo Finer, Pareto publicou cerca de 167 artigos, a maioria de crítica ao governo italiano, entre 1889 e 1893 (Finer, 1966:10).

212. Sobre as idéias básicas de Walras, e sua novidade diante das teorias econômicas então dominantes, ver, por exemplo, Schumpeter, que a ele se refere, na *História da análise econômica*, da seguinte forma: "Entretanto, no que respeita à economia pura, Walras é, na minha opinião, o maior de todos os economistas. Seu sistema de equilíbrio econômico, unindo a qualidade de sua criação revolucionária com a qualidade de síntese clássica, é a única obra de um economista que pode ser comparada com as realizações da física teórica (...) A obra de Walras é o marco principal no caminho seguido pela economia rumo ao *status* de uma ciência exata e, embora hoje obsoleta, constitui o alicerce de boa parte do melhor trabalho teórico contemporâneo" (Schumpeter, 1964:100).

Do mesmo autor, ver também (1952:74-9; 1967), particularmente o cap. IV.

213. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 7-11-1892, em Rosa (1984a:312).

214. À época em que contribuiu para o *Giornale degli Economisti*, Pareto o identificava como um periódico que defendia as idéias liberais. Um de seus diretores era Maffeo Pantaleoni, que foi quem convidou o autor para que escrevesse uma coluna bimensal na revista. Pareto iniciou sua colaboração em 1893, mantendo-a até 1897, quando Pantaleoni foi substituído por Antonio De Viti De Marco, que tinha reservas quanto ao conteúdo crítico dos artigos do autor e que se identificava mais com uma vertente liberal próxima à de Mosca (Mongardini, 1970:189-91).

215. Escrevendo a Pantaleoni, em abril de 1892, a respeito da aceitação de um artigo seu em *Pall Mall Gazette*, Pareto dizia: "Também na Inglaterra estou ficando conhecido" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 16-4-1892, em Rosa, 1984a:208).

216. Um dos economistas franceses que mais polemizaram com Pareto foi Maurice Block, que atacava a economia matemática por seu hermetismo, comparando seus praticantes "aos sábios da Idade Média que expunham as ciências em latim" (Block apud Rosa, 1984a:246-7, nota 7).

217. Amoroso (1938:1); Aron (1982:451); Biaudet (1965:44); Borkenau (1941:3-6); Bousquet (1928:18-9, 1964:ix e x); Busino (1966:12-3); Coser (1971:403-4, 418-9); Finer (1966:10, 1968:441); Goldthorpe (1971:122); Hughes (1958:63); Rodrigues (1984:14-5); Sereno (1962:40-1).

218. Ver também, a esse respeito, Busino (1963:267).

219. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 22-5-1893, em Rosa (1984a:372). Refere-se Pareto a um artigo de crítica às políticas econômicas italianas, que publicou na *Revue des Deux Mondes*, em outubro de 1891, e que foi alvo de violentas reações em seu país. Esse artigo, entre outros, foi um dos elementos geradores das represálias do governo italiano contra Pareto, que passou a ser visto como um denegridor da imagem do seu país no exterior (Rosa, 1984a:134-8).

220. Em 3 de novembro de 1892, já próximo à aposentadoria de Walras, Pantaleoni escrevia a ele insistindo no nome de Pareto, argumentando ser este o mais habilitado para dar continuidade ao trabalho de construção, de afirmação da economia matemática e de ruptura com a economia política tradicional: "Eu gostaria também de pedir-lhe, se depender do senhor, para impedir que a sua cadeira caia nas mãos de um economista que não saiba os primeiros conceitos de matemática e pertença ainda à antiga escola e, em geral, eu ficaria satisfeito de saber de que modo a academia pretende preencher as cadeiras vagas, porque eu tenho insistido junto ao marquês Pareto para que decida apresentar-se ao concurso, se concurso houver. Ele é o homem que, melhor do que qualquer um, continuará a sua tradição, e uma vez que o mestre já está fatigado, é bom que seja substituído por um aluno digno" (apud Busino, 1963:263).

221. Sereno (1962:41); Schumpeter (1964, 97-8, 103-4, 111).

222. Para um estudo da novidade representada pelas descobertas de Newton, que se afirmaram e foram reconhecidas como uma verdadeira revolução científica, ver I. Bernard Cohen (1985).

223. Para uma análise da incorporação do paradigma da física newtoniana à reflexão social, a partir do século XVIII, ou do Iluminismo, ver Ernst Cassirer (1992, principalmente os caps. I e V). Ver também Peter Gay (1977, em particular os caps. 3 e 4).

224. Ver carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 11-5-1893, em Rosa (1984a:370). É importante perceber que, para além da pertinência da leitura matemática, o que se jogava era a imposição de uma construção distinta da economia, com questões, hipóteses, processos de demonstração e também especialistas portadores de competências diferentes das tradicionais, que assim seriam deslocadas. Este, sem dúvida, é um ponto interessante de análise, mas que escapa aos limites deste livro.

225. Lança-se mão aqui, de forma livre, da tríade saída, voz e lealdade, utilizada por Albert O. Hirschman para analisar formas possíveis de comportamento dos agentes, principalmente mas não unicamente, no mercado econômico, em relação a empresas, instituições, organizações de maneira geral, responsáveis pela oferta de bens e serviços consumidos. Assim, por exemplo, uma deterioração na qualidade dos bens ou serviços poderia simplesmente levar seus consumidores ao seu abandono, o que configuraria a saída, ou a empreenderem alguma forma de protesto, que constituiria a voz, a vocalização do descontentamento, ou mesmo a manterem-se fiéis, leais. É claro, porém, que na formulação do autor essas relações são bem mais complexas, não sendo exclusivas nem necessariamente definitivas, além de se refletirem, igualmente, em reações das próprias empresas, instituições, organizações (Hirschman, 1970).

226. Pareto referia-se à venda da própria edição suíça, uma vez que uma tradução italiana do livro só seria publicada pela primeira vez em 1942 (Busino, 1964:xxix).

227. Para um arrolamento geral das primeiras resenhas ao *Cours d'économie politique*, bem como para algumas das reações de Pareto a elas, ver Busino (1964:xxii-xxx). Fica bastante claro por ali que o livro, mesmo circunscrito a um público restrito, teve uma rápida difusão, ainda mais se levarmos em conta que se tratava do final do século XIX, quando as possibilidades e a velocidade de distribuição eram razoavelmente limitadas. Podemos encontrar comentários datados ainda de 1896, mesmo ano da edição do primeiro tomo, em publicações francesas, italianas e também americanas, correspondendo ao espectro de penetração de Pareto.

Isso indica, é claro, a existência de um nível considerável, tanto de integração no mercado editorial europeu, ou ao menos de algumas regiões da Europa, quanto de inter-relação e circulação de intelectuais. Por outro lado, o que também chama a atenção é o interesse e o acesso americanos, naquele momento, à produção intelectual européia. Isso guarda relação com o fato de que, tendo em vista o estágio de estruturação das universidades nos Estados Unidos, era comum que professores, ou aspirantes a professores, americanos fossem fazer seus doutorados na Europa.

O próprio Irving Fisher é um exemplo. Diretor da *Yale Review*, ele era professor de matemática e de economia política naquela universidade, tendo estudado em Berlim e em Paris nos anos de 1893 e 1894, quando manteve contato pessoal com Pareto (Giacalone-Monaco, 1959:193; Rosa, 1984a:284, nota 3).

228. Pareto expressava então a visão de que a ciência era una, indivisa, o que justificava a possibilidade de que tanto a natureza quanto a sociedade fossem tratadas segundo os mesmos parâmetros. Se havia compartimentalização, esclarecia ele, devia ser creditada não à realidade objetiva, mas ao espírito humano: "É a imperfeição do espírito humano que multiplica as divisões das ciências, que separa a astronomia da física ou da química, as ciências naturais das ciências sociais. Na sua essência, a ciência é una: ela não é outra coisa que não a verdade" (Pareto, 1964:II, p. 396).

229. Em uma resposta a A. Napoleoni Colajani, que o criticava por ter dividido o livro em parágrafos, Pareto dizia: "É o melhor sistema para livros científicos. É preciso entender que eu não quis fazer um livro de literatura econômica" (apud Busino, 1964:xxii). O emprego estigmatizante do termo literatura ganha maior sentido quando se observa que, como mostra Wolf Lepenies, as ciências sociais afirmaram-se enquanto disciplinas científicas em grande parte concorrendo e marcando a sua distinção em relação à literatura, o que fizeram aproximando-se dos modelos das ciências naturais.

230. A edição do *Cours d'économie politique* com a qual trabalhei divide-se em dois tomos. Dessa forma, os algarismos romanos, que precedem as especificações de páginas nas referências, indicam os tomos nos quais se localizam.

231. Deve-se atentar para o fato de que aqui o termo aristocracia é utilizado por oposição ao de classe inferior. Dessa forma, o sentido que a ele atribui Pareto é o de classe superior em geral, não se confundindo com nenhum grupo social específico, de nenhum período ou sistema determinados. Na verdade, em textos posteriores, como se verá, o termo seria acionado como sinônimo de elite.

Percebê-lo, porém, não significa desconhecer que, ainda que se procurasse atribuir-lhe um caráter geral e neutro, o termo empregado pudesse ter como referente, como efetivamente tinha, um grupo concreto. Tratava-se da aristocracia de fato, grupo do qual provinha o próprio Pareto.

232. A conclusão a que chega Pareto, diante disso, é que o modo possível de se elevar a renda mínima, melhorando a situação das classes pobres, era não o das

medidas redistributivas, mas sim o da intensificação da produção de riqueza, em uma taxa superior à do crescimento da população (Pareto, 1964:II, p. 408).

233. Retomo aqui os termos de Elias em sua reflexão sobre os efeitos da transposição, de modo acrítico, dos modelos de pensamento de um domínio científico a outro. Diz Elias: "Nas ciências físicas, o que pressupõe um alto grau de distanciamento não é apenas o desenvolvimento e a utilização de um método específico de resolução de problemas e de verificação das teorias, mas, acima de tudo, a maneira de colocar problemas e de construir teorias. Transposto para as ciências sociais, não é raro que esse método seja utilizado para explorar problemas e teorias estabelecidos e examinados sob a influência de um forte engajamento. A utilização de um método que se assemelha àquele desenvolvido nas ciências físicas também dá às ciências sociais o verniz de um alto grau de distanciamento e 'objetividade' que falta, na verdade, àqueles que utilizam esse método. Ele permite, freqüentemente, contornar, sem enfrentar, as dificuldades resultantes do dilema que se coloca de maneira específica aos especialistas das ciências do homem. Em boa parte dos casos, ele cria uma fachada de distanciamento por detrás da qual se dissimula uma tomada de posição claramente engajada" (Elias, 1993:113).

234. Biaudet (1965:44); Busino (1963:278); Coser (1971:419).

235. Biaudet (1965:44); Coser (1971:419-20).

236. Tal era a percepção do próprio Pareto que, por isso mesmo, recusava-se a reeditar o *Cours d'économie politique*. Schumpeter assim se refere ao fato: "Mas seus primeiros trabalhos, como 'Considerazioni sui principi fondamentali dell'economia politica pura' (*Giornale degli Economisti*, 1892-3), nunca foram além dos marcos lançados por Walras. Isso é verdade também, e enfaticamente, para o seu *Cours*. Alguns economistas que respeitaram Pareto, mas que não foram estritamente paretianos, prestaram-lhe a dúbia honra de chamar o *Cours* de sua obra-prima. (...) Mas Pareto estava certo em recusar-se a autorizar uma nova edição. Afinal, enquanto teoria pura, não havia nele nada que fosse especificamente paretiano. Foi apenas a partir de 1897 que Pareto alçou vôo próprio" (Schumpeter, 1949:157).

237. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 2-4-1896, em Rosa (1984a:430-1).

238. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 30-4-1896, em Rosa (1984a:441).

239. Aron (1982:452); Biaudet (1965:45); Borkenau (1941:6); Coser (1971:405); Finer (1966:12, 1968:442); Giacalone-Monaco (1966:98-9, 1968:256, nota 9); Parsons & Allais (1968:399); Stark (1963:105-6). Ao abandonar seu emprego na Società delle Ferriere Italiane, em 1889, e na medida em que percebia o malogro de seu projeto político, Pareto se atirou aos estudos de forma voraz, a eles se dedicando integralmente. Sua esposa costumava dizer, segundo Bousquet, que para atrair a atenção do marido precisava aprender a miar com os gatos (Bousquet, 1964:x). Para o processo de separação de Pareto e Alexandra Bakounine, ver também Giacalone-Monaco (1959).

240. As citações à doença cardíaca, referida por Pareto como uma espada de Dâmocles pairando ameaçadoramente sobre sua cabeça, lembrando-o da possibilidade da morte iminente, foram uma constante na correspondência do autor com Pantaleoni, a partir do início dos anos 1900 (cf. Rosa, 1984b, passim).

241. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 26-10-1907, em Rosa (1984b:70).

242. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 10-12-1916, em Rosa (1984b:199).

243. Em uma carta ao amigo Pantaleoni em 1900, Pareto afirmava que, no passado, buscava corrigir os males do coxo. Agora, no entanto, zombava de seu defeito (apud Coser, 1971:405).

244. Escrevendo a Maffeo Pantaleoni em março de 1907, Pareto dizia que o pensamento de todos os homens era, então, regulado pelo que entendia ser uma religião humanitária. Qualquer um que contra ela se levantasse era visto como um monstro, do mesmo modo que o era alguém que, na Idade Média, se atrevia a questionar a divindade de Jesus Cristo. E era dessa forma mesmo que Pareto se colocava, opondo-se àquela religião: "Sei perfeitamente que ofendo a religião humanitária, mas o faço deliberadamente, exatamente porque não sigo nem esta nem qualquer outra religião.

(...)

Posso estar enganado e você pode considerar falsa a minha teoria, mas antes você deve entendê-la precisamente como ela é. Na minha opinião, os fatos demonstram que o erro maior do século XIX foi acreditar que fosse possível governar sem a força; a esse erro capital, outros se seguiram, entre os quais o sufrágio universal, a instrução obrigatória, o conceito de igualdade entre os cidadãos etc. Por isso acho que todo acontecimento que mantenha a ilusão de que se pode governar sem retificar esses erros contribua, em última análise, para favorecer a dissolução social" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 7-3-1907, em Rosa, 1984b:17-9).

Pareto, portanto, havia rompido com suas antigas posições, abandonado suas próprias crenças humanitárias, democráticas: "Eu também, infelizmente, acreditei nessas mentiras, mas agora ganhei juízo e me lamento apenas ter perdido tantos anos da minha vida intelectual por causa dessas fábulas. Se, quando eu tinha 25 anos, me chegasse um livro como o meu *Manuale*, ou a *Sociologia*, que estou escrevendo, acho que teria entendido e que não teria perdido tanto tempo" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 8-5-1908, em Rosa, 1984b:94).

245. Pareto, em meados dos anos 10, se definiu por vezes como um derrotista (Einaudi, 1935:345).

246. Ainda que permanecesse predominantemente vinculado à economia política, Pareto começou a ministrar alguns cursos de sociologia já em fins dos anos 1890. Essa proporção, no entanto, foi aos poucos se invertendo, tornando-se ele responsável, a partir de 1900, por cursos de sociologia política e de história das doutrinas econômicas e sociais (Biaudet, 1965:45; Busino, 1966:22-3; Finer, 1966:20).

247. Do mesmo modo que no *Cours d'économie politique*, os algarismos romanos que antecedem as páginas, nas citações de *Les systèmes socialistes*, indicam os tomos do livro aos quais elas se referem.

248. Trabalho aqui com uma terceira edição em francês, datada de 1965, que é uma reprodução da primeira. A segunda edição, de 1926, foi sensivelmente modificada (Pareto, 1965).

249. Pareto era sem dúvida um autor obsessivo. De modo característico, ele sempre retomava, em cada um dos seus livros, seus temas e teses centrais, desenvolvendo-os à exaustão e acrescentando novos argumentos ou desdobramentos lógicos que os trabalhos anteriores não haviam contemplado, emprestando-lhes um aspecto bastante repetitivo.

250. Aron (1982:452); Bousquet (1928:103); Busino (1966:18); Finer (1966:20).

251. Sobre a crença da nobreza na sua diferença essencial em relação aos não-nobres, ver Saint Martin (1992).

252. É preciso levar em conta que, enquanto *Les systèmes socialistes* era escrito, a Itália passava por um período de mobilizações camponesas e operárias, e tanto na França quanto na Alemanha os socialistas ganhavam terreno e o movimento sindical dava sinais de força.

253. O próprio Mosca teria enviado a Pareto um exemplar da primeira edição dos *Elementi*, ainda em 1896, a pedido de Maffeo Pantaleoni (Sereno, 1952:605).

254. Trabalho aqui com a quarta edição francesa do livro, datada de 1966.

255. Ele manteve essa atividade até por volta da I Guerra Mundial (Einaudi, 1935:344).

256. Borkenau (1941:6); Finer (1966:12-24, 1968:440).

257. Pareto o faz, particularmente no sétimo capítulo do livro, "La population" (Pareto, 1966b:380-434).

258. Já em *Les systèmes socialistes*, Pareto expressava pontos de vista semelhantes. Ali, dizia ele que toda aristocracia que era tomada por sentimentos humanitários e que se negava a defender, a lutar por suas posições empregando a força, dava sinais claros de decadência. Não lhe restava, portanto, outra coisa a fazer senão ceder lugar a outra elite que reunisse as qualidades viris que lhe faltavam. Enganava-se ela, porém, e profundamente, se acreditava que lhe seriam aplicados os mesmos princípios humanitários que proclamava (Pareto, 1965:I, p. 37-40).

259. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 2-4-1907, em Rosa (1984b:26-7).

260. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 13-10-1907, em Rosa (1984b:68).

261. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 26-10-1907, em Rosa (1984b:70).

262. É importante destacar que Maurice Millioud, que assumia então a cadeira de sociologia em Lausanne, era oriundo não do direito, mas sim da filosofia, disciplina que lecionava naquela universidade desde 1892 (Rosa, 1984b:130, nota 9).

263. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 2-2-1909, em Rosa (1984b:130).

264. Ver carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 15-3-1907, em Rosa (1984b:25).

265. O *Traité* foi publicado primeiramente em 1916, na Itália. Entre 1917 e 1919 é que foi lançada a edição em francês, em Lausanne e em Paris. A edição com a qual se trabalha aqui é francesa e datada de 1933.

266. De acordo com Pareto, os indivíduos eram classificados socialmente através de etiquetas. Algumas delas, como as de médico, advogado ou engenheiro, eram adquiridas por meio de exames formais. Outras, como no caso dos músicos e dos literatos, o eram com base em demonstrações de talento. Outras, ainda, podiam ser herdadas, enquadrando-se aqui as decorrentes da riqueza (Pareto, 1933:1.298-9).

267. Em uma carta a Pantaleoni datada de 1921, Pareto comparava a sua sociologia às grandes descobertas da física, particularmente a teoria da relatividade. Essa identificação com as teses de Einstein devia-se, por um lado, ao caráter relativista de algumas de suas próprias formulações e, por outro, à reviravolta que

acreditava estar produzindo nas ciências sociais. "O meu *Trattato di sociologia* é uma tentativa, muito imperfeita, de introduzir nas ciências sociais aquela *relatividade* que, de modo muito mais perfeito, ora é introduzida nas ciências físicas. Do absoluto metafísico, vai-se gradativamente em direcão à relatividade experimental. Um passo enorme foi dado por Galileu, Copérnico, Newton; outro é dado agora por Einstein. Quem sabe, dentro de um século, se algum exemplar da *Sociologia* escapar das mandíbulas dos ratos, um pesquisador descobrir que no início do século XX existiu um autor que quis introduzir o princípio da relatividade nas ciências sociais" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 22-5-1921, em Rosa, 1984b:283).

268. Pareto traçava um paralelo entre a adoção de determinadas políticas, justificadas com o argumento de que propiciariam o progresso, trariam benefícios significativos à humanidade, teriam um alto sentido democrático, e passagens do *Antigo Testamento* em que, dando ordens ao seu povo através de Moisés, Deus acrescentava de tempos em tempos, a fim de reforçá-las, garantir o seu cumprimento, a afirmação: "Eu sou o Eterno, vosso Deus". Do mesmo modo que na religião, os argumentos legitimadores na política, expressões como democracia, soberania popular e progresso, nada mais eram do que derivações, formas de levar os homens à ação por meio dos sentimentos que provocavam (Pareto, 1933:802).

Na verdade, seguia Pareto, o culto ao Estado e ao deus povo havia parcialmente substituído, nas sociedades modernas, o culto da religião cristã. Por serem cultos, porém, guardavam ambos estreitas semelhanças: "Não se vê qual é a diferença fundamental entre as festas de um santo católico e as festas do bicentenário de Rousseau, para as quais o Estado francês reservou 30.000 francos em seu orçamento" (Pareto, 1933:1.043).

269. Uma das críticas geralmente feitas a Pareto é a de que ele não procurava dar conta da origem dos resíduos, tomando-os como dados. De fato, explicá-los não era uma preocupação sua, até porque não a considerava uma tarefa fundamental, muito pelo contrário. À psicologia é que, a seu ver, cabia explicar a origem dos resíduos. Para ele, era bastante descobrir a sua existência e caracterizá-los, analisando também suas combinações possíveis e a forma como pesavam sobre as ações humanas.

Essa recusa de uma busca das origens de alguns dos elementos centrais de sua reflexão, mesmo no caso da economia política, era apresentada por Pareto como uma isenção lógica, racional, decorrente de sua visão da ciência, portanto, já desde antes do *Traité*. Assim, respondendo a Adrien Naville, que criticava o seu *Cours d'économie politique* por também não perquirir a genealogia dos desejos que informavam as ações econômicas, Pareto dizia: "É um fato comprovado que as ciências naturais não fizeram progressos a não ser quando tomaram por base princípios secundários, ao invés de tentarem descobrir a essência das coisas. Foi assim que se constituiu a astronomia moderna, que estuda os efeitos da gravidade, sem decidir o que é essa gravidade. A economia política pura tem, *portanto*, um grande interesse em invadir o *menos possível* o domínio da psicologia [os grifos são de Pareto]" (apud Busino, 1964:xxiv).

270. Com sua perspectiva essencialista, Pareto percebia os grupos sociais como dados, pré-formados, deles emergindo os indivíduos excepcionais que conformavam a elite.

271. Pareto irritava-se quando o esforço de objetivação, que impiedosamente dirigia aos demais cientistas sociais, era exercitado em relação a suas próprias reflexões, e tanto mais quanto isso era feito por outros pensadores italianos. Assim, em 1907, ele escrevia a Pantaleoni acerca de uma polêmica etimológica gerada pelo seu emprego do termo ofelimidade: "Disse, tornei a dizer, repeti à saciedade, que não se deve brigar por termos, que a etimologia não tem nada a ver com a

ciência, que é necessário apenas evitar os equívocos. E não é que o ilustre Scialoja e o não menos ilustre Valenti, que na Itália são reputados doutores da ciência, enquanto me têm na conta de um asno, fazem pesquisas sobre a etimologia da ofelimidade! E já que o asno não é ouvido, não se pode fazer outra coisa senão continuar zurrando, porque de outra maneira muitos (ou melhor, todos) acreditariam que entre ele e aqueles valentes cientistas há verdadeiramente uma questão etimológica; (...)

Ora, o dito asno tem uma teoria segundo a qual, para dar-lhe uma forma paradoxal que melhor a faça entender, uma denominação é tanto mais científica quanto pior for etimologicamente. Porque de tal modo se evita que, em vez de estudar diretamente a *coisa*, se estude o seu *nome*. Por isso, se não fosse para não cair no ridículo, era melhor chamar a ofelimidade de cocorocó; afinal, era de se esperar que nos deixassem em paz com a etimologia [os grifos são de Pareto]" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, em Rosa, 1984b:55-6).

É interessante observar que, dos dois cientistas sociais italianos citados por Pareto, o primeiro, Antonio Scialoja, era um antigo adversário seu. Scialoja havia pertencido, na década de 1870, à Scuola di Padova, que defendia propostas econômicas de cunho estatistas, e contra a qual se colocava a Società Adamo Smith, à qual se filiava Pareto (cf. Rosa, 1984a:40-1, nota 6).

272. Assim se referia Pareto: "Do ponto de vista de fundo, as diferenças residem, principalmente, nas proporções de força e de consentimento; do ponto de vista de forma, nas maneiras pelas quais se emprega a força e se obtém o consentimento" (Pareto, 1933:1.438).

273. Foram mantidos os termos tal como empregados por Pareto, sem traduzi-los, a fim de não imputar a eles sentidos não previstos pela utilização do próprio autor. A categoria especulador, por exemplo, tem para nós, entre outros, um conteúdo negativo que, no entanto, o autor a ela não atribuía.

274. Em outubro de 1907, Pareto escrevia a Pantaleoni: "Em termos científicos, foi para mim uma sorte que o meu país me tenha rejeitado, que os seus magnatas me tenham desprezado. Acabei de passar agora um mês na Itália e percebi que, se ali vivesse, dificilmente deixaria de ceder à tentação de ocupar-me praticamente da vida social, o que certamente me faria recair nos antigos erros" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 26-10-1907, em Rosa, 1984b:70).

E em janeiro de 1917, pouco após a publicação italiana do *Traité*, o autor dizia ao amigo: "Também o gato, que é um animal muito independente, acaricia quem o acaricia, e seria possível acontecer, embora de forma insconciente, que eu me deixasse enredar por vínculos semelhantes nas minhas pesquisas experimentais. A história da ciência demonstra, porém, e de modo extremamente correto, que quem pretende chegar à descoberta da verdade experimental deve, em primeiro lugar, libertar-se dos vínculos dos próprios sentimentos, quaisquer que sejam eles. Pude escrever a *Sociologia* porque vivia solitário em Céligny, longe da Itália; e teria escrito essa obra ainda melhor se tivesse podido viver na Lua, longe da Terra" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 9-1-1917, em Rosa, 1984b:205-7).

275. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 9-1-1917, em Rosa (1984b:204-5).

276. Rosa (1984b:207, nota 3); Einaudi (1935:344-5). Ver também cartas de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 15-9-1917 e 3-12-1917, em Rosa (1984b:218-23).

277. Ver cartas de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 11 e 17-8-1922, em Rosa (1984b:308-11).

278. Para um quadro geral da política italiana em fins da década de 10 e início da de 20, com a ascensão do fascismo, ver Clark (1993:203-29), Duggan (1994:189-210), Hearder (1992:212-30), Hughes (1965b:55-64), Milza & Bernstein (1980:11-106) e Tasca (1967).

279. A informação de que Mussolini se havia matriculado em seus cursos é do próprio Pareto, em uma carta a um amigo. Esclarecia o autor, entretanto, que não o havia conhecido pessoalmente (carta de Vilfredo Pareto a Carlo Placci, 5-1-1923, em Giacalone-Monaco, 1957:105). Sobre a teoria das elites de Pareto, por seu turno, assim escrevia Mussolini, em um artigo publicado em abril de 1908, após, portanto, a publicação do *Manuel d'économie politique*: "Lembram-se da teoria das *elites* de Vilfredo Pareto? É provável que se trate da concepção sociológica mais genial dos tempos modernos, que a história é uma sucessão de *elites* dominantes [os grifos são de Mussolini]" (apud Sternhell, Sznajder & Ashéri, 1989:352).

280. Amoroso (1938:2-3); Borkenau (1941:7-10); Bousquet (1928:21); Coser (1971:407); Finer (1966:28); Rodrigues (1984:15-6); Schumpeter (1949:147); Sternhell, Sznajder & Ashéri (1989:352). Pantaleoni escrevia a Pareto, em dezembro de 1922, que Mussolini tinha uma verdadeira fixação pela idéia de nomeá-lo para o Senado (carta de Maffeo Pantaleoni a Vilfredo Pareto, 15-12-1922, em Rosa, 1984b:389).

281. Falando do caráter paradoxal, contraditório de Pareto, Manon Michels Einaudi, que o conheceu ainda em meados dos anos 10, dizia que o seu extremado rancor, a sua crítica impiedosa em relação à Itália, revelava o profundo vínculo afetivo que tinha com seu país. Mais ainda, observava ela que, embora se enervasse bastante com qualquer forma de adulação, cegava-se o autor, constantemente, com a adulação de seus alunos e seguidores (Einaudi, 1935:346).

282. No caso específico de sua nomeação para o Senado, que já se examinava em 1922, Pareto resistiu bastante, alegando que não teria condições, por sua idade e por seu estado de saúde, que não lhe permitiam sair de Céligny, de exercer efetivamente o cargo. Entretanto, esclarecia ele ao amigo Pantaleoni, que também havia sido nomeado senador: "Poderia ter dito um não seco, bem seco. Talvez tenha errado por não ter feito isso, mas me repugnava, por outro lado, ser descortês com quem me tratava com tanta cortesia. Por isso e para demonstrar que não recusava por falta de atenção ao doador, eu disse que aceitaria um cargo honorífico, mas sem pagamento (sobre isso não transijo). É ridículo um senador do Fiume que mora em Céligny, mas não é ridículo um estudioso que, qualquer que seja a sua nacionalidade e o seu domicílio, faz o seu trabalho, que é dar o que pode dar pelo seu país" (carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 23-12-1922, em Rosa, 1984b:318-9).

283. Carta de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 7-6-1921, em Rosa (1984b:285).

284. Cartas de Vilfredo Pareto a Maffeo Pantaleoni, 29-10-1922 e 30-10-1922, em Rosa (1984b:315-6).

285. Referia-se Pareto à segunda edição italiana do *Traité de sociologie générale*.

286. Carta de Vilfredo Pareto a Carlo Placci, 5-1-1923, em Giacalone-Monaco, (1957:105). O que cita Pareto é um trecho do parágrafo de abertura do capítulo final de *O príncipe*. O que ali se diz, de modo completo, é: "Consideradas, pois, todas as coisas já expostas, pensando comigo mesmo se no momento presente, na Itália, corriam tempos capazes de honrar um príncipe novo e se havia matéria que assegurasse a alguém, prudente e valoroso, a oportunidade de nela introduzir nova organização que a ele desse honras e fizesse bem a todo o povo, quer me parecer concorrerem tantas circunstâncias favoráveis a um príncipe

novo que não sei qual o tempo que poderia ser mais adequado para isto. E se, como já disse, para se conhecer a virtude de Moisés foi necessário que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito, para conhecer a grandeza do ânimo de Ciro, que os persas fossem oprimidos pelos medas, e o valor de Teseu, que os atenienses estivessem dispersos, também no presente, querendo conhecer a virtude de um espírito italiano, seria necessário que a Itália se reduzisse ao ponto em que se encontra no momento, que ela fosse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e tivesse suportado ruína de toda sorte" (Maquiavel, 1976:143-4).

287. Carta de Vilfredo Pareto a Carlo Placci, 1-7-1923, em Giacalone-Monaco (1957: 108-9).

288. É interessante o verbete de Pareto da *Enciclopedia Italiana di Scienza, Lettere ed Arti*, lançada em 1934, em pleno período fascista, e marcada por um caráter apologético. O verbete, escrito pelo economista Luigi Amoroso, discípulo e amigo de Pareto, foi também publicado pela revista americana *Econometrica*, já em 1938. O trecho abaixo, extraído e traduzido da publicação americana, embora longo, é bastante significativo e vale a pena ser seguido: "Uma das ironias da vida é que Vilfredo Pareto, que recusou todo credo, toda filosofia, é o artífice que, primeiro e de forma mais corajosa, levantou — das ruínas do dogma democrático — o edifício da nova fé e da nova filosofia, antidemocrática, anti-humanitária, antiprogressista, antievolucionista. Isso porque, ao tomar como fundamento a crítica das derivações, ou seja, dos argumentos lógicos e pseudológicos com os quais a cidade socialista-democrática justificava a sua fé determinista, laica e internacionalista, ele reinstituía uma importância para os valores religiosos e patrióticos, para os princípios da responsabilidade individual e da liberdade de escolha; princípios que a sabedoria dos tempos erigiu enquanto fundamento de toda a vida civil.

Tal posição é tão mais digna de nota quanto a educação de Pareto foi conduzida em bases racionalistas e democráticas, quando o racionalismo e a democracia ou, melhor dizendo, o espírito racionalista e democrático dominava as consciências de forma indisputada. Antes que uma revolução espiritual se observasse nas multidões, observou-se nele, sem que fosse resultado de algum desejo definido seu; e eu diria mesmo que se observou apesar dele. Um sinal potente do gênio ao qual nenhuma força externa pode resistir. Assim como a fraqueza da carne atrasou mas não pôde impedir o triunfo da vocação de Santo Agostinho, a educação racionalista atrasou mas não impediu o florescimento do misticismo de Pareto.

Por esta razão o fascismo, tendo se tornado vitorioso, exaltou-o em vida e glorifica a sua memória, como a de um confessor da sua fé" (Amoroso, 1938:20-1).

# Bibliografia


Albertoni, Ettore A. *Gaetano Mosca e la teoria della classe politica*. Firenze, Sansoni, 1974.

———. Prefazione. In: ——— (org.). *Elitismo e democrazia nella cultura politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè, 1989a. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie italiana, v. V, t. I.)

———. Alle origini della conoscenza critica dell'elitismo dei classici italiani negli USA: Arthur Livinston e James H. Meisel. In: ——— & Conti, Giuseppe Gadda (orgs.). *Elitismo e democrazia nella cultura politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè, 1989b. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie italiana, v. V, t. II.)

———. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

———. *Gaetano Mosca y la formación del elitismo político contemporáneo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992. (Breviarios, 509.)

Amoroso, Luigi. Vilfredo Pareto. *Econometrica, 6*(1):1-21, gen. 1938.

Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica. Serie italiana, Milano, Giuffrè, 1989. v. V, t. I.

Aron, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo/Brasília, Martins Fontes/UnB, 1982.

Bachrach, Peter. *The theory of democratic elitism*. A critique. 4 ed. Boston, Little, Brown and Company, s.d.

Barbagallo, Francesco. Da Crispi a Giolitti. Lo Stato, la politica, i conflitti sociali. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democrazia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Barber, Bernard. Introduction. In: Henderson, L. J. *On the social system. Selected writings*. Chicago, University of Chicago Press, 1970. p. 1-53.

Barone, Giuseppe. La modernizzazione italiana dalla crisi allo sviluppo. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democrazia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Beetham, David. From socialism to fascism: the relation between theory and practice in the work of Robert Michels. I. From marxist revolutionary to political sociologist. *Political Studies,* 25(1):3-24, March 1977a.

———. From socialism to fascism: the relation between theory and practice in the work of Robert Michels. II. The fascist ideologue. *Political Studies, XXV* (2):161-81, June 1977b.

Bendix, Reinhard. *Max Weber. An intellectual portrait*. New York, Doubleday & Company, 1960.

Bersanetti, Gastone. M. Holm, Adolf. In: *Enciclopedia Italiana di Scienza, Lettere ed Arti*. Roma, Instituto della Enciclopedia Italiana, 1934.

Biaudet, Jean-Charles. Pareto à Lausanne. *Cahiers Vilfredo Pareto* (5):41-9, 1965.

Biddiss, Michael D. *The age of the masses*. Harmondsworth, Penguin, 1977.

Bobbio, Norberto. *Ensaios escolhidos. História do pensamento político*. São Paulo, C. H. Cardim, s.d.

———. *On Mosca and Pareto*. Genève, Droz, 1972.

———. Teoria das Elites. In: ———; Matteucci, Nicola & Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de política*. 3 ed. Brasília, UnB; Linha, 1991. p. 385-91. v. 1.

———. Introducción; datos biográficos; nota a la presente edición. In: Mosca, G. *La clase política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

———. *Ideological profile of twentieth-century Italy*. Princeton, Princeton University Press, 1995.

Bongiorno, Andrew. A study of Pareto's treatise on general sociology. *The American Journal of Sociology, 36*(3):349-70, Nov. 1930.

Borkenau, Franz. *Pareto*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

Bottomore, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

Bourdieu, Pierre. O campo científico. In: Ortiz, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 39.)

———. *Homo academicus*. Paris, Minuit, 1984.

———. L'Illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62/63):69-72, juin 1986.

———. *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit, 1989a.

———. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989b.

———. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

——— & Chartier, Roger. La lecture: une pratique culturelle. In: Chartier, Roger (dir.). *Pratiques de la lecture*. Paris, Payot & Rivages, 1993.

Bousquet, Georges-Henry. *Vilfredo Pareto: sa vie et son oeuvre*. Paris, Payot, 1928.

———. Vilfredo Pareto à l'Accademia dei Georgofili. *Revue d'Histoire Économique et Sociale, 31*(2):217-8, 1953.

———. V. Pareto — La sua famiglia, la sua infanzia e la sua giovinezza (Note per una biografia). *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (11/12):591-601, nov./dic. 1956.

———. Introduction a la réédition du *Cours*. In: Pareto, Vilfredo. *Cours d'économie politique*. 2 ed. Genève, Droz, 1964. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 1.)

Brancato, Francesco. Il giovane Mosca nel carteggio con Giuseppe Amato Pojero. In: Società Siciliana per la Storia Patria di Palermo (org.) *La dottrina della classe*

*politica di Gaetano Mosca ed i suoi sviluppi internazionali*. Milano, Giuffrè, 1982. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie italiana, v. I.)

Bujarin, Nicolai. *Teoria del materialismo historico. Ensayo popular de sociologia marxista*. Córdoba, Pasado y Presente, 1972. (Cuadernos Pasado y Presente, 31.)

Busino, Giovanni. Pareto e le autorità di Losanna. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (3/4):260-303, mar./apr. 1963.

———. Note bibliographique sur le *Cours*. In: Pareto, Vilfredo. *Cours d'économie politique*. 2 ed. Genève, Droz, 1964. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 1.)

———. Introduction. In: Pareto, Vilfredo. *Mythes et idéologies*. Genève, Droz, 1966. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, VI.)

Cafagna, Luciano. The industrial revolution in Italy, 1830-1914. In: Cipolla, Carlo M. (ed.). *The Fontana economic history of Europe*, *4*(6). London, Fontana, 1971.

Cammarano, Fulvio. La costruzione dello stato e la classe dirigente. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Il nuovo stato e la società civile, 1861-1887*. Bari, Laterza, 1995. v. 2.

Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília, UnB, 1981. (Temas Brasileiros, 4.)

Cassirer, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, Unicamp, 1992.

Castel, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris, Fayard, 1995.

Cattini, Marco et alii. *Storia di una libera università. L'Università Commerciale Luigi Bocconi dalle origini al 1914*. Milano, Egea, 1992. v. 1.

Charle, Christophe. Le beau mariage d'Émile Durkheim. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (55):45-9, nov. 1984.

———. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris, Fayard, 1987.

Chartier, Roger. Textos, impressões, leituras. In: Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. p. 211-38.

———. Du livre au lire. In: ——— (dir.). *Pratiques de la lecture*. Paris, Payot & Rivages, 1993. p. 79-113.

———. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, UnB, 1994.

Clark, Martin. *Modern Italy 1871-1982*. 9 ed. Essex, Longman, 1993.

Cohen, I. Bernard. *The Newtonian revolution*. 3 ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Coser, Lewis A. *Masters of sociological thought. Ideas in historical and social context*. New York, Harcout Brace Jovanovich, 1971.

Curcio, Carlo. L'Opera politica di Roberto Michels. *Annali della Facoltà di Giurisprudenza*. Università degli Studi di Perugia, *49*:15-35, 1937.

D'Addio, Mario. Gaetano Mosca e l'istituzione della Facoltà Romana di Scienze Politiche (1924-1926). *Il Politico* (3):329-73, 1993.

Dahl, Robert A. *Democracy and its critics*. New Haven, Yale University Press, 1989.

Dalla Volta, R. Il Pareto all'Accademia dei Georgofili. *Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica*, *64*:142-3, 1924.

De Felice, Renzo. *Explicar o fascismo*. Lisboa, Edições 70, 1978. (Lugar da História, 5.)

Degl'innocenti, Maurizio. Socialismo e classe operaia. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democrazia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Dehem, Roger. Préface. In: Pareto, Vilfredo. *Manuel d'économie politique*. 4 ed. Genève, Droz, 1966. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 7.)

Delle Piane, Mario. *Bibliografia di Gaetano Mosca*. Firenze, La Nuova Italia Editrice, 1949.

———. Mosca, Gaetano. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Macmillan, Free Press, 1968. v. 10. s.l.

Dell'Erba, Nunzio. *Gaetano Mosca — socialismo e classe politica*. Milano, Franco Angeli, 1991.

Diesing, Paul. *Science and ideology in the policy sciences*. New York, Aldine, 1982.

Duggan, Christopher. *A concise history of Italy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

Duncan, Graeme & Lukes, Steven. The new democracy. *Political Studies*, *11*(2):156-77, June 1963.

Durkheim, Émile. *A ciência social e a ação*. Amadora, Bertrand, 1975.

Easton, David. *The political system. An inquiry into the state of political science*. 6 ed. New York, Alfred A. Knopf, 1965.

Einaudi, Luigi. Dove si discorre di Pareto, di Mosca ed anche di De Viti. *La Riforma Sociale*, *45*:707-11, nov./dic. 1934.

Einaudi, Manon Michels. Pareto as I knew him. *Atlantic Monthly, 156*:336-46, Jul./Dec. 1935.

Elias, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa, Estampa, 1987.

———. *Engagement et distanciation*. Paris, Fayard, 1993.

———. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

Eribon, Didier. *Michel Foucault, 1926-1984*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

———. *Michel Foucault et ses contemporains*. Paris, Fayard, 1994.

Farneti, Paolo. *La democrazia in Italia tra crisi e innovazione*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1978.

Febvre, Lucien. *Febvre*. São Paulo, Ática, 1978. (Grandes Cientistas Sociais, 2.)

Femia, Joseph V. Elites, participation and the democratic creed. *Political Studies*, *27*(1):1-20, March 1977.

Finer, S. E. Introduction. In: Pareto, Vilfredo. *Sociological writings*. New York, Frederick A. Praeger, 1966.

———. Pareto and pluto-democracy: the retreat to Galapagos. *The American Political Science Review, 62*(2):440-50, June 1968.

Fioravanti, Maurizio. Mosca e Vittorio Emanele Orlando: due itinerari paraleli (1881-1897). In: Società Siciliana per la Storia Patria di Palermo (org.). *La dottrina della classe politica di Gaetano Mosca ed i suoi sviluppi internazionali*. Milano, Giuffrè, 1982. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica. Serie italiana, v. I.)

Fisichella, Domenico. Alle origini della scienza politica italiana: Gaetano Mosca epistemologo. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 3:447-70, dic. 1991.

Foucault, Michel. *L'archéologie du savoir*. Gallimard, 1969. s.l.

———. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo Epistemológico. In: ——— et alii. Estruturalismo e teoria da linguagem. Petrópolis, Vozes, 1971.

Gay, Peter. *The enlightenment: an interpretation*. The science of freedom. New York, W. W. Norton, 1977.

Gerth, Hans H. & Mills, C. Wright. Introdução: o homem e sua obra. In: Weber, Max. *Ensaios de sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

Ghiringhelli, Robertino. Preface. In: Albertoni, Ettore A. et alii. *Elitism and democracy (Mosca, Pareto and Michels)*. Milano, Cisalpino, 1992.

Giacalone-Monaco, Tommaso. *Vilfredo Pareto dal carteggio con Carlo Placci*. Padova, Cedam, 1957.

———. Pareto e la Bakounine. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (3/4):191-220, mar./apr. 1959.

———. L'ing. Vilfredo Pareto nella Società delle Strade Ferrate Romane (1870-1873). *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (7/8):538-79, lug./ago. 1963.

———. Ricerche intorno alla giovinezza di Vilfredo Pareto. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (1/2):97-104, gen./feb. 1966.

———. Due documenti sulla vita di Pareto. *Giornale degli Economisti* e *Annali di Economia* (9/10):732-9, set./ott. 1967.

———. La misteriosa preparazione latina e greca di Vilfredo Pareto. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia* (3/4):249-59, mar./apr. 1968.

Giddens, Anthony. *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Goldthorpe, John H. Vilfredo Pareto. In: Raison, Timothy (org.). *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Gooch, John. *The unification of Italy*. London, Methuen, 1986.

Gramsci, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

Grynszpan, Mario. As elites da teoria. Mosca, Pareto e a teoria das elites. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1994. (Tese de doutorado.)

———. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (41):35-83, 1º sem. 1996.

Hearder, Harry. *Italy: a short history*. 3 ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

Henderson, Lawrence J. *Pareto's general sociology. A physiologist's interpretation*. 2 ed. New York, Russel & Russel, 1967.

Heyl, Barbara S. The Harvard "Pareto Circle". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, *4*(4):316-34, Oct. 1968.

Hirschman, Albert O. *Exit, voice and loyalty. Responses to decline in firms, organizations and States*. Cambridge, Harvard University Press, 1970.

———. *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977a.

———. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977b.

———. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

———. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

——— & Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

Homans, George C. Autobiographical introduction. In: *Sentiments and activities. Essays in social science*. New York, Free Press, 1962.

——— & Curtis Jr., Charles P. *An introduction to Pareto. His sociology*. New York, Alfred A. Knopf, 1934.

Hughes, H. Stuart. *Consciousness and society. The reorientation of European social thought, 1890-1930*. New York, Alfred A. Knopf, 1958.

———. Gaetano Mosca and the political lessons of history. In: Meisel, James H. (ed.). *Pareto & Mosca*. New Jersey, Prentice-Hall, 1965a.

———. *The United States and Italy*. 2 ed. Cambridge, Harvard University Press, 1965b.

Jensen, Richard Bach. Fu Gaetano Mosca l'eminenza grigia del marchese Di Rudinì? In: Società Siciliana per la Storia Patria di Palermo (org.). *La dottrina della classe politica di Gaetano Mosca ed i suoi sviluppi internazionali*. Milano, Giuffrè, 1982. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica. Serie italiana, v. I.)

Jones, W. H. Morris. In defence of apathy: some doubts on the duty to vote. *Political Studies*, 2(1):25-37, Feb. 1954.

Kant, Emmanuel. *Le conflit des facultés*. Paris, Philosophique J. Vrin, 1935.

Karady, Victor. Durkheim, les sciences sociales et l'Université: bilan d'un semi-échec. *Revue Française de Sociologie*, *17*(2):267-311, avr./juin, 1976.

———. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. *Revue Française de Sociologie, 20*(1):49-82, jan./mars 1979.

———. The Durkheimians in Academe. A reconsideration. In: Besnard, Philippe (ed.). *The sociological domain. The Durkheimians and the founding of French sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Karl, Barry Dean. *Charles Merriam and the study of politics*. Chicago, University of Chicago Press, 1974.

———. *Executive reorganization and reform in the New Deal. The genesis of administrative management, 1900-1939*. 2 ed. Chicago, University of Chicago Press, 1979.

Keller, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro, Forense, 1963.

Kenny, M. Parallel power structures in Castile: the patron-client balance. In: Peristiany, J. *Contributions to Mediterranean Sociology. Mediterranean rural communities and social change*. Paris, Mouton, 1968.

———. Patterns of patronage in Spain. In: Schmidt, S. W.; Scott, J. C.; Landé, C. & Guasti, L. (eds.). *Friends, followers and factions. A reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.

Kolegar, Ferdinand. The elite and the ruling class: Pareto and Mosca re-examined. *The Review of Politics, 29*(3):354-69, July 1967.

Lacroix, Bernard. La vocation originelle d'Émile Durkheim. *Revue Française de Sociologie, 17*(2):213-45, avr./juin, 1976.

———. *Durkheim et le politique*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1981.

Landé, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: Schmidt, S. W.; Scott, J. C.; Landé, C. & Guasti, L. (eds.). *Friends, followers and factions. A reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.

La Palombara, Joseph. Gaetano Mosca nelle università degli Stati Uniti D'America. In: Albertoni, Ettore E. (org.). *Elitismo e democrazia nella cultura politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè, 1989. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica. Serie italiana, v. V, t. I.)

Leach, Edmund & Mukherjee, S. N. Editor's introduction. In: ——— & ——— (eds.). *Elites in South Asia*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

Le Bon, Gustave. *Psychologia das multidões*. Rio de Janeiro, Garnier, 1922.

Lenin, V. I. El Estado y la revolución. In: ———. *Obras escogidas*. Moscú, Progreso, 1978a. t. 2.

———. *Que fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978b.

———. La enfermedad infatil del 'izquierdismo' en el comunismo. In: ———. *Obras escogidas*. Moscú, Progreso, 1979. t. 3.

Lepenies, Wolf. *Les trois cultures. Entre science et littérature l'avènement de la sociologie*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

Le Van-Lemesle, Lucett. L'économie politique a la conquête d'une légitimité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (47/48):113-7, juin 1987.

Linz, Juan J. Michels, Robert. In: *International encyclopedia of the social sciences*. Macmillan, Free Press, 1968. v. 10. s.l.

Lippmann, Walter. *Essays in the public philosophy*. Boston, Little, Brown, 1955.

Lipset, Seymour Martin. *Political man. The social bases of politics*. New York, Doubleday, 1960.

———. Introduction. In: Michels, Robert. *Political parties*. 2 ed. New York, Free Press, 1968.

Livingston, Arthur. Introduction. In: Mosca, Gaetano. *The ruling class. Elementi di scienza politica*. New York, McGraw-Hill, s.d.

———. Editor's note. In: Pareto, Vilfredo. *The mind and society. A treatise on general sociology*. New York, Dover, 1963. 2v.

Lopreato, Joseph. A functionalist reappraisal of Pareto's sociology. *The American Journal of Sociology, 69*(6):639-46, May 1964.

Lukács, Georg. *La destruction de la raison. Les débuts de l'irrationalisme moderne, de Schelling à Nietzsche*. Paris, L'Arche, 1958. t. 1.

Mangoni, Luisa. Gli intellettuali alla prova dell'Italia unita. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democrazia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Mannheim, Karl. O pensamento conservador. In: Martins, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1981.

Maquiavel, Nicoló. *O príncipe*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Marcus, George E. Introduction. In: ——— (ed.). *Elites: ethnographic issues*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1983.

Marshall, Thomas H. Cidadania e classe social. In: ———. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Martin, Monique de Saint. A nobreza em França: a tradição como crença. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (20):149-62, out. 1992.

Matta, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

Mayer, Arno J. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Mayo, Elton. *Problemas humanos de una civilización industrial*. Buenos Aires, Galetea-Nueva Visión, 1959.

McClosky, Herbert. Consensus and ideology in American politics. *The American Political Science Review, 58*(2):361-82, June 1964.

Megaro, Gaudens. *Mussolini in the making*. 2 ed. New York, Howard Fertig, 1967.

Meisel, James H. *The myth of the ruling class: Gaetano Mosca and the elite*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1962.

———. *Pareto & Mosca*. New York, Prentice-Hall, 1965a.

———. Introduction: Pareto & Mosca. In: ———. *Pareto & Mosca*. New York, Prentice-Hall, 1965b.

Michels, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, UnB, 1982.

Milbrath, Lester W. *Political participation. How and why do people get involved in politics?* 2 ed. Chicago, Rand McNally, 1966.

Milza, Pierre & Bernstein, Serge. *Le fascisme italien, 1919-1945*. Paris, Seuil, 1980. (Histoire, 44.)

Mitchell, B. R. Statistical appendix, 1700-1914. In: Cipolla, Carlo M. (ed.). *The Fontana economic history of Europe*. London, Fontana, 1971. v. IV.

Mitzman, Arthur. *Sociology and estrangement. Three sociologists of Imperial Germany*. New Brunswick, Transaction Books, 1987.

Mongardini, Carlo. Mosca, Pareto e Taine. *Cahiers Vilfredo Pareto*, 5:175-86, 1965.

———. *L'epoca della società. Saggi di storia della sociologia*. Roma, Bulzoni, 1970.

——— (cur.). *Gaetano Mosca — Guglielmo Ferrero, cartegio (1896-1934)*. Milano, Dott. A. Giuffrè, 1980a.

———. Mosca e Ferrero: storia di un'amicizia. In: ——— (cur.). *Gaetano Mosca — Guglielmo Ferrero, cartegio (1896-1934)*. Milano, Dott. A. Giuffrè, 1980b.

Montroni, Giovanni. Le strutture sociali e le condizioni di vita. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Il nuovo stato e la società civile, 1861-1887*. Bari, Laterza, 1995. v. 2.

Mosca, Gaetano. *The ruling class. Elementi di scienza politica*. New York, McGraw-Hill, s.d.

———. *Elementi di scienza politica*. 2 ed. Torino, Fratelli Bocca, 1923.

———. *Teorica dei governi e governo parlamentare. Studi storici e sociali.* 2 ed. Milano, Soc. An. Editoriale Scientifico, 1925.

———. Il principio aristocratico e il democratico. In: ———. *Partiti e sindacati nella crisi del regime parlamentare*. Bari, Gius. Laterza & Figli, 1949a.

———. Piccola polemica. In: ———. *Partiti e sindacati nella crisi del regime parlamentare*. Bari, Gius. Laterza & Figli, 1949b.

———. *História das doutrinas políticas desde a Antigüidade.* 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Moura, Gerson. Distância e diálogo: história e ciências sociais nos EUA. *Estudos Históricos, 3*(5):3-28, 1990.

Opere di Roberto Michels. *Annali della Facoltà di Giurisprudenza*. Università degli Studi di Perugia, *49*:37-76, 1937.

Orano, Paolo. Roberto Michels. L'amico, il maestro, il camerata. *Annali della Facoltà di Giurisprudenza*, R. Università degli Studi di Perugia, *59*:7-14, 1937.

Ortiz, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *4*(11):5-22, out. 1989.

Pantaleoni, Maffeo. In occasione delle morte di Pareto: riflessioni. *Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica*, *64*:1-19, 1924.

Pareto, Vilfredo. *Traité de sociologie générale*. Paris, Payot, 1933. 2v.

———. *The mind and society. A treatise on general sociology.* New York, Dover, 1963. 2v.

———. *Cours d'économie politique.* 2 ed. Genève, Droz, 1964. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 1.)

———. *Les systèmes socialistes.* 3 ed. Genève, Droz, 1965. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 5.)

———. L'avenir de l'Europe. Le point de vue d'un italien. In: ———. *Mythes et idéologies.* Genève, Droz, 1966a. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 6.)

———. *Manuel d'économie politique.* Genève, Droz, 1966b. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 7.)

Parry, Geraint. *Political elites*. New York, Frederick A. Praeger, 1969.

Parsons, Talcott. Pareto, Vilfredo (Marchese di Parigi). In: *Encyclopaedia of the social sciences*. New York, Macmillan, 1959. v. XI-XII.

———. Pareto's central analytical scheme. In: Meisel, James H. (ed.). *Pareto & Mosca*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1965.

———. *The structure of social action. A study in social theory with special reference to a group of recent European writers. Marshall, Pareto, Durkheim*. New York, Free Press, 1968. v. 1.

——— & Allais, Maurice. Pareto, Vilfredo. In: *International encyclopedia of the social sciences*. New York, Macmillan, Free Press, 1968. v. 11. s.l.

Peirano, Mariza G. S. The anthropology of anthropology: the Brazilian case. Cambridge, Harvard University, 1981. (PhD Thesis.)

———. *A favor da etnografia.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Pepe, Gabriele. Gaetano Mosca. *Belfagor*, 5:42-66, 1950.

Pescosolido, Guido. Arretratezza e sviluppo. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Il nuovo stato e la società civile, 1861-1887*. Bari, Laterza, 1995. v. 2.

Pietri-Tonelli, Alfonso de. Mosca e Pareto. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, *6*(4):468-93, lug. 1935.

Pollak, Michael. Max Weber. Eléménts pour une biographie sociointelectuelle. Paris, s.d. mimeog.

Prezzolini, Giuseppe. *L'italiano inutile*. Milano, Rusconi, 1983.

Prothro, James W. & Grigg, Charles M. Fundamental principles of democracy: bases of agreement and disagreement. *The Journal of Politics*, *22*(2):276-94, May 1960.

Ringer, Fritz K. *The decline of the German mandarins. The German academic community, 1890-1933*. 2 ed. Hanover, University Press of New England, 1990.

Robinson, James Harvey. *The mind in the making. The relation of intelligence to social reform*. New York, Harper & Brothers, 1921.

Rodrigues, José Albertino. A sociologia de Pareto. In: ——— (org.). *Vilfredo Pareto*. São Paulo, Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais, 43.)

Roethlisberger, F. J. & Dickson, William J. *Management and the worker. An account of a research program conducted by the Western Electric Company*. Howthorne Works, Chicago. 15 ed. Cambridge, Harvard University Press, 1970.

Rosa, Gabriele de (cur.). *Lettere a Maffeo Pantaleoni*. Genève, Droz, 1984a. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 1.)

——— (cur.). *Lettere a Maffeo Pantaleoni*. Genève, Droz, 1984b. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 3.)

Rossi, Mario G. Il movimento cattolico tra Chiesa e Stato. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democrazia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Runciman, W. G. *Social science and political theory*. 2 ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

Russet, Cinthya Eagle. *The concept of equilibrium in American social thought*. New Haven, Yale University Press, 1966.

Salomone, A. William. *Italian democracy in the making. The political scene in the Giolittian era, 1900-1914*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1945.

Salvemini, Gaetano. Introductory essay. In: Salomone, A. William. *Italian democracy in the making. The political scene in the Giolittian era, 1900-1914*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1945.

———. *L'Italia vista dall'America*. Milano, Giangiacomo Feltrinelli, 1969.

Santos, Wanderley Guilherme dos. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. *Dados*, *28*(3):283-310, 1985.

Sartori, Giovanni. *Teoria democrática*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

Schorske, Carl E. Viena fin-de-siècle. *Política e cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Schumpeter, Joseph A. Vilfredo Pareto (1948-1923). *The Quarterly Journal of Economics*, *63*(2):147-73, May 1949.

———. *Ten great economists. From Marx to Keynes*. 2 ed. New York, Oxford University Press, 1952.

———. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro, Usaid, 1964. v. 3.

———. *Economic doctrine and method*. New York, Oxford University Press, 1967.

Sereno, Renzo. The anti-Aristotelianism of Gaetano Mosca and its fate. *Ethics*, *48*(4):509-518, July 1938.

———. Note on Gaetano Mosca. *The American Political Science Review, 46*(2): 603-5, June 1952.

———. *The rulers*. New York, Frederick A. Praeger, 1962.

Socrate, Francesca. Borghesie e stili di vita. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Liberalismo e democracia, 1887-1914*. Bari, Laterza, 1995. v. 3.

Sola, Giorgio. Gaetano Mosca. Profilo biografico. In: Società Siciliana per la Storia Patria di Palermo (org.). *La dottrina della classe politica di Gaetano Mosca ed i suoi sviluppi internazionali*. Milano, Giuffrè, 1982. (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica. Serie italiana, I.)

———. Il pensiero politico di Mosca. Bari, Laterza, 1994. (I Pensatori Politici, 6.)

Stark, Werner. In search of the true Pareto. *The British Journal of Sociology*, *14*(2):103-12, June 1963.

Sternhell, Zeev, Sznajder, Mario & Ashéri, Maia. *Naissance de l'idéologie fasciste*. Paris, Gallimard, 1989. (Folio/Histoire, 58.)

Stirling, Paul. Impartiality and personal morality. In: Peristiany, J. *Contributions to Mediterranean sociology. Mediterranean rural communities and social change*. Paris, Mouton, 1968.

Tasca, Angelo. *Naissance du facisme. L'Italie de l'armistice à la marche sur Rome*. 4 ed. Paris, Gallimard, 1967.

Tessitore, Fulvio. *Crisi e trasformazioni dello Stato. Ricerche sul pensiero giuspubblicistico italiano tra otto e novecento*. Milano, Giuffrè, 1988.

Tobia, Bruno. Una cultura per la nuova Italia. In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (orgs.). *Storia d'Italia. Il nuovo stato e la società civile, 1861-1887*. Bari, Laterza, 1995. v. 2.

Turner, Stephen P. & Factor, Regis A. *Max Weber: the lawyer as social thinker*. London, Routledge, 1994.

Vogt, W. Paul. Obligation and right: the Durkheimians and the sociology of law. In: Besnard, Philippe (ed.). *The sociological domain. The Durkheimians and the founding of French sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Weber, Max. A política como vocação. In: ———. *Ensaios de sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974a.

———. A ciência como vocação. In: ———. *Ensaios de sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974b.

Weisz, George. L'idéologie républicaine et les sciences sociales. Les durkheimiens et la chaire d'histoire d'économie sociale à la Sorbonne. *Revue Française de Sociologie*, *20*(1):83-112, jan./mars 1979.

Wheeler, William Morton. *Social life among the insects*. London, Constable, 1922.

Williams, Raymond. Elite. In: ———. *Keywords. A vocabulary of culture and society*. 8 ed. Glasgow, Fontana, 1981.

Zylberberg, Jacques. Prefácio. In: Albertoni, Ettore A. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

Em qualquer sociedade, grupo, época ou lugar, haverá sempre uma elite que por seus dons, competências e recursos terminará por se destacar, deter o poder e dirigir a maioria?

Segundo a teoria das elites, sim.

Daí a importância de se avaliar essa teoria básica da ciência política e da sociologia a partir de uma disciplina que não foi por ela informada de modo significativo: a antropologia.

Daí a importância de se analisar toda a literatura a respeito, a partir da obra de seus principais formuladores: os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto.

Daí a importância deste livro.

ISBN 85-225-0289-?
9 788522 502899